

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

FERNANDA OLIVEIRA DA SILVA

***AS LUTAS POLÍTICAS NOS CLUBES NEGROS: CULTURAS NEGRAS,
RACIALIZAÇÃO E CIDADANIA NA FRONTEIRA BRASIL-URUGUAI NO
PÓS-ABOLIÇÃO (1870-1960)***

Porto Alegre
2017

FERNANDA OLIVEIRA DA SILVA

*AS LUTAS POLÍTICAS NOS CLUBES NEGROS: CULTURAS NEGRAS,
RACIALIZAÇÃO E CIDADANIA NA FRONTEIRA BRASIL-URUGUAI NO PÓS-
ABOLIÇÃO (1870-1960)*

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em História.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Susana Bleil de Souza

Co-orientador: Prof. Dr. Karl Martin Monsma

Porto Alegre
2017

CIP - Catalogação na Publicação

Silva, Fernanda Oliveira da
AS LUTAS POLÍTICAS NOS CLUBES NEGROS: CULTURAS
NEGRAS, RACIALIZAÇÃO E CIDADANIA NA FRONTEIRA BRASIL-
URUGUAI NO PÓS-ABOLIÇÃO (1870-1960) / Fernanda
Oliveira da Silva. -- 2017.

278 f.

Orientadora: Susana Bleil de Souza.

Coorientador: Karl Martin Monsma.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio
Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Porto
Alegre, BR-RS, 2017.

1. clubes negros. 2. fronteira. 3. pós-abolição. 4.
racialização. 5. cidadania. I. Souza, Susana Bleil
de, orient. II. Monsma, Karl Martin, coorient. III.
Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os
dados fornecidos pelo(a) autor(a).

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Tese intitulada “As lutas políticas nos clubes negros: culturas negras, racialização e cidadania na fronteira Brasil-Uruguai no pós-abolição (1870-1960)”, de autoria da doutoranda Fernanda Oliveira da Silva, aprovada pela banca examinadora, constituída pelos seguintes professores:

Prof.^a Dr.^a Susana Bleil de Souza

Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS

Prof. Dr. Karl Martin Monsma

Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS

Prof. Dr. José Rivair Macedo

Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS

Dr. Marcus Vinicius de Freitas Rosa

Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS

Prof.^a Dr.^a Lucilene Reginaldo

Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP

Prof.^a Dr.^a Wlamyra R. de Albuquerque

Universidade Federal da Bahia – UFBA

Porto Alegre, 04 de agosto de 2017.

Agradecimentos

Muitas pessoas e instituições viabilizaram a realização dessa pesquisa e aqui as nomeio como forma de agradecimento.

A Capes agradeço a concessão de bolsa, a UFRGS pela concessão de missão de curta duração no Uruguai. Sou igualmente grata às funcionárias e funcionários da biblioteca, Núcleo de Pesquisa Histórica e secretaria do PPGH da UFRGS; à equipe da *Biblioteca Nacional de Uruguay* e Biblioteca Pública Pelotense, especialmente Daniel Barbier.

Aos historiadores Marcus Vinicius de Freitas Rosa e Rodrigo Weimer agradeço as contribuições como argüidores de minha banca de qualificação. Suas colocações auxiliaram muito no resultado que então apresento. À professora Susana Bleil de Souza sou grata por aceitar assumir minha orientação, seu acolhimento foi fundamental para que eu seguisse em frente em meio à tensão que se colocou. Aos professores Karl Monsma e Beatriz Ana Loner serei sempre grata, lhes tenho como meus orientadores, amigos pessoais por quem tenho profunda admiração e gratidão. Obrigada pela co-orientação, Karl, por me abrir um mundo de leituras e possibilidades outras sem que eu me sentisse infringindo os códigos da ciência. Trabalhar com *raça* só foi possível, pois me apresentasse essa possibilidade, lá nos idos de 2007, quando eu era ainda uma graduanda. Admito que escrevo esses agradecimentos com lágrimas nos olhos, Karl e Bia, vocês sempre me estenderam a mão, acreditaram em mim e, a seus modos, viabilizaram inclusive materialmente a sequência da minha trajetória acadêmica. Muito obrigada!

A professora Silvia Petersen e a turma de *descabelados da história social* muito obrigada! A professora Regina Xavier sou grata pelos diálogos, mesmo frente a sua impossibilidade de assumir a orientação dessa tese, a disciplina e as trocas nos corredores e nos eventos foram fundamentais para minha escrita. Ao professor José Carlos dos Anjos, as minhas palavras simplesmente não alcançam o que a disciplina *Racismo no debate pós colonial* significou na minha trajetória, depois de tanto tempo, em pleno último ano de doutorado... sou muito grata, muito! Ao professor José Rivair Macedo, de referência bibliográfica dos meus tempos de graduação a um intelectual que admiro muito, sou grata por estar em um Programa de Pós Graduação que tem o privilégio de te ter como professor. Ao professor Uruguay Cortazzo sou grata pelo empréstimo de livros, sugestões de referências e pelos tantos diálogos travados nas

reuniões da *Biblioteca Negra* no *Fica*, sou grata também pela sua generosidade em construir coletivamente possibilidades de manutenção do clube respeitando a autonomia de um clube de negros e para negros.

À professora Ana Frega, obrigada por me orientar durante a missão de curta duração junto a *Universidad de la Republica* e viabilizar minha participação no curso *Diaspora Africana*; ao professor George Reid Andrews por me aceitar no curso, socializar conhecimentos e livros; aos associados da *Asociación Cultural Y Social Uruguay Negro*, especialmente Amanda Espinosa Rorra e Javier Díaz; às historiadoras Karla Chagas e Natalia Stalla que gentilmente me passaram contatos em Melo; à pesquisadora Ana Cecilia Rodriguez, Luis Ferreira e Alejandro Gortázar por serem sempre atenciosos, sanarem minhas dúvidas e compartilharem seus textos.

Às historiadoras e historiadores que me auxiliaram na compilação de fontes: Gabriel Ribeiro, Priscila Pereira, Tairane Ribeiro e Vanessa Silva, muito obrigada pelo comprometimento!

As historiadoras e historiadores que compõem/dialogam o/com Grupo de Trabalho Emancipações e Pós-Abolição da ANPUH, sou muito grata por encontrar vocês na trajetória, de interlocução historiográfica a amigas e amigos pra vida, agradeço especialmente a Álvaro do Nascimento, Amilcar Pereira, Ana Flávia Magalhães Pinto (extensivo a tua família que sabe perfeitamente o significado de amor e acolhimento), Giovana Xavier (por transgredir sempre!), Lúcia Helena Oliveira Silva e Robério Souza. Vocês me ensinaram muito mais que o ofício do historiador, vocês me ensinaram a transgredir, a existir, a seguir e a me ver no mundo acadêmico. As lágrimas nos olhos vem e vão... aos demais componentes do GT, especialmente ao Eric Brasil (obrigada ainda por digitalizar e me encaminhar textos), e aos da seção RS, especialmente Sarah Amaral, Melina Perussatto, Rodrigo Weimer, Jane Mattos, Liane Susan Müller, Angela Oliveira e Felipe Bohrer, sou muito grata pelos diálogos, construímos muito juntos, aprendi muito com cada uma e cada um de vocês, os maiores aprendizados dessa longa trajetória foram semeados no GT.

Aos uruguaios da cidade de Melo, sou grata ao casal María Dolores Franco e Juan María Pose, que me acolheram em sua casa, abriram seus arquivos pessoais e me levaram a conhecer as entranhas da cidade; ao Daniel Cruz Farías que sanou minhas tantas dúvidas à distância; aos senhores Ramón Farías e José Ramón Fernandez (que fez questão de falar em português comigo) e às senhoras Edith González e Marina Luisa Silva por compartilharem histórias de vida com tanto carinho e cumplicidade.

Ao pessoal dos clubes de Pelotas e Jaguarão: Raul Ferreira, Celestina da Silva Pinto e Giselda Maria Marques Lima, obrigada pelas ricas tardes de conversas; Neir Madruga, obrigada por me abrir as portas do 24. Sou grata à historiadora Juliana Nunes que compartilhou muito mais que fontes, mas o encantamento pelo 24. À Bianca Ávila sou grata pelo sorriso aberto sempre que eu chegava no *Fica*, à Virginia Borges por todas as conversas e compartilhamentos e a Letícia Machado, que a sua maneira (e, registre-se, muito bem!) honrou o legado de seu pai, Rubinei Machado, e defendeu a autonomia do *Fica* e a existência dos projetos sociais. Juliana Dutra e Marina Laura da Silveira Dutra sou muito grata pelo compartilhamento de histórias e cessão de fotografias, meu sincero agradecimento pelos sorrisos e esperanças compartilhados.

Às amigas e aos amigos de longa caminhada: Angela Pomatti (e família), Caiuá Al-Alam, Débora Clasen (e ao Cristiano) e Mariluci Vargas (e família) obrigada por continuarem segurando a minha mão e disponibilizando seus ombros, sorrimos mais do que choramos nesse último ciclo, sou grata por tudo, tudo! Silvia Pomatti e Eliete Neves, sempre família! Às amigas e aos amigos que a trajetória acadêmica e profissional me presenteou: Patrícia Bosenbecker, Natália Oliveira, Diego Motta, Pâmela Marques, Diego Santos e Ebráilon Masetto; Mario San Segundo, Janaína Tim, Paulo e Jaqueline Koschier, Alessandra Gasparotto e Carla Menegat, obrigada pelos pitacos, leituras, compartilhamentos de fontes e referências, mas principalmente sou grata por me incentivarem sempre e por seguirem sempre na luta, aquela que nos move por entre os sentidos da educação!

Às minhas alunas e meus alunos desde a época do magistério, meu muito obrigada, aprendi muito com vocês. Às minhas alunas e alunos na Uniritter: sou grata por me acolherem e reforçarem em mim que é sempre possível fazer diferente e diferença! Às colegas e aos colegas professores, muito obrigada pelos compartilhamentos e apoios, em especial à Sabrina Souza, Suyan Ferreira, Francisco Amorim, Raul Rebello e Walter Lippold.

Marcus Vinicius Rosa, Rodrigo Weimer, Sarah Amaral, Melina Perussatto, Jardélia Rodrigues de Sá, Winnie Bueno, Carla Ávila, Lisiane Corrêa, Milena Cassal e Ana Bolero, vivenciei dois momentos bastante difíceis durante o doutorado, em um ou em ambos vocês estiveram ao meu lado reforçando que eu era capaz intelectualmente, que o racismo não me vetaria essa caminhada muito embora agentes estivessem em prol disso; seguraram minha mão e me apoiaram em uma difícil decisão, tomada sozinha,

mas viabilizada só com o cuidado de vocês, jamais conseguirei agradecer a altura, mas registro que jamais esquecerei que vocês estiveram ao meu lado. Muito obrigada!

À irmandade gestada desde os corredores da academia: Carla Ávila e Winnie Bueno, só amor, orgulho e cumplicidade explicam! Jardélia Rodrigues de Sá, minha irmã, obrigada por me entender, me ouvir, me socorrer...sou grata por tudo que és na minha vida, tudo! André Pereira e Bruno Silveira, obrigada por pluralizarem os sentidos de masculinidades negras intelectuais, por problematizarem sem perder suas subjetividades e por me acolherem sempre! Sherol dos Santos (Marta Janete e Teodoro) obrigada por vestir amarelo lá em 2005, sorrir pra mim, ser meu espelho e por seguirem exatamente da mesma forma mesmo em meio a todas as mudanças que a vida impôs; Priscila Pereira, Daniele Vieira e Dedy Ricardo, obrigada por me acolherem no olhar e pelos nossos diálogos, somos!

À irmandade gestada desde lugares outros: Milena Cassal e Nina Fola, amor de *atinuké* é vida! Tânia Silva e Túlio Stracciony, obrigada por compartilharem vida e me acolher. Giane Escobar e Geanine Escobar, obrigada por me ensinarem no exemplo, por me acolherem ora como mãe ora como irmã mais nova, sou muito grata por conhecer vocês e por aprender com vocês, estejam certas que aprendi os significados de irmandade e de luta também com vocês; Kassiele Nascimento, Alexandre Pereira, Tainá Pinheiro, Airan Albino, Mailson Santiago, Pâmela Amaro, Alisson Batista, Duan Kissonde, Liziane Guedes, Vladimir Rodrigues, Kyzzy Rodrigues, Cristina Santos, Evandoir Santos e Irene dos Santos, vocês são o reflexo mais lindo do meu espelho, ele brilha e me faz sorrir por poder cultivar a irmandade com vocês, tenho profundo respeito e admiração e sou grata! Márcia Quevedo (e Lalinha), Cassiane Ribeiro, Catiane Ribeiro, Cristiane Fioravante, Ramires Nara, Raquel Furtado (e toda sua linda família) e Taísa Jordão sou muito grata pelo acolhimento e compreensão dos momentos de reclusão, vocês fazem minha trajetória em Porto Alegre mais alegre desde que as conheci, mas além da alegria tenho profunda admiração pelas mulheres e mães que vocês são, sou grata pelo axé que circula sempre que estou com vocês! Katiúscia Ribeiro, Lisiane Corrêa, Sandrali Bueno e Fabiane Machado, vocês sintetizam tudo que a ancestralidade é na minha vida, em toda a complexidade, cuidado e entendimentos, sou grata pelos aprendizados, sorrisos, lágrimas, angústias e certeza de que não estou só. Atinukés... as lágrimas voltam...sou grata por tudo!

À minha família, especialmente minhas tias Perpétua Pinto, Ana Silva, Cleusa Oliveira e Iara Silva; meus tios Marcino Oliveira e Mário Pinto; minhas madrinhas

Josefa Oliveira e Tânia Allan e meu padrinho José Carlos Oliveira; minhas primas Ana Carla Oliveira, Marciane Oliveira (e Felipe Borges), Juliana Silva (estou ciente de que jamais te agradecerei a altura), Daniele Silva e Elisana Silva; meus primos Ronaldo Pinto (e Natália Malue), Tiago Silva, Vitor Silva, Silvio Oliveira, Leonardo Oliveira, Eder Oliveira (que junto de sua esposa Michele me acolheram quando eu estava trabalhando e em pleno processo de seleção pro doutorado e, como bons *Oliveiras* me fizeram sentir em casa) e Maurício Lacerda (meu irmão!). Aos meus irmãos Alexandre Silva e William Silva, às minhas sobrinhas Manuela Silva, Antonella Silva e Isabela Silva, obrigada por segurarem a onda em momentos difíceis e me fazerem sorrir.

À minha mãe, Neuza Oliveira da Silva que me acompanha de outro plano, meu pai Luiz Carlos Lacerda da Silva e meu irmão Bruno Oliveira da Silva, eu simplesmente não tenho palavras, a vocês sou grata por muito mais que tudo! Desculpem minhas ausências, *a tal da coisa* finalmente acabou! Amo vocês de forma que não sei explicar, amo com todas as minhas forças, vocês são minha base, pilares, encostas, horizonte, ponto de partida e de chegada, só sou com vocês!

Se nosso espelho reluz, é por conta da lindeza que é contar com vocês. Muito obrigada por tudo!

Expurgo

A lágrima
Mexeu com o olho
O olho do negro
Olho não chorou.
A lágrima
Tremeu o olho
Olho segurou
A lágrima.
Ficou acanhada,
Entrou pra dentro,
Veias e veias
Coração
Ser inteiro do cidadão.
A lágrima
Parou na garganta
Foi cusvida com a palavra
Num poema de do
Dejeto de agonia
Irreverência
Expurgo da criação.
(Maria Helena Vargas da Silveira, 1993)

Hoy más que nunca

[...] hoy más que nunca
Buscamos otras manos
Y nos enlazamos.
[...] por los que no pudieron
o no quisieron
o no supieron;
por los que estuvieron
y están,
por los que estarán
protagonizando
liderando
participando
de la creación del hombre nuevo
del sueño nuevo
de la nueva realidad sin sombras
ni fronteras.
Hoy más que nunca cantamos
despiertos
parimos
luchamos
hambrientos
vivimos
soñamos
sedientos
renacimos;
buscamos otras manos
y nos enlazamos.
Hoy más que nunca
EXISTIMOS.
(Cristina Rodríguez Cabral, 1993)

Para minha mãe, Neuza Oliveira da Silva, que me ensinou a ser.

Para meu pai, Luiz Carlos Lacerda da Silva, que me ensina a estar.

Para meu irmão Bruno Oliveira da Silva que junto de Manuela e Antonella me ensina a ser e estar.

Em memória de Rubinei Machado, Eunice Silva e da Atinuké Tatiana Renata Machado

Resumo: Esta tese investiga as experiências de sociabilidade negra na região fronteira Brasil – Uruguai no pós-abolição. Tem como objeto central os clubes negros criados entre as décadas de 10 e 40 do século XX, cujas expressões estão nas seguintes cidades e respectivos clubes: Jaguarão – *Club 24 de Agosto* (1918 – até hoje); Pelotas – *Fica AhíPrá Ir Dizendo* (1921 - até hoje); Bagé – *Os Zíngaros* (1936 - até hoje); *Palmeira* (1948– ?); Melo – *Centro Uruguay* (1923 – atéhoje).O propósito do trabalho é mapear o processo de racialização vivenciado na fronteira no pós-abolição. O recorte cronológico remonta ao surgimento dos clubes negros no Uruguai e no Rio Grande do Sul/Brasil, em 1872, e avança até a década de 1960. As fontes utilizadas foram, basicamente, imprensa negra, escritas de vivências, depoimentos orais de antigos e antigas associadas e fotografias e aquelas produzidas no âmbito dos clubes.

Palavras chave: clubes negros, fronteira, pós-abolição, racialização, cidadania.

Abstract: This thesis investigates the black sociability experiences in the border region Brazil - Uruguay in the post-abolition. Its central purpose is the black clubs created between the decade of 10 and 40 of the twentieth century in the following cities and their respective clubs: Jaguarão–*Club 24 de Agosto* (1918 - until today); Pelotas – *Fica AhíPrá Ir Dizendo* (1921 - until today); Bagé – *Os Zíngaros* (1936 - to this day), *Palmeira* (1948 -?); Melo - *Centro Uruguay* (1923- until today). The purpose of this work is to map the process of racialization experienced on the frontier in post-abolition. Chronologically, the study starts from the emergence of black clubs in Uruguay and Rio Grande do Sul/Brazil, in 1872, and advances until the 1960s. The historical sources used were basically black press, written experiences, oral testimonies of old and former associates and photographs, as well as those produced within the clubs.

Keywords: black clubs, frontier, post-abolition, racialization, citizenship.

Lista de ilustrações

Figura 1: Centro Dramático da Floresta Aurora.....	76
Figura 2: Armando Vargas (1947)	103
Figura 3: Booker Taliaferro Washington.....	111
Figura 4: Malaquias Oliveira e Theodoro Rodrigues (Déc. 1950).....	127
Figura 5: Cordão União da Classe	131
Figura 6: Comparsa de música brasileira.....	132
Figura 7: Cordão carnavalesco Fica Ahí Prá Ir Dizendo.....	135
Figura 8: Delegação do <i>Fica Ahí</i> no Baile de Primavera d' <i>Os Zíngaros</i>	146
Figura 9: 1ª Exposición de Prensa Racial y Departamental	164
Figura 10: Anúncio de Piel Negra - Livro de Pilar E. Barrios	169
Figura 11: Campanha em prol da Rua Ansina.....	173
Figura 12: Membros da diretoria do <i>Fica Ahí</i>	182
Figura 13: Inauguração da Biblioteca Antonio Gianola.....	186
Figura 14: Convite para a assinatura da escritura do terreno da sede própria do <i>Fica Ahí</i>	192
Figura 15: Ala feminina presente no lançamento da pedra fundamental da sede própria do <i>Fica Ahí</i>	193
Figura 16: Vereador Elberto Madruga (1977).....	194
Figura 17: Visita do Secretário da Educação à sede do <i>Fica Ahí</i>	197
Figura 18: Associados do clube trabalhando na construção da sede.....	199
Figura 19: Associadas e associados do clube <i>Chove Não Molha</i> prestigiam a sede própria do <i>Fica Ahí</i> e recebem a cantora Angela Maria (1954).....	200
Figura 20: Ficha do associado José Facundo Mira	204
Figura 21: Exposição de Miguel Angel Zelayeta no <i>Fica Ahí</i> (1957- 1958)	206
Figura 22: Damas de Nuestra Colectividade, 1947.....	215
Figura 23: Pic-Nic Familiar promovido pela <i>Comisión de Damas del Centro Uruguay</i>	218
Figura 24: Nemência Machado (Melo) e Ramón Farías	219
Figura 25: Senhora Aracy Dutra e seu esposo Francisco de Paula Dutra	224
Figura 26: Senhoras Lourdes Vargas e Antonieta Conceição.....	225
Figura 27: "As novas professorandas da Escola Normal Assis Brasil"	226
Figura 28: <i>As Tendeiras</i> – Senhoras e Senhoritas do <i>Fica Ahí</i>	231
Figura 29: Baile da Primavera do <i>Fica Ahí</i> , rainha Terezinha Rodrigues da Silva	236
Figura 30: Corte da Rainha da Primavera do <i>Fica Ahí</i> , Maria Rodrigues	237
Figura 31: Cortejo da Rainha do <i>Fica Ahí</i> , Lêda Silva	238
Figura 32: Coroação da Rainha do Fica Ahí, Loeci Ferreira	238
Figura 33: Coroação da Rainha do Carnaval do <i>Fica Ahí</i> , Eunice da Silva (1955)	240
Figura 34: Rainha e seu bloco de carnaval	240
Figura 35: Rainha do carnaval do <i>Fica Ahí</i>	241
Figura 36: Rainha do Club 24 de Agosto	243
Figura 37: Felicitação de aniversário	246
Figura 38: Festa de coroação da Duquesinha e Duque do Fica Ahí.....	246
Figura 39: Corte Duquesinha e Duque do <i>Fica Ahí</i>	247
Figura 40: Festa da Corte Infantil do <i>Fica Ahí</i>	247
Figura 41: Corte Infantil, 1956	248
Figura 42: Duque e Duquesa, 1957.....	248
Figura 43: Diretoria do <i>Fica Ahí</i> recebe cantora Angela Maria.....	249
Figura 44: Cantora Angela Maria na sede do <i>Fica Ahí</i>	249
Figura 45: Diretoria do <i>Fica Ahí</i> recebe o cantor Jorge Veiga	250
Figura 46: Diretoria do <i>Fica Ahí</i> recebe o cantor Blackout	250

Figura 47: Baile de Carnaval do <i>Fica Ahí</i>	251
Figura 48: Casais no <i>Fica Ahí</i>	251
Figura 49: Família <i>ficahiana</i> no Baile da Primavera	252
Figura 50: <i>Ficahianas</i> e <i>ficahianos</i>	252
Figura 51: Corte da Rainha do <i>Club 24 de Agosto</i>	253
Figura 52: Rainha do Carnaval do <i>Club 24 de Agosto</i>	253
Figura 53: Rainhas da primavera do <i>Fica Ahí</i>	254
Figura 54: Rainhas da Primavera do Clube R. Palmeira.....	255
Figura 55: Reinado de Momo do <i>Fica Ahí</i>	255

Lista de Tabelas

Tabela 1 População branca, parda e preta no censo de 1940 e 1950.....	90
Tabela 2 - Brasileiros natos e estrangeiros no censo de 1940 e 1950	94

Lista de Mapas

Mapa 1 - Região pesquisada	89
----------------------------------	----

Lista de abreviaturas e siglas

AIAPE – Asociación de Intelectuales Artistas Periodistas y Escritores

BPP – Biblioteca Pública Pelotense

C.C. – Clube Cultural

CIAPEN - *Circulo de Intelectuales, Artistas, Periodistas y Escritores Negros*

Fica Ahí – Clube Cultural *Fica Ahí Prá Ir Dizendo*

PAN - *Partido Autóctono Negro*

Sumário

Introdução	18
Parte I – Uma forma de protesto à ideia de raça nas Américas – O surgimento dos clubes negros nos grandes centros de uma região de fronteira ao sul do Atlântico. (déc. 1870- déc. 1930)	36
Capítulo 1 - Club Igualdad: cidadania e sociabilidade negra na emancipada Montevideu (1872)	39
Capítulo 2 - <i>Sociedade Floresta Aurora</i> : o forjar da liberdade por pessoas da raça em uma encruzilhada de Porto Alegre (1872-1930)	62
Parte II – Transgredindo as margens e forjando histórias desde periódicos e clubes negros: A região fronteira Brasil-Uruguai	84
Capítulo 3 – A presença negra na região e o forjar de outras escritas da história	88
Capítulo 4 - A imprensa negra	105
Capítulo 5 - <i>24 de Agosto, Fica Ahí Prá Ir Dizendo, Centro Uruguay, Os Zíngaros e Palmeira</i> : a mobilização recreativa	124
Parte III – As culturas negras em seus circuitos, normas e interlocuções – a consolidação dos clubes	154
Capítulo 6 - Que cada cidade tenha uma rua com o nome Ansina	156
Capítulo 7 – O Grupo Escolar José do Patrocínio entre um Cordão Carnavalesco e um Clube Cultural	182
Capítulo 8 - As damas de <i>nuestra colectividad</i> , os homens da raça e a nova geração	207
Considerações Finais	256
Referências	261
Acervos e fontes consultadas	275
Anexo A - Mapa dos municípios do Rio Grande do Sul em 1950	277
Anexo B - Mapa dos departamentos uruguaios desde 1884	278

Introdução

Naquela época nós íamos nos bailes só pra negros... Nós só tínhamos um paletó, e pra entrar tinha que estar de paletó, então um do grupo entrava e passava o paletó pela janela para que o outro pudesse entrar... Eu sempre ouvia falar desses bailes nos clubes de negros, mas trabalhava muito e nunca fui, a tua tia ia, ela se arrumava bem bonita e ia. Frases como essas foram comuns na minha infância, proferidas ora pelo meu pai, senhor Luiz Carlos Lacerda da Silva, ora pela minha mãe, senhora Neuza Oliveira da Silva. Ambos referenciavam uma sociabilidade vivenciada entre fins da década de 1970 e início de 1980. Aquelas histórias intrigavam-me, sobretudo quando cresci e me tornei uma *mocinha*. No limiar do século passado e deste, também comecei a ir a festas e o único lugar que minha família permitia que eu fosse, sem grandes questionamentos, era um dos clubes negros, o famoso *Fica Ahí Prá Ir Dizendo*, que, para os íntimos, é apenas o *Fica*. Ainda nos anos iniciais do século XXI, mais precisamente em 2004, ingressei no curso de Licenciatura em História da Universidade Federal de Pelotas, cheia de inquietações e, como boa estudante, querendo desvendar todas as histórias do mundo.

No entanto, as primeiras histórias que tive contato eram muito distantes daquilo que eu tanto ouvira em casa. Afinal cresci em um ambiente em que eram comuns não apenas as histórias dos bailes para negros, mas também as contadas pelo meu avô paterno, senhor Ernesto Hipólito Maciel da Silva, que nasceu no ocaso da escravidão e era um *griot*¹ de marca maior. Histórias protagonizadas por gente negra nunca faltaram, porém, no primeiro ano do curso de História, a *História* era bem diferente. Não me conformei e fui à busca de algo que suprisse minhas inquietações, felizmente, deparei-me com o convite para uma reunião do projeto “*Clubes Negros de Pelotas*”, coordenado pela prof^a. Beatriz Ana Loner, em parceria com a prof^a. Lorena Gill. E, frente ao meu interesse de pronto apresentado, Beatriz me convidou a fazer parte da equipe.² Era

¹ “Termo do vocabulário franco-africano, criado na época colonial, para designar o narrador, cantor, cronista e genealogista que, pela tradição oral, transmite a história de personagens e famílias importantes às quais, em geral, esta a serviço. Presentes, principalmente, na África ocidental, notadamente onde se desenvolveram os faustosos impérios medievais africanos (Gana, Mali, Songai etc.)”. Lopes, Nei. *Enciclopédia brasileira da diáspora africana*. São Paulo: Selo Negro, 2004. p. 310.

² Projeto “Clubes Carnavalescos Negros de Pelotas”. Financiado pelo CNPq, desenvolvido junto ao Núcleo de Documentação Histórica da UFPel, coordenado pela professora Beatriz Ana Loner, tendo ainda a equipe formada pela professora Lorena Almeida Gill e as alunas de graduação em História: Caroline Meggiato, Débora de Paula, Fernanda Silva, Juliana Marcello, Marcele dos Santos e Viviani Tavares. Desenvolveu-se a pesquisa entre 2003 e 2005 e, a partir de então, teve início a “Exposição Clubes Carnavalescos Negros”, a qual percorreu escolas e demais entidades interessadas. Os clubes

tempo de me encontrar com as histórias que, em parte, já as entendia como minhas, mas com o aporte da história social, tentando entender o que significava a existência de clubes para negros em Pelotas. O Brasil não era os Estados Unidos, ou seja, não existiam leis de segregação no país, como e por que manter clubes para negros? Indagação que me acompanha desde 2005.

A primeira janela que se abriu para me ajudar a entender foi o *pós-abolição*,³ que naquele momento, parecia-me ser um período cronológico e que me foi apresentado pelo livro de Petrônio Domingues.⁴ Em seguida, o conceito de racialização e seu entendimento como processo pelo qual a ideia de raça é vivida fez com que a lente de observação do pós-abolição parecesse-me mais nítida.⁵ Acessei-a ao fazer uma primeira leitura da tese de doutorado de Wlamyra Albuquerque e acompanhar a fala da historiadora em uma atividade do Núcleo de Documentação Histórica/UFPEL, em 2005, no qual se desenvolvia o projeto dos clubes. A historiadora fez uma apresentação concentrada nos indícios da racialização, que se fez no Brasil por meio dos projetos políticos discutidos nas últimas décadas do século XIX, e destacou as formas como os grupos negros, envoltos no carnaval baiano de fins do século XIX e início do século XX, acionavam memórias de África.⁶ Pautou ainda a importância de observar as festas de forma a alcançar aspectos da sociedade e construção de identidades sociais, decorrentes de reflexões desenvolvidas em sua pesquisa de mestrado. Como as páginas que seguem explicitam, o contato com tais elementos e formas de construir conhecimento científico transformou a temática da sociabilidade negra em minha fiel companheira.

investigados eram: *Depois da Chuva* (1917); *Chove Não Molha* (1919), *Fica Ahí Prá Ir Dizendo* (1921), *Quem Ri de Nós Tem Paixão* (1921) e *Está Tudo Certo* (1931). Os clubes *Chove Não Molha* e *Fica Ahí Prá Ir Dizendo* continuam em funcionamento.

³ Esta tese é sobre pós-abolição, esse assunto será problematizado ao longo da escrita. De pronto destaco que um texto fundamental para a compreensão do pós-abolição como um problema de pesquisa é “O pós-abolição como problema histórico: balanços e perspectivas”, de autoria das historiadoras Ana Lugão Rios e Hebe Mattos. Rios, Ana Maria; O pós-abolição como problema histórico: balanços e perspectivas. *Topoi*, v. 5, nº. 8, p. 170-198, 2004.

⁴ Domingues, Petrônio. *Uma história não contada: negro, racismo e branqueamento em São Paulo no pós-abolição*. São Paulo: Senac, 2004.

⁵ A historiadora Wlamyra Albuquerque, amparada nas considerações de Barbara Fields, refere racialização enquanto um processo em que a ideia de raça denota hierarquização e é um discurso sempre em construção, relacionado a um contexto. Não obstante, amparada em Robert Miles, destaca que a ideia de raça nos Estados Unidos havia justificado “tanto a escravidão quanto a segregação e a limitação da cidadania dos negros no pós-abolição”. Embora eu tenha lido a tese, defendida em 2004, cito aqui o livro que dela resultou. Albuquerque, Wlamyra R. de. *O jogo da dissimulação: Abolição e cidadania negra no Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 2009. p. 35-36.

⁶ Idem.

Em 2007, compus a equipe de pesquisa sobre experiências de mulheres negras na fronteira Brasil-Uruguai.⁷ Nos depoimentos de mulheres de Jaguarão, a fronteira era acionada como um espaço de vivências negras que se conectava tanto a Pelotas quanto a Bagé e atravessava a fronteira, chegando, especialmente, em Melo. No trabalho de conclusão de curso, fiz uma breve análise sobre a história do clube negro pelotense *Fica Ahí Prá Ir Dizendo*, com o objetivo de analisar se o branqueamento operava tanto como a historiografia apontava, perscrutando as ações e significados possíveis de serem interpretados a partir de fontes produzidas pelo grupo. Branqueamento? Não. O que encontrei foi um coletivo de homens e mulheres negras construindo um espaço de afirmação positiva, por meio de estratégias sociais que fossem bem vistas pela comunidade em geral.⁸

No mestrado, realizei uma pesquisa sistemática sobre os clubes negros de Pelotas e recuei no tempo para entender a experiência de coletividades negras, abordando desde as irmandades, a partir de 1820, e chegando aos clubes até 1943.⁹ Concluí que o grupo negro não era homogêneo, existiam diferentes significados atribuídos ao ser negro, por eles próprios, mas todos os grupos pesquisados estavam constituindo uma identidade negra positiva e era essa, mesmo com nuances entre os grupos, que os ligava compondo uma rede de *co-irmãos* (denominação conferida às demais associações negras). Naquele momento, identifiquei as redes entre os clubes e suas extensões com a capital, Porto Alegre, mas, em especial, pelo extremo sul, com ênfase à região da campanha, também entendida como a região fronteira, já que a geografia pampeana abarca territórios no Brasil e no Uruguai. O que observei por meio do associativismo negro,¹⁰ a partir de Pelotas, foi uma mobilização social em rede que

⁷ O título do projeto era “Experiências além fronteiras: trajetórias de mulheres afro-descendentes na região de fronteira Brasil-Uruguai”. Tinha por objetivo estudar as trajetórias de vida, experiências e vivências de mulheres negras da região de fronteira entre Brasil e Uruguai. Buscando uma visão da condição das mulheres dessa etnia em dois espaços particulares: a região da campanha, seja do Brasil ou do Uruguai, e o espaço urbano, fronteiro ou não, mas que sofre as influências da proximidade da fronteira. Na equipe do projeto, além de mim, estavam Cássia Miranda, Juliana Nunes e Marcelo Corrêa. Era coordenado por Beatriz Ana Loner em parceria com Lorena Gill.

⁸ Silva, Fernanda Oliveira da. *Raça, sociabilidade e identidade num clube pelotense: Clube carnavalesco negro Fica Ahí Prá Ir Dizendo* (1938-1943). Pelotas: UFPel, 2008. Monografia (Licenciatura em História).

⁹ Silva, Fernanda Oliveira da. *Os negros, a constituição de espaços para os seus e o entrelaçamento desses espaços: associações e identidades negras em Pelotas (1820-1943)*. Porto Alegre: PUCRS, 2011. Dissertação (Mestrado em História).

¹⁰ Entendo por associativismo negro as coletividades de pessoas negras com projeto político compartilhado por seus membros. Sua existência nas Américas remonta à escravidão, com ênfase às irmandades e chega aos nossos dias com a imprensa negra e os coletivos de estudantes negros nas universidades, por exemplo. Ao longo da tese apresento trabalhos que se dedicaram à temática, de pronto destaco que a mesma foi interpretada especialmente pelas ciências sociais e pela história.

tinha fins políticos. Logo, na esteira de E. P. Thompson, esses fins políticos presentes nos clubes podem auxiliar no entendimento da experiência política, *para além dos sindicatos e das fábricas*. Os clubes figuram como espaços em que trabalhadores *tratam a cultura* e suas *consciências*,¹¹ e/ou a política é vivenciada e, são eles próprios – os clubes – estratégias com intuito de alcançar ganhos políticos.¹²

Eis que apresento agora a minha pesquisa de doutorado sobre clubes negros dos dois lados da fronteira entre o Brasil e o Uruguai. Meu argumento central é que os clubes negros são construções culturais que conferem inteligibilidade e densidade histórica à experiência de racialização vivenciada no pós-abolição, especialmente na região de fronteira Brasil - Uruguai. Parto da hipótese de que a criação de clubes, em uma região de maioria branca, enuncia sobre o entendimento desses como espaços de lutas políticas que informam sobre cidadania, tendo por base, por um lado, uma ideia de raça e, por outro, valores sociais compartilhados que condicionaram a formação de uma identidade negra positiva. Alinhada à perspectiva da filósofa estadunidense Angela Davis, de que as “comunidades [de luta] são sempre projetos políticos, projetos políticos que não podem depender sempre da identidade”,¹³ entendo que a identidade negra não se configurava sozinha – tampouco era o objetivo final (d)os grupos e (d)as redes.

A identidade gestada por meio dos clubes servia como catalisadora para dimensões de cidadania política – sociais, culturais, ideológicas, econômicas, entre outras – atravessadas pela ideia de raça negra forjada dentro dos grupos. O historiador Flávio Gomes ressaltou a necessidade de atentar para o fato de que as pessoas negras reunidas em coletividades estavam falando *de e para si mesmos* e, ao fazer isso, *talvez não quisessem apenas debater ou participar, mas sim definir a pauta*.¹⁴ Adotando estes elementos como pilares fundamentais para a pesquisa, nesta tese investigo os sentidos e significados das dimensões de cidadania, com ênfase às lógicas e aos termos imprimidos por associados e associadas dos clubes. Explicito que procuro não perder de vista que as dimensões de cidadania poderiam ser forjadas em redes, como também em projetos de um único clube.

¹¹ Thompson, E.P. *A miséria da teoria ou um planetário de erros*. 2009 [sem copyright], p. 225-226.

¹² Thompson, E. P. *A formação da classe operária inglesa: a força dos trabalhadores*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

¹³ Davis, Angela Y.. *A Democracia da Abolição – para além do império, das prisões e da tortura*. Rio de Janeiro: DIFEL, 2009, p. 119.

¹⁴ Gomes, Flávio. *Negros e política (1888-1937)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005. p. 80.

O objeto de pesquisa são os clubes negros, entendidos como um dos formatos do associativismo negro. Não obstante, tomar os clubes simultaneamente como fonte e objeto, exige compreendê-los como um lugar de enunciação que desestabiliza uma produção de conhecimento alicerçada na comparação essencialista, que reiteradas vezes os interpretou como espaços de cópia e mimetismo de uma sociedade branca.¹⁵ Defendo que uma interpretação que busca alcançar os sentidos próprios da experiência das associações negras e das historicidades desses processos, é fundamental para que os clubes negros figurem nas análises históricas. O associativismo em seus diferentes formatos, especialmente, étnicos, mutualistas e recreativos, é um objeto recorrente na pesquisa histórica. Informo que adoto a acepção de associativismo enquanto o ato de pessoas associarem-se, ou seja, é algo coletivo, com objetivo comum. Os clubes aqui investigados são os seguintes: Pelotas – Clube *Fica Ahí Prá Ir Dizendo* (1921) –; Bagé – Clube *Os Zíngaros* (1936), Clube *Palmeira* (1948) –; Jaguarão – *Club 24 de Agosto* (1918) –; Melo – *Centro Uruguay* (1923).¹⁶

¹⁵ Em 1954, o sociólogo Oracy Nogueira apresentou seu trabalho intitulado “Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem — sugestão de um quadro de referência para a interpretação do material sobre relações raciais no Brasil”. Os resultados da pesquisa sociológica realizada na cidade de Itapetininga, interior de São Paulo, diferenciavam o preconceito manifestado no Brasil e nos Estados Unidos. O primeiro seria de ordem da aparência – marca – e o segundo, de ordem biológica – origem. Este foi convertido em livro, com um capítulo sobre o Clube Recreativo 13 de maio, fundado em 1911. O clube transparecia à sociedade organização e padrão moral condizente com os valores da sociedade branca, proporcionando aos sócios os mesmos divertimentos oferecidos pelos outros clubes. A análise do autor transparece a iniciativa impulsionada pela não aceitação de negros nas sociedades existentes como justificativa aos “elementos de cor na iniciativa de criar o ‘seu clube’”, espaço no qual adotaram “as formas de divertimento de salão que por tanto tempo lhes permaneceram inacessíveis, como atividades privativas da classe dominante”. Porém, Nogueira interpreta os significados do clube como uma cópia da sociedade branca, o que demonstra, nas suas palavras, uma acomodação racial quando está contraposta à tensão racial norte-americana. Resultado semelhante fora apresentado por Tales de Azevedo ao abordar os clubes recreativos baianos, os quais figuraram nas colocações de seus entrevistados como “os de mais difícil acesso às pessoas de cor mais escura”. Estes trabalhos são cruciais para o entendimento da perspectiva do branqueamento que permeou o estudo sobre as associações negras até o início dos anos 2000. Análises concentradas em São Paulo, realizadas por George Reid Andrews e Petrônio Domingues, viram no branqueamento uma categoria analítica, que não raras vezes apareceu em seus resultados como, por exemplo, na conclusão de Domingues de que “o paradigma branco de beleza, comportamento, mentalidade, etiqueta e cultura foi assimilado e reassimilado, total ou parcialmente, por alguns membros [da comunidade negra]”. Nogueira, Oracy. Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem — sugestão de um quadro de referência para a interpretação do material sobre relações raciais no Brasil. *Tempo Social*, v. 19, n. 1, p. 287-308, 2006 (1954); Idem. As associações de “gente de cor”. In: Idem, *Preconceito de marca. As relações raciais em Itapetininga*. São Paulo: Edusp, 1998. p. 217; De Azevedo, Thales. *As elites de cor: um estudo de ascensão social*. Companhia Editora Nacional, 1955. p. 106; Andrews, George Reid. *Negros e brancos em São Paulo, 1888-1988*. Bauru: EDUSC, 1998; Domingues, Petrônio. *Uma história não contada: negro, racismo e branqueamento em São Paulo no pós-abolição*. São Paulo: Senac, 2004. p. 308

¹⁶ É importante salientar que não encontrei associações negras nas cidades uruguaias Aceguá e Rio Branco. No entanto existia um trânsito frequente entre os moradores desses espaços com os clubes de Melo, no lado uruguaio, e de Bagé e Jaguarão, no lado brasileiro, inclusive com grupos de associados organizados nesses espaços e com colunas nos jornais negros da região. A zona de abrangência da faixa

A análise dos clubes negros na região da fronteira, em relação aos estudos sobre os clubes negros de outros locais, coloca-se como positiva e diferencial em dois sentidos. O primeiro diferencial está na descentralização das grandes cidades, já que as pesquisas sobre clubes no Brasil abarcam, especialmente São Paulo, Salvador e Porto Alegre, e no Uruguai abarcam apenas Montevideú.¹⁷ Este descentramento possibilita observar as dinâmicas raciais em outros locais que não a capital da nação ou do estado, como Porto Alegre. O segundo diferencial está em problematizar como essas dinâmicas conformavam respostas à - e vivências na - racialização no extremo sul das Américas.

Pesquisar os clubes negros no sul do Brasil e no Uruguai se coloca como importante por, dentre outros elementos, tratar-se de um contexto de maioria populacional branca reverenciada nos discursos estatais desde fins do século XIX. Por um lado, uma nação que se apresentava como democrática, quando do seu centenário, na década de 1920, mas negava a presença ou participação do *elemento ethiópico* na construção da nação. Por outro, uma região apresentada como branca, construída pelos descendentes de imigrantes europeus. Certamente isso influenciou para que a população preta nas cidades de Pelotas e Bagé crescesse consideravelmente no período aqui abordado e se mantivesse quase igual à de pardos em Jaguarão. Assim como deve ter influenciado para que diferentes clubes negros se formassem no lado uruguaio da região fronteira, os quais se apresentavam e eram identificados pelas autoridades locais como *raza negra*. Neste contexto, não houve suavização das categorias de cor e a ideia de raça foi importante para que os grupos negros organizassem suas pautas políticas por meio dos clubes.

Existem muitos estudos que colocam em perspectiva comparada ou transnacional as realidades do Brasil e Estados Unidos, e, em menor grau, o Caribe. Lendo esta tese, as leitoras e os leitores se deparam com questões outras acerca das Américas, sobretudo no quinhão em que no senso comum ainda prevalece como região branca e distante das questões raciais que assolam o Brasil, especialmente, tendo em vista uma identidade regional e nacional (Rio Grande do Sul e Uruguai) que negou a importância das populações negras.

fronteira aqui abordada é formada por essas localidades. Dentre os clubes referidos, apenas o *Palmeira* não continua em funcionamento.

¹⁷ Andrews, George Reid. Negros en la nación blanca: historia de los afro-uruguayos. Montevideo: Librería Linardi y Risso, 2011; Idem. *Negros e brancos em São Paulo, 1888-1988...*; De Azevedo, Thales. *As elites de cor: um estudo de ascensão social*. Companhia Editora Nacional, 1955. p. 106...; Domingues, Petrônio. *Uma história não contada...*; Nogueira, Oracy. As associações de “gente de cor”. In: Idem, Preconceito de marca...

Como estratégia narrativa, mas também visando compreender a historicidade em torno dos clubes, enquanto um formato específico dentro do associativismo negro, o recorte cronológico remonta ao ano de 1872, com a criação do *Club Igualdad*, em Montevideu e *Floresta Aurora*, em Porto Alegre, e finaliza na década de 1960 – visto que, a partir de então, os clubes passam por uma reorganização de suas funções orientadas tanto para o carnaval, com as escolas de samba, quanto para uma reconfiguração da identidade negra.

A existência dos clubes e relações entre os mesmo em conjunto com as demandas identificadas levou-me ao diálogo com dois grupos de questões teóricas e historiográficas, que compõem as duas principais bases desse trabalho. O primeiro está na ideia de *América Afro-Latina* apresentada pelo historiador norte-americano George Reid Andrews, que entende a sociedade da América Afro-Latina como “multirracial fundamentada na experiência histórica da sociedade de *plantation*” e “a maior componente da diáspora africana transoceânica”.¹⁸ Já os historiadores Flávio Gomes e María Verónica Secreto destacam:

a categoria de afro-latino-américa, enquanto uma ferramenta teórica que apela simultaneamente para as dimensões globais e locais; transnacionais e regionais; étnicas e territoriais; antropológicas e históricas da presença africana numa ‘porção’ do continente americano. Por detrás dessa categoria – à primeira vista pode parecer sintética e limitadora – se esconde um conjunto de experiências diversas, de semelhanças e dessemelhanças.¹⁹

O segundo grupo de questões, imbricado ao primeiro, está no entendimento do *pós-abolição como problema histórico*, sobretudo advindo das pesquisas produzidas a partir dos anos 1990, que desconstruem a noção, ainda em voga, em muitos livros escolares brasileiros, de que os descendentes de escravizados foram abandonados à própria sorte ou, no caso do Uruguai, inexistiram. Frederick Cooper, Thomas Holt e Rebecca Scott²⁰ enfatizam as imbricações entre liberdade e cidadania, destacando as leis

¹⁸ Andrews, George Reid. *América Afro-Latina- 1800-2000*. São Carlos (SP): EdUFSCar, 2007. p. 33. De acordo com a socióloga estadunidense Patricia Hill Collins, “el término diáspora describe las experiencias de personas que, a través de la esclavitud, el colonialismo, el imperialismo y la migración, han sido forzadas a dejar sus tierras nativas.” Collins, Patricia Hill. Rasgos distintivos del pensamiento feminista negro. In: Jabardo, Mercedes (org.) *Feminismos negros: Una antología*. Madri: Traficantes de Sueños, 2012. p. 112; o sociólogo britânico Paul Gilroy desenvolveu importante estudo acerca das culturas negras na diáspora, focando o mundo de fala inglesa, desenvolveu a ideia de *Atlântico Negro*. Sua perspectiva é fundamental para a análise que aqui desenvolve e será destacada ao longo da tese. Gilroy, Paul. *O Atlântico Negro: modernidade e dupla consciência*. São Paulo: Ed. 34; Rio de Janeiro: UCAM, 2001.

¹⁹ Secreto, María Verónica; Gomes, Flávio dos Santos. *Territórios ao Sul: Escravidão, escritas e fronteiras coloniais e pós-coloniais na América*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2017. p. 8.

²⁰ Cooper, Frederick; Holt, Thomas C.; Scott, Rebecca J. *Além da Escravidão: Investigações sobre raça, trabalho e cidadania em sociedades pós-emancipação*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

de repressão aos libertos, que os forçava a se adequarem ao mundo capitalista em diferentes países das Américas, após a abolição da escravidão, e focalizam nos problemas que se impuseram com a liberdade, nos quais o racismo fez-se presente também adquirindo novas roupagens, historicamente determinadas. As historiadoras Ana Lugão Rios e Hebe Mattos²¹ evidenciaram que o processo de fim da escravidão na sociedade brasileira, sem perder de vista o continente americano, esteve intimamente ligado com discussões acerca da cidadania, no qual as identidades e categorias raciais balizaram o acesso e, por não raras vezes, hierarquizaram noções de inclusão e pertencimento. Ao propor uma agenda de pesquisa capaz de oferecer respostas ao problema histórico do pós-abolição, ambas destacam a necessidade de historicizar a racialização das relações sociais e políticas com ênfase a revisitar as ligações entre escravidão, cidadania e racialização.

Por tratar de discussões conectadas, mas não iguais e, tampouco, autoexplicativas, afirmo que entendo a “emancipação” como nomeação para um processo em que a escravidão ainda persiste, advindo dos estudos da experiência norte-americana vinculado às emancipações graduais, marcado pela concessão da liberdade pelos senhores e por medidas estatais, como a lei de emancipação proclamada por Abraham Lincoln, em 1º de janeiro de 1863, conhecida como “*Emancipation Proclamation*”. No Brasil esse processo iniciou com os debates institucionalizados em fins do século XVIII. O século XIX foi marcado pelas leis de 1831, 1850 e 1871.

A abolição e o pós-abolição são entendidos aqui como vinculados à experiência de pessoas negras com a abolição formal e a ordenação de um novo aparato jurídico, contexto no qual se esperava que o fato de ser descendente de escravizados, ou ser escravizados, de forma alguma pautasse a nova condição social dessas pessoas. A centralidade de uma nova forma de se reconhecer no mundo que, até então, reconhecia a existência da escravidão como modo de exploração da mão de obra, está presente nos argumentos centrais do historiador norte-americano Eric Foner, em relação à abolição naquela sociedade,²² assim como nas análises de históricas Frederick Cooper, Rebecca Scott e Thomas Holt,²³ em relação às sociedades pós-emancipação nas Américas, Wlamyra Albuquerque²⁴, Flávio Gomes e Petrônio Domingues²⁵ acerca da experiência

²¹ Rios, Ana Maria; Mattos, Hebe Maria. O pós-abolição como problema histórico...

²² Foner, Eric. *Nada além da liberdade: a emancipação e seu legado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; Brasília: CNPq, 1988.

²³ Cooper, Frederick; Holt, Thomas C.; Scott, Rebecca J. *Além da Escravidão...*

²⁴ Albuquerque, Wlamyra R.. de. *O jogo da dissimulação...*

brasileira e seus laços transnacionais. Nestas análises, estão indícios de que a abolição não teve como significado *simplesmente* o fim da escravidão, entrava no debate os significados da liberdade e a racialização das relações sociais. E, dessa forma, alcançar um novo estatuto jurídico-social foi fundamental para a vida das pessoas, mesmo que com limitações não necessariamente explícitas. Não se tratava somente de continuidade e/ou ruptura com a escravidão. Num primeiro momento, ser livre significava aos grupos negros assegurar o que antes era um horizonte bastante movediço.

Certamente pós-emancipação e pós-abolição andam juntos, como destacam Petrônio Domingues e Flávio Gomes,²⁶ referem processos que podem ser os mesmos, mas opções de nomenclatura e de diálogos historiográficos díspares, conectados, todavia cujas trajetórias alcançam pontos diferentes. Nesse sentido, pós-emancipação pode referir experiências individuais de liberdade enquanto ainda existe a escravidão, já, pós-abolição tende a referir processos que se desenvolvem após a proclamação de leis de abolição cuja temporalidade pode alcançar os nossos dias. O campo de estudos do pós-abolição é entendido não como dissociado dos estudos da escravidão, tampouco como legado daquele período, o que diferencia é o foco do olhar nos diálogos abertos com a abolição. É estritamente nesse sentido que adoto o pós-abolição: como campo de estudos que oferece um repertório de análises, cujo problema histórico está centrado nas experiências de liberdade, e especialmente de cidadania, de pessoas escravizadas e seus descendentes após a abolição da escravidão, identificados e hierarquizados nas relações sociais por termos que evocam uma ideia de raça. E, nesse sentido, almejo contribuir para o entendimento sobre o que os sujeitos membros dos clubes sociais significaram como cidadania, enfatizando as suas faces, retornando ao alerta de Flávio Gomes sobre *uma dada cidadania*, mas também o próprio alerta presente em Ana Lugão Rios e Hebe Mattos, já delimitando a conformação do campo de estudos, de que a “cidadania, na compreensão dos novos estudos sobre o pós-abolição, é um conceito essencialmente mutável”.²⁷ Dessa forma, retomo o argumento desse importante texto para a historiografia brasileira de que o pós-abolição apresenta uma questão específica, ou seja, é um problema histórico aliado ao intento de interpretação das “atitudes e opções

²⁵ Gomes, Flávio; Domingues, Petrônio (Orgs.). *Políticas da Raça: experiências e legados da abolição e da pós-emancipação no Brasil*. São Paulo: Selo Negro Edições, 2014.

²⁶ Gomes, Flávio; Domingues, Petrônio (Orgs.). *Experiências da emancipação: biografias, instituições e movimentos sociais no pós-abolição (1890-1980)*. São Paulo: Selo Negro, 2011.

²⁷ Rios, Ana Maria; Mattos, Hebe Maria. O pós-abolição como problema histórico... p. 192.

adotadas por eles [ex-escravizados e seus descendentes] após o fim da escravidão.”²⁸

Faço duas ressalvas teóricas, a primeira é que racialização é apresentada em ambos os grupos de discussões historiográficas como um processo vivido nas Américas assentado em uma hierarquização, com base na ideia de raça. Nesse processo a raça negra ocupa o patamar inferior na hierarquia, estando a branca no superior. Durante a vigência da escravidão, as identidades raciais tinham correspondentes sociais e jurídicos nítidos, no pós-abolição, com exceção dos Estados Unidos, esses correspondentes foram diluídos em outros elementos. Reitero que a ideia de raça seguiu a ser acionada como fator de diferenciação e fundamentou ações mesmo com a abolição da escravidão. Informada principalmente pela antropóloga brasileira Lélia Gonzalez²⁹ e pela historiadora norte-americana Bárbara Fields,³⁰ os clubes negros são aqui entendidos como construções culturais, comuns aos grupos negros nas Américas, forjados a partir de configurações sociais racializadas, que conferem inteligibilidade e densidade histórica à experiência de racialização vivenciada na emancipação e no pós-abolição das Américas. Os intelectuais W. E. B. Du Bois em fins do século XIX e início do século XX,³¹ Frantz Fanon em meados do século XX,³² Lélia González e Beatriz Nascimento nas últimas décadas do século XX,³³ Stuart Hall e Eduardo Bonilla-Silva entre fins do século XX e anos 2000³⁴ destacaram que a identificação dos componentes raciais pode iluminar não apenas as heranças escravistas, mas também as continuidades no pós-abolição, assim como as novas roupagens e relações com as formas de exclusão dos grupos negros da organização política do Estado, mesmo em contextos históricos e espaciais diversos. Nesse sentido, a estadunidense Rebecca Scott alerta que: “um substrato de tensão, estereótipo e preconceito pode bem ser a herança universal dos sistemas de escravidão definidos como raciais. A questão do significado da raça na vida

²⁸ Rios, Ana Maria; Mattos, Hebe Maria. O pós-abolição como problema histórico..., p. 171.

²⁹ Gonzalez, Lélia. A categoria político-cultural de *amefricanidade*...

³⁰ Fields, Barbara. Ideology and Race in American History...

³¹ Du Bois, W. E. B. *As almas da gente negra*. Rio de Janeiro: Lacerda, 1999.

³² Fanon, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: EDUFBA, 2008.

³³ Gonzalez, Lélia. A categoria político-cultural de *amefricanidade*. *Tempo Brasileiro*, n. 92/93, p. 69-82, 1988; Ratts, Alex. *Eu Sou Atlântica: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento*. São Paulo: Imprensa Oficial; Instituto Kwanza, 2006.

³⁴ Hall, Stuart. Sociological theories: Race and colonialism. *Sociological theories: race and colonialism*, 1980. p. 305-345; Bonilla-Silva, Eduardo. Rethinking Racism: Toward a Structural Interpretation. *American Sociological Review*, v. 62, n.3, p. 465-480, 1997; ¿Qué es el racismo? Hacia una interpretación estructural. In: Rosero-Labbé, Claudia Mosquera; Laó-Montes, Agustín; Gravito, César Rodríguez (eds.). *Debates sobre ciudadanía y políticas raciales en las Américas Negras*. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia; Universidad del Valle, 2010. p. 649-698.

pública abriu-se mais do que encerrou-se durante o processo de transição para a mão-de-obra livre”.³⁵

A segunda ressalva teórica é que as lutas políticas, que também figuram nos trabalhos e que entendo como vivenciadas pelos clubes negros, são entendidas aqui pela lente da luta racial, definição de Eduardo Bonilla-Silva, uma vez que a raça é vivida pelas demandas travadas em âmbito social, político, econômico e ideológico. Nas suas palavras:

a través de ella [luta racial], los grupos raciales buscan lograr cambios sistémicos en cuanto a su posición en uno o más aspectos. Esta puede ser social - ¿quién puede estar aquí?, ¿quién es de este sitio? – política - ¿quién puede votar?, ¿cuánto poder puede tener?, ¿quién puede ser ciudadano? – económica - ¿quién puede trabajar?, ¿qué trabajo puede desempeñar?, ¿ellos nos están quitando nuestros trabajos! – o ideológica - ¡lo negro es bello!³⁶

Por um lado, as duas bases de trabalho que evoquei destacam a existência de lutas políticas forjadas por grupos negros no pós-abolição tendo por base uma ideia de raça que fundamentava identidades e compunha os limites e alcances de cidadania, cujos significados também estavam em disputa. Por outro, a pesquisa que aqui desenvolvo oferece indícios de que a dificuldade de acessar as designações de cor e/ou raça, apontada para o período, não pode ser generalizada como comum para as Américas.³⁷ Arrisco dizer que uma empreitada que apresente tais designações só é possível se extrapolarmos os limites das fontes produzidas pelo Estado, oficiais, alargando o próprio significado dessas. O que pode ser feito ao abarcarmos aquelas que são produzidas com a chancela e exigência do Estado, como as atas de associações negras e imprensa negra. E, além dessas fontes, incorporarmos as escritas de vivências de descendentes de escravizados e pessoas cuja identidade denota uma racialização vivenciada desde as localizações mais inferiores da hierarquização.

É fundamental para esta tese a noção de *escrivivência*, perspectiva teórica sobre a utilização de escritas de vivências, atribuída à escritora Conceição Evaristo.³⁸ Entendo estas escritas como fontes de saber e autoridade sobre temáticas que aqui serão abordadas, sobretudo aquelas produzidas por pessoas cujas experiências de vida

³⁵ Cooper; Holt; Scott. *Além da escravidão...*p. 200.

³⁶ Bonilla-Silva, Eduardo. ¿Qué es el racismo? Hacia una interpretación estructural... p. 685.

³⁷ Hebe Mattos e Ana Lugão Rios destacam que “Quando se trata do período pós-emancipação, entretanto, tem-se apenas (e mesmo assim precariamente) as designações de cor como via de acesso aos ex-cativos. Esta é uma dificuldade geral nas pesquisas sobre a experiência histórica pós-emancipação nas Américas.” Rios, Ana Maria; Mattos, Hebe Maria. O pós-abolição como problema histórico... p. 176.

³⁸ Evaristo, Conceição. *Da grafia desenho de minha mãe um dos lugares do nascimento da minha escrita*. Disponível em: <http://nossaescrivivencia.blogspot.com.br/2012/08/da-grafia-desenho-de-minha-mae-um-dos.html> Acesso: Jan. 2017.

entrelaçam-se com a história dos clubes.³⁹ Para tal apresento interlocução com intelectuais negras e negros,⁴⁰ alguns dos quais já acionados nas páginas anteriores.

Para dar conta da problemática de estudar clubes negros localizados em espaços nacionais distintos, foi fundamental uma imersão na história de ambos os países, mas especialmente do Uruguai. Do mesmo modo, foi necessário procurar fontes produzidas pelos próprios sujeitos desses espaços. E aqui sobressaiu o contato que eu já havia estabelecido com os associados e associadas dos clubes brasileiros, os quais me proporcionaram fotografias, relatos, recortes, estatutos, atas e coleções inteiras de jornais da imprensa negra, o mesmo aconteceu com os associados e associadas do *Centro Uruguay*. Em síntese, a pesquisa dá-se por meio de sete fundos documentais: 1) Imprensa Negra Uruguiaia, composto pelos jornais *La Conservación* (Montevideu, 1872), *Acción* (Melo, 1934-1952) e *Orientacion* (Melo, 1941-1945);⁴¹ 2) Imprensa negra rio-grandense, composto pelos jornais *O Exemplo* (Porto Alegre, 1892-1930) e *Alvorada* (Pelotas, 1907-1965);⁴² 3) Clube *Centro Uruguay*, composto por livro de atas

³⁹ Destaco três importantes produções que apresentam escritas de vivências de associadas e associados dos clubes negros: Silveira, Maria Helena Vargas da. *As filhas das lavadeiras*. Porto Alegre: Grupo Cultural Rainha Ginga, 2002; Machado, Sátira P. et al. *Mulher Afro-Gaúcha: negritude à flor da pele*. In: Paiva, Sérgio (org.). *Mulheres do Rio Grande do Sul: diversidade*. Porto Alegre: SFERASRP Ed. de Artes, 2006; Porzecanski, Teresa; Santos, Beatriz. *Historias de Exclusión: Afrodescendientes en el Uruguay*. Montevideo: Librería Linardi y Risso, 2006.

⁴⁰ Entendo como intelectual negro/negra todas as pessoas negras que refletiram sobre a sua existência, condicionamentos e história e as dotaram de sentido por meio da escrita, sem que para isso tenham necessariamente cursado a educação formal e/ou escrevam pautados em valores que imperam no mundo acadêmico. Esta ideia está assentada na discussão proposta por Antonio Gramsci acerca do *intelectual orgânico* e da discussão sobre *intelectuais negros e negras* apresentada por bell hooks e Nilma Lino Gomes. hooks, bell. *Intelectuais Negras. Estudos Feministas*, n. 2, p. 464-478, 1995; Gomes, Nilma Lino. *Intelectuais negros e produção do conhecimento*. In: Santos, Boaventura de Sousa; Meneses, Maria Paula. (Orgs.) *Epistemologias do Sul*. Coimbra (Portugal): Almedina, 2009, p. 419-441; Gramsci, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

⁴¹ Os 17 exemplares do *La Conservación* foram publicados entre 4 de agosto de 1872 - 24 de novembro de 1872, estão disponíveis no site da *Biblioteca Nacional del Uruguay* <http://bibliotecadigital.bibna.gub.uy:8080/jspui/handle/123456789/25840> e me foram gentilmente cedidos pela historiadora Ana Flávia Magalhães Pinto; os 66 exemplares de *Acción* que tive acesso foram publicados entre 20 de novembro de 1935 - 27 de novembro de 1935 (I Época, 16 exemplares); 30 de junho de 1944 - 25 de agosto de 1946 (II Época, 25 publicações); 30 de agosto de 1947 - janeiro e fevereiro de 1950 (III Época 9 publicações) e setembro de 1951 - outubro de 1952 (IV Época, 11 exemplares); os 33 exemplares de *Orientacion* foram publicados entre 12 de outubro de 1941 e dezembro de 1945. Parte da coleção de *Acción* e *Orientacion* está disponível em microfilme na *Biblioteca Nacional de Uruguay*, e parte em exemplares originais no acervo pessoal de Juan María Pose, em Melo, a quem sou muito grata.

⁴² Os 360 exemplares do jornal *O Exemplo* foram publicados entre 11 de dezembro de 1892 -21 de janeiro de 1897 (51 exemplares); 12 de outubro de 1902 - 4 de junho de 1911 (128 exemplares); 30 de fevereiro de 1916 e 2 de janeiro de 1930 (181 exemplares). Esta coleção me foi gentilmente cedida pela historiadora Ana Flávia Magalhães Pinto, e está disponível no site da Biblioteca Nacional Digital do Brasil <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>; Os 438 exemplares d'A *Alvorada* privilegiados aqui foram publicados entre 15 de dezembro de 1946 - 31 de dezembro de 1956, disponíveis na Biblioteca Pública Pelotense (BPP), Núcleo de Pesquisa Histórica da UFRGS (digitalizado), *Centro de Cultura Afro*

de 1927 e 1942, livro de registro de sócios e sócias na fundação do clube (1925), correspondências, cadernos de Murga⁴³, estatuto e regulamento (Melo, 1932) e cinco entrevistas realizadas por mim com associados do clube;⁴⁴ 4) Clube *Fica Ahí Prá Ir Dizendo*, composto por livros de atas (Pelotas, 1947-1966), depoimentos de antigos associados; 5) *Club 24 de Agosto*; composto por livro de atas (Jaguarão, 1955-1959); 6) Clube *Os Zíngaros*, composto por estatuto (Bagé, 1948)⁴⁵ e 7) Fotografias.⁴⁶

Destaco ainda a bolsa de *missão de curta duração*, concedida pela UFRGS, em 2014, que me possibilitou realizar uma pesquisa em Montevidéu, sob a supervisão da historiadora Ana Frega (*Universidad de la República*). Acessei publicações fornecidas por professores, mas que não se encontram nas bibliotecas/arquivos públicos e, tampouco, nas livrarias. Também fiz pesquisas na hemeroteca da *Biblioteca Nacional de Uruguay*, acessando os microfilmes dos jornais *Acción* e *Orientacion*. Ainda naquele momento, pude acompanhar o curso *Diáspora Africana*, oferecido pelo historiador George Reid Andrews, na referida universidade, o que me possibilitou uma imersão na historiografia sobre os negros na América Latina e Caribe e contato com historiadores e historiadoras uruguaias e ativistas dos clubes negros de Montevidéu, que me abriram suas bibliotecas pessoais. Isso foi muito importante, tendo em vista que o cenário acadêmico e o acesso à produção acadêmica no Uruguai são bem diferentes do Brasil.⁴⁷

A documentação em espanhol, de uma forma geral, exige que eu exteriorize questões relacionadas com a metodologia de pesquisa. A atualização da grafia do idioma espanhol foi a parte técnica que exigiu maior atenção, pois precisei levar em conta a produção de uma fonte em língua diferente da utilizada na atualidade e, consequentemente, inserida num contexto histórico também diferente, o que demandou uma imersão que extrapola a técnica de tradução. A linguagem acabou por exteriorizar um potencial heurístico na identificação dos significados internos da racialização, visto

Brasileira Clube Cultural Fica Ahí Prá Ir Dizendo (original e digitalizado) e acervo privado de Catharina Mota (coleção anual de 1954). Consultei números esparsos publicados entre 1912 e 1935.

⁴³ Coleção da *Murga Clasica Pichonada*, entre 1943-1966, num total de 10 cadernos, e *Murga Don Bochinche Y Compañía* do ano de 1946.

⁴⁴ A documentação está na sede do clube e/ou na residência dos associados Ramón Farías e José Ramón Fernandez.

⁴⁵ Os estatutos me foram gentilmente cedidos pelo historiador Tiago Silva.

⁴⁶ As fotografias compõem os álbuns familiares de antigas e antigos associados. Os acervos dos clubes *Fica Ahí Prá Ir Dizendo* (Pelotas) e *24 de Agosto* (Jaguarão) dispõem de cópias de parte desses álbuns.

⁴⁷ Cabe destacar que apenas recentemente teve início o curso de doutorado em História na Universidad de la República, a única pública do país. Sobre a circulação de resultados de pesquisas, Roberto Pacheco faz a ressalva de que a produção sobre os negros no Uruguai existe, no entanto sofre de invisibilidade em decorrência da circulação ser, principalmente, interna ao país. Pacheco, Roberto. *Bibliografía afro-rioplatense (1999-2003): invisible, pero no olvidada*. In: Goldman, Gustavo (Comp.). *Cultura y sociedad afro-rioplatense*. Montevideo: Perro Andaluz Ediciones, 2008. p. 11-45.

que os termos ênicos a exteriorizam. Estes termos interpretados enquanto categorias nativas subsidiam a construção/escolha das categorias analíticas e uma tradução para o português poderia acarretar uma ilusão de homogeneização que omite as peculiaridades construídas a partir do significado social atribuído às terminologias. À medida que esses termos aparecem na tese, realizo as discussões, mas mantenho as referências na língua espanhola.⁴⁸ Dessa forma, optei por apresentar as citações em língua espanhola, apenas atualizadas ortograficamente, enquanto que mantive a grafia original na transcrição de jornais em português.

O primeiro desafio desta tese é evidenciar a quem me lê que o pós-abolição no Brasil e no Uruguai foi marcado por uma racialização das relações sociais e a criação dos clubes negros faz parte desse processo. Depois, o desafio será explicar como a criação desses clubes, suas atividades e normas extrapolam a ceara de uma cidadania lúdica – voltada tão somente para a diversão desprovida de qualquer senso político – conferindo inteligibilidade para as lutas políticas vivenciadas por grupos negros e densidade para as historicidades do processo de racialização vivenciado ao sul das Américas nas emancipações e no pós-abolição. Por fim, assumo o desafio de simultaneamente equalizar a produção intelectual uruguaia com a brasileira e contrapor o epistemicídio, aqui também entendido como uma face da racialização, e que nas palavras da intelectual Sueli Carneiro:

é, para além da anulação e desqualificação do conhecimento dos povos subjugados, um processo persistente de produção da indigência cultural: pela negação ao acesso a educação, sobretudo de qualidade; pela produção da inferiorização intelectual; pelos diferentes mecanismos de deslegitimação do negro como portador e produtor de conhecimento e de rebaixamento da capacidade cognitiva pela carência material e/ou pelo comprometimento da auto-estima pelos processos de discriminação correntes no processo educativo.⁴⁹

Para tanto analiso cinco episódios, os dois primeiros, marcam a criação dos dois clubes negros mais antigos do Brasil e do Uruguai, criados no ano de 1872 em Montevideu e Porto Alegre; e os demais, entre 1923 e 1965, assinalam a criação e manutenções de clubes negros na região de fronteira, mais especificamente nas cidades de Pelotas, Bagé, Jaguarão e Melo. Estes clubes são aqui interpretados como conferindo visibilidade às lutas políticas a partir da ideia de raça negra. Os episódios são

⁴⁸ Estou informada da discussão sobre a validade de utilizar categorias nativas como categorias analíticas desenvolvida por Guimarães, Antonio Sérgio Alfredo. Como trabalhar com ‘raça’ em sociologia. In *Educação e Pesquisa*. São Paulo: v. 29 n. 1, 2003.

⁴⁹ Carneiro, Aparecida Sueli. *A Construção do Outro como Não-Ser como fundamento do Ser*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2005. Tese (Doutorado em Educação). p. 97.

intercalados por uma problematização acerca da experiência negra na fronteira no pós-abolição e sucedidos pelo olhar voltado às pessoas que se associaram aos clubes.

A empreitada está dividida em 3 partes e oito capítulos. Na parte I e seus dois respectivos capítulos, apresento o surgimento dos clubes negros *Igualdad* e *Floresta Aurora*, em 1872, nas cidades de Montevidéu e Porto Alegre, respectivamente. Levando-se em consideração que as leis de abolição no Uruguai deram-se entre 1842 e 1846 e no Brasil em 1888, por meio das ações dos clubes, perscruto, ora em suas reivindicações abertas ora em suas atividades, as demandas historicamente localizadas das emancipações e do pós-abolição. Considero os desdobramentos que compõem a historicidade do processo de desestruturação da ordem escravista, sem perder de vista a sincronia que marca o surgimento destas instituições nas Américas. Metodologicamente analiso os editoriais e página social do jornal *La Conservación*, porta-voz oficial do *Club Igualdad*, editado na cidade de Montevidéu, no ano de 1872, e *d'O Exemplo*, editado em Porto Alegre, entre os anos de 1892 e 1930. Em todos os capítulos dessa tese finalizo com uma sintética conclusão, por conta disso ao término da parte III apresento *considerações finais* relativas à totalidade da pesquisa.

Na parte II e seus três respectivos capítulos, problematizo a presença negra na região de fronteira Brasil e Uruguai com ênfase ao pós-abolição e os significados da mobilização recreativa pelos clubes *24 de Agosto* (Jaguarão), *Fica Ahí Prá Ir Dizendo* (Pelotas), *Centro Uruguay* (Melo), *Os Zíngaros* (Bagé) e *Palmeira* (Bagé). Metodologicamente privilegio as informações advindas de escrituras, imprensa negra, depoimentos e pesquisas acadêmicas, o foco está sobre a vivência cotidiana na região. Apresento os dados que emergem dos estatutos e regimentos dos clubes sobre seus objetivos, e da imprensa negra acerca do contato entre eles e da vivência negra naquele espaço. Privilegio a vida cotidiana amparada na perspectiva do historiador Thomas Holt, para quem “é precisamente dentro do normal e cotidiano que a racialização foi mais eficaz, onde *fez raça*”⁵⁰ e na do sociólogo histórico Karl Monsma, que vê, nessa dimensão, a possibilidade de captar a reprodução do racismo para além de uma simples adoção por parte das pessoas comuns das ideologias raciais gestadas pelos intelectuais.⁵¹

⁵⁰ Texto original: “is precisely within the ordinary and everyday that racialization has been most effective, where it makes race”. Holt, Thomas. C. Marking: race, race-making, and the writing of history. *The American Historical Review*, v. 100, n. 1, 1995. p. 14. Todas as traduções são de minha autoria.

⁵¹ Monsma, Karl. *A reprodução do racismo: Fazendeiros, negros e imigrantes no oeste paulista, 1880-1914*. São Carlos: EdUFSCar, 2016.

Na parte III e seus três respectivos capítulos, analiso as interlocuções dos clubes com a política institucional e/ou o Estado de forma a compreender as demandas exteriorizadas pelos clubes, assim como as suas estratégias, e direciono o olhar para quem eram as pessoas que se associavam nesses espaços associativos, destacando seus papéis e seus diálogos com os objetivos políticos dos clubes sem perder de vista a sociabilidade. Analiso as atas de diretoria e os jornais da imprensa negra para identificar os projetos políticos que colocavam em questão os objetivos dos clubes e as normas internas, apresento ainda as escritas de vivências de associadas e associados. Priorizo a análise do intervalo entre as décadas de 1930 e 1960, atentando para os projetos em rede, mas também para os individuais.

Ao longo do desenvolvimento do trabalho e participação em eventos acadêmicos, foram recorrentes os questionamentos “por que o clube tem este nome? ”. Tendo isto em vista aliado a presença desse assunto em todas as conversas que mantive com pessoas que participaram dos clubes, optei por apresentar pequenas narrativas no início das partes. Intento oferecer algumas respostas àqueles questionamentos pelo aporte das escritas e da memória das pessoas. A escrita que teço nas páginas que seguem é também sobre afeto, ou seja, são elementos que se fizeram/fazem presentes na minha trajetória pessoal e acadêmica e, assim, me afetam. Por conta disso, assumo o risco de inverter as regras de um jogo já bastante duradouro e apresentar *a história e, sobretudo, a historicidade*⁵² compartilhada no âmbito do privado dos clubes, entre pessoas negras, sem cruzar com outras fontes que não a memória.

Um último alerta: utilizo a terminologia negro e explicito uma opção de escrita histórica. Pelo menos desde 1872, a *raça negra* era afirmada por pessoas de pele pigmentada, autoidentificadas de cor, de ascendência ou naturalidade africana em terras americanas. Estas pleiteavam assegurar sua existência em plenitude sem que a referência racial/de cor significasse qualquer traço que deslegitimasse sua humanidade ou estivesse vinculada a outra nação que não aquela em que estavam. O fizeram acionando a terminologia *negro*, ou por meio das variáveis descritas ao longo desta tese. Por isto este trabalho é escrito a partir da ideia de *raça negra* e não de *afrodescendência* ou algo que o valha.

⁵² Frantz Fanon, ao refletir sobre o eu-racial centrado na epiderme, no contexto da experiência de racismo nas Américas pós colonial, refere que existe um conjunto de lendas e histórias dotados de historicidade que denotam hierarquia racial e independem das pessoas negras, visto que são gestadas pelo outro, a saber, o branco colonizador. Fanon, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas...*

É uma opção informada por uma realidade histórica objetiva apresentada e analisada nas páginas seguintes. Afinal, como bem descreveu o historiador Flávio Gomes em relação à problematização dos objetivos políticos dos grupos negros,⁵³ é preciso atentar para o fato de que aquelas pessoas estavam também informando qual era a pauta de suas reivindicações e os termos para tal. Como forma de seguir os passos preconizados pelo historiador e de melhor informar a respeito de um contexto histórico, distante mais de meio século do presente, é a terminologia *negro* que utilizo no texto, sempre atenta aos seus significados e suas variáveis. Não pretendo aqui naturalizar o termo *negro* e, por conta disso, discuto seus significados ao longo da tese, de forma transversal em decorrência da importância que assume no estudo que realizo.

Somo a isso uma posição pessoal de evitar o pedantismo por meio do uso de aspas e do recurso itálico em tais referências, por isso suprimi-as e as utilizo somente quando estritamente necessário.⁵⁴ Faço essa ressalva à escolha pelo termo *negro* não por acreditar que a categoria *afrodescendente* é totalmente equivocada, mas sim porque, em diálogo com o objetivo dessa tese, ela é um dispositivo político dotado de história. Utilizá-la aqui poderia acarretar uma interpretação que desrespeitaria essa contextualização, própria de uma conjuntura de globalização e, sobretudo, da unidade dos povos negros em torno de políticas públicas, especialmente desde a década de 70 do século XX, cujo ponto culminante foi a *III Conferência Mundial de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata*, realizada em 2001.⁵⁵ Acrescento ainda que, para o período histórico aqui investigado, a palavra *afrodescendente* não enuncia a questão da racialização vivenciada pelas pessoas negras e, tampouco, evidencia a forma como os grupos utilizaram a nomenclatura e a dotaram de significado social. *Afrodescendente*, para referir pessoas de pele pigmentada e outros códigos lidos socialmente como *negros*, cumpre às vezes a função de etnia em lugar da ideia de raça e dilui no discurso algo que tinha (e ainda tem) uma existência social dotada de significados relacionados com a hierarquização social pautada em uma ideia de raça,

⁵³ Gomes, Flávio. *Negros e política...*

⁵⁴ Ressalvas semelhantes encontram-se nos trabalhos da historiadora Larissa Viana e do historiador Rodrigo de Azevedo Weimer. Viana, Larissa. *O idioma da mestiçagem*. Campinas (SP): UNICAMP, 2007; Weimer, Rodrigo de Azevedo. *Felisberta e sua gente: consciência histórica e racialização em uma família negra no pós-emancipação rio-grandense*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

⁵⁵ A Conferência ocorreu em Durban, África do Sul, entre os dias 31 de agosto e 8 de setembro de 2001, e contou com a participação de representantes de movimentos sociais de diferentes países. Sobre ela ver *Declaração e Programa de Ação adotados na III Conferência Mundial de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata*, disponível em http://www.inesc.org.br/biblioteca/legislacao/Declaracao_Durban.pdf Acesso em Mar. 2017.

problemática cara aos estudos do pós-abolição e de fundamental importância para a escrita da história.

Nomear também é um ato de poder e o politicamente correto, como o caso do termo *afrodescendente*, pode bem invisibilizar uma história repleta de forças contrárias à emancipação de um grupo de pessoas marcado pela cor da pele. O escritor Cuti ao tecer uma reflexão sobre o racismo no Brasil, em “quem tem medo da palavra negro”, afirma que a palavra “é a única do léxico que, ao ser empregada para caracterizar organização humana, não isenta o racismo.”⁵⁶ Nesse sentido, como destacou o historiador Thomas Holt acerca da escrita da história da marcação da raça: “nós – especialmente historiadores – devemos fornecer alguns dos materiais para automodificação e, portanto, auto-emancipação. O peso da nossa história é grande; o fardo do nosso fazer história é ainda maior”.⁵⁷ Por último, a história social do racismo ainda tem muito o que evidenciar no que tange aos mecanismos do seu fazer-se, em especial na região sul do Brasil e no Uruguai, com o objetivo de contribuir para melhor entendermos-a é o uso de *negro* e *raça* que mantenho ao longo dessas páginas.

Sintetizo essa discussão com a frase do senhor Ramón Farías que – do alto de seus 75 anos, em uma rica noite de verão na sede do *Centro Uruguay*, no ano de 2015 – afirmou em meio a um sorriso largo “*Yo si puedo decir negro*”. Ao ser interpelado por um rapaz não negro quanto à pertinência de se referir a ele da mesma forma, advertiu de forma bastante séria “*Para usted es afrodescendiente*”.

Convido-os então a acompanhar as reuniões de diretoria, espiar as chapelarias e, finalmente, adentrar nos salões de bailes localizados no extremo sul das Américas, nos quais dançaram muitos daqueles e daquelas que me proporcionaram conhecimentos que se passam apenas nas rodas de chimarrão familiares, caríssimas nessa região de fronteira. Decerto não darei conta de colocar tais aprendizados de forma tão vívida nessa tese, mas farei o possível.

⁵⁶ Cuti [Luiz Silva]. *Quem tem medo da palavra negro*. 1995. http://www.sedes.org.br/Departamentos/Psicanalise/pdf/quemtemmedodapalavranegro_cuti.pdf Acesso em Jun. 2017.

⁵⁷ Texto original: “we-especially historians-must provide some of the materials for that self-fashioning and thus self-emancipation. The burden of our history is great; the burden of our history-making is all the greater.” Holt, Thomas, C. *Marking: race, race-making, and the writing of history...* p. 20.

Parte I – Uma forma de protesto à ideia de raça nas Américas – O surgimento dos clubes negros nos grandes centros de uma região de fronteira ao sul do Atlântico. (déc. 1870- déc. 1930)

José María Rodríguez, que vivia em Montevideu e era militar por profissão, e o cidadão Luiz Gonzalez, aos 18 dias do mês de agosto de 1872 encaminharam aos redatores do jornal *La Conservación*, carta endereçada ao secretário do *Club Igualdad* (Luiz Gonzalez) pelo senhor Enrique Munn em resposta à indicação de ocupar o cargo de subsecretario do referido *Club*. O jornal fora fundado naquele mesmo ano, na capital uruguaia, e se autodenominava *Organo de la Sociedad de Color*. O remetente da carta informava que “*amo a mí clase, porque no transijo con los hombres que han sido los déspotas de nuestra raza que aun hoy, a pesar del progreso de la vida democrática y titulándose legítimos liberales, dicen que sentaría mal al extranjero ver en nuestra Representación Nacional á un hombre de nuestra clase, y porque transigir con ellos sería acatar la ignominia que ha pesado sobre nuestra fuente.*”⁵⁸ Estes pormenores e vários outros presentes nas páginas do jornal *La Conservación*, sobretudo nos editoriais e nas páginas dedicadas a vida social, estiveram na base e no fazer-se da *Igualdad* pretendida por aqueles e tantos outros homens negros uruguaiois, que fundamentava o nome do *Club da Raza*.

Um grupo de trabalhadores negros libertos reuniu-se para fazer uma bela serenata a um amigo ao final de um dia de labuta no mês de dezembro de 1872, na capital da província de São Pedro do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. Dentre eles a maioria era jovem, como Miguel Archanjo da Cunha⁵⁹, mas estavam também aqueles com um pouco mais de experiência de vida, como o senhor José Manoel Antonio, de 40 anos, sapateiro por profissão.⁶⁰ A serenata foi até altas horas, e os amigos retornaram a seus lares quase ao amanhecer do dia. Porém, no caminho de volta imersos em um sentimento de alegria e liberdade proporcionada pela música, resolveram organizar uma *sociedade* onde pudessem compartilhar tal prazer com seus iguais. E, sempre que possível, desenvolver atividades beneficentes, especialmente, subsidiar enterramentos, como já era de praxe na irmandade do Rosário⁶¹, da qual alguns deles participavam. Pelo adiantado da hora e em decorrência da euforia, resolvem pelo nome da nova

⁵⁸ *La Conservación*, 18 de agosto de 1872, p. 3. A ideia de *clase*, será problematizada na parte II.

⁵⁹ *O Exemplo*, 5 de janeiro de 1903, p. 2; 1º de janeiro de 1894, p.3. Foi também sócio da Beneficência Porto Alegrense e da Irmandade do Rosário.

⁶⁰ *O Exemplo*, 13 de novembro de 1910. p. 2.

⁶¹ Criada em Porto Alegre no ano de 1786. Muller, Liane Susan. *As contas do meu rosário são balas de artilharia*. Porto Alegre: Prágmata, 2013.

associação – Floresta Aurora –, uma homenagem ao cruzamento das ruas nas quais se encontravam e à aurora do amanhecer/de um novo tempo para famílias da *raça de cor*. A partir de então os amigos, que moravam em locais aproximados, passaram a discutir os trâmites dessa associação e, dentre tantos pormenores, um assunto era unânime, nela poderia adentrar pessoas como eles, de cor, independentemente de serem livres ou não. Findos os primeiros acordos, no último dia daquele ano, eles dão por fundada a *Sociedade Beneficente Floresta Aurora*.⁶²

Essas são pequenas narrativas compostas por mim a partir de vivências identificadas nas fontes, advindas de escrituras e/ou memórias compartilhadas em depoimentos orais por/sobre pessoas que, nos grandes centros da região de fronteira Brasil-Uruguai, criaram os primeiros clubes que se apresentavam publicamente como voltados a *Sociedad de Color, pessoas da Raza, raça de cor*. Essa estratégia de introdução se justifica pelo entendimento de que revisitar a questão da cidadania e da liberdade dando ouvido às produções de pessoas negras significa antes de qualquer coisa posicioná-los na historiografia como autoras, verdadeiras intelectuais da história brasileira e uruguaia que aliam reflexão ao ponto de vista privilegiado advindo da experiência do vivido.⁶³ Tal perspectiva resulta na epistemologia aplicada ao longo da tese.⁶⁴

Os elementos previamente dispostos nas narrativas apresentam algumas das questões que vamos encontrar na primeira parte desta tese. No capítulo 1, discorro sobre a experiência do clube *La Igualdad* criado no ano de 1872, na cidade de Montevideu, já distante três décadas da escravidão. No capítulo 2, abordo a criação e manutenção do

⁶² Livro de atas, 15 de dezembro de 1872, Apud Nonnenmacher, Marisa Schneider. *Tudo começou em uma madrugada: Sociedade Beneficente Cultural Floresta Aurora*. Porto Alegre: Medianiz, 2015. p.17. Idem, p. 15-18; “Extracto dos estatutos da sociedade de Dança e Beneficencia Floresta Aurora, aprovados em 31 de dezembro de 1874.” *A Federação*, 18 de novembro de 1909, p. 2.

⁶³ Ponto de vista, assim como lugar de enunciação, entendido nos moldes que destaquei advém do pensamento cunhado sobretudo pelo feminismo negro e/ou por mulheres negras que refletem academicamente sobre como suas experiências marginais conformam possibilidades de interpretações outras. Sobre isso ver especialmente: Collins, Patrícia Hill. Rasgos distintivos del pensamiento feminista negro. In: Jabardo, Mercedes (org.) *Feminismos negros: Una antología*. Madri: Traficantes de Sueños, 2012. p. 99-134; Idem. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. *Sociedade e Estado*, v. 31, n. 1, p. 99-127, 2016.

⁶⁴ As principais interlocuções na área da História, tendo em vista estudos cuja a atenção foi dirigida para os objetivos pretendidos desde dentro dos grupos negros, estão em Rios, Ana Lugão; Mattos, Hebe Maria. O pós-abolição como problema histórico: balanços e perspectivas. *Topoi*, v. 5, n. 8, p. 170-198, 2004...; Cooper, Frederick; Holt, Thomas C.; Scott, Rebecca J. *Além da Escravidão...*; Gomes, Flávio. *Negros e política...*; Castro, Cristian. “Exploraciones para una historia transnacional de la afro-modernidad en América. Chicago y Sao Paulo, 1900-1940”. *Revista de Historia Iberoamericana*, v. 3, n. 1, p.33-49, 2010.

clube *Floresta Aurora*, fundado também no ano de 1872, mas na cidade de Porto Alegre, ainda na vigência da escravidão. Adoto como estratégia de exposição a descrição e interpretação das atividades desenvolvidas pelos clubes, de forma individual e/ou em rede.

O propósito na primeira parte desta tese é indagar como as problemáticas da racialização e da cidadania puderam amalgamar o modo como os clubes se apresentaram e justificaram sua existência, e, em alguma medida, impactar sobre suas ações individuais e coletivas. Importa também apresentar as relações tecidas por meio desses espaços e as estratégias utilizadas para viabilizar suas demandas. A finalidade não é um enfoque pormenorizado, mas meramente problematizar como as experiências de clubes negros surgem num mesmo tempo histórico, conectam-se por meio de formatos semelhantes, e estabelecem diálogos em intrínseca relação com os dilemas locais e nacionais, que elucidam sobre o pós-abolição como problematização histórica.

Capítulo 1 - Club Igualdad: cidadania e sociabilidade negra na emancipada Montevideu (1872)

Levar a “*Representación Nacional un hombre de nuestra clase*” era a reivindicação do candidato do *Club Igualdad*, o militar *de color* José María Rodríguez. Por *clase* leia-se coletivo de pessoas que compartilhavam um mesmo objetivo, que, nesse caso era o fim dos recrutamentos forçados de homens negros, instituído pelas leis de abolição, como veremos na sequência. O clube foi fundado em 25 de agosto de 1872 por Eulogio Alsina, José María Rodríguez, Timoteo Olivera, Manuel Aturaola, Manuel Gutiérrez e, possivelmente, outros homens negros,⁶⁵ teve como porta-voz o jornal *La Conservación*, a principal fonte utilizada nesse capítulo.

As demandas do *Club Igualdad* adquirem sentido ao observarmos os dilemas da história da população negra aquela nação, sem perder de vista a realidade das Américas. As duas leis de abolição da escravidão uruguaia foram promulgadas no contexto da *Guerra Grande* (1839-1851) e estavam relacionadas aos interesses de ambos os lados envolvidos no conflito.⁶⁶ A primeira delas foi promulgada em 1842 pelo governo *colorado*, comandado por Fructuoso Rivera, com sede em Montevideu, sob apoio dos unitários argentinos, da França e da Inglaterra.⁶⁷ Institucionalizava a obrigatoriedade do serviço militar aos homens negros pelo tempo que necessário fosse e informava que mulheres, crianças e homens não aptos à função de soldados ficariam prestando serviço aos seus antigos senhores, na modalidade de contratos. Alerto que, se os homens negros eram *quase-cidadãos*,⁶⁸ ou seja, não mais escravizados, mas tampouco cidadãos com direito a liberdade incondicional, o mesmo não valia para as mulheres e as crianças, pois estas seguiam sob jugo do mesmo senhor e sequer anteviam uma data para o acesso ao direito de ir e vir.

Os contratos de trabalho não foram uma especificidade uruguaia no processo de

⁶⁵ Goldman, Gustavo. *Lucamba*. Herencia africana en el tango. 1870-1890. Montevideo (UY): Perro Andaluz Ediciones, 2008. p. 17 e 79.

⁶⁶ “Guerra Grande é a denominação que a historiografia uruguaia dá ao conflito entre os partidos *colorado* e *blanco*. Profundamente aliados aos unitários argentinos, os *colorados*, liderados por Fructuoso Rivera, tornaram-se alvo do presidente vizinho Juan Manuel Rosas, que, por sua vez, era aliado do principal líder dos *blancos*, Manuel Oribe. Por mais que seja considerada uma guerra civil, este conflito extrapolava as fronteiras, coexistindo na Argentina e apenas tendo sido encerrado graças à interferência militar do Império do Brasil”. Menegat, Carla. “*Transportando fortunas para povoar deserta e inculta campanha*”: atuação política e negócios dos brasileiros no norte do Estado Oriental do Uruguai. (1845- 1835). Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2015. Tese (Doutorado em História). p. 12-13.

⁶⁷ República Oriental del Uruguay, Ley nº 242, Esclavitud (I), de 12 de diciembre de 1842. Disponível em http://archivo.presidencia.gub.uy/_Web/ddhh/LEY242.htm. Acesso em março de 2015.

⁶⁸ Cunha, Olívia Gomes da; Gomes, Flávio dos Santos (Orgs.). *Quase-cidadão: Histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

emancipação da escravidão, embora o seu significado esteja diretamente vinculado com o contexto histórico específico das Guerras de Independência.⁶⁹ A Guerra Grande faz parte de um contexto Atlântico de formação de nações modernas, pautadas pela ilustração, diretamente influenciadas pelos ideários de liberalismo preconizados pela Inglaterra. É importante destacar que o governo radicado em Montevidéu, denominado *Gobierno de la Defensa*, assinou um acordo para o fim do tráfico de escravos com a Inglaterra no ano inicial do conflito (1839) e a influência é marcante na redação da lei de abolição, que advém da ratificação do referido acordo, conforme as considerações: “*Que en ningún caso es más urgente el reconocimiento de los derechos que estos individuos tienen de la naturaleza, la Constitución y la opinión ilustrada de nuestro siglo*”. Na sequência é evidenciado o contexto histórico específico “*que en las actuales circunstancias en que la República necesita de hombres libres, que defiendan las libertades y la independencia de la Nación*”.⁷⁰ A redação da referida lei é bastante ilustrativa dos ideários e do contexto específico. Conforme se pode observar no referente às condições da liberdade dos escravizados:

Artículo 1º. - Desde la promulgación de la presente resolución, no hay esclavos en todo el territorio de la República.

2º.- El Gobierno destinará los varones útiles que han sido esclavos, colonos o pupilos, cualquiera que sea su denominación, al servicio de las armas por el tiempo que crea necesario.

3º.- Los que no sean útiles para el servicio militar, y las mujeres, se conservarán en clase de pupilos al servicio de sus amos, con sujeción por ahora a la ley patria sobre pupilos o colonos africanos.

4º.- Los derechos que se consideren perjudicados por la presente resolución serán indemnizados por leyes posteriores. Comuníquese al P. E., etc.

Sala de Sesiones en Montevideo, a 12 de diciembre de 1842.

Manuel B. Bustamante

Juan A. la Bandera

Estas condições reforçam elementos que já haviam figurado antes, dentre estes estavam os colonos e pupilos, ou *qualquer que fosse sua denominação*, uma referência explícita aos *hombres de color* referenciados na Assembleia Geral de 1837.⁷¹ A referência racializada substituíra uma menção ao estatuto jurídico e/ou ao trabalho que desempenhavam - como escravos, colonos ou pupilos e enfatizava o traço

⁶⁹ Sobre as discussões em torno das restrições de liberdade no contexto das emancipações em perspectiva ampliada ver: Holt, Thomas C. A essência do contrato. In: Cooper, Frederick; Holt, Thomas C; Scott, Rebecca J. *Além da Escravidão...* p. 89-129; Andrews, George Reid. *América Afro-latina...* p. 83-150.

⁷⁰ República Oriental del Uruguay, Ley nº 242...

⁷¹ A Assembléia decretou que negros que adentrassem no território seriam livres, na prática instituiu-se a tutela. Ver: Flores, Mariana Flores da Cunha Thompson. *Crimes de fronteira: a criminalidade na fronteira meridional do Brasil (1845-1889)*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014. (Coleção e-book ANPUH-RS)

compartilhado por todos – *de color*- e afirmava que seriam todos considerados livres. Sendo que os menores de 25 anos deveriam servir os seus senhores, agora denominados patrões, por um período de três anos, pelo regime de patronato, independentemente de serem livres ou escravizados antes da promulgação da lei. Além de configurar uma franca aparição da forma como a racialização de homens – e talvez mulheres – negros deu-se na formulação de leis no território oriental, apresenta também uma restrição de cidadania ao ampliar o controle sobre os significados da liberdade para os homens negros livres, sobretudo no que tange ao cerceamento de escolha de trabalho.⁷²

Em um intervalo de quatro anos, a lei promulgada pelo governo radicado em Montevideu, foi seguida pela promulgação de lei semelhante, em 26 de outubro de 1846, por parte do governo radicado no interior. Sob as diretrizes dos *Blancos* liderados por Manoel Oribe e Bernardo Berro, a lei em seu 1º artigo informa que “*Queda abolida para siempre la esclavitud en la República*”. Na sequência, “*se establece que, desde la promulgación de esa ley ‘entran al goce de su libertad todos aquellos esclavos que no hayan sido emancipados de derecho’*”.⁷³

A lei de abolição do ano de 1842 permite observar a racialização e, ainda, a questão do patronato/custódia/pupilage, que aponta para a ideia de *aprendizado da liberdade*. Estes termos foram desenvolvidos por Thomas Holt como forma de caracterizar a justificativa acionada na concessão restrita de liberdade pelo programa britânico de emancipação na Jamaica entre 1833 e 1866.⁷⁴ As discussões legislativas sobre a restrição da liberdade no território uruguaio foram investigadas por Alex Borucki, Karla Chagas e Natalia Stalla, os quais observaram a ênfase no controle sob a justificativa de uma possível desordem frente à (suposta) não experiência dos antigos escravizados com a liberdade, assim como propensão à vadiagem, prostituição e crimes de toda a ordem.⁷⁵

Nesse sentido, interpreto que os contratos compõem um importante significado da

⁷² Menegat, Carla. “*Transportando fortunas para povoar deserta e inculta campanha*”...

⁷³ Borucki, Alex; Chagas, Karla; Stalla, Natalia. *Esclavitud y Trabajo*. Un estudio sobre los afrodescendientes en la frontera uruguaya (1835-1855). Montevideo: Mastergraf, 2009.p-65-70. A 1ª lei ficou conhecida como ‘Ley de la abolición’; a 2ª lei ficou conhecida como ‘ley de la abolición definitiva’. Ambas as leis trouxeram a questão da indenização, outro ponto comum nas discussões a nível legislativo acerca da emancipação. A 1ª previu em caso de descontentamento dos senhores, o que de fato não se deu de pronto, a 2ª informava que *os valores dos escravos era uma dívida da nação*, logo, os donos seriam recompensados de acordo com valores estipulados pelas normas da lei.

⁷⁴ Holt, Thomas C. A essência do contrato. In: Cooper, Frederick; Holt, Thomas C; Scott, Rebecca J. *Além da Escravidão*...

⁷⁵ Borucki, Alex; Chagas, Karla; Stalla, Natalia. *Esclavitud y Trabajo*... Elemento semelhante ao que o historiador Sidney Chalhoub apontou para o Rio de Janeiro, nas últimas décadas do século XIX, quando o Brasil também discutia a abolição. Ver: Chalhoub, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

pedagogia adotada pelo governo uruguaio para ensinar os trâmites da liberdade. Notadamente limitada e mantenedora de lugares sociais estabelecidos durante a vigência da escravidão. Este mesmo governo tinha como objetivos a manutenção de mão de obra e população na nação, de forma a ter uma população que justifica e assegura a soberania nacional. Ressalto que se trata de população e não de cidadãos com poder de decidir o futuro político da nação, visto que a constituição de 1830, embora considerasse que ninguém mais nasceria escravo, ou seja, o ventre passava a ser livre, suspendia a cidadania aos *soldados de línea*, por exemplo. Logo, a restrição de cidadania aos homens negros maiores de 25 anos e a obrigatoriedade de ser soldado legalizavam a relação entre coerção sobre a força de trabalho livre e direitos políticos em tempos de *liberdade*. Não esquecendo que a coerção sobre a força de trabalho livre, mediante os contratos de patronato, alcançou também as mulheres negras livres, homens negros considerados inaptos e menores negros. O fim formal dessa prática em relação aos menores negros deu-se em 2 de maio de 1853, enquanto que os demais foram atingidos apenas em 2 de julho de 1862, com a declaração de nulidade dos contratos de patronato pelo então presidente Bernardo Berro.⁷⁶

Importa ainda destacar o elemento censitário, a política de incentivo à imigração européia e a relação de ambos com o conteúdo das demandas do *Club Igualdad*. O último censo nacional uruguaio do século XIX, que contabilizou em separado negros e brancos, além de mulatos, mestiços e indígenas, data de 1852, enquanto que o último municipal (para Montevidéu) data de 1884. Em 1852 em um total de 131.969 habitantes, as categorias negros e mulatos representavam 8.8% frente a 64.1% de brancos, em 1884 na cidade de Montevidéu fora contabilizada uma população de 214.951 habitantes sendo 0.9% negros e mulatos e 98.8% brancos.⁷⁷ A 1ª lei geral que regulou e previu incentivos a imigração no país, data de 1890, no entanto, a *ley 320*, de 1853, direcionada à agricultura, já explicitava benefícios aos colonos europeus que se estabelecessem em colônias agrárias, denominados *colonos inmigrantes*.⁷⁸ Denominação esta que também foi racializada, vale lembrar que o 2º artigo da lei de abolição de 1842 referia os colonos, leia-se os *hombres de color*. As leis mostram que enquanto as pessoas negras tinham sua liberdade condicionada e, conseqüentemente, sua cidadania limitada, os europeus eram bem-vindos no Estado Oriental e beneficiados

⁷⁶ Borucki, Alex; Chagas, Karla; Stalla, Natalia. Idem... p. 96 e 147.

⁷⁷ Andrews, George Reid. *Negros en la nación blanca...* p. 23.

⁷⁸ Arocena, Felipe; Aguiar, Sebastián. *Multiculturalismo en Uruguay: Ensayo y entrevistas a once comunidades culturales*. Montevideo: Ediciones Trilce, 2007. p. 47.

com incentivos. Os dados dos censos de 1852 e 1884 certamente precisam ser problematizados e possivelmente não correspondem à realidade, como alerta George Andrews, mas somados ao contexto de chegada dos imigrantes europeus, são um indício de que população e cidadãos eram considerados importantes para as autoridades da jovem nação, assim como do significado *de clase* na demanda do *Club Igualdade*, o qual pode ser acessado por meio do jornal *La Conservación*.

O 1º primeiro número do jornal *La Conservación – Órgano de la sociedad de color*, que circulou nas ruas de Montevidéu a partir do dia 4 de agosto de 1872, trazia no editorial – cuja redação estava a cargo de Marcos Padín, Augustin Garcia e Andrés Seco – a justificativa para a sua criação: “*Nosotros nos presentamos defendiendo un derecho justo, un derecho de principios, un derecho sagrado*”.⁷⁹ Após pouco mais de um mês, o jornal que circulou no dia 15 de setembro de 1872 informava também no editorial, que “*La Conservación es un órgano de la sociedad de color, es un periódico sin color político, que viene a la prensa a defender nuestros derechos*”.⁸⁰

É momento de voltarmos ao *Club Igualdad* e à *sociedad de color*. Corria a campanha eleitoral para o parlamento nacional, a se realizar no próximo ano, 1873, a experiência de formar clubes de caráter político fazia parte de um repertório cultural relativamente disponível. A década de 70 foi marcada por uma profusão de clubes vinculados à política institucional na capital uruguaia, todos buscando alcançar adeptos, fosse por meio de antigas cores que nomeavam os dois principais partidos, Blancos e Colorados, ou em novos nomes na cena política.

Ao abordar a experiência negra no Uruguai, o historiador George Andrews refere à existência de um furor clubista que caracterizava Montevidéu na segunda metade do século XIX. O historiador britânico Peter Burke em um texto jornalístico cujo título é auto-explicativo, *História Social dos Clubes* lança alguns elementos que auxiliam na compreensão da cultura de clubes negros que eclode a partir do século XIX.⁸¹ O veículo de divulgação do referido texto em parte corrobora a popularidade da experiência clubista a qual, nas palavras do autor, teve aparição no século XIV, no mundo de fala inglesa. O auge foi nos séculos XVIII e XIX em uma intrincada relação com as ideias de modernidade, democracia, iluminismo e urbanização que, por sua vez, foram

⁷⁹ *La Conservación*, 4 de agosto de 1872, p. 1. As páginas do jornal não estão numeradas, a numeração que aqui apresento faz referência à capa (1), folha reversa à capa (2), folha reversa à contracapa (3) e contracapa (4).

⁸⁰ *La Conservación*, 15 de setembro de 1872, p. 1.

⁸¹ Burke, Peter. A História Social dos Clubes. *Folha de São Paulo*, s/p, 24 de fev. de 2002. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs2402200203.htm>. Acesso em dez. 2016.

vivenciadas nos clubes. Tais colocações permitem que tenhamos noção de que o *Social* que o autor está referindo é o europeu, no entanto, ele não se exime de apresentar exemplos fora deste centro, com ênfase para as sociedades asiáticas e africanas e um pequeno exemplo nas Américas, mais precisamente nos Estados Unidos da América.

Destaco dois elementos principais do texto de Burke que auxiliam na construção do argumento desta tese: associação e democracia. O autor identifica a formação dos clubes como parte de uma longa experiência de criação de associações voluntárias. Estas tiveram/têm suas expressões em diferentes partes do mundo, como, por exemplo, os clubes de interesses especiais, de integração de imigrantes, políticos (XVII), de esporte (XVIII), étnicos (XVII) e tribais. Argumento que é na organização e no fazer-se dos clubes que reside a possibilidade de vivenciar aquilo que identifico por *aprendizagem da democracia e consolidação de uma cidadania*, na esteira de Cooper, Holt e Scott em relação à liberdade. Fortaleço o argumento destacando a perspectiva do associado de um clube americano do século XVIII reproduzida por Peter Burke: “os clubes eram ‘governos em miniatura’ ou pequenos ‘Parlamentos’, oferecendo um treinamento em cultura democrática, em liberdade, igualdade e, sobretudo em fraternidade”.⁸².

Ainda sob os clubes no século XIX, Peter Burke informa que foi nesse século que tal movimento atingiu o seu auge e ressalva que se deu de “ambos os lados do Atlântico, quando os pobres fundaram suas ‘sociedades amigáveis’ e surgiram os ‘clubes beneficentes’, as ‘ligas femininas’ e os ‘institutos femininos’, e clubes de elite [...] foram seguidos por sociedades com afiliação das massas.” Na sequência, Burke destaca o papel de mediação que os clubes desempenhavam entre aquilo que era de cunho privado (âmbito da família) e público (âmbito do Estado), o que, por sua vez, nos permite remontar às sociedades civis reivindicadas pelo intelectual negro uruguaio Jacinto Ventura de Molina. Para Molina, os homens – de forma universal – construíram, ao longo da história, uma gama de corporações, denominadas *sociedades civiles*, por meio das quais podiam assegurar a *libertad, seguridad de sus propiedades, librándose de la violencia de los extranjeros*.⁸³ Burke finaliza seu texto afirmando que os clubes “deram uma importante contribuição ao surgimento do que algumas pessoas hoje

⁸² Burke, Peter. A História Social dos Clubes...

⁸³ A definição foi escrita provavelmente no ano de 1834. Jacinto Ventura de Molina, nasceu em Rio Grande de São Pedro, no ano de 1766, *Teniente na Compañía de Morenos libres de 1807* para a defesa de Montevideu das tropas inglesas, *licenciado en Derechos* e secretário da *cofradía de San Benito*, Acree Jr, William G.; Borucki, Alex (EE.). *Jacinto Ventura de Molina y los caminos de la escritura negra en el Río de la Plata*. Montevideo (UY): Librería Linardi y Risso, 2008. p.129.

chamam de ‘esfera pública’ e outras, de ‘sociedade civil’.”

É o conteúdo de uma parte da sociedade civil, a denominada *sociedad de color* que acompanhamos por meio da experiência do clube *Igualdad*, criado um ano antes das eleições. O *Club* tinha como presidente um de seus fundadores, José María Rodríguez, militar negro que alcançou o posto de major e era secretariado por Luis Gonzalez, também negro. O jornal era editado em Montevideu e circulou semanalmente (domingo) entre os dias 4 de agosto e 24 de novembro de 1872. Teve como redatores Marcos Padín; Augustin Garcia; Andrés Seco e Timoteo Olivera.

Nas matérias do jornal, encontramos a defesa do direito à igualdade, civil e política, que, por sua vez, dava nome ao *Club*. Essa igualdade era entendida como negada à *raza negra*, pelo simples fato de terem os indivíduos a ela pertencente a *faz de color oscura*. De forma filtrada, referia-se às *señoritas*, não obstante, o conteúdo do jornal era majoritariamente direcionado ao público masculino. Considerando o objetivo político institucional do *Club*, é de se entender que as mulheres figurem pouco, afinal, elas não tinham direito ao voto. É importante observar que essa questão não foi problematizada, permitindo interpretar uma *sociedad de color* de significado supostamente universal, mas concretamente entendida como masculina.

O *Club* pleiteou a construção de uma pauta política compartilhada com a/*na sociedad de color*, consolidando um nome que o representasse nas eleições. Este nome foi apresentado na edição de 29 de setembro de 1872, e tratava-se do presidente do *Club* “*El señor Rodríguez hombre ilustrado e intrépido, para desempeñar ese puesto, ó mas bien dicho para representar nuestra raza*”. Afinal, alertavam os então redatores Marcos Padín e Andres Seco, *¿Quién mejor que el señor Rodríguez puede dignificar una raza, que marcha hoy á pasos agigantados hacia la senda del progreso de la ilustración?*” Ainda nas palavras dos redatores está o que me é a síntese desse projeto e do seu contexto histórico:

La base de las sublimes instituciones democráticas, es a no dudar lo la libertad.

La base que sirve para formar un buen ciudadano, es la práctica de esa libertad.

No es hombre libre ni ciudadano, el que no Practique los sagrados derechos que la libertad le confía.

No hay hombre más libre que aquel que está dispuesto a sacrificarse por sus derechos.

En este sentido; ciudadanos de nuestra raza qué más podemos decirnos, sino que la práctica de la libertad bien entendida, es el culto que debemos a la sublime religión de la patria.

Esa práctica consiste principalmente, en depositar en las Urnas Electorales,

*nuestro voto por el hombre que nos parece más apto para representarnos en el Parlamento Nacional; voto nacido de nuestra libre y espontánea libertad.[...]*⁸⁴

O *Club* foi criado dez anos após o fim da legalidade dos contratos de peonagem. Mas ainda vigorava os recrutamentos forçados de homens negros, algo que só seria abolido em 1876, pelo governante ditatorial, Lorenzo Latorre. De acordo com o jornal, os negros eram vistos por muitos como *carne de cañón*,⁸⁵ ou seja, como disponíveis e obrigados a aceitar o recrutamento. Na transcrição anterior, cujo conteúdo foi retomado em todos os números posteriores disponíveis para pesquisa, estão presentes noções universais próprias de instituições democráticas modernas como, por exemplo, liberdade, cidadania política e direito ao voto, ou seja, características da modernidade. Noções essas que foram reivindicadas dentro da sociedade uruguaia, e, especialmente, frente à instituição política uruguaia, o *Parlamento Nacional*, no qual os adeptos do *Club* não se viam representados e respeitados em seu direito de igualdade, algo que deveria ser inerente à liberdade em se tratando de instituições democráticas. A falta de igualdade era entendida como diretamente ligada ao passado escravista, com a manutenção de lugares sociais próprios do passado, e a consequente exclusão que se colocou lado a lado da abolição e reverberou na instituição de representação política, cerceando assim o significado de liberdade.

Percebo um traço do que Frederick Cooper, Thomas Holt e Rebecca Scott identificaram como problemas da liberdade.⁸⁶ E, o que W. E. B. Du Bois, em seu estudo sobre a sociedade norte-americana no período pós-emancipação, rotulou como *democracia da abolição* que na interpretação de Angela Davis:

Significa falar não unicamente, e nem fundamentalmente, sobre a abolição como um processo negativo de demolição, mas também como um processo de construção, de criação de novas instituições. [...] Du Bois, salientou que, para abolir completamente as condições opressivas produzidas pela escravidão, novas instituições democráticas teriam de ser criadas. Por isso não ter ocorrido, os negros encontraram novas formas de escravidão.⁸⁷

A partir da edição em que foi abertamente contestada a igualdade com base em uma ideia de raça que inferiorizava os negros daquela capital, e daquele país, é possível

⁸⁴ *La Conservación*, 29 de setembro de 1872, p. 1.

⁸⁵ *La Conservación*, 22 de setembro de 1872, p. 1.

⁸⁶ Fundamentados no que está *além da escravidão*, não desconsideraram o legado escravista, mas atentaram para como as reflexões sobre inclusão e exclusão foram direcionadas e reconduzidas quando a escravidão estava sucumbindo. Cooper, Frederick; Holt, Thomas C; Scott, Rebecca J. *Além da Escravidão...*

⁸⁷ Davis, Angela Y. *A Democracia da Abolição – para além do império, das prisões e da tortura*. Rio de Janeiro: DIFEL, 2009. p. 86-87.

acessar uma repercussão pouco favorável às denúncias e afirmações feitas nas páginas do jornal. Observa-se tanto a não aceitação dos membros de outro clube negro, *Club Defensa*,⁸⁸ cujos vínculos políticos eram com o Partido Colorado, quanto o rechaço de outros órgãos da imprensa montevideana⁸⁹ frente à divulgação de que a demanda por igualdade é explicitamente racializada em virtude da não ação de homens brancos em prol de homens negros. Esta percepção, que coloca em evidência a ação de homens brancos, foi acionada algumas vezes. Transcrevo a seguir uma reportagem bastante peculiar e que, embora longa, é aqui utilizada como síntese das discussões feitas na emancipada, mas não tão democrática, Montevideu:

Los hombres blancos, serán siempre los mismos, por más que ellos quieran disimular su despego, a nuestra raza aparentando sentimientos liberales, y democráticos.

La prueba la estamos viendo con lo que sucede hoy, al Club Defensa, q' creyendo de que con ser fiel al partido por el cual tanta sangre derramaron los hombres de color, en todas las luchas que dicho partido á sostenido y sostiene, desde mucho tiempo, y sobre todo, en la inmortal defensa de la nueva Troya, en que nuestra raza, con un valor a toda prueba hicieron prodigios que son unas de las páginas más gloriosas; de nuestra historia.

¡Creyeron repito; que, ese partido no sería ingrato y que hoy que nuestra raza reclaman como premio a sus servicios, el más sagrado, de los derechos del hombre q' es el derecho de igualdad; hoy esos hombres, temen hacharse con tener como a sus iguales a los hombres de color!

Fatal; contraste.

El Imperio del Brasil, donde reina la aristocracia; y la esclavitud, seden a los hombres de color, el derecho de igualdad.

La gran Confederación argentina admite en su representación a los hombres de color:

Pero, la República del Uruguay no puede admitir en su Representación a los hombres de color:

¿Por qué será esto, serán los hombres de color ciudadanos legales de la República o no?

Creo que sí, una vez que cuando la Patria está en los mayores peligros llaman en su defensa a todos sus hijos sin distinción de color.

¿Sí todas las Naciones civilizadas dan á los hombres de color el derecho de igualdad, porque la República Oriental no lo hace también?

Por qué los hombres de color han conocido que en esta República, los hombres blancos, sea cual sea la opinión á que pertenezcan, son enemigos de nuestra raza.

Por lo tanto conquistar nuestros derechos, olvidemos blancos y colorados y solo pensemos, que somos ciudadanos libres, y que uniéndonos obtendremos

⁸⁸ Fundado em 1872, de caráter político. De acordo com matéria publicada no periódico montevideano, *Ferro Carril*, o pesquisador Gustavo Goldman afirma que “El Club Defensa se presentaba a la opinión pública como una ‘asociación política de todos los ciudadanos de color que simpatizan con las elevadas y patrióticas ideas del Partido Colorado’”. Goldman, Gustavo. Los otros ciudadanos: Asociacionismo, prensa y política de los negros montevideanos a fines del siglo XIX. *Claves Revista de Historia*, n. 2, 2016. p. 183.

⁸⁹ *La Conservación*, 6 de novembro de 1872, p. 2.

el triunfo.

*Cese el Club Defensa, de ser vasallo de un partido, y llame a su seno a todos los hombres de nuestra raza, forme sus listas con las personas que sus conciencias les dite, y entonces unidos comprenderemos lo que nunca consiguiéremos si esperamos que nos ayuden los enemigos de nuestra raza.*⁹⁰

Tal afirmativa é comum nas edições do jornal, o que permite interpretar uma leitura complexa da exclusão com base na ideia de raça, em que, de um lado estão os excluídos, no caso, os negros, e de outro, os beneficiados, os brancos. A interpretação acerca dos *hombres blancos* permite a aproximação da noção de *branquitude* que, nas palavras do cientista social brasileiro Lourenço Cardoso, é a “pertença étnico-racial atribuída ao branco”, sendo que “ser branco consiste em ser proprietário de privilégios raciais simbólicos e materiais. Ser branco significa mais do que ocupar os espaços de poder. Significa a própria geografia existencial do poder”.⁹¹ A esta compreensão alio a de Frederick Cooper, Thomas Holt e Rebecca Scott em relação à noção de liberdade e cidadania em meados do século XIX:

[...] a liberdade, para a maioria dos brancos de ambos os lados do mundo atlântico, envolvia pertencer a um corpo político. Pertencia-se a uma comunidade como cidadão e através da cidadania; os cidadãos, como um coletivo, constituíam e, em teoria, governavam a sociedade da qual faziam parte. Com esta mudança [emancipação dos escravos], e sem importar até que ponto pode ter sido real na prática, os problemas da manumissão e da emancipação foram redefinidos. À questão de como os escravos se tornariam livres acrescentou-se o problema do que provocaria sua nova relação com a sociedade como um todo. Seriam eles também cidadãos?⁹²

A demanda do *Club* foi justificada em bases sociais a partir da importância da população negra. A transcrição está repleta de elementos históricos e evidencia compreensões como a defesa da capital durante a Guerra Grande, evocada como *nuestra Troya*,⁹³ as experiências de *hombres de color* nas nações vizinhas, incluindo o Brasil, o sentido de cidadania, como igualdade e o caráter não igualitário denunciado na República do Uruguai, sendo que República e *hombres blancos* são tomados como sinônimos (aqui há ainda uma ironia em relação às cores dos partidos), e finaliza colocando a discussão em termos explicitamente racializados, ao enfatizar os *enemigos*

⁹⁰ *La Conservación*, 27 de outubro de 1872, p. 1.

⁹¹ Cardoso, Lourenço. *O branco ante a rebeldia do desejo: um estudo sobre a branquitude no Brasil*. Araraquara (SP): Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, 2014. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). p. 17.

⁹² Cooper, Frederick; Holt, Thomas C; Scott, Rebecca J. *Além da Escravidão...* p. 58.

⁹³ O governo que se estabeleceu em Montevideú – a Troya - recebeu o nome *Gobierno de la Defensa*, sendo que o Club referido, também de negros, adotava a nomeação *Defensa*, o que podia denotar um referencial de nacionalidade.

de nuestra raza.

O que os redatores do jornal *La Conservación* estavam colocando em questão era que a cidadania, entendida como um fazer parte do corpo político estava cerceada, calcada em uma diferença de cores que sustentava a ideia de raça, branca e *de color*, mesmo que fossem eles *ciudadanos libres*. E, essa situação só seria revertida quando um homem negro comprometido com as questões da *Sociedad de Color* ocupasse uma cadeira na *Representación Nacional*.

Amparado na análise de outros jornais que circularam na cidade de Montevidéu no ano de 1872, Gustavo Goldman informa que os membros de ambos os clubes negros, *Igualdad* e *Defensa*, uniram-se em torno da indicação do nome do senhor Rodríguez, que, por sua vez, era sócio de ambos os clubes, mediante a condição de pleitear, porém, que este nome estivesse incluso na lista do Partido Colorado. Quando este partido aparentemente declinou da indicação, os membros do *Club Igualdad* passaram a exigir que o *Club Defensa* abandonasse o referido partido e os apoiasse em torno do nome.⁹⁴ Até o último número disponível para a pesquisa, que data de 24 de novembro de 1872, a capa e parte da página 2 estão repletas de posicionamentos sobre a desunião da *sociedad de color*, com seus *hombres de color* e *las morochas*,⁹⁵ cujo traço comum era a cor da pele e os antepassados escravizados e/ou *carnes de cañón*. Aqui estão alguns elementos que permitem acessar tanto as divergências de estratégias políticas dentre os grupos negros, como também a racialização que se fazia em tempos de pós-abolição em uma sociedade tida como democrática e exemplar em termos de direitos civis e políticos quando se trata das Américas.

A discussão foi intensa acerca das considerações sobre os homens brancos e, conseqüentemente, sobre o que interpreto enquanto forma de reagir a uma racialização que se impunha aos negros da capital oriental, dentro da qual eles dialogaram e também consolidaram as suas formas de ver o mundo e reivindicar transformações sociais condizentes com a abolição da escravidão e efetivação da cidadania. Embora não tenha dedicado-me ao exame de outras fontes periódicas, algo que foge ao foco dessa pesquisa, as análises que tive acesso sobre esse momento histórico apontam para uma repercussão acentuada, logo, é possível que a demanda tenha provocado atenção e

⁹⁴ Goldman, Gustavo. Los otros ciudadanos...

⁹⁵ Em geral, a escrita é direcionada a um sujeito negro universal, porém, em alguns casos referem-se às mulheres da raça, *morochas* e *pichona*.

incômodo.⁹⁶

A análise do periódico *La Conservación* me permite, na esteira de Paul Gilroy sobre a interpretação da cultura dos negros na diáspora, devidamente informado por W. E. B Du Bois, explicar um fazer-se da raça que inclui, a partir da consciência de se ver como negro e uruguaio, sem que tais identidades sejam conflituosas, mas sim simultâneas, uma fundamenta e fortalece a outra no sujeito que a vive.⁹⁷ Aparentemente, essa simultaneidade foi percebida pelos *hombres blancos* que por sua vez eram os representantes da *República do Uruguay*, como uma duplicidade que anulava a noção de cidadania plena ao ser negro. A complexidade do que é vivenciado pelo sujeito frente à percepção de um *não lugar* na sociedade, marcado pela cor de sua pele, que por seu turno fundamenta uma ideia de raça, é traduzido aqui na ideia de *dupla consciência* a qual interpreto como aproximada da ideia de *autoconsciência* desenvolvida por Frantz Fanon.⁹⁸ Para Du Bois:

É uma sensação estranha, essa consciência dupla, essa sensação de estar sempre a se olhar com os olhos de outros, de medir sua própria alma pela medida de um mundo que continua a mirá-lo com divertido desprezo e piedade. E sempre sentir sua duplicidade – americano, e Negro; duas almas, dois pensamentos, dois esforços irreconciliados; dois ideais que se combatem em um corpo escuro cuja força obstinada unicamente impede que se destroe.⁹⁹

Ter a consciência de *olhar-se pelos olhos dos outros* é um atributo que constitui a identidade social, faz parte da relação dialógica inerente à identidade.¹⁰⁰ O *eu-racial* é complementado pela perspectiva de Frantz Fanon, esse é o argumento central de *Pele Negra, Máscaras Brancas*¹⁰¹, que versa sobre a autopercepção dos negros frente à opressão com base na cor da pele e se traduz na consciência da condição de oprimidos e busca por emancipação. Por meio dos exemplos, procurei demonstrar aquilo que Thomas Holt¹⁰² denomina de *marcação da raça na história*, ou seja, a ideia de raça foi/é um marcador importante que denota diferentes lugares sociais de acordo com a operacionalidade dos seus significados e formas no arranjo social. Acredito que esse

⁹⁶ Goldman, Gustavo. Los otros ciudadanos...; Negros modernos: música, territorio y asociacionismo al sur de la ciudad de Montevideo a fines del siglo XIX. *Boletín de Música*, n. 41, p. 49-65, 2015.

⁹⁷ Gilroy, Paul. *O Atlântico Negro*... p. 234.

⁹⁸ A aproximação não é inovadora na historiografia. Nesse momento, destaco as análises desenvolvidas por Appiah, Kwame Anthony. *Na casa de meu pai*. A África na filosofia da cultura. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997; Gilroy, Paul. *O Atlântico Negro* ...; Holt, Thomas C. Marking ...

⁹⁹ Du Bois, W. E. B. *As almas da gente negra*... p. 54.

¹⁰⁰ Jenkins, Richard. *Social Identity*. New York: Routledge, 2005.

¹⁰¹ Fanon, Frantz. *Pele negra*...

¹⁰² Holt, Thomas, C. Marking...

olhar pautado em um posicionamento bem delimitado – pessoas negras, e a comunidade negra imaginada¹⁰³ por estas, envolvidas na manutenção do *Club Igualdad* – nos auxiliam a observar elementos que complexificam a própria modernidade. Elementos estes que permitem interpretar a historicidade dos significados de cidadania dentro de um processo que comporta simultaneidades e compreensões da modernidade a partir do papel político reivindicado pelos negros orientais.¹⁰⁴

A explicitação das evidências da racialização e dos indicativos sobre a natureza do racismo assentado na violação da liberdade inerente à obrigatoriedade de que todos os homens negros servissem às tropas, reativado na década de 1880 e mantido até a 1ª década do século XX, me levam a estender o argumento de Hebe Mattos de que silenciamentos sobre a cor são dificilmente explicados por coincidência. Há evidências de que o contexto influenciou para que não mais se contabilizasse a população com base em raça a partir de 1884 na capital. As discussões podem ter contribuído para que o partido Colorado, ao qual estava vinculado o *Club Defensa*, retirasse o apoio à candidatura de Rodríguez poucos meses antes da eleição.¹⁰⁵

A edição de 24 de novembro de 1872, além de ser o último número disponível para pesquisa, trazia dois informes bem ilustrativos. No primeiro foi descrita a 1ª reunião “*con el objeto de llevar al [...] Legislativo; un hombre de color*”, que está de acordo com o previamente disposto aqui. Além de permitir imaginar a reunião em que falaram os então redatores, Marcos Padín e Timoteo Olivera, e o antigo, Andres Seco, é possível perceber como a questão racial era central para o sentido de cidadania que eles estavam pleiteando. Andres Seco propôs que se desse um título à reunião e o nome sugerido por Olivera foi *Club Raza de Color*, o qual intitula a referente matéria. No segundo, foi informado a “*los accionistas del Club Igualdad sobre la formación de la biblioteca*”, a qual era uma construção coletiva, visto que José C. Gutierrez, *comisionado interino*, informava que cada associado havia se comprometido em doar uma obra para o acervo. Em seguida, Gutierrez estendia a solicitação às pessoas apoiadoras do clube e informava que, em janeiro do ano seguinte, 1873, seria realizada

¹⁰³ Concordo com a ideia de *comunidade imaginada* desenvolvida por Benedict Anderson. O autor desenvolve tal concepção para pensar a nação, a qual é entendida como “uma comunidade política imaginada – e imaginada como sendo intrinsecamente limitada e, ao mesmo tempo, soberana. Ela é imaginada, porque mesmo os membros da mais minúscula das nações jamais conhecerão, encontrarão ou sequer ouvirão falar da maioria de seus companheiros, embora todos tenham em mente a imagem viva da comunhão entre eles.” Anderson, Benedict. *Comunidades Imaginadas*. São Paulo: Cia das Letras, 2008. p. 32.

¹⁰⁴ Goldman, Gustavo. *Negros modernos...*

¹⁰⁵ Andrews, George Reis. *Negros en la nación blanca...* p. 60.

a inauguração do órgão.¹⁰⁶

Nesse sentido, cabe explicitar que o *Club Igualdad* tinha caráter político institucional, mantido por associados e fundamentado em uma ideia de raça negra. Não obstante, o jornal aponta para um circuito cultural de clubes e outras sociedades, consideravelmente heterogêneo, também compartilhado por seus membros e também por aquelas pessoas que não estavam no *Club*, mas das quais o mesmo se pretendia representante, como, por exemplo, as mulheres. As mulheres são referidas especialmente na coluna de crônicas relacionadas aos espaços sociais, sobretudo, os bailes, e aos códigos de bom comportamento, constantemente apresentadas como um corpo que deve ser controlado. No entanto, há um anúncio peculiar acerca da criação de um *Club Fsmenino*,¹⁰⁷ e não sem um tom de deboche, como de praxe na coluna, informa que serão discutidos assuntos em que a mulher é o eixo central. O redator da coluna, que assina com o nome *Pichón*, informa que se fez presente em uma das reuniões e descreve em pequenos relatos os assuntos e encaminhamentos, mas não há indícios de que as mulheres negras estavam presentes e se o referido clube incluiu discussões que pudessem ser importantes para elas. No entanto, a ênfase nesse *Club*, em um jornal que noticiava o circuito da sociabilidade negra, aponta para o fato de que o assunto era de interesse para membros do *Club Igualdad* e poderia ser bem recebido pelos leitores e leitoras do jornal.

Além destas referências, encontro ainda alguns anúncios e escritos que apontam para as relações sociais racializadas, vivenciadas para além da esfera política institucional, mais precisamente uma sociabilidade negra, cujos nomes enunciam o caráter racializado das coletividades que compunham a dinâmica da *Sociedad de Color* por todos que possuíam a *faz de color oscuro; negritos; pichones e pichoncitos*,¹⁰⁸ e, dessa forma, independe de tais pessoas serem adeptas, ou não, do posicionamento do jornal.

Dentre essas estava o baile no salão de Ramón Fernandez, o qual foi reportado

¹⁰⁶ *La Conservación*, 24 de novembro de 1872, p. 2 e 3.

¹⁰⁷ *La Conservación*, 25 de agosto de 1872, p. 1. “Sabréis que estos días se haya de la formación de un Club fsmenino, y según me han dicho tiene por objeto de tratar de asuntos de casamientos. Las bases primeras que se propondrán son las siguientes: 1º Si la mujer debe casarse ó no. 2º Si para casarse ha de estar de novia ó no. 3º Si ha de casarse para toda la vida ó no. 4º Si la felicidad de la mujer depende del hombre ó no [...]”. Mantive a grafia que aparece todas as vezes que o *Club* é referido.

¹⁰⁸ Terminologias presentes no jornal e que fazem menção a indivíduos tidos como da mesma sociedade cujo jornal se arroga o título de representante – órgão de la *sociedad de Color*. Nenhum desses termos aparece vinculado a elementos que permitam fazer um recorte de classe, e, apenas *pichón* aparece generificado, por meio da expressão *pichona*.

em anúncios desde a edição de 15 de setembro de 1872, e quase que em todos os números seguintes. O salão localizava-se na rua *Treinta y Tres* e seu anúncio mais frequente era publicado na última página (seção de anúncios), em espaço de destaque e sob o título “*Gran Baile en el Salon de la calle treinta y tres*” que trazia o seguinte informe: “*El señor Fernandez no ha omitido trabajos por difíciles que hayan sido para complacer á sus favorecedores, y así espera q’ las personas de color no dejarán de favorecerlos*”.¹⁰⁹ O baile também figura nas crônicas, dentre estas nas assinadas por *Pichón*, pseudônimo de “*un aventajado joven de nuestra sociedad que de cuando en cuando suele templar su lira*”. Ainda de acordo com a *Crónica*, advertia-se “*que esto será un gran notición para nuestras lectoras, con que así aprontarse para el domingo*”.¹¹⁰

Tão frequente quanto o anúncio do *Gran Baile* era o da *Sociedad Negros Argentinos*.¹¹¹ Neste era feito informe de reunião geral e, em novembro, começavam os chamados para os ensaios gerais. Gustavo Goldman destaca que essa associação foi

¹⁰⁹ *La Conservación*, 15 de setembro de 1872, p. 4. A partir desse número (7), apenas as edições de 6 de outubro de 1872 (10), 10 de novembro de 1872 (15) e 17 de novembro de 1872 (16) não trazem o anúncio.

¹¹⁰ *La Conservación*, 11 de agosto de 1874, p. 2. O termo *pichón* pode ter um significado racializado. A palavra está no dicionário da *Real Academia Española* e seu significado pode ser traduzido como filhote de pombo. No dicionário Collins, encontrei a definição *borracho*, ou seja, embriagado. Uma rápida busca pela internet e as imagens referentes ao termo foram de um pequeno pássaro de cor preta. Investiguei mais indícios informada pelos estudos de como a racialização difundiu-se pelo mundo por meio de discursos calcados em formas de desumanização, com o amplo uso de imagens com traços animais, apontados especialmente por George Frederickson e Richard Jenkins, e pelo alerta de Angela Davis acerca da atenção que deve ser destinada ao controle que opera na circulação de imagens – e estendo o argumento às expressões – aqui interpretadas como *imagens controladas*. Fiz o seguinte questionamento: qual a conotação que pessoas, especialmente as negras, dão à palavra ‘*pichón*’ na atualidade em diferentes países da América? Encontrei significados na Colômbia, Venezuela e Cuba. Para a Colômbia, dá-se a relação com jovem, pequeno; para a Venezuela, uma definição de conotação sexual, pejorativa e o fazer força; já o autor cubano Carlos Moore informa que em Cuba, na primeira metade do século XX, o termo era utilizado para referir negros de forma pejorativa, especialmente os imigrantes jamaicanos e o significado é filhote de urubu. Por sua vez, a também escritora cubana, Teresa Cárdenas, em uma obra literária anuncia a utilização de xingamentos racializados referenciando aves de mau-agouro. A coluna não me permite tecer maiores considerações, nela foi mencionado especialmente o comportamento de mulheres, sendo que o autor informa estar à procura de sua *pichona* e recebe uma resposta. O termo não me parece ter conotação negativa no contexto do jornal, podendo ser uma estratégia de positivar a forma como negros eram mencionados no Uruguai. Talvez esse seja um termo que tenha se espalhado pelas localidades de colonização espanhola através da diáspora africana e tenha uma conotação racial. Porém, por ora, me restou apenas fazer apontamentos preliminares. Jenkins, Richard. *Categorization and Power*. In: *Rethinking Ethnicity: Arguments and Explorations*. Sage Publications, 1997. p. 52-73; Frederickson, George. *Racism: a short history*. New Jersey: Princeton University Press, 2002. p. 49-95; Davis, Angela Y. *A democracia da Abolição...* p. 60; Moore, Carlos. *Pichón: Minha vida e a revolução cubana*. Belo Horizonte: Nandyala, 2015. p. 30-31; Cárdenas, Teresa. *Cartas para minha mãe*. Rio de Janeiro: Pallas, 2010. p. 15.

¹¹¹ *La Conservación*, 13 de outubro de 1872, p. 3.

provavelmente fundada no ano de 1872 e tinha uma comparsa¹¹², por meio da qual atuava no carnaval e nele se manteve nos anos seguintes.¹¹³ Porém, como os anúncios indicam, mantinha reuniões no período fora do carnaval e bem antes do período dos ensaios. *La Conservación* destaca ainda a existência da *La [Raza] Africana*¹¹⁴ e *Sociedad Pobres Negros Orientales*,¹¹⁵ o jornal apenas divulga anúncio de mudança da sala de sessões e convocações para reuniões de comissão e/ou faz referência nas crônicas.¹¹⁶ A comparsa *La Raza Africana* foi criada em 1867 (a única sociedade do período que evoca África), enquanto que a *Pobres Negros Orientales* fora criada em 1869. Ao analisar o regulamento dessa associação, o autor destaca que “*se planteó como finalidad la creación de una academia de música y la participación en el carnaval*”.¹¹⁷

Essas associações negras são a expressão das transformações sociais vivenciadas na segunda metade do século XIX, em que os festejos de momo deixaram paulatinamente de ocupar as ruas para adentrar nos salões das grandes sociedades das elites brancas, especialmente, nos clubes. Processo semelhante ocorreu em Cuba com os *cabildos*¹¹⁸ que tiveram de se transformar em clubes nos moldes hispânicos a partir de 1878, sendo obrigados a adotarem em suas nomeações *sociedades negras de instrucción y recreo*.¹¹⁹

Na segunda metade do XIX, muitos grupos surgem sob a denominação comparsa, o que denota que não eram mais um segmento direto das *Salas de Nación* que, por sua vez, eram sociedades de africanos, organizadas por grupos de origem étnica que remontam ao período colonial. De acordo com George Andrews, enquanto que na década de 1860 existiam 12 agrupamentos, em 1870 existiam 54. Na sequência, o autor destaca a existência de um novo fenômeno decorrente destas transformações: “*Al mezclar los tambores y ritmos del candombe con las cuerdas, melodías e instrumentos*

¹¹² Grupo carnavalesco, com instrumentos de sopro e cordas, denominadas de comparsas de negros. Surgiram como uma extensão das *Salas de Nación*, tinham forte vínculo com o *candombe*, a manifestação de carnaval uruguaio. Andrews, George Reid. *América Afro-latina...* p. 158.

¹¹³ Goldman, Gustavo. *Negros modernos...* p. 58.

¹¹⁴ *La Conservación*, 4 de agosto de 1872, p. 3.

¹¹⁵ *La Conservación*, 18 de agosto de 1872, p. 2.

¹¹⁶ As histórias se passam em diálogo com assuntos da *raza*, como a recepção do jornal, espaços sociais racializados e relações afetivas. Nessa seção se encontram as contribuições de *Pichon* e há a divulgação de que o jornal tem um correspondente na *ciudad nueva*, o qual teria se comprometido a *escribir semanalmente todo o que aconteça por aqueles bairros*, assim como *crônicas de baile e poesia*. *La Conservación*, 11 de agosto de 1872, p.2.

¹¹⁷ Andrews, George Reis. *Negros en la nación blanca...* p. 67 e 78.

¹¹⁸ Organizações sociais com características africanas que existiam desde fins do século XVI. Pignot, Elsa. El asociacionismo negro en Cuba: una vía de integración en la sociedad republicana (1920-1960). *Revista de Indias*, v. 70, n. 250, p. 837-862, 2010.

¹¹⁹ Pignot, Elsa. El asociacionismo negro en Cuba...

*de origen europeo, las comparsas crearon una nueva forma musical y un nuevo baile que inicialmente se llamó 'tango' ”.*¹²⁰

A interpretação dos objetivos e atividades das *Salas de Nación* e das práticas culturais das comparsas permite acessar indícios das transformações das sociedades em que estavam inseridas e papéis executados em conjunturas diferentes. Nessas transformações estava o controle político criado pelas novas nações a ser executado por representantes de instituições leigas. Assim como também as necessidades de pessoas negras que criavam e mantinham as coletividades, de além de financiar a liberdade de seus membros viabilizarem uma vida em liberdade que fosse inclusiva – moderna - evidenciada na manutenção dos bailes e festas, oferta de ensino e dinheiro.

O novo baile caracterizava as novas organizações, dentre as quais estavam as comparsas de negros e os clubes. Porém, os espaços sociais destinados às festas passaram por uma grande mudança, saindo do público (ruas) para o privado (teatros, salões e sedes sociais). É nesse ínterim, que os espaços são indícios de racialização das relações sociais. Enquanto as sociedades da elite (branca) desenvolviam suas festas nos teatros, os menos abastados, dentre os quais estavam os grupos negros, desenvolviam suas festas nos bailes públicos (os quais não eram bem vistos pelas famílias dos grupos dominantes) ou nas casas/salões alugados. Nesta sociabilidade promovida nos bailes, às ideias de progresso e civilização eram relacionadas elegância e respeitabilidade das pessoas que frequentavam os espaços privados, compondo o significado de moderno. Marcavam assim o significado da própria sociedade moderna em que o repertório cultural era compartilhado entre todos. Elemento evidenciado especialmente na generalização dos bailes de salão, os quais, de acordo com o pesquisador uruguaio Romero Jorge Rodríguez, “*llevaba[n] a la comunidad negra a volcarse decididamente a participar en ellos*”.¹²¹

A transformação pode ser observada também na criação de novas *sociedades*, terminologia que frequentemente compunha a nomeação do grupo e estava relacionada com um fazer parte da sociedade moderna, como no caso das comparsas *La Raza Africana*, *Sociedad Pobres Negros Orientales* e *Sociedad Negros Argentinos*. Tais nomeações são peculiares da transformação das terminologias racializadas aliadas à cidadania, a primeira enfatiza o continente de origem, as duas posteriores evocam um

¹²⁰ Andrews, Georde Reid. *Negros en la Nación Blanca...*p. 79.

¹²¹ Rodríguez, Romero Jorge. *Mbundo, Malungo A Mundele: Historia del movimiento Afrouruguayo y sus alternativas de desarrollo*. Montevideo (UY): Rosebud Ediciones, 2006. p. 56.

caráter nacional, visto que *Orientales* reporta à nominação do Uruguai e Argentinos à nação vizinha e estão aliadas a terminologia *negro*. Interpreto que as práticas dessas sociedades, relacionadas com o carnaval e com os *bailes de negros*, cujos primeiros registros remontam ao século XVII,¹²² eram entendidas por seus membros como a expressão por meio da qual se efetivava o objetivo de manter “*un local social*” no qual “*la clase de color*’ [...] *pudiera juntarse para cultivar ‘la mejor armonía y unión entre las personas de color’*”, como pontua George Andrews sobre os objetivos da *Sociedad Pobres Negros Orientales* com base no estatuto da mesma.¹²³

Goldman traça a vinculação de membros do *Club Igualdad* com essas associações, o que corrobora para o entendimento de uma sociabilidade negra:

*Miembros de la Sociedad Pobres Negros Orientales, a su vez, eran socios del Club Igualdad: Manuel Aturaola [...] en 1869 era el Secretario de la Sociedad Pobres Negros Orientales, y el 25 de agosto de 1872 fue socio fundador del Club Igualdad. Lo mismo puede decirse de Manuel Gutiérrez, director de la academia de música de la Sociedad Pobres Negros Orientales y también fundador del Club Igualdad.*¹²⁴

O autor informa ainda sobre a circulação e atuação de Marcos Padín e Andrés Seco, associados do *Club Igualdad* e redatores do jornal *La Conservacion*, os quais se mantiveram “*vinculados a todo el movimiento asociativo a partir del año 1872, participaron activamente como autores de textos y de músicas para las comparsas de carnaval*”. Ambos estavam ligados à comparsa *Raza Africana*, assim como as *salas de*

¹²² Os bailes eram geralmente públicos, organizados por grupos africanos que compartilhavam a mesma origem e serviam para a arrecadação de fundos, mormente, para pagar alforrias. No século XX, a expressão foi utilizada para caracterizar bailes em que as pessoas iam caracterizadas de negros, utilizando-se especialmente da técnica do blackface (pintar o rosto de preto). Não é sobre esses bailes que lanço meu olhar neste momento, mas sim para aqueles feitos pelas próprias pessoas negras em diferentes locais das Américas. Para o México, o antropólogo Gonzalo Aguirre Béltran informa que “[...] durante el siglo XVII hubo un estira y afloja entre prohibición y licencia, entre cantos y bailes permitidos y condenados, entre operaciones española deliberada y negra espontánea, es decir, se produjo una interacción que vino finalmente a originar el baile y el canto mestizos, pero mestizos principalmente de español y negro. Esta emergencia tiene lugar a fines del siglo XVIII, precisamente cuando insurgen en los pensadores de la época ideas de patria y nacionalidad. Los bailes, siempre acompañados por el canto, se difunden por toda la colonia pero en lo particular por los centros de desarrollo capitalista [...]”. Aguirre Beltrán, Gonzalo. Bailes de negros. *Desacatos – Revista de Antropología Social*, n. 7, 2001, p. 151-156. p. 154; Para a Argentina, o antropólogo argentino Norberto Pablo Cirio destaca que a referência mais antiga data de 1766, constando em uma reclamação encaminhada às autoridades coloniais acerca de tais bailes, referidos como “*Bayles indecentes*”. Cirio, Norberto Pablo. Antecedentes históricos del culto a San Baltazar en la Argentina: “*La Cofradía de San Baltazar y Animas*” (1772-1856). *Latin American Music Review / Revista de Música Latinoamericana*, v. 21, n. 2, p. 190-214, 2000. p. 195; embora não refira a historicidade dos bailes de negros em Cuba, o antropólogo Fernando Ortiz oferece elementos para pensar a existência de tal experiência na referida ilha. Ortiz, Fernando. *Los bailes y el teatro de los negros en el folklore de Cuba*. La Habana: Editorial Letras Cubanas, 1985.

¹²³ Andrews, George Reid. *Negros en la Nación Blanca...*p. 67 e 78.

¹²⁴ Goldman, Gustavo. *Lucamba...*p. 17.

naciones africanas Bayombe e Esclavos de Guinea, Seco compunha letras para a comparsa *Raza Africana e Negros Gramillas*. Ambos os redatores sediaram em suas casas a administração e redação do jornal *La Conservación*, localizadas na zona sul da *vieja ciudad*, região esta onde se concentravam os *candombes*, e:

*Hacia finales del siglo XIX y principios del XX la mayoría de las sedes de sociedades y comparsas de negros se comienzan a localizar en los barrios Sur y en Palermo —barrios ubicados a pocas cuadras del centro de la ciudad y del centro de decisión política—, dando continuidad a la participación de la población de origen africano, empalmando territorialmente manifestaciones relacionadas con la africanidad que portaban los antiguos miembros de las salas de nación, con las comparsas carnavalescas de negros, fortaleciendo y legitimando a su vez a estos territorios como el lugar en que se localizaban las producciones simbólicas de los africanos y sus descendientes.*¹²⁵

Embora as *Salas de Nación* não figurem nas páginas de *La Conservación* – papel que pode ter sido cumprido pelas sociedades negras aqui destacadas –, os africanos não eram deixados de lado pelos redatores e contribuintes do jornal, aparecendo como heróis e *antesesores*. As pesquisas Goldman permitem-me conceber os termos sociais de culturas negras que se faziam pelas ruas de Montevidéu em um período de emancipação. Tal cultura lidava com a tradição e a recriação, não como suas extensões, mas como parte de um legado de sociabilidade negra que honrou suas tradições africanas, mas que também incorporou formatos disponíveis nas Américas e criou a partir de ambos, recriando. Estendo à compreensão das sociabilidades negras o argumento de Nei Lopes sobre o samba brasileiro, ou seja, tradição e recriação compõem um par inseparável na análise das culturas negras nas Américas.¹²⁶ Sociabilidades estas que são simultaneamente caracterizadas pela relação intrínseca entre a tradição e a recriação nas práticas culturais negras e características das lutas políticas travadas pelos grupos negros em diferentes momentos e contextos históricos. Práticas e lutas complexas que podem ser observadas nas experiências do *Club Igualdad* e da *Sociedade Floresta Aurora*, referida nas narrativas e que acompanharemos no próximo capítulo.

Os bailes de negros, as *salas de nación*, as *comparsas* e as novas sociedades criadas no extremo sul do Brasil, no Uruguai, assim como em Cuba, no México, na Argentina e em outras partes da diáspora africana nas Américas configuravam-se a

¹²⁵ Goldman, Gustavo. *Negros modernos...*p. 59

¹²⁶ Lopes, Nei. Tradição e Recriação. In: *O negro no Rio de Janeiro e sua tradição musical: partido-alto, calango, chula e outras cantorias*. Rio de Janeiro: Pallas, 1992. p. 61-86.

partir de uma identidade cujo traço comum estava na condição de escravo, liberto, livre de cor e/ou de negros. Em um primeiro momento autodenominavam-se africanas, em um segundo momento especialmente desde a década de 1870 – na esteira das discussões acerca da modernidade e da afirmação do estado nação nas Américas –, adotaram a terminologia que lhes era imposta, negro. É possível que neste processo observassem a identificação *negro* como parte e, dessa forma, possibilitadora de uma cidadania, visto que *africano* inegavelmente os ligava a outro solo que não o americano enquanto se gestava uma identidade nacional que passava pelo local de nascimento. Não é demasiado lembrar que o ingresso de africanos escravizados fora proibido no Uruguai na década de 1820 e que, possivelmente, as pessoas que compunham as sociedades aqui observadas eram descendentes de africanos, mas nascidos em solo americano. Conteúdo aproximado da categoria de *amefricanidade* cunhada pela antropóloga brasileira Lélia Gonzalez.¹²⁷

Nas associações negras, as pessoas experienciaram a liberdade e a significaram a partir de seus padrões. Tais elementos próprios da realidade social quando tomados em conjunto – identidade compartilhada, lutas em comum, inovações, diálogos com a modernidade e subversão de limites impostos – configuram a noção de *culturas negras transfronteiriças* que fundamenta esta tese, na esteira das discussões propostas pelo sociólogo e historiador norte-americano W. E. B. Du Bois, com a ideia de culturas da *gente negra*;¹²⁸ pelo sociólogo britânico Paul Gilroy, com o *Atlântico Negro*,¹²⁹ e pelas historiadoras/ historiador brasileiras/o Martha Abreu, Giovana Xavier, Eric Brasil e Livia Monteiro, com as culturas negras.¹³⁰

¹²⁷ Gonzalez, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. *Tempo Brasileiro*, n. 92/93, p. 69-82 (jan./jun.), 1988.

¹²⁸ O intelectual investigou as culturas da *gente negra* como forma de interpretar a história do período da reconstrução norte-americana, identificando os problemas decorrentes da alocação das pessoas negras nas margens da nação que então se construía. Seu argumento foi apresentado na obra *As almas da gente negra*, publicada no ano de 1903 e, desde então, esteve presente na sua vasta produção e, na atualidade, tem sido retomado por diferentes intelectuais, dentre os quais destaco a filósofa norte-americana Angela Y. Davis, o sociólogo britânico Paul Gilroy e o historiador norte-americano Thomas Holt. Du Bois, W. E. B. *As almas da gente negra*. Rio de Janeiro: Lacerda, 1999; Davis, Angela Y. *A Democracia da Abolição...*; Gilroy, Paul. *O Atlântico Negro...*; Holt, Thomas, C. *Marking...*

¹²⁹ O autor identifica as culturas negras como forjadas em uma experiência comum da escravidão moderna e retoma o conceito de *dupla-consciência* de W. E. B. Du Bois, a fim de explorar a simultaneidade que marca a experiência negra neste contexto de modernidade. Estes elementos são resultado dos processos de racialização, os quais em conjunto com os ideais antirracistas são construídos em um ambiente transnacional, ao qual ele confere o nome de *Atlântico Negro*. Gilroy, Paul. *O Atlântico Negro...*

¹³⁰ Sintetizada na seguinte afirmativa: “não existem culturas negras, muito menos uma única cultura negra, definidas *a priori* como um conjunto de práticas com certas características comuns e imutáveis. As culturas tornam-se negras, em função das lutas sociais e das identidades políticas construídas pelos descendentes de africanos em todas as Américas depois da tragédia do tráfico, da escravidão africana e da

Ao que tudo indica, o jornal *La Conservación* parou de circular em novembro de 1872, ainda antes das eleições, porém, não é equivocado admitir que o *Club Igualdad* manteve-se ativo, ou pelo menos não encerrou oficialmente sua existência, visto que o jornal *La Broma* de 18 de maio de 1876, representante da imprensa negra argentina, na coluna intitulada “*correspondencia de Montevideo*” assinada por *Isaac*, publicava: “*El Club Igualdad está paralizado, no hay trabajos, sufre la crisis porque todos pasamos*”.¹³¹ A justificativa encontra correspondência na historiografia, visto que uma das crises mais intensas que atingiu o mercado internacional, engendrada na Inglaterra de onde se espalhou por diferentes países, e, conseqüentemente, alcançou o próprio Uruguai, teve início em 1873 e se manteve pelo menos até a década seqüente.¹³² Mesmo que Rodríguez não tenha se eleito e o jornal tenha, aparentemente, deixado de circular no ano de 1873, as demandas do *Club Igualdad* permitem melhor entender as visões sobre a cidadania gestadas por um grupo, assim como as evidências da racialização que, por sua vez, apontavam para as limitações da liberdade e da própria noção de república democrática no Uruguai, uma nação que aboliu a escravidão há cerca de três décadas, mas que ainda limitava a cidadania com base em elementos raciais.

A experiência da criação do *Club Igualdad*, de caráter político, e do jornal *La Conservación*, feito seu porta-voz, denota formatos que eram plenamente reconhecidos nas ruas daquela capital e eram os veículos dos ares de modernidade que se forjava. Conforme apresentei ao longo deste capítulo, foi por meio destas experiências, que os homens nelas envolvidos levantaram uma bandeira política institucional com configurações raciais explicitamente colocadas na sociedade civil. Também compartilharam o circuito cultural no qual estavam outras pessoas negras, e expressaram as divergências dentro da própria *Sociedad de Color*, especialmente nas matérias acerca dos problemas decorrentes da desunião e sobre a experiência do *Club Defensa*.

Embora eu identifique uma identidade compartilhada por estas pessoas – autoidentificada como *raza/sociedad/faz de color* – ela sozinha não comporta a explicação acerca dos interesses que mobilizaram a empreitada coletiva do *Club*

experiência do racismo”. Abreu, Martha; Brasil, Eric, Monteiro, Livia, Xavier, Giovana. Introdução. IN: *Cultura Negra, novos desafios para a História*. No prelo. Apud Brasil, Eric. *Carnavais atlânticos...* p. 18.

¹³¹ *La Broma*, 18 de maio de 1876, p. 2. O jornal *La Broma* foi editado em Buenos Aires entre 1º de maio de 1876 e 28 de dezembro de 1882. Ver Cirio, Norberto Pablo. *Tinta negra en el gris del ayer: los afroporteños a través de sus periódicos entre 1873 y 1882*. Buenos Aires: Teseo, 2009. p. 153-228.

¹³² Coggiola, Osvaldo. *As grandes depressões (1873-1896 e 1929-1939): fundamentos econômicos, conseqüências geopolíticas e lições para o presente*. São Paulo: Alameda, 2009.

Igualdad. Reivindico que ela está aliada ao traçado de uma estratégia de ação específica que denota a forma como o entendimento acerca da identidade de base racial afetou o modo como essas pessoas julgaram que suas relações sociais deveriam ser estabelecidas. A indicação ao *Parlamento* de um representante que pudesse falar e agir em prol das pessoas de *color* que, por sua vez, é entendida aqui como uma dimensão de cidadania forjada, simultaneamente política (inclusiva), cultural e social. Ao entendimento desta dimensão se soma o caráter da racialização historicamente determinada, que excluía parte da população negra do acesso à cidadania política desde a abolição da escravidão, fundamentada nos contratos de patronato, no recrutamento forçado e no gênero.

Todos esses elementos apontam para a heterogeneidade de entendimentos a partir de uma (auto) identificação com base em uma ideia de raça, e compuseram o sentido do projeto levado a cabo pelas pessoas que fundaram o referido clube. Neste projeto não se fazia necessário negar a pertença racial e tampouco relegar sua representação a outro grupo, como os *hombres blancos* e/ou o *partido colorado*, visto que tais elementos eram simultâneos e mesmo duplos – mas não ambíguos – como explicitado anteriormente. Elementos estes que dão conta da complexidade do processo histórico vivenciado nos idos do ano de 1872, em Montevideu, em que uma identidade negra compartilhada pela qual se definia os contornos da comunidade imaginada, aliada aos interesses em comum, resultou na construção de um projeto coletivo, que, por sua vez, estava inserido na comunidade, mas não era a sua expressão em termos de homogeneidade ou totalidade. Processo esse que dá corpo à assertiva da filósofa Angela Davis acerca das comunidades cujas delimitações são conferidas pelos projetos políticos compartilhados.

133

O clube *La Igualdad* foi a expressão que forneceu os elementos necessários para a análise dos processos de liberdade negra no Uruguai. A trajetória uruguaia é marcada por dois momentos: o primeiro culminado pelas leis de emancipação gradual, que datam da segunda década do século XIX. O segundo marcado pelas leis de abolição, promulgadas em 1842 e 1846, que limitaram a cidadania negra por meio da adoção dos contratos de peonagem e recrutamento forçado. A partir destas leis o significado da raça, atribuído pelo estado oriental, foi aliado à restrição de cidadania. Dessa forma, a cidadania era reivindicada publicamente, mas não como algo a ser conquistado, e sim

¹³³ Davis, Angela Y. *A Democracia da Abolição...* p. 119.

como algo a ser assegurado, visto que era um direito de acordo com os ditames do governo republicano que regia o Estado Oriental e, em parte, uma livre interpretação das leis de abolição da escravidão.

Não obstante, fosse o caráter político de fazer parte das determinações da nação por meio de um representante, fosse através de seu caráter social de constituir e manter espaços de lazer próprios para as pessoas negras e, mesmo da divulgação da existência desses espaços na vizinha *gran confederación argentina*, as pessoas que deram corpo a estas múltiplas experiências estavam também fazendo a história da jovem nação uruguaia e apontavam para uma comunidade negra transnacional imaginada que, por vezes, estava plenamente de acordo com o real.¹³⁴

¹³⁴ Para a redação desse capítulo agradeço especialmente a Taina Aparecida Silva Santos, que por meio do seu texto “É tempo de falarmos de nós mesmas”, me ajudou a refletir sobre as experiências de liberdade que aqui tracei.

Capítulo 2 - *Sociedade Floresta Aurora: o forjar da liberdade por pessoas da raça em uma encruzilhada de Porto Alegre (1872-1930)*

Ainda imbuído da euforia, o jovem grupo de *músicos da raça*,¹³⁵ que idealizou a sociedade *Floresta Aurora*, deu continuidade aos preparativos tendo em vista a concretização do auspício coletivo. E, no dia 31 de dezembro de 1872, em Porto Alegre, capital da província mais ao sul do Império do Brasil, deram por fundada a *Sociedade Musical Floresta Aurora*. Dentre os jovens estavam José Manoel Antonio¹³⁶ e Miguel Archanjo da Cunha.¹³⁷ Nenhum dos fundadores era músico de profissão, no entanto a música compunha uma experiência compartilhada por eles. Para acompanharmos a experiência do clube negro mais antigo do Brasil me utilizei das fontes produzidas pelo grupo fundador, matérias publicadas no jornal *O Exemplo*¹³⁸ e historiografia.

A experiência compartilhada pelos fundadores da *Floresta Aurora* estava vinculada com os espaços frequentados, como a Irmandade do Rosário, da qual fazia parte Miguel Archanjo da Cunha. A irmandade foi apontada pela historiadora Liane Susan Müller como base da experiência associativa para alguns associados da *Floresta Aurora*.¹³⁹ Por sua vez, o historiador Felipe Rodrigues Bohrer, ao pesquisar o circuito musical de Porto Alegre, destaca que a cultura da música na cidade era compartilhada por pessoas dos mais diferentes espaços sociais, enfatizando ainda a música praticada por pessoas negras, especialmente nas associações das gentes negras, inclusive, na *Floresta Aurora*.¹⁴⁰

Não se pode perder de vista também, o contexto vivenciado. Quando da fundação do clube (1872), a cidade de Porto Alegre tinha 43.998 habitantes sendo pelo

¹³⁵ *Da raça* é uma expressão muito presente n' *O Exemplo*, jornal de Porto Alegre que é a principal fonte aqui utilizada. O significado é nitidamente raça negra. E, na capa da edição de 13 de maio de 1904, o jornal assim referiu os membros de associações negras em reportagem acerca do sócio benemérito da *Floresta Aurora*, Aurélio Veríssimo de Bittencourt.

¹³⁶ *O Exemplo*, 13 de novembro de 1910. p. 2.

¹³⁷ *O Exemplo*, 5 de janeiro de 1903, p. 2; 1º de janeiro de 1894, p.3. Foi também sócio da Beneficência Porto Alegrense e da Irmandade do Rosário.

¹³⁸ Jornal da imprensa negra, criado em 1892 e que circulou até 1930, com pequenas interrupções. Sobre o jornal ver: Silva, Fernanda Oliveira da; Perussatto, Melina. K.; Weimer, Rodrigo A.; Silva, Sarah Calvini A. (Orgs.) *Ciclo de debates sobre o jornal O Exemplo: temas, problemas e perspectivas*. Porto Alegre: Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, 2016.

¹³⁹ Muller, Liane Susan. *As contas do meu rosário são balas de artilharia*. Porto Alegre: Prágmata, 2013.

¹⁴⁰ Bohrer, Felipe Rodrigues. *A música na cadência da história: raça, classe e cultura em Porto Alegre no pós-abolição*. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2014. Dissertação (Mestrado em História).

menos 8.155 escravizados,¹⁴¹ o que aponta para um expressivo número de trabalhadores e trabalhadoras submetidos a essa condição. No entanto, dentre a população livre 10.717 eram homens e mulheres pretos ou pardos, o que denota uma experiência de liberdade negra já bem consistente, sendo que 22.933 eram brancos, logo, a cidade tinha a população equilibrada entre pretos, pardos e escravos frente aos brancos. Não obstante, vivia-se uma conjuntura bastante turbulenta, se, por um lado, fazia apenas dois anos que o conflito com o Paraguai havia terminado, cerca de duas décadas do conflito do Prata, e pouco mais que isso em relação ao desfecho da guerra civil que ocorreu no território sulino,¹⁴² por outro, estava-se em pleno processo de ebulição da escravidão. Afinal, há pouco mais de um ano, em 28 de setembro de 1871, fora aprovada a *lei do ventre livre* proposta pelo gabinete imperial do Visconde do Rio Branco e assinada pela Princesa Imperial Regente, Isabel.

Tal promulgação declarava “de condição livre os filhos de mulher escrava que nascerem desde a data desta lei, libertos os escravos da Nação e outros, e providencia sobre a criação e tratamento daqueles filhos menores e sobre a libertação anual de escravos.” Na sequência, o inciso 2º do 1º artigo dispunha que “qualquer desses menores poderá remir-se do ônus de servir, mediante prévia indenização pecuniária, que por si ou por outrem ofereça ao senhor de sua mãe [...]”. A disposição também era válida para as mulheres, ou seja, era possível, e em alguma medida incentivada, que a liberdade fosse comprada. O que, em se tratando de uma mulher escravizada e mãe cujos filhos estavam sobre a autoridade do mesmo senhor, ao adquirir a liberdade, esta deveria ser extensiva aos seus filhos.

A *Floresta Aurora* era uma sociedade de um tempo que se deparava de forma pulsante com a efetivação da liberdade, que, após a lei do ventre livre, via, finalmente, o fim da escravidão em um horizonte mais próximo. E, assim, viabilizava um significado de liberdade, proporcionando o direito a uma vida social desprovida de cerceamentos quanto à cor da pele, talvez, extensivo ao *status social*, e, sem dúvida, o direito a auxílio e cuidados. O que pode ser traduzido como um acesso à cidadania em seus múltiplos sentidos, dentre os quais, o principal naquele momento, a liberdade. O estudo

¹⁴¹ Recenseamento do Brasil em 1872, p. 109. Disponível em http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv25477_v1_br.pdf. Acesso em: jan. 2017.

¹⁴² A historiografia enfatiza a grande participação dos batalhões de escravizados e o contato com a música dentro dos exércitos, o que pode ter se mantido com o final dos conflitos, contribuindo para o empréstimo de instrumentos musicais e mesmo para o aprendizado de tal cultura. Menegat, Carla. “*Transportando fortunas para povoar deserta e inculta campanha*”...; Aladrén, Gabriel. *Sem respeitar fé nem tratados: escravidão e guerra na formação histórica da fronteira sul do Brasil (Rio Grande de São Pedro, c. 1777-1835)*. Niterói (RJ): Universidade Federal Fluminense, 2012. Tese (Doutorado em História).

desenvolvido pela historiadora Lucia Regina Brito Pereira aponta a referida sociedade como propulsora de liberdade a seus associados e associadas e/ou seus familiares por meio da junção de pecúlio coletivo para a compra de alforria, o que configurava o objetivo da sociedade nos anos de existência que coincidiram com a escravidão.¹⁴³ Além de preocupar-se com a liberdade de fato, a *Floresta* preocupava-se também em assegurar alguns benefícios aos seus associados e suas famílias, como é possível inferir a partir do seu estatuto. Aprovado dois anos após a sua criação, o 1º capítulo do estatuto estabelecia que “a sociedade tem por fim especial a dança e a beneficencia”. Em relação aos benefícios informava ser “1º Prestar todos os socorros aos sócios enfermos e suas famílias que recorrerem á sociedade e delles carecerem” e “2º Mandar fazer enterros e sufrágios daquelles que fallecerem, segundo as posses da sociedade”.¹⁴⁴ Tal objetivo manteve-se em todos os fragmentos de estatutos analisados (1874, 1918 e 1923).¹⁴⁵

Os objetivos da sociedade somado ao contexto social permitem entender a *Floresta Aurora* como uma propulsora de direitos sociais, de cuidado e lúdico, em uma sociedade que estava em plena transformação, a qual se apresentava como aparentemente aberta para novos significados e vivências em se tratando de espaços oficialmente permitidos pelas autoridades imperiais. Forjava-se assim um espaço de vivência e de aprendizagem de cidadania durante a vigência da escravidão no Brasil. A escravidão perdurou até 1888, encerrando um período de promulgação de medidas imperiais e provinciais de emancipação parcial da escravidão, como a referida lei de 1871 e mesmo a adoção, também parcial, de contratos de trabalho em substituição da mão de obra escravizada pela província do Rio Grande de São Pedro no ano de 1884.¹⁴⁶

Além da reprodução de extratos do estatuto de 1874 e da ata de fundação,¹⁴⁷ poucas são as informações históricas que disponho acerca da existência da *Floresta Aurora* ainda na vigência da escravidão. Felipe Rodrigues Bohrer, com base em pesquisa bibliográfica e fontes periódicas, informa que a sociedade nasceu como

¹⁴³ Pereira, Lúcia Regina Brito. *Cultura e Afro-descendência: organizações negras e suas estratégias educacionais em Porto Alegre (1872-2002)*. Porto Alegre: PUCRS, 2008. Tese (Doutorado em História). p. 125.

¹⁴⁴ *A Federação*, 18 de novembro de 1909, p. 2. “Sociedade de Dança e Beneficencia ‘Floresta Aurora’ - Para fins de direito publica-se o seguinte extracto dos estatutos da sociedade de Dança e Beneficencia Floresta Aurora, aprovados em 31 de dezembro de 1874.”

¹⁴⁵ *A Federação*, 13 de novembro de 1918, p.8; *Idem*, 14 de novembro de 1923, p. 6.

¹⁴⁶ Bakos, Margaret. *RS: escravismo e abolição*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982; Moreira, Paulo. *Os cativos e os Homens de Bem: experiências negras no espaço urbano*. Porto Alegre: EST Edições, 2003; Zubarán, Maria Angélica. A invenção branca da liberdade negra: memória social da abolição em Porto Alegre. *Fênix - Revista de História e Estudos Culturais*, v. 6, n. 3, p. 1-16, 2009. Disponível em: <http://www.revistafenix.pro.br/vol20mangelica.php>. Acesso em: fev. 2017.

¹⁴⁷ Nonnenmacher, Marisa Schneider. *Tudo começou em uma madrugada...* p. 17. .

entidade musical e após diversificou suas atividades, tornando-se “sociedade dançante e beneficente, agregou um centro dramático e um centro de ‘moças’, apresentava ainda outra divisão chamada Recreio *Floresta Aurora*, destinada a atividades de lazer, e também constituiu outra banda de música”.¹⁴⁸ Indicativo que também está de acordo com o disposto no 1º capítulo do estatuto e que coloca no centro da sociedade a relação com a dança/bailes, sendo que no estatuto de 1918 foi feito o seguinte acréscimo no capítulo 1º: “Dar seis partidas anualmente em os meses de Fevereiro, Abril, Junho, Agosto, Outubro e Dezembro”.¹⁴⁹ Uma das fontes privilegiadas na pesquisa de Bohrer é o hebdomadário *O Exemplo*. Neste jornal, consta que a primeira banda tinha por nome *Banda da Floresta Aurora*, já a outra banda referida por Bohrer chamava-se *Lyra Florestina* e foi criada em 1898. Ainda antes da criação desta, no ano de 1883, foi criado o bloco da sociedade, com o objetivo de festejar o deus Momo nas comemorações carnavalescas. A diversidade de pequenos coletivos dentro da *Floresta*, somada à normativa de realizar seis festas ao longo do ano e o destaque ao carnaval, configura um cenário em que a sociabilidade proporcionada pelo clube extrapolava algum momento pontual, assim como apontam para a centralidade da música na cultura negra, tal como observa Martha Abreu ao interpretar a música e seus meandros como uma lente de análise privilegiada para observar a experiência negra nas Américas.¹⁵⁰

A análise da experiência do clubes *Floresta Aurora*, assim como do *La Igualdad*, demonstra um processo caro aos estudos da história social da cultura, sobretudo aos realizados pelo crítico cultural britânico Raymond Williams, em que se percebe o fazer-se de uma *cultura comum*,¹⁵¹ a partir da década de 1870, em que clube tinha um

¹⁴⁸ Bohrer, Felipe Rodrigues. *A música na cadência da história...* p. 95.

¹⁴⁹ *A Federação*, 13 de novembro de 1918, p. 8. Partidas eram reuniões festivas.

¹⁵⁰ A referida historiadora tem uma importante produção sobre o assunto, destaco aqui três textos que foram essenciais na construção dessa tese: Abreu, Martha. O “crioulo Dudu”: participação política e identidade negra nas histórias de um músico cantor (1890-1920). *Topoi*, v. 11, n. 20, p. 92-113, 2010; Abreu, Martha; Mattos, Hebe; Agostini, Camilla. Robert Slenes entre o passado e o presente: esperanças e recordações sobre diáspora africana e cultura negra no Rio de Janeiro. In: Ribeiro, Gladys Sabina; Chalhoub, Sidney; Freire, Jonis e Abreu, Martha Campos. *Escravidão e cultura afro-brasileira: temas e problemas em torno da obra de Robert Slenes*. Campinas (SP): Editora UNICAMP, 2016. p. 17-55; Abreu, Martha. Conflitos musicais no Pós-abolição. Brasil e Estados Unidos (1890 a 1920). In: Abreu, Martha; Dantas, Carolina Vianna; Mattos, Hebe (Orgs.). *Histórias do pós-abolição no mundo atlântico: identidades e projetos políticos – volume 3*. Niterói: Editora da UFF, 2014. p.83-94.

¹⁵¹ Para Raymond Williams, a cultura comum está vinculada ao entendimento de que as elaborações humanas compõem o significado de cultura: “a cultura é de todos: este o fato primordial. Toda sociedade humana tem sua própria forma, seus próprios propósitos, seus próprios significados. Toda sociedade humana expressa tudo isso nas instituições, nas artes e no conhecimento.” Entendo os clubes como semelhantes às instituições, em que se gesta um modo de vida a partir de “significados e direções conhecidos”, nos quais se gestam outros significados. Williams, Raymond. *A cultura é de todos (Culture is Ordinary)* 1958. Tradução Maria Elisa Cevasco, p. 2-3. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/68474445/A-Cultura-eOrdinaria1> Acessado em: jan. 2017. (Sem publicação)

significado comum, fosse na acepção política, fosse na musical e bailante (independente da ideia de raça que o sustentava ou nele estava presente). Os clubes eram formatos plenamente compreendidos e que se explicam pelos processos de transformação em uma sociedade já emancipada, Montevideu e, em vias de o ser, Porto Alegre. A fundação foi sincrônica, no entanto seus contextos sociais díspares influenciaram diretamente nas ações de ambos os clubes. A identificação da origem deles não possibilita por si só entender sua criação.¹⁵² É preciso entender essa criação dentro da perspectiva de longo processo de organização das coletividades negras. Ressalvo ainda que embora o acontecimento fosse sincrônico, o contexto era diferente, o que nos permite acompanhar as nuances contextuais da racialização, na esteira dos alertas feitos pela historiadora estadunidense Bárbara Fields. Para quem “ideias sobre a cor, como ideias sobre qualquer outra coisa, derivam sua importância, de fato sua própria definição, a partir de seu contexto.” E, que na sequência a autora afirma “é o contexto ideológico que diz às pessoas quais os detalhes devem ser observados, o que ignorar, e o que tomar para conceber em tradução o mundo em torno dessas ideias sobre esse mundo”.¹⁵³

Para os fins desta tese importa destacar que a *Floresta Aurora* alcançou uma organização social bastante considerável, possuindo sede, a qual veio a ser própria ainda no século XIX. E, nos seus salões, as pessoas negras podiam fazer valer seu direito de igualdade, acessando um espaço urbano que também era seu, assim como podiam forjar uma cidadania em um espaço no qual estavam relativamente protegidos dos preconceitos de múltiplas ordens, mas, sobretudo, do preconceito de cor. Neste sentido, a passagem intitulada “Mais um vexame”, presente n’*O Exemplo*, refere um *baile de aniversário* realizado no dia 24 de dezembro de 1893, no *salão da Floresta Aurora* que *correu esplendido até as duas horas da noite* quando:

Um grupo de rapazes da *alta* sociedade, que embriagados erravam pelas ruas da cidade, sem que a polícia lhes embargasse o passo, parou nas proximidades do salão e combinou pôr termo ao baile, semeando o alarme no seio das famílias.

Dansava-se uma quadrilha, quando dois indivíduos desconhecidos invadiram

¹⁵² Não é demais lembrar as lições de Marc Bloch, para o qual deter-se às origens como forma de explicação é um grande perigo na pesquisa histórica. Bloch, Marc. *Apologia da história ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. p. 56-70.

¹⁵³ Texto original: “Ideas about color, like ideas about anything else, derive their importance, indeed their very definition, from their context. [...] It is ideological context that tells people which details to notice, which to ignore, and which to take for granted in translating the world around them into ideas about that world.” Fields, Barbara. *Ideology and Race in American History*. In: *Region, Race, and Reconstruction: Essays in Honor of C. Vann Woodward*. New York / Oxford (USA): Oxford University Press, 1982, p. 143-177. p. 146.

o salão; imediatamente foram coagidos a retroceder, um disparando ao sahir, um tiro de revolver.

Por felicidade o projectil não atingiu a ninguém; mas o terror espalhou-se pelo salão e a confusão foi enorme. Logo após a violência os agressores fugiram e de mãos dadas com os soldados que por ali patrulhavam, retiraram-se tranqüilos.

Já não é a primeira vez que nesta cidade se reproduzem esses espectaculos tristes e vergonhosos em que quase sempre se exhibem homens que se vangloriam de hombridade; lamentável porém é que esses individuos aproveitando-se da noite violentem a liberdade de cidadãos inermes e pacíficos. Um consolo nos resta todavia... Nunca um grupo de homens de *côr* invadiu um salão, fomentou desordens e insultou famílias que pacificamente entregavam-se a modestos folguedos; no entretanto acabamos de presenciar da parte desses *nobres valentes* o indecoroso espectaculo que narramos. É digno de nota este contraste de educação! e oxalá que esses individuos infames e perturbadores da ordem se pompenetrem de seus deveres!

Censurando esse proceder indebito, sentimos apenas a desconsideração da parte das autoridades que não veem nosso direito de equidade, negando-nos aquillo que, como cidadãos temos direito – a igualdade perante a lei e o respeito inquebrantável á nossos direitos civis.¹⁵⁴

A ação que mobilizou a denúncia por parte dos redatores d’*O Exemplo* compunha a dinâmica da racialização, em fins de 1892, e fazia referência à festa de aniversário de Felicia Jesuina da Conceição Flores, organizada pelo seu esposo, o Sr. Ramão Pereira Flores. A lista de agradecimentos, com nomes de pessoas que compareceram, publicada no jornal na mesma edição, assim como a referência a “famílias que pacificamente entregavam-se a modestos folguedos”, permite inferir que se tratava de um ambiente familiar.¹⁵⁵ A aniversariante e seu esposo eram associados do clube assim como parte considerável das famílias convidadas que presenciaram o *vexame*.

A indignação traduzida no corpo da reportagem, somada ao título, enfatizava, no mínimo, a repetição de um episódio com tais características. Suscita a interpretação de que atitudes daquela natureza colocavam em suspensão o direito de divertir-se entre os seus e, aparentemente, foi lido como relacionado à contraposição de um estereótipo coletivo assentado na cor dos associados e convidados presentes. As pessoas que frequentavam o clube e mesmo outras pessoas negras não teriam por hábito, tampouco haviam feito isto uma única vez, o que se pode deduzir da passagem “nunca um grupo de homens de *côr* invadiu um salão, fomentou desordens e insultou famílias que pacificamente entregavam-se a modestos folguedos”. Na imediata sequência, utilizando-se de ironia, a matéria identifica os “*nobres valentes*” como os praticantes deste

¹⁵⁴ *O Exemplo*, 1º de janeiro de 1893, capa. Grifos originais.

¹⁵⁵ *O Exemplo*, 1º de janeiro de 1893, p. 4.

“indecoroso espectáculo que narramos”, promovendo assim uma inversão numa possível justificativa da desconsideração social por pessoas negras, o que é visível ao acionar como “digno de nota este contraste de educação!”.

A passagem está repleta de elementos peculiares acerca dos problemas ainda existentes nos anos imediatamente posteriores à abolição. Problemas estes que eram explicados em termos de diferença de *côr* e de educação, como também do sentido de cidadania conferido à *Floresta Aurora* e forjado dentro de seu salão, nos termos da cidadania civil e seus direitos inerentes, e mesmo da configuração social pautada por uma ideia de cor, que remete a uma ideia de raça em termos de interpretação semelhante ao observado no capítulo 1 por meio da experiência do *Club Igualdad*. Nesse sentido, explícito que a *Floresta Aurora*, uma sociedade de e para *homens de côr*, assim como *senhoras e senhoritas de côr*, conformava uma experiência de liberdade que teve início na vigência da escravidão e naquele momento posterior à abolição, fora violentada. A denúncia assentava-se em um desejo de equidade, no direito civil de sociabilizar e compartilhar momentos de lazer e de festejos com seus iguais, sem que isso fosse contestado e desrespeitado por outros cidadãos – que não eram de côr – e, mesmo, pelas autoridades que deveriam zelar pela ordem e pela igualdade entre os cidadãos. Tem-se então uma retórica que é basicamente assentada em dois pilares que se encontravam em disputa no pós-abolição, assim como sedimentavam o repertório cultural compartilhado naquele centro urbano. Estes pilares eram: cidadania e ilustração.

A cidadania estava aqui completamente relacionada com o seu fazer e significado contextual, visto tratar-se de um país que lidava de muito perto com a escravidão e a conseqüente não cidadania de pessoas que, neste caso, compartilhavam as mesmas características das associadas e dos associados da *Floresta Aurora* presentes no aniversário. Por seu turno, era acionada pela “igualdade perante a lei e o respeito inquebrantável á nossos direitos civis”. Ou seja, as pessoas estavam cientes de seus direitos, enquanto cidadãs, de ter seus espaços não invadidos e tampouco vistos como acessíveis a quem bem entendesse, afinal aquele era um espaço frequentado por *famílias pacíficas* em um momento de *modesta festa*. Já a ilustração é aqui entendida em seu contexto ampliado, em seu caráter pretensamente universal e condizente com a modernidade, em que bons cidadãos eram aqueles ilustrados, educados, e o que havia se dado era a demonstração de um “contraste de educação”.

Embora a escrita não verbalize maiores identificações acerca dos agressores, a referência ao desconhecimento deles pelas pessoas que ali estavam, assim como o tom

de sátira sobre o desconhecimento de que homens de *côr* tivessem praticado ato semelhante, permitem observar aqui um debate racializado. Ao serem os agressores desconhecidos, delimita-se um coletivo, no qual estes não se encontravam, enquanto que a referência aos homens de *côr* pressupõe uma comunidade imaginada, na qual, minimamente, os agressores não compartilhavam seus elementos de identificação e dela não faziam parte.

Ao não fazerem parte desta comunidade, fica explícito que existia *outra* comunidade, à qual os *nobres valentes da alta sociedade* pertenciam e eram protegidos em prejuízo da coletividade dos homens de cor, proteção esta exercida pelos soldados e autoridades. Não é exagerado afirmar que há indícios de que esses personagens, que aqui denomino por *outros*, devidamente informada pelo caráter relacional da identidade, eram pessoas não negras, possivelmente brancas, e que tal identidade concentra em si privilégios – não direitos, visto que a equidade fora acionada e ela sim compunha o direito, no caso, civil – que permitem a tais pessoas sobrepor-se aos direitos, anulando a sua existência, ao menos momentaneamente.

Em conjunto, todos os elementos explicitados colocam em evidência algo que eclode como extremamente caro aos associados, às associadas e às pessoas identificadas como membros dessa comunidade dos *homens de côr*, a liberdade, desprovida de cor ou raça como passível de definir condição social, em tempos de pós-abolição. Aqui significada pela equidade de direitos inerente à cidadania, a qual, no caso em questão, aparece mais como uma idealização do que como uma realidade. Se a liberdade já era acionada durante a escravidão por aquelas tantas pessoas negras que eram livres, é perfeitamente plausível compreender a demanda presente nas páginas *d'O Exemplo*, quando tinha se passado pouco mais de quatro anos da abolição. Esta denúncia é interpretada como cumprindo às vezes de traçar os limites de um grupo e, conseqüentemente, de outro, sendo que um representante deste grupo vê-se desrespeitado sem que o considere merecedor disso.

Respeitando as diferenças próprias dos espaços sociais e contextos históricos, é possível aqui traçar uma aproximação da experiência da *Floresta Aurora* com a do *Club Igualdad* (acompanhada no capítulo 1) em relação aos *outros*, que em Montevideu foram nomeados por *hombres blancos*. O que está presente em ambas as reivindicações/denúncias é o entendimento de que as pessoas que não compõem a

comunidade negra¹⁵⁶ têm assegurado o acesso à cidadania e à suplantação de direitos das pessoas que não compartilham a mesma pertença. Se o que separa o acesso ao direito de igualdade é a ideia de raça, branca, então a cidadania plena configura privilégios que indubitavelmente prejudicam os que simplesmente almejam ter seus direitos respeitados. Fazer parte ou não da comunidade negra não necessariamente foi tido como uma característica essencial, visto que apresentava um significado gestado no social a partir dos interesses mobilizados, mas, principalmente, a partir do acesso assegurado pela cidadania civil, e, como no caso em questão, do ato de suplantar tal acesso. Ato este que configurava um privilégio para quem o exercia e uma subjugação para quem o sofria. Não obstante, acabava por ser chancelado pelas autoridades que representavam o estado ao não entenderem o referido ato praticado como um delito passível de punição, e dessa forma, reafirmavam que a cidadania civil não estava assegurada para todas as pessoas.

Não obstante, as heranças da escravidão estavam presentes e foram interpeladas após a abolição, pelas demandas de representação política do clube uruguaio, em 1872, pelas atividades da Floresta Aurora, no mesmo ano e pela denúncia acerca da invasão da sede, em 1892. Tais experiências ilustram conjunturas políticas e sociais diferenciadas, contudo conectadas quando se tratava de racialização. Apontar tais questões tomando por baliza a noção de direito é uma retórica própria do exercício da liberdade¹⁵⁷. E, reivindicar ao coletivo de pessoas negras, os direitos (individuais) assegurados legalmente, é uma retórica própria das sociedades pós-abolição que não adotaram medidas segregacionistas. O que é acionado é um direito em plenitude, assegurado única e exclusivamente pelas constituições, sobretudo, nas sociedades também emancipadas, como são exemplares as das Américas, com exceção dos Estados Unidos.

A ideia de raça como um fator de aglutinação dentro da modernidade, como observado pelas terminologias *moreno*, *negros*, *de color* não significa que se tratava de algo inovador. Pelo contrário, a experiência dos clubes negros na segunda metade do século XIX é aqui entendida como expressão de organização negra, parte de um longo

¹⁵⁶ Livre interpretação que emprego ao coletivo de homens e mulheres negros, pensada em termos objetivos e/ou retóricos, estes, conseqüentemente, advindos de uma imaginação coletiva. As pessoas que não a comporiam seriam aquelas nomeadas nas fontes como branco ou vistos em contrário aos negros/de côr/color/da raça/raza.

¹⁵⁷ Sobre o acesso ao direito para fazer valer a liberdade ver Scott, Rebecca J. Reclamando la mula de Gregoria Quesada: El significado de la libertad en los valles del Arimao y del Caunao, Cienfuegos, Cuba. *Illes i imperis*, n. 2, p. 89-110, 1999. Acessado em: jan. 2017.

processo em que a racialização operou, principalmente a partir do século XVIII,¹⁵⁸ denominado pela historiadora Beatriz Nascimento de *transmigração*,¹⁵⁹ ou seja, a partir de um lugar comum – continente africano –, os grupos de africanos e africanas, genericamente identificados pelas autoridades coloniais como negros, percorreram inúmeras rotas nas Américas, naquilo que se convencionou denominar por diáspora africana.¹⁶⁰ Nessa diáspora, carregaram consigo algumas práticas culturais e incorporaram outras. Tais práticas foram envoltas em formas inúmeras, as quais eram predominantemente reconhecidas como de religiosidade cristã quando se tratava de organizações instituídas legalmente.¹⁶¹ No processo de transmigração inerente à diáspora, consolidaram formas de organização social que extrapolava a escravidão, experienciando a liberdade a partir de múltiplas formas e cerceamentos impostos. Na vivência da liberdade, e de cerceamento dela, sobretudo no século XIX, a referência africana diminuiu e cresceu a referência negra, não obstante ser africano, descendente ou simplesmente rotulado por negro, foi um traço importante nas vivências dessas pessoas e compôs o significado da ideia de raça negra em uma longa história.

A significação da ideia de raça por diferentes agentes e sua consequência nas relações sociais são analisadas em perspectivas teóricas que apontam para a relação dialética que oscila entre subjugação e privilégios, atributos diretamente relacionados com a cidadania. A ênfase à hierarquização, que aloca a ideia de raça negra na base da pirâmide social, foi observada nas análises do racismo antinegro, o qual é característica das sociedades que vivenciaram a escravidão moderna.¹⁶² Mais recentemente, em

¹⁵⁸ A concepção moderna de raça relaciona características genéticas, biológicas e fenotípicas a características culturais e morais e é decorrente da significação que se gestou a partir do contato dos europeus com os *outros* durante a expansão colonial. O cientista social britânico Michael Banton denominou tal processo de *racialização do ocidente*. A formulação da ideia de raça por cientistas europeus e norte-americanos deu-se a partir do século XVIII, com auge no século XIX no âmbito das pesquisas iluministas. Na América Latina, tal discussão deu-se em fins do século XIX e primeiras décadas do século XX. Banton, Michael. *A ideia de raça...*; Pereira, Amílcar Araújo. *O mundo negro: relações raciais e a constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil*. Rio de Janeiro: Pallas; FAPERJ, 2013; Poliakov, Léon. *O mito ariano: ensaio sobre as fontes do racismo e dos nacionalismos*. São Paulo: Perspectiva; Ed. da Universidade de São Paulo, 1974; Wade, Peter. "Race in Latin America," in Swanson, Philip (ed.). *The Companion to Latin American Studies*. London: Arnold. 2003. p. 177-192.

¹⁵⁹ Refere a mobilidade e compõe o processo da diáspora. Nascimento, Beatriz. *Eu sou atlântica – Transmigração, mulher negra e auto-estima*. In: Ratts, Alex. *Eu Sou Atlântica - sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento*. São Paulo: Imprensa Oficial; Instituto Kwanza, 2006. p. 71-80.

¹⁶⁰ Collins, Patricia Hill. *Rasgos distintivos del pensamiento feminista negro...* p. 112; Gilroy, Paul. *O Atlântico Negro: modernidade e dupla consciência*. São Paulo: Ed. 34; Rio de Janeiro: UCAM, 2001.

¹⁶¹ Com ênfase às irmandades e confradias. Nascimento, Beatriz. *Eu sou atlântica – Transmigração, mulher negra e auto-estima*. In: Ratts, Alex. *Eu Sou Atlântica*. São Paulo: Imprensa Oficial; Instituto Kwanza, 2006. p. 71-73.

¹⁶² Há duas teorias do racismo que me interessam nesse momento: a teoria da formação racial e a teoria estrutural do racismo. A primeira foi desenvolvida por Michael Omi e Howard Winant, enquanto que a

termos de historiografia que chega ao Brasil, os privilégios da ideia de raça branca, que a aloca no topo da pirâmide, têm sido abordados nos estudos da branquidade/branquitude.¹⁶³ Neste sentido, antes de avançarmos na análise, é preciso explicitar que:

[o racismo] não é apenas uma atitude ou conjunto de crenças; também se expressa nas práticas, instituições, e num senso de estruturas que justifica ou valida uma diferença profunda. O racismo é mais que teorização sobre as diferenças humanas ou pensar mal de um grupo. Ele quer sustentar ou propor o estabelecimento de uma ordem racial, um grupo permanentemente hierarquizado que acredita refletir as leis da natureza ou decretos de Deus. [...] ele tem uma trajetória histórica e é principalmente, se não exclusivamente, um produto do Ocidente. Mas ele se originou em uma forma pelo menos prototípica nos séculos XIV e XV, em vez de no XVIII ou XIX (como é, por vezes, sustentado) e foi originalmente articulado nas expressões da religião mais do que naquelas da ciência da natureza.¹⁶⁴

segunda foi proposta por Eduardo Bonilla-Silva. Ambas as teorias estão localizadas historicamente no contexto norte-americano e articulam sujeitos e estruturas enquanto agentes que significam o racismo. Estes teóricos tomam como premissa a ideia de raça como construção social. Michael Omi e Howard Winant analisam uma interlocução em que figura estrutura e sujeitos na compreensão do que denominam de teoria da formação racial. A análise está diretamente vinculada com as noções de estrutura social racializada. Esta unidade de ideologia e estrutura social moldando a natureza do racismo me parece ser um ponto de divergência entre a teoria da formação racial e teoria estrutural do racismo. Eduardo Bonilla-Silva localiza a natureza do racismo na ideologia, porém não na superestrutura: “reservo o termo racismo (ideologia racial) para o segmento da estrutura ideológica de um sistema social que cristaliza noções raciais e estereótipos. Racismo fornece as racionalizações para interações sociais, políticas e econômicas entre as raças”. Esta teorização toma como premissa ir além do auto evidente ou o puramente ideológico e para tal tece apontamentos sobre como a raça molda os sistemas sociais, ou seja, o autor opera com a noção de sistemas sociais raciais para entender como a ideia de raça é acionada. Bonilla-Silva, Eduardo. *Rethinking Racism...* p. 474. [Texto original: “I reserve the term racism (racial ideology) for the segment of the ideological structure of a social system that crystallizes racial notions and stereotypes. Racism provides the rationalizations for social, political, and economic interactions between the races.”] Omi, Michael; Winant, Howard. *Racial formation in the United States: from the 1960s to the 1990s*, 2 ed. Nova York e Londres: Routledge, 1994 (especialmente os capítulos 4: Racial formation; e 5: The racial state).

¹⁶³ Branquidade e branquitude foram utilizados como sinônimos na produção acadêmica brasileira a partir da tradução da coletânea Whitniss, traduzida como Branquidade. Para uma ênfase da ideia de branquitude e princípio dos estudos para pensar a sociedade brasileira, em uma leitura da ideia de branquidade abordada pelo cientista social, Guerreiro Ramos, na década de 1950, destaco a coletânea organizada por Maria Aparecida Bento e Iray Carone. Tal terminologia (branquidade) era utilizada para referir a identidade branca. Atualmente, os estudos têm apresentado definições diferentes para as terminologias, algo que é fruto especialmente de uma maior produção e interesse pela discussão. Em relação às diferentes significações, destaco a tese de doutoramento de Lourenço Cardoso, para o qual “em síntese, a branquitude seria a identidade branca positivada e a branquidade a identidade racial branca não positivada.” Carone, Iray e Bento, Maria Aparecida da Silva (org.). *Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2002; Cardoso, Lourenço. *O branco ante a rebeldia do desejo...* p. 19; Ware, Vron (Org.) *Branquidade: identidade branca e multiculturalismo*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

¹⁶⁴ Texto original: “it is not merely an attitude or set of beliefs; it also expresses itself in the Practices, institutions, and structures that a sense of deep difference justifies or validates. Racism, therefore, is more than theorizing about human differences or thinking badly of a group over which one has no control. It either directly sustains or proposes to establish a racial order, a permanent group hierarchy that is believed to reflect the laws of nature or the decrees of God. [...] has a historical trajectory and is mainly, if not exclusively, a product of the West. But it originated in at least a prototypical form in the fourteenth and fifteenth centuries rather than in the eighteenth or nineteenth (as is sometimes maintained) and was

As atividades costumeiras realizadas e o episódio vivenciado nos salões da *Floresta Aurora* relatado nas páginas *d'O Exemplo* são interpretados aqui como indícios da complexidade do racismo e dos diferentes atores que são alcançados por ele. Conforme destaca o sociólogo estadunidense Eduardo Bonilla-Silva, uma análise que atenta para os elementos referidos permite observar a ideia de raça em formas aparentemente sutis e fluídas,¹⁶⁵ como nos bailes e nos diferentes grupos que se formaram dentro da *Floresta Aurora*, todas aparentemente voltadas para as pessoas negras, aproximando-se da forma como se dá o racismo *disfarçado* ou por *denegação*, característica apontada por Lélia Gonzalez em relação às sociedades americanas de colonização espanhola e portuguesa.¹⁶⁶ Mas também entendida em uma forma mais agressiva, quando do episódio relatado na denúncia. Não obstante, é por meio da análise dos papéis sociais, entendidos desde a intrínseca relação com uma forma de protesto à racialização, desempenhados pelo *Floresta Aurora*, mas também pelo *La Igualdad*, acompanhado no capítulo 1, ambos pautados em relações sociais racializadas, que nos deparamos com uma expressão dos movimentos sociais negros no pós-abolição.

Nesse sentido, às experiências de clubes que estamos acompanhando aqui, estendo o argumento do historiador Eric Brasil de que “buscar nas fontes elementos que nos ajudem a configurar um movimento negro estruturado e organizado, textualmente antirracista, nos padrões contemporâneos [...] seria completamente anacrônico e se mostraria um retumbante fracasso”.¹⁶⁷ Ao entender os clubes como espaços de onde eclodiram lutas políticas, ora viabilizando a liberdade em tempos de escravidão, como o exemplo da *Floresta Aurora*, e ora reivindicando que a igualdade, assim como os direitos e deveres, não fossem apenas para pessoas brancas, como explicitado pelo *La Igualdad* e pela denúncia acerca dos *nobres valentes* que acompanhamos nesse capítulo, visualizo as atualizações dos papéis políticos exercidos pelos clubes em conjunturas e temporalidades diferentes, notadamente na escravidão, no pós-abolição quando ainda existia escravidão no horizonte, como no caso do Uruguai, em que o vizinho ainda mantinha a escravidão, e no imediato pós-abolição, como no caso de Porto Alegre no

originally articulated in the idioms of religion more than in those of natural science.” Fredrickson, George. *Racism...* p. 6.

¹⁶⁵ Acerca da possibilidade de compreender a forma como o racismo opera estruturalmente em outras sociedades que não a norte-americana (seu lócus de estudo).

¹⁶⁶ Notadamente, espaços em que “prevalecem as ‘teorias’ da miscigenação, da assimilação e da ‘democracia racial’”, em oposição “às sociedades de origem anglo-saxã, germânica ou holandesa” em que opera o *racismo aberto*. Gonzalez, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade... p. 72.

¹⁶⁷ O autor tece tais considerações ao analisar as experiências negras das cidades do Rio de Janeiro e Port-of-Spain no pós-abolição. Brasil, Eric. *Carnavais atlânticos...* p. 290.

início da década de 1890. Logo, os clubes configuram expressões das lutas políticas na diáspora, travadas por meio das culturas negras, na esteira das assertivas de W. E. B. Du Bois e sintetizadas por Paul Gilroy na seguinte passagem de *Atlântico Negro*:

Existem, contudo, três fases [nas lutas políticas na diáspora] [...] A primeira pode ser definida pelas lutas contra a instituição da escravidão conduzidas em todo o Novo Mundo. [...] A segunda é identificável através das lutas prolongadas para conquistar *status* humano e os conseqüentes direitos e liberdades burgueses para as populações negras libertas dos países modernizados e industrializados, nos quais liberdade, justiça e direito ficam marcados como ‘Apenas para Brancos’. Essas lutas, acima de tudo, eram uma busca pela cidadania [...] Essa dinâmica está ligada tanto às formas políticas que a sucedem como à escravidão que a antecedeu.¹⁶⁸

Nas páginas do jornal *O Exemplo* apresenta-se a forma como a *Floresta Aurora* contrapunha o estereótipo que recaía sobre as pessoas negras e gestava desde os seus salões um *status* plenamente de acordo com o humano, passível de ser compreendido ao acompanhar o significado social conferido à *Floresta Aurora* que, na primeira edição do ano de 1893, a referia como “a mais antiga de nossas associações de dança”, comemorando seu 22º aniversário no último dia de 1892,¹⁶⁹ quando associados e associadas reuniam-se para o já tradicional *baile de aniversário*, que costumava ser animado pela *Banda da Floresta Aurora*. Esta, assim como o centro dramático, foi a organização do clube que maior proeminência teve nas páginas d’*O Exemplo*. As notícias dão conta de um amplo espaço de sociabilidade negra forjado por, e do qual faziam parte, associados e associadas da *Floresta Aurora*. Neste estavam as festividades e a devoção ao Nosso Senhor do Bom Fim, padroeiro da sociedade, nas quais os membros da Banda compareciam e levavam o estandarte da sociedade e as atividades da Irmandade do Rosário e Nossa Senhora da Conceição. Contudo, suas ações ou a movimentação de seus membros não eram exclusivamente no meio negro, como a tese de Marcus Vinicius de Freitas Rosa abordou.¹⁷⁰ Mais um indicativo nesse sentido é a participação da *Floresta Aurora*, em 1898, no 1º Congresso Operário, no qual, dentre outras deliberações votou pela constituição de uma biblioteca na sede de todas as associações, inclusive na sua.¹⁷¹

Dentre as atividades da *Floresta Aurora*, que mais destaque tiveram nas notícias d’*O Exemplo*, estavam os bailes em honra ao 28 de Setembro de 1871, ao 13 de Maio de

¹⁶⁸ Gilroy, Paul. *O Atlântico Negro...* p. 242. Abordo a terceira fase das lutas na última parte dessa tese.

¹⁶⁹ *O Exemplo*, 1º de janeiro de 1893, p. 4.

¹⁷⁰ Rosa, Marcus Vinicius de Freitas. *Além da invisibilidade: história social do racismo em Porto Alegre*. Campinas (SP): Universidade Estadual de Campinas, 2014. Tese (Doutorado em História).

¹⁷¹ Bilhão. Isabel. *Rivalidades e solidariedades no movimento operário: Porto Alegre (1906-1911)*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999. p. 24.

1888 e ao aniversário da sociedade. Em todo o período pesquisado, apenas o baile relativo ao aniversário em 1902 foi adiado, acontecendo em 10 de janeiro de 1903, devido ao luto pelo falecimento do sócio fundador, que também fora presidente do clube, Miguel Archanjo da Cunha.¹⁷² Passado o período de luto, deu-se um grande baile de gala, cuja organização corresponde aos demais bailes e atividades promovidas pela diretoria da *Floresta Aurora*. Os diretores daquele baile, responsáveis por organizar e fazer com que a festa ocorresse no mais alto estilo *florestino*, foram os senhores Octavio Canabarro, Conrado Alves Guimarães e Octavio Ribeiro, que além de organizar o baile, durante a festa, percorriam o salão dedicando especial atenção às “*exmas familias e cavalheiros lhes regalando com líquidos da bem fornida copa.*” Todos os detalhes haviam sido pensados com cuidado, especialmente, a ornamentação do salão com “*um quadro apresentando as fotografias dos fundadores da sociedade*”, o que denota não só a preocupação em honrar uma história, mas também, compartilhá-la com associados e associadas mais jovens.

Se, por um lado, o jornal *O Exemplo* escrevia a história do grupo negro sulino, assentado em uma memória compartilhada que retroalimentava a identidade como grupo racializado, por outro, as atividades da *Floresta Aurora*, sobretudo as de gala, as quais obedeciam a um cerimonial cujo foco estava na memória referente ao passado, corroboravam para que se assegurasse uma tradição assentada nos auspícios daqueles homens que idealizaram e fizeram concretizar-se a fundação da já *decana sociedade*. Esta memória era compartilhada por meio de um traço muito valorizado pela coletividade que dava corpo à associação: a oralidade. Percebida especialmente na ênfase conferida pelos redatores d’*O Exemplo* aos discursos proferidos nas atividades do clube, traço comum a todas as atividades, assim como na descrição da ornamentação dos salões, com ênfase às fotografias selecionadas.

Os discursos e as imagens conformavam um momento de compartilhamento de saberes e memórias, assim como de manutenção de valores, fosse explicitamente referenciando à própria sociedade, mas também em relação às pessoas consideradas memoráveis, conforme veremos adiante. A valorização da memória socializada pela palavra, ora a palavra escrita do jornal, ora a palavra falada dos discursos, tem seu referente interpretativo no fortalecimento do dar ouvidos, escutando aqueles que levam a sociedade adiante.

¹⁷² *O Exemplo*, 24 de janeiro de 1903, p. 2.

Na *Floresta Aurora*, o esforço de manter o passado no presente, assegurava as fronteiras da identidade do *estilo florestino*, processo que se aproxima da noção de consciência histórica desenvolvida pelo historiador Rodrigo Weimer. Definida pela “maneira como ele [o grupo] *indaga e debruça-se* sobre seu passado. Algo muito distinto de um conhecimento histórico acadêmico (embora com ele converse), mas muito além de um simples lembrar”.¹⁷³ Dentre as pessoas que se identificavam na *Floresta*, ouviram os discursos e também proferiram algumas palavras naquela noite de 10 de janeiro de 1903, estava o associado Vital P. Baptista, representando o jornal *O Exemplo*, do qual era gerente. De acordo com a pesquisa de Marcus Vinicius de Freitas Rosa, Vital P. Batista pode ter sido o redator que mais circulou por sociedades diversas, sem perder de vista os interesses da população negra.¹⁷⁴ Ele também era bastante ativo no *Centro Dramático Floresta Aurora*, que realizava espetáculos na sede do clube, como a encenação de peças com atores amadores, dentre os quais estava Vital, e que figurou nas páginas do jornal a partir de 13 de novembro de 1902. Por meio do *Centro*, Batista estreitou vínculos com outras sociedades e mesmo com outros grupos criados dentro da *Floresta Aurora*, como o *Recreio Floresta Aurora*.¹⁷⁵ O *Centro* foi bastante ativo nas datas comemorativas, como se pode observar na figura 1:



Figura 1: Centro Dramático da Floresta Aurora
Fonte: *O Exemplo*, 18 de setembro de 1904, p. 3.

¹⁷³ Grifos do original. Weimer, Rodrigo de Azevedo. *A gente da Felisberta: Consciência histórica, história e memória de uma família negra no litoral rio-grandense no pós-emancipação (c. 1847- tempo presente)*. Niterói (RJ): Universidade Federal Fluminense, 2013. Tese (doutorado em história). p. 424.

¹⁷⁴ Rosa, Marcus Vinicius de Freitas. *Além da invisibilidade...* p. 243-244.

¹⁷⁵ Em anúncio publicado na edição de 13 de novembro de 1902, p. 4, consta uma festa proporcionada pelo Centro Dramático, oferecida à Recordação dos Operários de S. Jeronymo, Sociedade Alvorada, Recreio das Cinco, Recreio Floresta Aurora (grupo da sociedade), Recreio Jovial, União Juvenil e Grupo das Margaridas.

O anúncio apresenta elementos representativos das atividades desenvolvidas pela *Floresta* e da memória coletiva que estava sendo gestada e compartilhada pelas palavras. A peça *A filha da escrava* tinha por conteúdo um diálogo com a lei do ventre livre, promulgada um ano antes da criação da sociedade, e que podia compor experiências vivenciadas pelos sócios ou pelos ascendentes destes: A escrita referendava ainda o *immortal escriptor* Arthur Rocha, um *patricio*, como os redatores d'*O Exemplo* denominavam os demais *homens de cor*, incluindo o associado da *Floresta*, membro do *Centro Dramático da Floresta Aurora* e que lá encenou peças, Vital Baptista.

Muitas eram as atividades sociais proporcionadas pela sociedade e seus grupos, dentre estas estavam os bailes, *soirées* dançantes, kermesses, piqueniques e atividades artísticas, como “*a função mágica com o hábil prestímano*” Jorge Soeiro,¹⁷⁶ o “*grande festival theatral em honra do exímio cançonetista brasileiro*” Chocolate¹⁷⁷ e a “*festa de arte do patricio Eduardo das Neves*”.¹⁷⁸ Além das variadas atividades de caráter musical, como bailes, apresentações e animações realizadas pela *Banda Floresta Aurora*; *Sociedade Musical Lyra Florestina*, fundada em 1898; *Orchestra da Floresta Aurora*, mencionada em 1916.¹⁷⁹ Contava ainda com as atividades voltadas ao lazer proporcionadas pela *Recreio Floresta Aurora* no ano de 1904, voltadas à recreação e carnaval, realizadas pelo centro de moças *Recreio Bailante Floresta Aurora*, criado em 1917¹⁸⁰ e mesmo as organizadas pelas moças e senhoras que frequentavam a *Lyra Florestina*, sob o nome *Sociedade Bailante Legião Florestinense*.¹⁸¹

¹⁷⁶ *O Exemplo*, 27 de agosto de 1893, capa.

¹⁷⁷ *O Exemplo*, 28 de maio de 1911, p. 2. Chocolate possivelmente é o artista João Candido Ferreira, que ficou conhecido internacionalmente pelo nome de *De Chocolat*. Era um cancionetista que costumava se apresentar em cine-teatro. É sabido que se apresentou em Porto Alegre e Rio de Janeiro, além de Buenos Aires e em países da Europa. Sobre ele, ver Pinto, Rebeca Natacha de Oliveira. *De Chocolat: identidade negra, teatro e educação no Rio de Janeiro da Primeira República*. Niterói (RJ): Universidade Federal Fluminense, 2014. Dissertação (Mestrado em Educação).

¹⁷⁸ *O Exemplo*, 19 de novembro de 1916, p. 3. É interessante perceber que Eduardo das Neves esteve em Porto Alegre por um período relativamente longo, visto que a capa da edição de 30 de julho de 1916, informava que o cantor voltava a fazer temporada no Recreio Ideal, e, na sequência, referia a última temporada do artista na cidade, nos meses de janeiro e fevereiro do ano anterior. Somado a isso, a pesquisa de Martha Abreu sobre a trajetória artística do cantor e compositor, informa que ele morreu em 1919, ou seja, cerca de três anos depois de fazer temporada em Porto Alegre. A passagem pelo Rio Grande do Sul foi corroborada nos obituários publicados no Rio de Janeiro. Ele morreu pobre, mesmo tendo sido um “famoso cantor, tocador de choros ao violão, autor e divulgador de lundus, modinhas, serestas e chulas, organizador de livros e protagonista da indústria fonográfica no Brasil”. Abreu, Martha. O “crioulo Dudu”: participação política e identidade negra nas histórias de um músico cantor (1890-1920). *Topoi*, v. 11, n. 20, p. 92-113, 2010. p. 94-95.

¹⁷⁹ *O Exemplo*, 19 de novembro de 1916, p. 3.

¹⁸⁰ *O Exemplo*, 29 de julho de 1917, p. 2.

¹⁸¹ *O Exemplo*, 26 de agosto de 1917, p. 2. Sobre o circuito artístico de Porto Alegre nesse momento ver Bohrer, Felipe Rodrigues. *A música na cadência da história...*

Como as nomeações dos grupos permitem entrever, a música seguia de importante valor para os associados e as associadas da *decana Floresta Aurora*, isto fica ainda mais evidente com a idealização de um sarau intitulado *Hora musical*, no ano de 1917, cujo objetivo estava em oferecer um “variado programma onde a par da musica haverá uma parte litteraria constante de conferencias, recitações de monólogos, declamações, etc.”.¹⁸² Neste momento, a *Floresta* já era tida como a *veterana sociedade* nas páginas d’*O Exemplo* e, dentre suas principais festas, estavam as oferecidas em honra do *Império do Rei Momo*, ou seja, as festas de carnaval.

O acréscimo de novas atividades de recreação não significou um abandono da motivação inicial de proporcionar auxílio aos associados, associadas e seus familiares em caso de necessidade. A manutenção desse objetivo é observada no informe publicado em diferentes edições d’*O Exemplo*, no ano de 1910, em nome do diretor-fiscal da *Sociedade Floresta Aurora*, Paulino de Sousa, o qual trazia a seguinte redação:

S. B. *Floresta Aurora*

Da ordem do Sr. Presidente avisa-se aos srs. sócios que o medico da Beneficencia dr. Carlos Leite, dá consultas na pharmacia Ficher, fornecedora dos remedios, das 3 as 4 horas. Para os chamados urgentes, residência a rua Duque de Caxias n. 153 A, telephone n. 354.

Previamente devem se entender com o Sr. Thesoureiro Honorio Porto ou com o diretor-fiscal.¹⁸³

Ao instituir o caráter jurídico do clube, no ano de 1923, era mantido o compromisso da *Floresta* para com a beneficência de seus associados e familiares por meio do disposto no 2º artigo do Estatuto: “Promover sempre que for possível todos os socorros aos socios enfermos, e aos que fallecerem, delles carecerem, segundo o estado financeiro da sociedade”.¹⁸⁴ Assim como tal auxílio era concedido, além dos muros da sociedade, o salão da *Floresta* não ficava restrito às atividades de lazer, era também palco de discussões que extrapolavam o convívio na festa, mas não o dos limites da barreira de cor, é nesse sentido que duas ocasiões são aqui salientadas com a licença de avançar no tempo e depois, retroceder. Vejamos.

A edição d’*O Exemplo* de 25 de março de 1917 destacava em sua capa a ideia de construir uma herma em honra de José do Patrocínio, advinda de uma comissão de homens residentes na cidade do Rio de Janeiro. Nesta matéria, foram tecidos elogios e justificativas em prol da concretização da ideia. Ao final consta que “A estatua há de

¹⁸² *O Exemplo*, 18 de fevereiro de 1917.

¹⁸³ O primeiro anúncio dessa natureza aparece na edição de 10 de julho de 1910, na página 2.

¹⁸⁴ *A Federação*, 14 de novembro de 1923, p. 6.

ficar para ensinar às gerações futuras que José do Patrocínio merece, sobre todos, o respeito e a admiração dos brasileiros, porque ele, por si só atesta a cultura de uma grande raça e foi a glória invejada de uma época”.¹⁸⁵ Cinco meses depois, na capa da edição de 19 de agosto de 1917, foi evidenciado que aquilo que era um apoio moral tornou-se uma possibilidade de apoio financeiro e de conscientização, pois era divulgado que naquele dia, às 20h30, teria lugar nos “salões da Sociedade *Floresta Aurora*, gentilmente cedidos, o primeiro festival artístico e literário” em benefício da herma de José do Patrocínio. No ano seguinte, em honra ao 13 de Maio, o *Recreio Floresta Aurora* realizou um festival organizado por Vicentina de Souza Bastos, que ornamentou o salão com um painel no qual estava o retrato de José do Patrocínio.¹⁸⁶

Quase uma década antes, um acontecimento agitava os salões da *Floresta Aurora*: tratava-se da recepção ao deputado Manuel da Motta Monteiro Lopes.¹⁸⁷ O evento compunha uma série de atividades do político em Porto Alegre, organizadas por uma comissão central, na qual se encontrava o associado do clube e gerente do jornal, Vital Baptista. Depois de ser recepcionado no porto, pela *Banda da Floresta*, e cumprir uma agenda repleta de compromissos, já se aproximando das duas horas da noite, o convidado finalmente chegava até a sede da sociedade, na Rua da Concórdia. Vinha em meio a um grandioso cortejo para desfrutar de uma festa, que, nas palavras do redator, era empolgante e majestosa. No entanto, nem todos adentraram na sede do clube. Em virtude da aglomeração que se fazia no entorno, Monteiro Lopes dirigiu-se até a janela, de onde proferiu algumas palavras. Após, retornou para a festa, que lhe foi dedicada pelo presidente da *Floresta Aurora*, senhor Gervasio Emmerenciano.¹⁸⁸

Estas duas ocasiões permitem algumas interpretações, tanto pelos elementos acionados, quanto pelas leituras a partir do presente. Nesse sentido, José do Patrocínio e Monteiro Lopes, por meio de suas existências engajadas na luta política, foram evocados pelos seus contemporâneos como representantes de uma raça – a negra. O

¹⁸⁵ *O Exemplo*, 25 de março de 1925, capa.

¹⁸⁶ Idem, 19 de maio de 1918, p. 2.

¹⁸⁷ Manuel da Motta Monteiro Lopes (1867-1910) fora eleito deputado federal em 1909, no entanto teve a posse colocada em suspensão sob a justificativa de ser negro, o que causou grande comoção em diferentes partes do país, inclusive na cidade de Pelotas, a qual criou *Centro Ethiópico Monteiro Lopes*, como forma de apoio a posse do deputado. Cabe salientar que Monteiro Lopes também foi abolicionista, no entanto ficou conhecido em virtude da possibilidade de não ocupar o cargo em decorrência do *preconceito de cor*. Silva, Fernanda Oliveira da. *Os negros, a constituição de espaços para os seus...* p. 96-101; Tavares, Viviani dos Santos. *Manoel da Motta Monteiro Lopes e a construção dos laços de identidade entre a elite negra pelotense*. Pelotas: Universidade Federal de Pelotas, 2005. Monografia (Licenciatura em História). Sobre sua trajetória ver mais em Vianna Dantas, Carolina; 2010. Monteiro Lopes (1867-1910), um “líder da raça negra” na capital da república. *Afro-Ásia*, n. 41, p. 167-209, 2010.

¹⁸⁸ *O Exemplo*, 30 de janeiro de 1910, capa e 13 de fevereiro de 1910, capa.

primeiro estava vinculado à abolição da escravidão, como consta nas matérias e na justificativa para a presença de seu retrato na atividade do *Recreio Floresta Aurora*, e o segundo vinculado à abolição dos preconceitos e unificação da raça negra.

Os contemporâneos justificavam ainda que os feitos de Patrocínio e Lopes já estavam na memória das pessoas, mas que era preciso garantir que eles não se perdessem em relação às gerações futuras. Ambos os ícones eram referências positivas para o grupo negro que frequentava as festas do clube e lia as páginas d'*O Exemplo*. Assim, evocavam um significado coletivo, seja em torno do coletivo de homens e mulheres negros alcançados pela abolição, seja em torno das pessoas que se organizaram em todo o país para exigir que Monteiro Lopes assumisse seu cargo. Cada um desses elementos era vivido a partir da experiência do clube *Floresta Aurora*, e muitos o foram, durante as atividades que podiam aparentar ser apenas recreativas. Compartilhava-se, assim, uma memória de geração para geração pautada pela reflexão, evocando as noções de oralidade e de consciência histórica anteriormente apresentadas.

O circuito cultural compartilhado pelo clube, noticiado e também composto pelo jornal *O Exemplo*, indicava que as transformações de ordem política e de condição social contribuía com mais elementos a complexificar a ideia de raça e sustentar o racismo. Este certamente não era vivenciado da mesma forma que o fora durante a existência da escravidão, mas fundamentava diferenças sociais de forma hierárquica, racializadas. A ideia de raça negra ainda era considerada um fator aglutinador para a existência de coletividades que lidavam a seu modo com a racialização, fosse apontando seus malefícios, fosse construindo um espaço de acolhida para as pessoas que compartilhavam a mesma identidade racial e tinham os mesmos interesses. Neste sentido, a afirmação de Eduardo Bonilla-Silva é bastante elucidativa visto que, em suas palavras, “o racismo deve ser estudado do ponto de vista de racialização. Eu afirmo que depois que uma sociedade se torna racializada, a racialização desenvolve uma vida própria”.¹⁸⁹

Os elementos aqui acionados explicitam que a rede era ampla e que a experiência dos clubes, durante a emancipação e no pós-abolição, enuncia sobre os sentidos no qual a racialização interagiu, reconfigurando noções de raça e de pertencimento. Buscavam consolidar uma cidadania civil, que permitisse aos homens e mulheres negras bailar, discutir, palavrear sua história, atuar e escrever sem que a cor da

¹⁸⁹ Bonilla-Silva, Eduardo. *Rethinking Racism...* p. 475. “racism should be studied from the viewpoint of racialization. I contend that after a society becomes racialized, racialization develops a life of its own.”

pele continuasse a ser um impedimento. Na esteira do que Marcus Vinicius de Freitas Rosa destacou como um processo de “reorganização das distinções e fronteiras sociais depois da abolição”, calcado na noção de raça, na cidade de Porto Alegre, reitero seu argumento de que “era experimentado e ressignificado de diferentes formas por indivíduos que encontravam na coloração epidérmica um nexo para criar suas próprias agremiações”.¹⁹⁰ Este processo existente ainda na vigência da escravidão pode ter contribuído para que não houvesse uma interpelação aberta às noções de raça ou mesmo uma denúncia do preconceito racial vigente nos moldes do que observamos já nos primeiros anos da abolição, exemplificado aqui, na denúncia envolvendo os *nobres cavalheiros* que invadiram a sede da *Floresta Aurora*. Mais que isso, auxilia no reconhecimento das diferentes dinâmicas que permitiram aos grupos racializados sobreviver, resistir e se assegurarem como seres humanos que socializavam, trabalhavam e viviam o cotidiano de uma sociedade bastante marcada pela ideia de raça.

As discussões em torno do que hoje podemos interpretar como disputa por uma memória coletiva - especialmente no que tange a ideia de construir uma herma de Patrocínio, mas também da importância conferida ao compartilhamento do histórico do clube e do nome de seus fundadores com todos aqueles e aquelas que então davam vida ao *Floresta Aurora* - permitem acessarmos um significado de cidadania que comportava acesso ao lazer, à cidade e ao respeito. Possivelmente, o mais importante objetivo do clube era contrapor estereótipos e preconceitos de cor, fosse a nível local, como quando da invasão dos *cavalheiros*, fosse a nível nacional, quando da impossibilidade colocada a Monteiro Lopes para que ocupasse seu cargo. E fosse ainda a título de sobrevivência em plenitude para aqueles homens e mulheres que mantiveram e mantêm em atividade um clube que ainda hoje é lido como um *clube de negros*.

A experiência da *Floresta Aurora* imprimiu um significado de cidadania social, lúdica e política, cujo sentido estava em não apenas manter um espaço de sociabilidade, com diversas atividades recreativas, como também ampliava-se, ofertando auxílio e beneficência aos seus, ou seja, o recreativo não perdia o potencial político. As fontes referentes ao período após a abolição apresentam uma série de indícios da manutenção do auxílio e diversificação nas atividades, assim como de reivindicação de que a cidadania política, em termos institucionais, fosse assegurada a partir do exemplo do apoio a Monteiro Lopes. Tal exemplo é sintomático de um projeto compartilhado em

¹⁹⁰ Rosa, Marcus Vinicius de Freitas. *Além da invisibilidade...* p. 267.

rede com outras associações, especialmente, as que encontravam seu nexo de criação e manutenção na ideia de raça negra.

As barreiras de cor que conformavam um espaço de sociabilidade negra, não tornavam os associados isentos de enfrentar problemas cotidianos, impostos pela sociedade dominante, na qual *nobres valentes* sentiam-se à vontade para importunar sem que sofressem qualquer sanção por isto. A partir desse intricado de complexidades que entrecruzava racialização, cidadania e sociabilidade, as pessoas que idealizaram e mantiveram a *Sociedade Floresta Aurora*, forjaram um sentido de liberdade para homens e mulheres da raça, que ultrapassava em muito a cultura da música que os motivou em pleno cruzamento das ruas Floresta e Aurora. Desde então, muitas foram as pessoas que incorporaram e sustentam o orgulho de pertencer à *Floresta Aurora*, o clube negro mais antigo em funcionamento no país.

Por último, mas certamente não menos importante em termos de totalidade dessa tese, acompanhar a trajetória da *Floresta Aurora* nas páginas d'*O Exemplo* possibilitou a percepção de que a liberdade foi forjada por meio de um formato coletivo, como o do clube durante a emancipação, enquanto que no pós-abolição as realidades referidas extrapolavam os limites da capital sulina. Apontavam para uma comunidade transnacional mesmo que imaginada, já com traços mais definidos e menos idealizados. Também assinalavam para a fronteira com o Uruguai – na qual estariam *parte dos nossos irmãos a desmentir esse principio de igualdadade*,¹⁹¹ o que não é demasiado assinalar como um vínculo com o conteúdo apresentado em 1872 nas páginas do *La Conservación*. Além disso, apontavam para um pouco antes da linha divisória, mas já no extremo sul do estado, mais precisamente para Pelotas, onde existia a *Sociedade Feliz Esperança*¹⁹² e o jornal *A Alvorada*,¹⁹³ os quais encaminharam posse de suas diretorias e exemplares para o jornal *co-irmão*, denominação conferida às pessoas negras brasileiras, irmanadas na raça. A *Feliz Esperança* e o jornal *A Alvorada* (que será abordado nos próximos capítulos) eram associações que, assim como a *Floresta Aurora*, tinham vínculo com a escravidão e, mais que isso, eram mantidas e organizadas a partir de um senso de comunidade negra que extrapolou a escravidão e forjou sentidos de liberdade – fosse durante a manutenção do sistema escravista, após a abolição ou ainda

¹⁹¹ *O Exemplo*, 1º de janeiro de 1893, capa.

¹⁹² *O Exemplo*, 9 de janeiro de 1910, p. 2 e 25 de dezembro de 1910, p. 2. A *Feliz Esperança* foi criada por negros, em 1878, como *Associação Lotérica*, tendo por objetivo comprar cartas de alforria, em 1880 passou a denominar-se *Sociedade Beneficente* e manteve-se em atividade até 1917.

¹⁹³ *O Exemplo*, 20 de agosto de 1916, p. 2. Órgão da imprensa negra que circulou em Pelotas entre 1907 e 1965, com algumas interrupções.

a partir de memórias de uma geração que conviveu com a escravidão.

As reivindicações enunciadas desde os clubes *La Igualdad* e *Floresta Aurora* permitiram acompanhar o ângulo da universalidade do particular que marca a criação de clubes quando já existiam outras associações de cunho racial, assim como já existiam clubes, conformando a condição histórica específica dessa universalidade, que, por sua vez permitiu acompanhar as discussões próprias das emancipações e do pós-abolição. A criação dos clubes foi justificada pela ausência da cidadania negra (capítulo 1) e indisponibilidade para socializar nos termos que desejavam com pessoas iguais (capítulo 2). Para criar essa nova experiência social, dentro de um legado de associativismo negro, investiu-se na bandeira política institucional evidenciando a necessidade de apoio a um representante cuja pauta fosse explicitamente racial, assim como ambas as experiências de clubes se colocaram como parte de um circuito de sociabilidade negra, que, no caso da *Floresta Aurora*, investiu nas datas cívicas, festas familiares, estímulo as práticas culturais, como teatro e reuniões de mulheres, assim como participação em festividades públicas e recepção de autoridades tidas como referências para o grupo negro.

Parte II – Transgredindo as margens e forjando histórias desde periódicos e clubes negros: A região fronteira Brasil-Uruguai

A reunião na sede do Círculo Operário Jaguareense, naquela noite de 24 de agosto de 1918, havia se estendido noite adentro, mas, ao término da reunião, os *juvems amigos* Malaquias Oliveira, que trabalhava por jornadas, e Theodoro Rodrigues, mecânico, resolveram conversar sobre a ideia de formar um clube para pessoas negras na *cidade heroica*, Jaguarão. Afinal, em nenhum dos demais clubes existentes lhes era permitida a entrada. Resolveram então socializar a ideia com os amigos Domingo Ribeiro, comerciante, Mercê de Vargas, sapateiro, João Pedro Faria, motorista, Doralino Correia, Humberto Ferreira, Otacílio Farias, Rosalino dos Santos, Natalio Neison da Silva, Magno Dias, José Nunes de Oliveira e Ernesto Faria, jornalistas. Estes de pronto empolgaram-se com a ideia. Na iminência de dar um nome ao clube, prevaleceu a data de fundação, *Club 24 de Agosto*. Acertaram ainda que nos meses seguintes procurariam um lugar para fazer as primeiras reuniões e os primeiros bailes, e não esqueceram-se do carnaval, sendo que nos anos subsequentes fizeram um grande sucesso ao colocar na rua uma comparsa, ou seria um cordão? Bem, a denominação não importava tanto, afinal, a vida na fronteira tinha desse linguajar que misturava português e espanhol.¹⁹⁴

Os *juvems* Osvaldo Guimarães da Silva, Renato Monteiro de Souza e João Francisco Ferreira saíram de suas respectivas casas para andar pelas ruas do centro da cidade de Pelotas, porém, a tórrida tarde de verão, daquele mês de janeiro de 1921, fez com que eles procurassem um lugar a sombra para descansar, chegaram então à Praça da República (atual Praça Cel. Pedro Osório) e se colocaram a conversar. Logo veio à tona o assunto que sempre agitava a cidade no mês que estava por começar – o carnaval. Conscientes de que eles, por serem negros, não eram aceitos em qualquer cordão, e que os cordões que já participaram, não estavam muito de acordo com as ideias deles, incluindo o *Chove Não Molha*, que também era de negros, resolveram criar um e convidar pessoas negras a nele estar. A proposta foi aceita de imediato, um ficou ali para dizer as pessoas que passassem, os demais saíram para ir dizendo, estava fundado o cordão carnavalesco *Fica Ahí Prá Ir Dizendo*, nome sugerido por Osvaldo em decorrência da situação em que se encontravam. A notícia se espalhou como rastro de

¹⁹⁴ Estatutos do Club 24 de Agosto – Jaguarão. s/p. 10 de outubro de 1964; Nunes, Juliana dos Santos. “Somos o Suco do Carnaval!” A Marchinha Carnavalesca e o Cordão do Clube Social 24 de Agosto. Pelotas: Universidade Federal de Pelotas, 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História).

pólvora, o carnaval daquele ano foi um sucesso e eles em conjunto com outras pessoas negras resolveram manter atividades durante todo o ano.¹⁹⁵

Pedro Alcántara, cuja família era brasileira, Juan Pablo Nieto, José Pedro Montiel e Armando Sosa, todos moradores da cidade de Melo, na *frontera*, se encontraram no dia 25 de agosto de 1923 para comemorar a data magna do país – Independência - na casa da família Olívares Rodríguez, na rua Sarandí (atual Luis Alberto de Herrera). Entre as tantas conversas, um assunto sobressaiu, já era momento de a *raza de color* ter um clube para si, visto que nem o *Club Unión*, nem o *Centro Unión Obrero*, permitiam que pessoas negras fizessem parte de suas atividades. Conversaram com mais algumas pessoas e formaram a 1ª comissão diretiva, em conjunto com Don Manuel de los Santos, Don Juan C. Pérez, Don José Montiel, Inocencio Correa e Juan Arévalo, aos quais logo se juntaram as *matronas de la comunidad*, compondo a 1ª *Comisión de Damas*, dentre as quais estavam Petrona Olívares de Neto, Paula Beterbide de Montiel, Celina Morales de Pérez, Paula Díaz de Sosa, senhorita Manuelita de los Santos e Felipa Dias. Estava fundado então o *Centro Uruguay – club de los Negros*, cujo nome era uma homenagem a pátria.¹⁹⁶

Era tempo de organizar o próximo carnaval da *Rainha da Fronteira*, Bagé, de fato, esperava-se que a esse momento, 02 de janeiro de 1936, já estivesse tudo bem preparado, e até podia estar, não fosse o caso de um grupo de 11 homens, todos trabalhadores, e na sua maioria casados, estarem insatisfeitos com as opções disponíveis. Resolveram por criar o *Bloco Carnavalesco Os Zíngaros* com o objetivo de pular o carnaval. Passados os festejos de Momo e tendo em vista a necessidade de ter um espaço social para a sociedade *colored* bageense, especialmente, para as famílias, fosse as já constituídas, como as dos fundadores casados, fosse as por constituir, como bem poderiam almejar Pedro Mendes, Antonio S. Alvez e Claudio Cavalheiro, os fundadores solteiros, decidiram manter atividades sociais durante todo o ano, organizadas por uma diretoria eleita anualmente. E aquele que era um cordão passa a ser conhecido como uma *sociedade*, nome que de fato adota a partir de 04 de dezembro de 1944,¹⁹⁷ e no qual se tornou costumeiro receber os *co-irmãos* do *Fica Ahí Prá Ir*

¹⁹⁵ Lima, Giselda Maria Marques. *Histórico do Clube Cultural Fica Ahí P'rá Ir Dizendo*. 2001. Acervo do Clube Cultural Fica Ahí P'rá Ir Dizendo.

¹⁹⁶ *Estatutos Generales del Centro Uruguay – 1932*; Entrevista com Juan Jacinto Ferrán (fundador do periódico *Acción*, membro e presidente do *Centro Uruguay*). 'Juan Jacinto Ferrán - Una vida, un ejemplo'. *Semanario Cerro Largo*, 2 de setembro de 1988, p. 5.

¹⁹⁷ Estatutos da Sociedade Recreativa *Os Zíngaros – 1948*.

Dizendo, de Pelotas, e do *Centro Uruguay*, de Melo, assim como se deslocar até a sede dos mesmos.

Cada um dos fragmentos aqui dispostos enfatizam as nomeações dos clubes negros e as justificativas para a criação dos mesmos. Ainda hoje imperam essas justificativas, sobretudo nas narrativas em primeira pessoa do singular e do plural, advindas de antigas e antigos associados, ou assentadas em um legado compartilhado por aqueles. As experiências compartilhadas pelos clubes negros criados em Melo, Jaguarão, Bagé e Pelotas enunciam uma das formas adquiridas pelas culturas negras na região. O conteúdo dessa experiência compartilhada permite identificar esse espaço, nos termos da territorialidade, como região transfronteiriça. Tal interpretação é decorrente da concordância com os moldes observados pela historiadora Susana Bleil de Souza, em sua reflexão acerca da operacionalidade das noções de região e fronteira na escrita da história, mormente considerando aspectos históricos da região que aqui abordo.¹⁹⁸

A historiografia produzida no Brasil e no Uruguai evidencia a atenção destinada à presença negra nos embates diplomáticos entre a jovem nação uruguaia e o império do Brasil no século XIX.¹⁹⁹ Não obstante, parte dessa historiografia alerta para a necessidade de investigação histórica da experiência negra no período posterior. Embora algumas investidas tenham se efetivado, a investigação tendo o pós-abolição como problemática, não aconteceu.

Esse vazio historiográfico somado a existência dos clubes negros, evidenciada nas narrativas, colocam-se como justificativas para a investigação que aqui se coloca. Os clubes estão ainda em funcionamento, hoje aproximam-se do centenário, e são identificados por contemporâneos como a centralidade da organização social negra na região quando de sua criação e primeiras décadas de existência. Cabe ressaltar que os clubes contavam com a parceria dos representantes da imprensa negra, por meio dos quais se escrevia uma outra história da região os quais são amplamente utilizados na pesquisa como fonte, mas também identificados e interpretados como expressão de experiência negra coletiva. Nesse sentido, o *Centro Uruguay* teve grande parte das suas

¹⁹⁸ A historiadora Susana Bleil de Souza, ao analisar a fronteira brasileiro-uruguaia, destaca que o referido espaço, em decorrência das dinâmicas internas permeáveis e conexões com outras áreas, enquanto territorialidade é entendida como região transfronteiriça. Souza, Susana Bleil. Regiões e Fronteiras na História: notas para um exame da operacionalização dos conceitos. In: Rückert, Aldomar Arnaldo; Campos, Heleniza Ávila; Scheitzer, Alejandro Fabían. (Org.). *Integração Regional, Fronteiras e Globalização no Continente Americano*. Porto Alegre: Imprensa Livre, 2014. p. 39-58.

¹⁹⁹ Disserto sobre isso ao longo do capítulo 3.

atividades divulgadas no jornal *Acción – Órgano del Comité Pro Edificio del Centro Uruguay*, criado em 1934, e que circulou até 1952, com algumas interrupções. O mesmo vale para o *24 de Agosto*, que teve suas atividades divulgadas no jornal *Orientacion – Periódico de la Raza Negra*, criado em 1941, na cidade de Melo e que circulou até 1945, e para os clubes *Fica Ahí Prá Ir Dizendo*, *Os Zíngaros* e *Palmeira*, que divulgaram suas atividades no jornal *A Alvorada*, que fora criado na cidade de Pelotas, em 1907, em “defesa da instrução, da unidade racial e do progresso e interêsse da terra pelotense”,²⁰⁰ e que, entre 1946 e 1965, estava sob a propriedade e gerência de Rubens Lima, associado e membro da direção do *Fica Ahí Prá Ir Dizendo*.

As considerações expostas confluíram para que eu traçasse o caminho a ser percorrido na parte II desta tese. Valho-me de produção historiográfica sobre a região de fronteira Brasil-Uruguaí, mas também de um conjunto diverso de fontes primárias para problematizar a presença negra e as estratégias coletivas desenvolvidas por essas pessoas no pós-abolição. A partir da documentação produzida no âmbito do associativismo negro, notadamente, interessa-me identificar momentos em que pessoas negras formularam possibilidades de existir coletivamente diante dos limites simultaneamente impostos ao exercício de sua cidadania e da visibilidade enquanto grupo.

A imersão que segue está dividida em três capítulos. No capítulo 3 privilegio as evidências da presença negra na fronteira por meio de análise historiográfica e, no capítulo 4, abordo como o jornal *Acción*, uma extensão do *Centro Uruguay*, de Melo, apresenta elementos sobre a experiência negra nesse espaço, entre as décadas de 1930 e 1950, sem perder de vista a complementaridade encontrada nas páginas de *A Alvorada*, de Pelotas, e *Orientacion*, de Melo. No capítulo 5, será tempo de acompanhar a criação e a manutenção dos clubes cujas narrativas estão dispostas ao início dessa parte, criados como práticas recreativas.

É chegado o momento de sair das capitais e percorrer a fronteira, muito mais que uma linha divisória entre dois domínios territoriais, um espaço marcado por trânsitos e vivências que remontam à consolidação dos estados nacionais limítrofes e às agências de pessoas negras que colocam em xeque o *princípio de igualdade* da nação uruguaia e o apagamento da população negra no estado do Rio Grande do Sul.

²⁰⁰ *A Alvorada*, 5 de maio de 1957, capa.

Capítulo 3 – A presença negra na região e o forjar de outras escritas da história

O periodismo negro fora uma realidade na capital da república oriental a partir do ano de 1872, e desde 1890, concreto na cidade de Porto Alegre, e, como acompanhamos nos capítulos antecedentes, fazia referência à experiência vivenciada também nos espaços interioranos. Neste capítulo busco mapear e compreender o contexto histórico da presença negra na fronteira brasileira-uruguaia, um dos espaços interioranos que esteve nas páginas *d'O* Exemplo, especialmente quando do pós-abolição nos dois lados da fronteira. Não obstante, o fato de abolição no território uruguaio ter acontecido nos anos 1840, enquanto que no Brasil deu-se apenas em 1888, ou seja, mais de 40 anos depois, me instiga a atentar para a memória acerca das relações estabelecidas desde o lado uruguaio, livre, com o país vizinho, escravista, com o intuito de perceber as especificidades de uma região de fronteira no que tange a mobilidade e presença da população negra.

Na sequência disponho uma adaptação do mapa da região do Rio Grande do Sul e Uruguai²⁰¹. De acordo com a última demarcação territorial, de 1909, a linha fronteira entre Brasil-Uruguai ocupa 1.068,1 km. Faziam fronteira direta pelo lado brasileiro, os municípios Quaraí, Uruguaiana, Santana do Livramento, Dom Pedrito, Bagé, Herval, Jaguarão, Santa Vitória do Palmar e Chuí. No lado uruguaio, os departamentos de Artigas, Rivera, Cerro Largo, Treinta y Tres e Rocha.²⁰² Nessa pesquisa, a abordagem se dá sobre um departamento uruguaio: Cerro Largo, cuja capital é Melo, e as cidades de Rio Branco, Fraile Muerto e Aceguá, que fazem parte do departamento.

²⁰¹ Ver reprodução dos originais no anexo A e anexo B.

²⁰² Os estados brasileiros são divididos politicamente em cidades. O Uruguai se divide politicamente em 19 departamentos, os quais não se subdividem politicamente em termos jurídico-administrativos até 2009. Cada um dos departamentos uruguaio possui uma capital, e as demais aglomerações (urbanas ou rurais) são povoados, os quais podem ser denominados de *Pueblo*, *Villa* ou *ciudad*. Portanto, para fins de uma pesquisa que aborda espaços nacionais distintos, é importante salientar que a denominação não tem o mesmo significado jurídico-administrativo adotado no Brasil, visto que no Brasil a categoria cidade está diretamente vinculada à autonomia. Saliento ainda que o Uruguai tem a mesma divisão política desde 1884. Somente em 2009, a constituição do país regulamentou a existência de municípios enquanto designação específica para localidades com mais de 2 mil habitantes. Mazzei, Enrique; Souza, Mauricio de. *La Frontera en Cifras*. Melo (Uruguay): Imprenta CBA, 2013; Republica Oriental de Uruguay. Lei n° 18.567 de 13 de setembro de 2009. Dispõe sobre Descentralización Política y Participación Ciudadana. Diário Oficial de la República Oriental del Uruguay. Montevideo, 19 de outubro de 2009.

Mapa 1 - Região pesquisada

Para a compreensão da existência da população negra nessa região destaco a problemática dos recenseamentos nacionais, seguida de quatro indícios da circulação de pessoas pela região fronteiriça, na primeira metade do século XX. No censo brasileiro, o quesito cor aparece em 1890 e depois só em 1940. Nesta estatística, Bagé apresentava uma população de 7.045 pretos e 4.854 pardos, em um total de 59.000 habitantes, no ano de 1940, já Jaguarão apresentava 1.009 pretos e 1.127 pardos, em um total de 15.704 habitantes, enquanto Pelotas consolidava-se como grande cidade, apresentando

9.620 pretos e 5.961 pardos em um total de 104.553 habitantes.²⁰³ Destaco que apenas em Jaguarão o número de pretos era menor que o de pardos, em Pelotas e Bagé a proporção é de quase o dobro. Essa presença maior de pretos em relação aos pardos, contrariando o processo que se via no resto do Brasil, como apontaram Butler e Andrews para São Paulo e Salvador,²⁰⁴ por exemplo, certamente teve um impacto na forma como a racialização foi vivida no extremo sul do país pelos grupos negros. Uma das possibilidades interpretativas dos dados do censo de 1940 e 1950, que pode ser vista na tabela 1, a seguir, é que a comunidade negra sulina ou não tinha acesso a mestiçagem ou de fato estava fechada. Destaco ainda a mudança demográfica ocorrida no departamento de Cerro Largo, onde em 1860, foram contabilizados 17.475 habitantes, em 1908, 44.742 e, no levantamento, do ano de 1960, eram 71.023. Se comparado com os dados referentes à Montevideo, a diferença fica explícita e corrobora as interpretações anteriormente citadas, visto que, em 1860, eram 57.913 habitantes, em 1908, a população chegava a 309.231 habitantes e, em 1960, houve um salto para 1.202.757.²⁰⁵

Tabela 1 População branca, parda e preta no censo de 1940 e 1950

Ano	Bagé		Jaguarão		Pelotas	
	Branco	Preto + Pardo	Branco	Preto + Pardo	Branco	Preto + Pardo
1940	47.064	(7045+4854) 11.899	13.542	(1009 +1127) 2.136	88.918	(9620+5961) 15.581
1950	52.937	(6.993+4.902) 11.895	14.255	(972 + 962) 1.934	109.458	(11730+5943) 17.673

Fonte: Recenseamento Geral do Brasil (1º de Setembro de 1940); VI Recenseamento Geral do Brasil – 1950. Disponíveis em: <http://biblioteca.ibge.gov.br>.

203 Recenseamento Geral do Brasil (1º de setembro de 1940) p. 92; 150; 176; VI Recenseamento Geral do Brasil – 1950, p. 66-67. Disponíveis em: <http://biblioteca.ibge.gov.br>. Acesso em nov. 2016.

²⁰⁴ Kim Butler destaca que em São Paulo, entre 1890 e 1940, houve um crescimento da população preta e parda, em contrário ao que aconteceu em Salvador, no entanto, o crescimento entre os pardos foi superior ao entre os pretos. Butler, Kim. *Freedoms Given...*p. 133-136; George Andrews aponta que entre 1940 e 1950 a população brasileira de mulatos aumentou e a de negros diminuiu, levando em consideração que o autor utilizou os dados do censo, fica evidente que mulatos está referindo pardos e negros refere os pretos. Ao colocar em comparação com a realidade cubana, o autor observa fenômeno semelhante. Andrews, George Reid. *América Afro-latina...* p. 187-190.

²⁰⁵ Instituto Nacional de Estadística Uruguay. Población en el País, según departamento. Disponível em: <http://www.ine.gub.uy/web/guest/censos-1852-2011>. Acesso em: mar. 2017.

Nos censos do Uruguai, para todo o período aqui investigado, não constam os quesitos raça/cor. Como destaquei anteriormente, se, por um lado, é preciso considerar as medidas de incentivo à imigração,²⁰⁶ por outro é preciso considerar que a população negra optou por permanecer no local ou, pelo menos, parte das famílias ali permaneceram. Nesse sentido, destaco três elementos para pensarmos essa população negra em zona fronteira, mesmo frente à inexistência de dados censitários para o Uruguai. O primeiro advém da reflexão da historiadora Keila Grinberg que encerra uma apresentação bastante consistente acerca da produção historiográfica sobre *fronteira, escravidão e liberdade no Sul da América*:

Quem passa hoje por cidades como Jaguarão e Santana do Livramento, no Brasil, ou Rivera e Tacuarembó, no Uruguai, se depara com as comunidades negras em ambos os lados da fronteira. A memória que estes grupos mantiveram do passado escravista e a história da permanência de tantos, na mesma região, por tanto tempo, é um dos desafios que a pesquisa histórica contemporânea não pode se furtar a analisar. É sinal que a abolição da escravidão não foi o fim desta história.²⁰⁷

O segundo elemento advém da própria experiência dos clubes negros. O *Centro Uruguay* foi criado em Melo, em 25 de agosto de 1923, por um grupo de homens negros, os quais acompanharemos na sequência. Embora o exemplo de Melo figure, até então, como o primeiro clube negro no interior da República Oriental do Uruguai e o primeiro com características sociais, é ilustrativo dos repertórios existentes e das trocas que se realizavam já a nível local. Não podemos, no entanto, perder de vista a peculiaridade desse clube, visto que era voltado à coletividade negra e, para entender, é preciso alargar ainda mais o panorama. Ainda que o clube de Melo pareça ser o primeiro do tipo no país, não foi o primeiro da região e, considerando que as pessoas circulavam, é possível que tenha havido contato direto com a experiência associativa clubista brasileira ou com a ideia. Na cidade de Jaguarão, em 1918, onze trabalhadores negros criaram um clube denominado *24 de Agosto* em que as pessoas negras poderiam entrar. Em 1921, distante pouco mais de 100 km de Jaguarão, na cidade de Pelotas, um grupo de homens negros criou um cordão carnavalesco para pessoas negras tendo por nome *Fica Ahí*. Intuito também presente dentre os membros que se autodenominavam *coloreds*, pouco mais de dez anos depois, mais precisamente em 1936, na cidade de Bagé, ao qual nomearam *Os Zíngaros*. Enquanto isso, de volta ao outro lado da

²⁰⁶ Como discutido no capítulo 1.

²⁰⁷ Grinberg, Keila (Org.). Grinberg, Keila (Org.). *As fronteiras da escravidão e da liberdade no sul da América*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2013. p. 24.

fronteira, mas bem mais perto, na cidade de Melo, o clube se apresentava como voltado *para a raza de color* e, nas décadas de 1940 e 1950 se deslocava para Bagé, sendo recepcionado na sede *d'Os Zingaros*.

O terceiro elemento sucede da análise que dá corpo a essa tese, visto que na consulta a imprensa negra local, são frequentes as referências aos conterrâneos que moram no outro lado da fronteira, e em Montevideú, assim como os clubes negros encontrados em contato com o clube de Melo localizavam-se todos ou na capital ou na faixa fronteira. Embora esse assunto seja analisado especificamente no capítulo 6, destaco desde já que dentre os clubes negros localizados na região estavam o *Club Social Antonio Ledesma Ansina*, em Treinta Y Tres, *Club Social Unión Fraile Muerto*, em Fraile Muerto (Cerro Largo), *Club Social Renacimiento de Rocha*, em Rocha. Nos elementos apresentados até então, é possível vislumbrar uma região com uma população negra que se afirmava como tal e era identificada dessa forma, maiormente, como preta. O que me permite, por um lado, fortalecer o argumento de que os clubes conferem inteligibilidade para a experiência de racialização nas Américas, e, por outro, destacar que, na região de fronteira Brasil – Uruguai, as categorias de raça não desapareceram e tampouco se diluíram.

Tendo em consideração que tanto o Uruguai quanto o Rio Grande do Sul negavam o *elemento etiópico*, negros, as evidências que apresento devem ser entendidas como uma reação a essa negação e, certamente, à segregação que se impunha e que se evidenciava, sobretudo, na sociabilidade.²⁰⁸ É nesse sentido que, tal como os relatos, a imprensa negra é entendida como uma fonte de fundamental importância para interpretarmos o cotidiano, cientes de que não se trata de visão homogênea, mas que certamente, representa um importante registro histórico. As fontes orais, assim como as fontes produzidas pelos clubes e pela imprensa negra, são entendidas como fundamentais, na esteira do alerta feito por Ana Rios e Hebe Matos.²⁰⁹

²⁰⁸ Retomo a discussão da invisibilidade da população negra no Uruguai no capítulo 6. Para o Rio Grande do Sul destaco a construção de uma identidade regional calcada em uma identidade branca, construída desde fins do século XIX. Uma dessas expressões está em um processo também vivido no Uruguai, o incentivo e valorização do imigrante europeu. Sobre discussões promovidas por intelectuais sulinos ver Silva, Sarah Calvi Amaral. *Africanos e afro-descendentes nas origens do Brasil: raça e relações raciais* no II Congresso Afro-Brasileiro de Salvador (1937) e no III Congresso Sul-Rio-Grandense de História e Geografia do IHGRS (1940). Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2010. Dissertação (Mestrado em História). Sobre as relações entre identidade branca no Rio Grande do Sul e as atuações de grupos negros ver Rosa, Marcus Vinicius de Freitas. *Além da invisibilidade...*

²⁰⁹ Rios, Ana Maria; Mattos, Hebe Maria. O pós-abolição como problema histórico...

Acerca do trânsito na região, o primeiro indício é relativamente óbvio, isto é, a proximidade, visto que a capital departamental, Melo, está a 86 km de distância de Jaguarão e a 128 km de Bagé, enquanto que a 399 km de Montevideu. O segundo indício está nas legislações em torno dos transportes e comunicação, assim como no traçado das linhas de transporte, evidenciado na promulgação da *Ley de Trazado General de Ferrocarriles* (de 1884), que estabelecia as vias ferroviárias e, complementada pela lei de 1888, previa a ligação pelo caminho de Bagé. Na primeira década do século XX, foi promulgado um plano nacional referente aos transportes terrestres, com destaque para as linhas de ônibus e ferroviárias. Das quatro linhas regulamentadas, a *ferrocarril del Nordeste* demonstra a ligação existente entre Melo e a fronteira brasileira, uma vez que unia a capital a “Río Branco (llamada en ese momento [Villa] Artigas), passando por Melo”, que entrou em funcionamento após 1909.²¹⁰

O terceiro indício está na discussão jurídica entre representantes de ambos os países acerca do trânsito intenso na fronteira Uruguai-Brasil, cujos limites haviam sido reafirmados em 1909, pelo *Tratado de Rectificación de Límites*.²¹¹ Ratificado por um novo tratado, assinado em 1918, em que os governos se comprometeram a construir uma ponte sobre o rio Jaguarão, inaugurada em 1930 com a nomeação *Ponte Internacional Barão de Mauá*.²¹² Ainda nesse processo, deu-se a assinatura do estatuto jurídico da fronteira, em 1933. No Brasil, desde 1937 (Estado Novo), a faixa de

²¹⁰ O traçado das linhas explica-se especialmente por dois fatores. O primeiro era a necessidade de manter as zonas interioranas minimamente mais próximas da capital como forma de o governo central ter maior controle sobre o território, tendo em vista o recente fim de conflitos civis marcados por divisões territoriais bem contrastantes, como os liderados por Timoteo Aparicio (década de 1870) e por Aparicio Saraiva (1903), a Federalista (1893), a Revolução nacionalista (1904) e a Revolução de 1923, em que Melo foi o local escolhido por Joaquim Francisco de Assis Brasil para dar segurança a sua família e no qual se encontrava com seus apoiadores. O segundo fator visava a questão econômica, visto que o território do Rio Grande do Sul não dispunha de bons portos e utilizava o de Montevideu, dessa forma ter vias de acesso facilitaria as tratativas econômicas. Em 1946, na cidade de Melo, estava o cruzamento de duas rutas nacionales de grande importância, também denominadas carreteras transversales, e que denotavam a circularidade internacional, tratava-se da Ruta nº 8 e nº 26. Inaugurada em 1946, as direções da ruta nº 26 ligavam “Rivera – Río Branco (hacia Brasil: Pelotas – Río Grande)”. A sequência dessa ligação no território brasileiro é denominada BR 290. Aljanati, Daniel; Benedetto, Mario; Perdomo, Walter (eds). *Cerro Largo – los departamentos*. Montevideo: Nuestra Tierra, 1970. p.18; Bertino, Magdalena; Millot, Julio. *Historia económica del Uruguay*. Tomo II: 1860-1910. Montevideo (UI): Fin de Siglo, 1996. V. III, p. 335; Clemente, Isabel. La Región de Frontera Uruguay-Brasil y la Relación Binacional: Pasado y Perspectivas. *Revista Uruguaya de Ciencia Política*, v. 19, n.1, 2010. p. 172; Nahum, Benjamín. *Manual de História del Uruguay*: Tomo II- 1903-2010. Montevideo (Uruguay): Ediciones de la Banda Oriental, 2014. Reverbel, Carlos (org.). *O diário de Cecília Assis Brasil*. Porto Alegre: L&PM Editores, 1983.

²¹¹ Os primeiros tratados foram assinados em 1851 e conduzidos pelo, então, Barão de Mauá.

²¹² República Oriental del Uruguay; República Federativa do Brasil. *Patrimonio Cultural del Mercosur – PCM Dossier de Candidatura Puente Internacional Barón de Mauá*. Brasilia/Montevideo: S/E, 2012. Disponível em <http://mercosurcultural.org/attachments/article/107/Baron-de-Maua.pdf> Acesso em janeiro de 2017.

interesse da segurança nacional adota como fronteira a região de 150 km de distância em relação ao limite nacional (o que corresponde a 52% do território do Rio Grande do Sul) e a interpreta como uma unidade espacial distinta. Nesse sentido, Pelotas, Bagé e Jaguarão estão localizadas dentro desses limites e compõem o espaço fronteiriço.²¹³ Rio Branco,²¹⁴ por sua vez, é um povoado que faz fronteira com o Brasil, separado da cidade brasileira Jaguarão pelo rio homônimo.

O último indício está, mais uma vez, nos dados do censo. Tanto em Bagé quanto em Jaguarão, o recenseamento de 1940 destacou que a principal nacionalidade dos estrangeiros que moravam nas respectivas cidades era uruguaia, como apresentado na Tabela 2.

Tabela 2 - Brasileiros natos e estrangeiros no censo de 1940 e 1950

Ano	Bagé		Jaguarão		Pelotas	
	Brasileiros natos	Estrangeiros	Brasileiros natos	Estrangeiros	Brasileiros natos	Estrangeiros
1940	55.179	3.316 *2.643 uruguaios	13.910	1.678 *1.513 uruguaios	100.155	3.667 *474 alemães
1950	6.2517	1.983	14.970	1.198	124.713	2.489

Fonte: Recenseamento Geral do Brasil, 1940; VI Recenseamento Geral do Brasil, 1950. Disponíveis em: <http://biblioteca.ibge.gov.br>. Acesso em jun. de 2016.

Cabe salientar ainda que esses indícios e problematizações adquirem sentido quando observados a luz do contexto econômico e político vivenciado entre fins do século XIX e primeiras décadas do século XX, quando o Uruguai vivenciou uma prosperidade econômica advinda do batllismo.²¹⁵ Período caracterizado por medidas de consolidação do estado moderno em um momento de fim dos conflitos civis, sobretudo de “disciplinamento” que alcançou a sociedade em sua face econômica, política e social,

²¹³ A fronteira Rio Grande do Sul-Uruguai é a segunda maior fronteira em extensão do território brasileiro, 1068 km. Clemente, Isabel. *La Región de Frontera Uruguay-Brasil...* p. 169; Pucci, Adriano Silva. *O Estatuto da Fronteira Brasil-Uruguai*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2010; República Oriental del Uruguay. *Recopilación de actos internacionales para la fijación del Estatuto Jurídico de la Frontera entre Uruguay y Brasil*. Montevideo: Ministerio de Relaciones Exteriores, 1933.

²¹⁴ A localidade recebeu esse nome em 1910, em uma homenagem ao brasileiro Barão de Rio Branco, o qual firmou o tratado que determina que Brasil e Uruguai compartilham a jurisprudência sobre o Rio Jaguarão e a Lagoa Mirim.

²¹⁵ Batllismo é uma referência ao período da presidência de José Batlle y Ordóñez (1903-1907; 1911-1915), mas também de sua influência na política uruguaia, o que se estende até 1929, com seu falecimento. Foi no seu governo que se promulgou a *ley de jornada laboral* e se estabeleceram definitivamente os limites com o Brasil (1909). Sobre a denominada *época batllista* ver Nahum, Benjamín. *Manual de História del Uruguay*: Tomo II- 1903-2010. Montevideo (Uruguay): Ediciones de la Banda Oriental, 2014.p. 13-132.

mas que foi direcionado especialmente para as classes populares (muito semelhante ao que aconteceu no Brasil no mesmo período) e de consolidação de um modelo de crescimento urbano-industrial. A nação oriental encontrou sua expressão ideológica no epíteto de “Suíça da América Latina”.²¹⁶ Nesse sentido, é importante salientar que o Uruguai assim como o Brasil não passou ileso pela conjuntura de crise do mundo ocidental pós 1929. O que foi responsável por um redirecionamento da indústria nacional, em virtude de uma reconfiguração da pecuária e agricultura, utilizando-se de menos mão de obra, desenvolvida em muitos espaços da fronteira desde o século XIX o que acarretou uma grande migração para a capital. Dessa forma, a análise da historiadora Karla Chagas é ilustrativa ao afirmar que, especialmente, em meados do século XX:

A região fronteira “permeou” as relações entre os habitantes de um lado e de outro do território em todos os seus aspectos. As relações de trabalho estabelecidas implicaram por um lado um freqüente deslocamento, existente desde sempre. Além disso, a dupla legalidade pôde se superpor no estabelecimento de regras de trabalho, de acordo com a conveniência do empregador. [...] As condições econômicas e culturais do Uruguai de meados do século possibilitaram uma melhora de vida dos uruguaios em geral, no entanto as memórias recuperadas permitiram mostrar algumas variantes do país de “exceção” dos anos cinquenta, dando visibilidade a algumas situações que foram silenciadas pelo “imaginário” dos uruguaios.²¹⁷

Os estudos produzidos desde a década de 1990 enfocam a fronteira como um espaço de negociação por diferentes sujeitos, de diferentes status e posicionamentos dentro da jovem nação uruguaia ou mesmo no Império do Brasil. Neste contexto, a escravidão ainda é o pano de fundo da maior parte desses trabalhos, ou seja, a análise histórica concentrou-se no século XIX,²¹⁸ privilegiando os projetos tecidos por negociantes, estancieiros e políticos de ambos os lados daqueles limites. Tais trabalhos acabaram por concentrarem-se nos diferentes agentes das elites, fosse nas pessoas referidas ou nos projetos de nação compreendidos por seus representantes, como os cônsules e diplomatas. Antes disso, as histórias dos antigos escravos e seus

²¹⁶ Nahum, Benjamín. *Manual de História del Uruguay...*

²¹⁷ Iglesias, Karla Chagas. De escravas, “contratadas” e criadas: os relatos de Cecília sobre o trabalho na fronteira uruguaio-brasileira. In: Grinberg, Keila (Org.). *As fronteiras da escravidão e da liberdade no sul da América*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2013, p. 211.

²¹⁸ Souza, Susana Bleil. A fronteira do sul: trocas e núcleos urbanos: uma aproximação histórica. In: Souza, Susana Bleil de. *Fronteiras no Mercosul*. Porto Alegre: UFRGS, 1994, p. 78-89; Souza, Susana Bleil; Prádo, Fabrício Pereira. Brasileiros na fronteira uruguaia: economia e política no século XIX. In: Grijó, Luiz Alberto et all (Orgs.). *Capítulos de História do Rio Grande do Sul: texto e pesquisa*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004, p. 121-145.

descendentes figuraram apenas em uma análise centrada nas memórias dos *filhos da escravidão*.²¹⁹

Outros enfoques historiográficos evidenciaram a importância dos escravizados no contexto da fronteira. A influência deste grupo social nas relações políticas e econômicas pode ser verificada pela constante agência desses em busca da liberdade e a forma como manejaram a fronteira ao longo do século XIX, o que os acresceu notoriedade nas discussões nos círculos de poder desses dois países.²²⁰ Ressalvo que a tese de Daniela Vallandro de Carvalho apresenta um ponto fundamental para o entendimento sobre a região, pois ao colocar em diálogo a perspectiva das elites e dos escravizados, destacou a trajetória de cativos que utilizaram-se da guerra (e das fugas) como forma de liberdade. Dentre estes alguns tornaram-se livres, enquanto outros mantiveram-se cativos, mas com regalias concedidas por seus senhores.²²¹

Rompendo com as fronteiras da produção acadêmica rio-grandense, principalmente desde os anos 2000, tem-se um crescente na produção de acadêmicos uruguayos que investigam a fronteira com o Brasil. Destaco os estudos produzidos pelos historiadores Alex Borucki e Eduardo Palermo e pelas historiadoras Karla Chagas e Natalia Stalla, nos quais enfatizam que a região, comumente chamada ‘*Banda Norte*’ ou ‘*Banda Oriental*’, foi importante para a consolidação das fronteiras nacionais.²²² A

²¹⁹ Dalla Vecchia, Agostinho Mario. *Os filhos da escravidão: memórias de descendentes de escravos na região meridional do Rio Grande do Sul*. Pelotas: Editora Universitária – UFPel, 1994.

²²⁰ Mariana Flores e Luis Augusto Farinatti, amparados em vasta pesquisa documental, forjaram o conceito de fronteira manejada que dá conta de explicar o espaço no qual se insere o objeto da presente tese para o século XIX. Ressalva necessária, visto que ambos os historiadores, assim como Carla Menegat, a partir de suas problemáticas de pesquisa, demonstram a existência da fronteira como limite nacional, não obstante alertam que ela não foi entendida pelos mais diferentes sujeitos como uma limitação, mas como possibilidade de negociação e de ganhos objetivos. Naquele momento pessoas de diferentes status jurídicos quando no Brasil - como senhores de terras, negociantes brasileiros e escravizados - a fronteira foi manejada, tendo em vista desenvolver estratégias dentro de um campo de possibilidades bastante diverso. As interpretações destes autores são fundamentais para entender a historicidade da ocupação do espaço, mas também da produção historiográfica acerca dele. Farinatti, Luis Augusto Ebling. *Confins meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na fronteira meridional do Brasil*. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2010; Flores, Mariana Flores da Cunha Thompson. *Crimes de fronteira: a criminalidade na fronteira meridional do Brasil (1845-1889)*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014. (Coleção e-book ANPUH-RS); Menegat, Carla. “*Transportando fortunas para povoar deserta e inculta campanha*”...

²²¹ De Carvalho, Daniela Vallandro. *Fronteiras da Liberdade: Experiências Escravas de Recrutamento, Guerra e Escravidão (Rio Grande de São Pedro, c. 1835-1850)*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2013. Tese (Doutorado em História). Ver também: Matheus, Marcelo Santos. *Fronteiras da liberdade: escravidão, hierarquia social e alforria no extremo sul do Império do Brasil*. São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2012; Caratti, Jônatas Marques. *O solo da liberdade: as trajetórias da preta Faustina e do pardo Anacleto pela fronteira rio-grandense em tempos do processo abolicionista uruguiaio (1842-1862)*. São Leopoldo: Oikos, Editora Unisinos, 2013.

²²² Palermo, Eduardo R. *Tierra Esclavizada: El norte uruguayo en la primera mitad del siglo 19*. Montevideo (Uruguay): Tierra dentro Ediciones, 2013; Borucki, Alex; Chagas, Karla; Stalla, Natalia. *Esclavitud y Trabajo. Un estudio sobre los afrodescendientes en la frontera uruguaya (1835-1855)*.

região caracterizou-se por uma extensão da economia pastoril de base escravista adotada no Rio Grande do Sul a partir das charqueadas de Pelotas. Essa economia pastoril, por sua vez, contou com a colaboração da oligarquia latifundiária e comercial espanhola, ou seja, existia uma cooperação entre sujeitos dos dois lados da fronteira. Por sua vez, a forma de exploração nesses espaços deu-se sob a utilização da mão de obra escravizada e, mesmo quando das abolições da escravidão no então independente Uruguai, houve uma manutenção do trabalho forçado sob uma ideia de trabalho livre, com os contratos de peonagem exigidos para os estancieiros gaúchos e abordados ao longo do capítulo 1. Nesses estudos evidenciou-se que a segunda metade do século XIX foi marcada por um acirramento de relações sociais diretamente ligado com a escravidão e a liberdade que refletiu na consolidação das fronteiras nacionais.

Os estudos destacaram ainda essa presença brasileira como predominante na fronteira, a qual influenciava para que as normas sociais fossem aquelas impostas pelos proprietários brasileiros, o que incidia sobre as formas de manutenção de trabalho coercitivo. Esse processo desencadeou a colonização da fronteira pelo governo uruguaio, na segunda metade do século XIX, como forma de desconstruir a unidade política e econômica brasileira. A existência de limites formais não foi capaz de criar características díspares em cada um dos lados da fronteira. Efetivava-se, assim, uma região em que a política e a economia se entrecruzavam através da linha fronteiriça, e a população negra escravizada constituía a principal força trabalhadora do local, inclusive no lado uruguaio, cuja escravização ilegal se deu pelo menos até 1883.²²³

Neste sentido, as charqueadas de Pelotas eram abastecidas pelos estancieiros da região da campanha, extensão de paisagem que abarca território no Brasil e no Uruguai, os quais tinham estabelecimentos não apenas no lado brasileiro, mas também no lado uruguaio. Características que contribuíram para a existência de uma sociedade extremamente interligada, e cuja historiografia uruguaia aponta como mais vinculada ao Rio Grande do Sul que com o poder central de Montevidéu. Como a sumarização

Montevideo (Uruguay): Mastergraf, 2009. Como destaquei no capítulo 1, o processo de abolição no Uruguai deu-se no contexto da Guerra Grande (1839-1851) e se estendeu até 1862. O contexto da guerra é fundamental para a compreensão das leis abolicionistas, visto que, em 1842, o governo Blanco aboliu a escravidão. Porém o poder do partido estava concentrado em Montevidéu. Somente em 1846 o partido Colorado, cuja influência maior era no interior, decretou o fim da escravidão e então a medida alcançou a totalidade nacional.

²²³Tema das pesquisas históricas de Grinberg, Keila (Org.). *As fronteiras da escravidão e da liberdade no sul da América*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2013; Lima, Rafael Peter. *Andrés Lamas e a atuação da Legação oriental na Corte imperial brasileira: escravidão e relações internacionais (1847-1869)*. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2016. Tese (Doutorado em História).

permite inferir, os estudos que problematizaram a fronteira percebendo a presença negra concentraram-se, especialmente, nas temáticas da escravidão e liberdade dentro de um contexto de sistema escravista que, por sua vez, se fundem com as discussões centradas nas relações internacionais e formação dos estados nações e têm a abolição da escravidão no Brasil como um limite cronológico.

O pós-abolição, como um problema histórico, começa a figurar nas pesquisas, mesmo que de forma diluída, por intermédio do enfoque da memória dos escravizados e seus descendentes, investigando, por vezes, simplesmente o que significava ser negro naquela região, e ignorando as explicações acerca disso. O trabalho realizado por Natalia Stalla e Karla Chagas é fundamental para o diálogo que aqui estabeleço. O título da pesquisa, sintetiza o conteúdo: *Recuperando la memoria – Afrodescendientes en la frontera uruguayo brasileña a mediados del siglo XX*. Por meio da fonte oral, documentos diversos e jornais, as autoras apresentam uma análise sobre as experiências de pessoas negras moradoras nos departamentos fronteiriços Artigas, Cerro Largo, Rivera e Tacuarembó. Embora a nomenclatura não seja explicitamente esta, é possível acompanhar um processo em que a racialização se fez. As experiências de vida daquelas pessoas foram atravessadas por condicionamentos e leituras de sua *raça*, em trajetórias vivenciadas de forma mais intensa com o Brasil, pela fronteira, do que com Montevideu, por exemplo. Tais vivências e atravessamentos explicam, em parte, a justificativa para a criação de *espacios 'proprios' y 'ajenos'*, nos quais as pessoas negras divertiam-se, promovendo recreação e bailes nos clubes negros e divulgando suas ideias nos jornais *Acción e Orientacion*. Em relação aos malefícios da racialização, as autoras apresentam episódios de discriminação explicitamente racial, como o caso envolvendo a professora artiguense Adelia Silva de Sosa, em 1956, impedida de trabalhar em duas escolas em Montevideu por conta de sua cor. Além dos outros casos que aconteceram na região fronteira no espaço de trabalho urbano e rural, nas escolas e nos espaços sociais. Elementos também destacados pela antropóloga Tereza Porzecanski e pela poetisa Beatriz Santos em uma publicação de relatos acerca de exclusão de base racial ocorridos ao longo do século XX e cujas memórias remontam ao período escravista.²²⁴

Em síntese, a fronteira é uma região investigada prioritariamente do ponto de vista econômico e político (dominante) no século XIX. O social e cultural figuram nas

²²⁴ Chagas, Karla; Stalla, Natalia. *Recuperando la memoria...*, p. 92-109; Porzecanski, Teresa; Santos, Beatriz. *Histórias de Exclusión: Afrodescendientes en el Uruguay*. Montevideo: Librería Linardi y Risso, 2006.

análises de história recente, com ênfase à constituição do Movimento Negro Organizado no Uruguai, em fins do século XX, e do Candombe. As análises sistemáticas a partir de uma perspectiva social e cultural privilegiam a fronteira seca (Rivera e Santana do Livramento; Chui e Chuí) a cargo da história e da antropologia, assim como a capital, elemento que provoca uma generalização da experiência de Montevideu para todo o país.²²⁵

No Brasil, a situação não é muito diferente. Destaco o trabalho pioneiro da historiadora Beatriz Loner ao atentar para a questão racial na experiência de operários nas cidades de Pelotas e Rio Grande após a abolição, e o trabalho de Agostinho Dalla Vecchia que apresenta relatos advindos de “*memórias de descendentes de escravos na região meridional do Rio Grande do Sul*”.²²⁶ Em síntese ambas as pesquisas apresentam as precárias condições de trabalho que se estabeleceram com o fim da escravidão e a discriminação reinante no extremo sul do país, com destaque para o impedimento de pessoas negras adentrarem em espaços fechados, como cafés, teatros e cinemas, assim como em espaços públicos como praças e ruas, sobretudo na primeira metade do século XX. Se durante a escravidão, as pessoas negras eram utilizadas como mão de obra escravizada nas charqueadas, principal fonte econômica da região, assim como em demais serviços braçais, após a abolição os trabalhadores seguiram exercendo atividades semelhantes, empregando-se, especialmente, na área de construção e portuária. Nesse sentido, Beatriz Loner destaca que “em Pelotas, eles [negros] foram o principal elemento operário e praticamente eram encontrados em todo o tipo de trabalho manual”.²²⁷

Ao enfatizar as diretrizes do campo de estudos do pós-abolição, Ana Rios e Hebe Mattos destacam a compreensão da historicidade das formas de racialização presentes nas relações sociais, assim como a necessidade de encarar as realidades que extrapolam os grandes centros.²²⁸ Tais colocações aliadas a perspectiva de *América*

²²⁵ Destaco a produção de Luis Ferreira, a quem agradeço pelo envio de textos. Ferreira, Luis. *El movimiento Negro en el Uruguay (1988 - 1998): una versión posible*. Avances en el Uruguay post-Durban. Montevideo: Ediciones Étnicas - Mundo Afro, 2003; Assef, Liane Chipollino. *Memórias Boêmias: Histórias de uma cidade de fronteira (1930-1960)*. Santa Cruz do Sul (RS): EDUNISC, 2008.

²²⁶ Loner, Beatriz Ana. *Construção de classe: operários de Pelotas e Rio Grande, 1888-1930*. Pelotas: Editora e Gráfica Universitária–UFPel/Rede Unitrabalho, 2001; Dalla Vecchia, Agostinho Mario. *Os filhos da escravidão...*

²²⁷ Loner, Beatriz Ana. A rede associativa negra em Pelotas e Rio Grande. In: Silva, Gilberto Ferreira da; Santos, José Antônio dos. *RS Negro: cartografias sobre a produção do conhecimento*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009. p. 247.

²²⁸ Rios, Ana Maria; Mattos, Hebe Maria. O pós-abolição como problema histórico..., p. 191.

Afro-Latina, de George Reid Andrews, e *Atlântico Negro*, de Paul Gilroy, oferecem aporte para imergir nessa fronteira sulina.²²⁹ Nesse sentido, as análises focadas na região da fronteira, que utilizaram-se de relatos como fontes centrais, trazem importantes contribuições para refletir acerca dos elementos presentes no referente campo e perspectivas históricas.

Os relatos coletados pelas pesquisadoras Karla Chagas e Natalia Stalla²³⁰ são unânimes em apresentar experiências de exclusão, advindas de pressões econômicas, entrecruzadas por leituras de raça e racismo, que excluíram ou diminuíram as chances de melhores condições e remuneração de trabalho para as pessoas negras. Especialmente para as mulheres negras que trabalhavam nos serviços domésticos, nos ofícios de lavadeiras e empregadas em casas de família, nas quais não raras vezes eram “filhas de criação”, nomenclatura que, em síntese, refere uma situação de exploração da mão de obra, sem remuneração financeira, e que evidencia as “memórias da escravidão”.²³¹ Ana Cecília Rodríguez questiona: “¿Cómo es posible que en los inicios del siglo XXI, en Tacuarembó y Rivera, todavía existan personas que conocieron esclavos?” A resposta é exemplar acerca das informações e especificidades da experiência negra nesta região de fronteira: “*Tacuarembó y Rivera están en situación de frontera al norte del Uruguay. Si bien la abolición en el Estado uruguayo se realizó en 1846, en Brasil fue en 1888, y la mayoría de los grandes hacendados que se establecieron en el norte de nuestro país eran brasileños*”.²³²

As análises destacam aquilo que pode ser interpretado como a existência de uma fronteira agrícola fechada no território da campanha que engloba Brasil e Uruguai. Especialmente no que tange à cidade de Bagé (Brasil) e aos departamentos uruguaios de Rivera, Tacuarembó e Cerro Largo, desde o século XIX,²³³ em que a situação no Brasil, de manutenção da escravidão até 1888, foi preponderante para as relações sociais que se estabeleciam no território uruguaio sob comando de estancieiros brasileiros. Arrisco

Andrews, George Reid. *América Afro-Latina...*; Gilroy, Paul. *O Atlântico Negro...*

²³⁰ Chagas, Karla; Stalla, Natalia. *Recuperando la memoria...*

²³¹ Abordadas nas pesquisas de Rodrigo Weimer e Ana Cecilia Rodríguez, ambos contemplando a mesma região, e por Hebe Mattos e Martha Abreu no sudeste paulista. Weimer, Rodrigo de Azevedo. Um etnotexto de la frontera. Memórias de afrodescendentes en Uruguay y Rio Grande do Sul en el siglo XXI. In: Deckmann Fleck, Eliane Cristina. Variaciones en la comparación: procesos, instituciones y memorias en la historia de Brasil, Uruguay y Argentina, s. XVIII-XXI. Tandil: Universidad Nacional del Centro de la Provincia de Buenos Aires, 2014. p. 239-271; Rodríguez, Ana Cecilia. La memoria de la esclavitud en relatos orales y relatos biográficos de Tacuarembó. In: *Trama Revista de Cultura y Patrimonio*, nº. 1, p. 82-102, 2009. Mattos, Hebe Maria; Rios, Ana Lugão. *Memórias do cativo: família, trabalho, e cidadania no pós-abolição*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

²³² Rodríguez, Ana Cecilia. La memoria de la esclavitud..., p. 87.

²³³ Menegat, Carla. “*Transportando fortunas para povoar deserta e inculta campanha*”... p. 53-152.

inferir que pessoas negras fizeram a opção por seguir desempenhando funções vinculadas às lides agrícolas e pastoris, nestes locais, no período posterior ao 13 de maio de 1888. As referidas pesquisas apresentam indícios de que as condições de trabalho eram bastante precárias, por vezes, assentadas em violência. E, somente nestes casos, aparecem como uma imposição advinda de uma restrição de liberdade.

Também colocam em evidência o significado da liberdade para os ex-escravos e seus descendentes, na vigência da escravidão no Brasil, entre as décadas de 1850 e 1880, no território uruguaio, mas extrapola o 13 de maio tanto no lado brasileiro quanto no Uruguai. Pelo menos até os anos 1930, os relatos apresentados nas pesquisas trazem elementos aproximados de trabalho escravo e, quando não, destacam a existência do racismo que impedia as pessoas negras de ocupar outras funções que não aquelas relacionadas a fazeres manuais nos meios urbanos, sintetizada aqui na frase do Sr. Ramón Farías, que nasceu em Melo, em 1939, acerca da realidade local em meados do século XX: “*acá [em Melo] no habia esclavitud, había discriminación y negro para la cocina*”.²³⁴

Para a região de Pelotas, os estudos precursores de Beatriz Ana Loner assinalaram para a permanência de sujeitos negros no imediato pós-abolição, sendo estes os trabalhadores por excelência da aristocrática *Princesa do Sul*, dentre os quais estavam avós, pais e outros familiares dos homens que criaram o cordão carnavalesco *Fica Ahí Prá Ir Dizendo*, nos idos de 1921, e daqueles que teceram relações com ele ao longo de sua longínqua existência. Para Bagé e Jaguarão, as fontes não apontam caminho diferente, o mesmo valendo pra Melo. Não obstante, isso não significa que a migração não apareça nos relatos, pois essas experiências associativas têm em comum, além de um mesmo espaço, fronteiriço, as memórias que reportam a seus antepassados o ato dos deslocamentos, mais especificamente, forçado pela escravidão.

A memória da escravidão fez-se presente e circulou entre eles, não é demasiado argumentar que, em permanecendo no mesmo lugar, tal memória também se manteve. Esse entendimento é fortalecido pela identificação da presença do assunto nos relatos²³⁵ mesmo distante mais de cento e cinquenta anos da abolição da escravidão no Uruguai, ou quase cem anos no Brasil. Tal presença traz as complexidades inerente à forma como o processo foi vivido na região, qual seja, a compreensão e aprendizado já bastante

²³⁴ Depoimento de Ramón Farías. Melo, 19 de janeiro de 2015.

²³⁵ Em depoimentos cedidos para essa pesquisa, mas também naqueles já compilados em livros e citados ao longo desse capítulo.

antigo das hierarquias que se faziam nas relações sociais, que, por sua vez, dialogavam de perto com o legal e o ilegal, e que não necessariamente proporcionava que as pessoas negras acessassem as prerrogativas sociais da cidadania no lado uruguaio quando da existência da escravidão no lado brasileiro.

O tráfico ilegal de escravos e a presença de pessoas escravizadas marcaram a experiência negra na região de fronteira, como fica evidente ao acompanhar nas páginas do jornal *A Alvorada* (de Pelotas), as recordações do redator Rodolfo Xavier acerca de seu irmão Antonio Baobad.²³⁶ Xavier nasceu em Pelotas, em 20 de agosto de 1874, filho natural de Eva, escravizada, beneficiado pela lei do ventre livre (1871). Recebeu as primeiras letras de seu irmão, Antonio Baobad, e completou sua alfabetização nos cursos noturnos da Biblioteca Pública Pelotense, na década de 80. Era trabalhador da construção civil, membro de associações operárias e redator do *A Alvorada* por todo o período de existência do jornal. Faleceu em 26 de fevereiro de 1964.²³⁷ Baobad, por sua vez, nasceu em 1861, herdando de sua mãe, a escravizada Eva, o status de escravo. Alfabetizou-se nos cursos noturnos da Biblioteca Pública Pelotense, na década de 1880, quando já era livre e, chapeleiro. Foi um dos fundadores do jornal *A Alvorada*, em 1907, quando já havia participado de outros coletivos, compôs a 1ª diretoria de homens de cor do Asilo São Benedito, voltado para órfãs, especialmente negras. De acordo com seu irmão Rodolfo Xavier, ele nasceu sob o nome Antonio de Oliveira, sobrenome que seria uma referência ao seu senhor, porém ao se libertar adotou o nome Antonio Baobad, como forma de homenagear as raízes africanas legadas pelo seu avô, com o qual havia fugido da casa de seu senhor, aos 13 anos de idade, tendo em vista que *Baobad* (também grafado como baobá) é uma árvore típica do território africano.

A memória da escravidão tinha ainda referências nas pretas minas quitandeiras, apresentadas nas páginas *d' Alvorada* como símbolo de luta pela defesa da raça negra durante a escravidão, assim como nas divergências entre os escravizados africanos por conta de seus diferentes grupos de origem;²³⁸ e na ênfase à origem mina do redator

²³⁶ *A Alvorada*, 5 de maio de 1955. Loner, Beatriz Ana. Antônio: de Oliveira a Baobad. In: Gomes, Flávio; Domingues, Petrônio. *Experiências da emancipação: biografias, instituições e movimentos sociais no pós-abolição (1890-1980)*. São Paulo: Selo Negro, 2011. p. 109-136.

²³⁷ Em entrevista, realizada em 2008, com a senhora Isabel Souza (afilhada de Rodolfo) por solicitação do historiador Lucio Xavier Alves, tive contato com os documentos de Rodolfo, incluindo certidão de batismo, carteira de trabalho e certidão de óbito. Agradeço a ambos pela oportunidade e pela cópia dos documentos.

²³⁸ *A Alvorada*, 15 de abril de 1934, capa e 10 de abril de 1954, contracapa.

Armando Vargas e, consecutivamente, das famílias Vargas e Silveira do clube *Fica Ahí Prá Ir Dizendo*,²³⁹ como disposto a seguir:

O meu avô [Armando Vargas, ver Figura 2] era de uma cidade chamada Artigas, na fronteira. A fala dele, a oralidade dele era muito influenciada pelos castelhanos. A escrita não, a escrita era bem da língua portuguesa, mas a fala e os “as” abertos, bem castelhanos. Ele tinha muita influência dessa fronteira, hábitos, a forma de se vestir. Eu quando conheci meu avô ele sempre usava um terno completo, gravata, um chapéu que tinha muito a ver com a fronteira. [...] E meu avô dizia que tinha na família castelhanos e negra mina.²⁴⁰

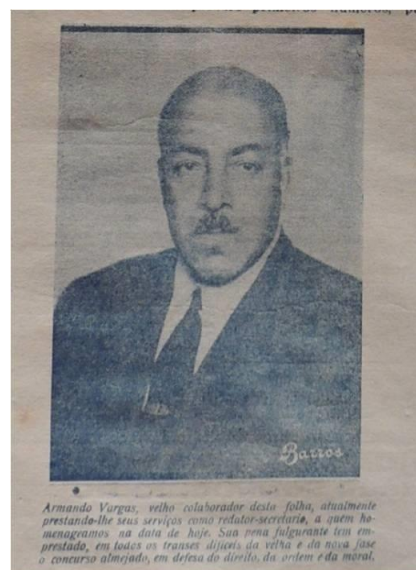


Figura 2: Armardo Vargas (1947)
Fonte: *A Alvorada*, 5 de maio de 1947, capa.

Elementos semelhantes foram observados na relação do líder classista e deputado Carlos Santos com seu avô Manuel Conceição da Silva Santos que fora escravizado.²⁴¹ E, especialmente, na experiência de vida relatada pelo associado do

²³⁹ Machado, Sátira P. Et al. *Mulher Afro-Gaúcha: negritude à flor da pele*. In: Paiva, Sérgio (org.). *Mulheres do Rio Grande do Sul: diversidade*. Porto Alegre: SFERASRP Ed. de Artes, 2006. p. 253-335.

²⁴⁰ Depoimento de Maria Helena Vargas da Silveira, neta de Armando Vargas. Este foi redator d'A *Alvorada* durante todo o período da pesquisa, participou da Frente Negra Pelotense nos anos 30 e era associado do *Clube Fica Ahí Prá Ir Dizendo*, possivelmente um sócio benemérito ou protetor, visto que acompanhava reuniões de diretoria sem que as compusesse, tinha por profissão a tipografia. A cidade referida era provavelmente aquela que, atualmente, se chama Río Branco. Machado, Sátira P. et.al. *Mulher Afro-Gaúcha...* p. 271 e 295; Silva. Fernanda Oliveira da. *Os negros, a constituição de espaços...*p. 161.

²⁴¹ Nascido no Rio Grande do Sul, na década de 1830, fundador do jornal de cunho abolicionista *A Voz do Escravo* em Pelotas (1881). Sobre a família Silva Santos ver: Loner, Beatriz Ana. *Família Silva Santos*. 6 Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional Anais [do] VI Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional, 2013. Disponível em <http://labhstc.paginas.ufsc.br/files/2013/04/Beatriz-Loner-texto.pdf> Acesso em: mar. 2017.

clube melense Ramón Farías,²⁴² emblemática dos trânsitos pela fronteira a partir de seus avós africanos feitos escravos no Brasil quando receberam os nomes Libâneo e Libânea Machado e de sua mãe, brasileira, de nome Nemência Fausta Machado, tendo a avó fugido por Jaguarão, após trabalhar na pedreira local, e de lá se deslocado com seus filhos, incluindo Nemência e Telésforo Machado, os quais vieram a ser associados do *Centro Uruguay*; como o relato dispostos a seguir permite acompanhar:

Me acuerdo de mi abuela. Mi abuela era una mujer muy luchadora, me acuerdo que también se dedicaba, tenía lavados de ropa, pero ella había logrado comprar un terreno [...] Mi abuela era del campo, del departamento de Lavalleja, y la localidad se llama Zapicán. En ese departamento y en esa línea que viene de Yaguarón y de Melo, había mucha gente negra porque era el trasiego de negros de Brasil. Todos venían por ese lado, cruzaban el Yaguarón y eran negros que habían sido introducidos no por el puerto de Montevideo.²⁴³

Tais elementos são exemplos empíricos da presença da população negra na região de fronteira e não se restringem à memória do Sr. Farías, visto que estão presentes também em outras fontes desde Melo, Pelotas e tantos outros rincões da região fronteira. Apenas recentemente as visões de pessoas negras sobre seus projetos coletivos criados na região de fronteira, no pós-abolição, começam a emergir como um problema na historiografia brasileira e uruguaia sobre o período. A utilização de novas fontes, principalmente depoimentos orais, traz à cena outras informações sobre o referido período, que contempla parte significativa da primeira metade do século XX, rompe com o imaginário de prosperidade e, mais que isso, consegue escapar da centralidade das capitais, para observar as condições de vida em um espaço que muito nos interessa aqui: a fronteira uruguaio-brasileira.

E, certamente é nesse ponto que se coloca uma das contribuições dessa tese, visto que privilegio a análise de narrativas e experiências calcadas em vivências negras, desde os clubes negros, mas também observando as relações tecidas desde esses espaços de sociabilidade, atentando para aquela tribuna que já havia sido acionada no século XIX, a imprensa negra.

²⁴² Depoimentos de Ramón Farías. Melo, 19 e 20 de janeiro de 2015.

²⁴³ Ruben: 'A nosotros nos van a conocer y nos respetar' [nascido em 1926]. Porzecanski, Teresa; Santos, Beatriz. *Historias de Exclusión: Afrodescendientes en el Uruguay*. Montevideo: Librería Linardi y Risso, 2006. p.104.

Capítulo 4 - A imprensa negra

Nas páginas dos representantes da imprensa negra na região fronteiriça *A Alvorada*, *Acción* e *Orientacion* publicavam-se parte considerável da programação dos clubes criados em Pelotas, Bagé, Melo e Jaguarão e, não raras vezes, eram seus porta-vozes oficiais.²⁴⁴ É sobre a experiência destes periódicos, mantendo o foco no *Acción*, criado em 1934 como porta voz do *Centro Uruguay*, que lanço o olhar nesse capítulo.

Como a análise dos jornais previamente elencados permitem observar, as cidades do interior não ficaram de fora do circuito que movimentava as capitais, no caso do Brasil, por vezes sediaram representantes do órgão que circulava na capital do Estado. Antes disso, tiveram suas próprias experiências, como foi o caso de Pelotas, na qual foi lançado o periódico *A Voz do Escravo*, em 1881, de caráter abolicionista. E, em 1886, o *Ethiópico*, como abordou Beatriz Ana Loner em sua vasta produção historiográfica.²⁴⁵ Não obstante, e ainda na esteira da produção de Loner, a imprensa negra e as demais associações de recorte racial compunham o cerne do associativismo negro na interiorana e ainda aristocrática *Princesa do Sul*.²⁴⁶ Nesta tese estendo o seu argumento para os clubes e os periódicos negros, entendidos como a centralidade da sociabilidade negra no pós-abolição. Fora nessa ceara que as experiências negras que aqui acompanhamos estabeleceram-se e teceram suas relações, especialmente na primeira metade do século XX.

Explícito que deparei-me com a sociabilidade negra uruguaia por intermédio da imprensa negra de Pelotas, mais precisamente, do jornal *A Alvorada*. Ao tomar conhecimento da historiografia sobre a presença negra na América Latina, as referências eram principalmente sobre Montevideú, porém, já apontavam para a existência de uma organização negra no interior, na fronteira com o Brasil. As fontes para tratar do associativismo negro no pós-abolição nem sempre são de fácil localização, uma vez que não necessariamente se encontram em arquivos públicos. Mas, para minha felicidade,

²⁴⁴ O jornal *Acción* apresentou I época: 1934-1935, II época: 1944-1946, III Época: 1947-1950, IV Época: 1950-1952. *A Alvorada* circulou na 1ª fase: 1907-1935; 2ª fase (nova fase): 1946-1965. *Orientacion* apresentou I época: 1941-1944 e II época: 1944-1945.

²⁴⁵ Especialmente Loner, Beatriz Ana. A rede associativa negra em Pelotas e Rio Grande. In: Silva, Gilberto Ferreira da; Santos, José Antônio dos. *RS Negro: cartografias sobre a produção do conhecimento*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009. p. 246-261; Antônio: de Oliveira a Baobab. In: Gomes, Flávio; Domingues, Petrônio. *Experiências da emancipação: biografias, instituições e movimentos sociais no pós-abolição (1890-1980)*. São Paulo: Selo Negro, 2011. p. 109-136; *Construção de classe: operários de Pelotas e Rio Grande, 1888-1930*. Pelotas: Editora e Gráfica Universitária-UFPel/Rede Unitrabalho, 2001; Família Silva Santos...; Gill, Lorena. Clubes carnavalescos negros na cidade de Pelotas. *Estudos Ibero- Americanos*. Porto Alegre, v. 35, n. 1, p. 145-162, 2009.

²⁴⁶ Epíteto para Pelotas.

encontrei na hemeroteca da Biblioteca Nacional do Uruguai dois periódicos negros da cidade de Melo: *Acción e Orientacion*.

Para compreender o circuito em que estes jornais estavam imersos é necessário traçar um parêntese a fim de localizar as discussões acerca da identificação *imprensa negra* conferida pela historiografia a estes moldes de periódicos. Esta, de acordo com as análises de historiadores que dialogam no campo dos estudos do pós-abolição, como Amilcar Pereira, Ana Flávia Magalhães Pinto, Giovana Xavier e José Antonio dos Santos,²⁴⁷ é entendida a partir de suas características, ou seja, ela é produzida, em especial, por pessoas autoidentificadas como racialmente negras, voltada a um público predominantemente negro, e cujos assuntos tratados têm recorte explicitamente racial, mas não exclusivo, privilegiando escritos sobre cidadania; liberdade; efeitos da violência de caráter coletivo, estrutural, e individual e diálogos com pessoas negras de outras nações, sobretudo, no século XX.

As pesquisas acadêmicas que problematizaram a imprensa negra como objeto de estudo datam de 1951, abordando questionamentos próprios do fazer sociológico, como as de Roger Bastide concentrado nas experiências da cidade de São Paulo a partir da problematização de uma *consciência coletiva negra*. Um segundo intento, que dialoga de forma mais estreita com as pesquisas do campo acima referido, data de 1980, com a dissertação de Miriam Nicolau Ferrara, concentrada também em São Paulo, e investigando a cidadania reivindicada nas páginas dos jornais editados entre 1915 e 1963, atentando ainda para o continente mãe, a *África*. Os dois trabalhos contemplaram o período do pós-abolição, assim como a dissertação de mestrado em História de José Antonio dos Santos, publicada em livro no ano de 2003, a primeira investigação sistemática sobre o jornal *A Alvorada*, contemplando toda a existência do jornal (1907-1965). O historiador realizou uma análise centrada nos intelectuais negros redatores do jornal, enfatizando seus laços com o movimento operário, nos rastros daquilo que Beatriz Ana Loner destacou em sua tese.²⁴⁸

²⁴⁷ Pereira, Amilcar Araújo. *O mundo negro: relações raciais e a constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil*. Rio de Janeiro: Pallas; FAPERJ, 2013; Pinto, Ana Flávia Magalhães. *Imprensa negra no Brasil do século XIX*. São Paulo: Selo Negro, 2010; Idem. *Fortes laços em linhas rotas: literatos negros, racismo e cidadania na segunda metade do século XIX*. Campinas (SP): Universidade Estadual de Campinas, 2014. Tese (Doutorado em História); Côrtes, Giovana Xavier da Conceição. *Branças de almas negras? Beleza, racialização e cosmética na imprensa negra pós-emancipação (EUA, 1890-1930)*. Campinas (SP): Universidade Estadual de Campinas, 2012. Tese (Doutorado em História); Santos, José Antonio dos. *Raiou a Alvorada: Intelectuais negros e imprensa*. Pelotas: Editora e Gráfica Universitária–UFPel, 2003.

²⁴⁸ Bastide, Roger. A Imprensa Negra do Estado de São Paulo. In: Bastide, Roger. *Estudos afro-brasileiros*. São Paulo: Perspectiva, 1973, p. 129-156; Ferrara, Miriam Nicolau. *A imprensa negra*

Por sua vez, a dissertação de mestrado de Ana Flávia Magalhães Pinto²⁴⁹, marcou uma reconfiguração no campo de pesquisas, ao imergir nas fontes do século XIX e apresentar questões presentes em páginas editadas desde 1833, como liberdade, abolicionismo e letramento. Se, até então, questões como branqueamento e inserção social no meio branco eram agendas de pesquisa bem consolidadas, a análise explícita que era preciso perscrutar os sentidos de liberdade presentes na escrita daqueles jornalistas negros, provocando uma reconfiguração da agenda de pesquisas da imprensa negra. A pesquisa de Magalhães Pinto oferece subsídios mais que consistentes para evidenciar a noção de precariedade estrutural da liberdade negra que se consolidava na historiografia brasileira, sobretudo naquela advinda dos estudos dos mundos do trabalho.²⁵⁰

Embora não tenham ficado restritas ao estudo da imprensa negra e, tampouco ao território brasileiro, as pesquisas de doutorado de Amilcar Pereira²⁵¹ e Giovana Xavier²⁵² são aqui entendidas como contribuindo para essa virada epistemológica no que tange à própria escrita da história a partir da imprensa negra. Ambos se propuseram a pensar o pós-abolição como problema histórico e utilizaram-se da imprensa negra para tal. Pereira contemplou a constituição do movimento social negro no século XX e, para tal, fez uma imersão nas imprensas negras do Brasil e dos Estados Unidos, mais especificamente nos jornais publicados em São Paulo e Chicago. Sem perder de vista a circulação de referenciais entre eles e com África, evidenciou um trânsito que não possuía centro fixo de influência e que só pode ser entendido na circularidade, simultaneamente de notícias e pessoas negras. Xavier, por sua vez, imergiu nas fontes norte-americanas para investigar uma história social da beleza negra, entre 1890 e 1930, mostrando que foi por meio da imprensa negra que essa história pode ser escrita, fora nela que a própria história da nação norte-americana também estava escrita e forjada desde homens e mulheres negras. A investigação da participação efetiva na política por

paulista (1915-1963). São Paulo: Universidade de São Paulo, 1986. Dissertação (Mestrado em História); Santos, José Antonio dos. *Raiou a Alvorada...*; Loner, Beatriz Ana. *Construção de classe...*

²⁴⁹ Pinto, Ana Flávia Magalhães. *Imprensa negra...*

²⁵⁰ Lima, Henrique Espada. Sob o domínio da precariedade: escravidão e os significados da liberdade de trabalho no século XIX Under the domain of precariousness: slavehood and the meanings of work. *Topoi*, v. 6, n. 11, p. 289-326, 2005; Chalhoub, Sidney. Precariedade estrutural: o problema da liberdade no Brasil escravista (século XIX). *História Social*, n. 19, p. 33- 62, 2010.

²⁵¹ Pereira, Amilcar Araújo. *O mundo negro: relações raciais e a constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil*. Rio de Janeiro: Pallas; FAPERJ, 2013.

²⁵² Côrtes, Giovana Xavier da Conceição. *Branças de almas negras?...*

peças negras foi ainda desenvolvida por José Antonio dos Santos²⁵³ em sua tese de doutorado, concentrada na imprensa negra editada no estado do Rio Grande do Sul entre os anos de 1892 a 1930.

É necessário explicitar que as questões não foram abordadas para o Uruguai, de forma sistemática, em pesquisas de mestrado e doutorado em História, no entanto, figuram alguns indícios em análises concentradas na memória, como naquelas que destaquei no capítulo anterior. Não obstante, a imprensa negra foi utilizada como fonte para mapear o associativismo negro em Montevidéu, por George Reid Andrews,²⁵⁴ e, especialmente pelo musicólogo Gustavo Goldman, que nos apresenta os *otros ciudadanos* por meio de suas músicas, além de suas escritas e intentos coletivos de cunho político institucional, como descrito pelo pesquisador.²⁵⁵ Findo o parêntese é momento de voltar a contemporaneidade dos periódicos negros da região da fronteira.

Passados dez anos da criação do *Centro Uruguay*, que se dera em 1923, um grupo de jovens trabalhadores negros criou o periódico *Acción*, dirigido por Juan Jacinto Ferrán, que por sua vez era porteiro de um dos clubes da elite melense, e que na 1ª época do jornal dividia a função com Carlos M. Pérez. A primeira edição circulou em 15 de outubro de 1934 e trazia destacado, logo abaixo do nome, a seguinte descrição: “*Órgano del Comité Pro Edificio del Centro Uruguay*”. Ou seja, o jornal era um órgão divulgador das atividades do Comitê, responsável pela arrecadação de verbas em prol da sede própria do clube e se apresentava como o órgão defensor da *raza de color*. Até o aparecimento de *Acción*, a capital da República uruguaia concentrava praticamente todas as experiências de imprensa negra, fosse naquele momento, fosse na história, como podemos acompanhar pela experiência de *La Conservación*. Não obstante, era uma novidade ter um órgão periódico vinculado a um clube negro no interior do país, e parece ter se transformado em uma estratégia comum das coletividades negras, como os exemplos na sequência permitirão acompanhar.

O aparecimento de *Acción* foi saudado pela principal revista da coletividade negra então existente, *Nuestra Raza – órgano de la colectividad de color* – de Montevidéu. Esta fora criada em 1917 em San Carlos, no departamento de Maldonado,

²⁵³ Santos, José Antonio dos. *Prisioneiros da história*. Trajetórias intelectuais na imprensa negra meridional. Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2011. Tese (Doutorado em História).

²⁵⁴ Andrews, George Reid. *Negros en la nación blanca...*

²⁵⁵ Goldman, Gustavo. Negros modernos: música, territorio y asociacionismo al sur de la ciudad de Montevideo a fines del siglo XIX. *Boletín de Música*, n. 41, p. 49-65, 2015; Idem. Los otros ciudadanos: Asociacionismo, prensa y política de los negros montevidianos a fines del siglo XIX. *Claves Revista de Historia*, n. 2, 2016.

pelo casal de irmãos María Esperanza Barrios e Ventura Barrios, editores aos quais logo se uniu o terceiro irmão, Pilar Barrios.²⁵⁶ Circulou apenas ao longo daquele ano e posteriormente, em 1933, fora republicada pelos irmãos Ventura e Pilar Barrios na capital, em conjunto com Elemo Cabral.²⁵⁷ A notícia do aparecimento de *Acción*, nas páginas de *Nuestra Raza* fora republicada nas páginas do órgão melense:

Ha llegado a nuestra mesa de trabajo el colega que nos sirve de epígrafe [Acción], periódico quincenal de la colectividad que ve la luz en la progresista ciudad de Melo.

Por el esfuerzo que representa, por el profundo y legítimo anhelo de elevación que traduce su programa, es digno de apoyo y merece todo estímulo.

*Al agradecer el envío, deseamos al colega hermano larga y prospera vida, y dejamos establecido el canje de práctica. – ‘Nuestra Raza’ órgano de la colectividad de color – Montevideo, Noviembre, 23 de 1934.*²⁵⁸

Tal correspondência entre representantes da imprensa negra e da imprensa de grande circulação foi notícia comum nas páginas de *Acción* o que demonstra que a folha era reconhecida enquanto uma experiência periódica e tinha relevância no cenário, mesmo que não tenhamos acesso à tiragem de sua publicação. Assim como o jornal circulava para além de Melo, as referências nele presentes também extrapolavam as fronteiras locais e nacionais. Denotavam os códigos e valores socializados que eram entendidos como representativos e compunham a cultura política compartilhada, mas também gestada por meio das páginas de *Acción*.²⁵⁹

Os exemplos aqui destacados são ilustrativos dos trânsitos e valores compartilhados pelos intelectuais que compunham o *Centro Uruguay*, envolvidos na

²⁵⁶ Pilar E. Barrios (1889-1974) nasceu no departamento de Rocha (Uruguai), frequentou escola por seis meses, trabalhador de estâncias, começou a produzir os primeiros versos em 1907. Dentre suas publicações estão *Piel Negra* (1947), *Mis Cantos* (1949) e *Campo Afuera* (1958), todos eles marcados pela temática racial. O autor estabeleceu relação com vários intelectuais negros nas Américas, dentre eles os poetas Langston Hughes (estadunidense), Nicolás Guillén (cubano) e Jacques Roumain (haitiano); assim como com as artistas estadunidenses Marian Anderson e Kaherine Dunham e com a antropóloga estadunidense Irene Diggs. Na edição de 15 de fevereiro de 1935 do jornal *Acción*, o poeta residente em Montevideu, foi saudado como colaborador *Nuevo Colaborador*. Além de se deslocar a Melo em vários momentos e desenvolver atividades em prol do clube, o poeta auxiliava o *Centro Uruguay* financeiramente, como evidenciado nas páginas de *Acción*. Serrat, Alberto Britos. *Antología de poetas negros uruguayos*. Montevideo (Uruguay): Ediciones Mundo Afro, 1990.

²⁵⁷ As pesquisas indicam que esta é a única experiência de imprensa racial que havia se dado fora da capital. Andrews, George Reid. *Negros en la Nación Blanca...* p.137; Rodríguez, Romero Jorge. *Mbundo, Malungo a Mundele...*, p. 108.

²⁵⁸ *Acción*, 30 de novembro de 1934, p. 3.

²⁵⁹ Estou informada pela noção de cultura política apreendida pelo historiador francês Serge Berstein, o qual citando Jean-François Sirinelli, destaca que: “se trata de uma espécie de código e de um conjunto de referentes, formalizados no seio de um partido ou, mais largamente, difundidos no seio de uma família ou de uma tradição políticas”. Na sequência, o autor alerta: “reteremos dois factos fundamentais: por um lado, a importância do papel das representações na definição de uma cultura política, que faz dela outra coisa que não uma ideologia ou um conjunto de tradições; e, por outro lado, o carácter plural das culturas políticas num dado momento da história e num dado país”. Berstein, Serge. A cultura política. In: Rioux, Jean-Pierre & Sirinelli, Jean-François. *Para uma História Cultural*. Lisboa: Estampa, 1998. p. 350.

manutenção do jornal em seus diálogos inseridos em uma cultura política arraigada na ideia de raça negra. Destaques como estes eram comuns nas páginas de *Acción*, destaco as referências constantes aos poetas montevidéanos colaboradores do jornal, Pilar E. Barrios e Iris Virginia Brindis de Salas,²⁶⁰ ao poeta e periodista cubano Nicolás Guillén.²⁶¹ à jornalista norte-americana Irene Diggs²⁶² e à invasão à Etiópia pelas tropas italianas em 1935.²⁶³ Tais elementos colocam em perspectiva tanto a unidade dos grupos negros na diáspora, fosse dentro da fronteira nacional ou fosse através desta, mesmo em se tratando de uma cidade interiorana, assim como a rememoração e os usos do passado, abrindo uma discussão acerca da realidade dos grupos negros em outros espaços com relação à situação vivida nas suas fronteiras nacionais, ou seja, não era algo completamente descontextualizado, e por isso estava publicado.

A capa da edição de 27 de novembro de 1935 do jornal *Acción* trazia a imagem imponente do estadunidense Booker Taliaferro Washington²⁶⁴. (ver Figura 3) intitulada *Hombres Celebres* e, na sequência, um editorial assinado por Elemo Cabral, articulista da revista *Nuestra Raza*. Abaixo da imagem, a informação: “*Booker Taliaferro*

²⁶⁰ Virginia Brindis de Sala (1908-1958) é considerada a primeira poetisa negra do Uruguai. Nasceu em Montevideu. “*Mi Corazon*”, seu primeiro poema, foi publicado na edição de 25 de abril de 1944 assinado como *Iris Virginia Salas*. Na edição de 25 de outubro de 1945 foi publicado o poema *Tus Ojos*, com a assinatura *Iris*. No ano seguinte, a autora lançava o livro *Pregón de Marimorena* e, na edição de 25 de agosto de 1946, foi saudado nas páginas do jornal em matéria intitulada *Virginia Brindis de Salas*. Nesta foi reproduzida parte da reportagem feita pela revista *Mundo Uruguayo*, de Montevideu, acerca do recente livro: “Ella interpreta a los suyos, escribe para redimir a sus hermanos [...] Porque integra ‘el coro redentor’ extendido desde las Antillas hasta el Río de la Plata. Y, es luz de ese coro. [...] Ella no toma lo pintoresco para jugar a la poesía, toma las esencias de su raza para alabar la libertad, que, pese las Reyes igualitarias de casi todos los Estados, todavía, es una esperanza”. Existe divergência acerca do seu nome e da autoria de suas obras. Sobre isto ver Burgueño, Cristina. “Virginia Brindis de Salas: La Voz de un ‘Yo’ Afro.” *Negritud*, v.1, n.1, p. 281-289, 2007; DeCosta-Willis, Miriam. *Daughters of the diaspora: Afro-Hispanic writers*. Ian Randle Publishers, 2003.

²⁶¹ Nicolás Guillén (1902-1989) nasceu em Camagüey, periodista e poeta com uma gama de poesias e livros publicados.

²⁶² Irene Diggs (1906-1998) foi uma antropóloga norte-americana. Dentre suas pesquisas destaca-se o livro *Black Chronology: From 4.000 BC to the Abolition of the Slave Trade*, publicado em 1983. *Influencias Beneficiosas. Acción*, 30 de agosto de 1947, s/p.

²⁶³ *Humanidad. Acción*, 16 de setembro de 1935, s/p.

²⁶⁴ Booker Taliaferro Washington (1858-1915) foi feito escravizado ao nascer em decorrência da condição de sua mãe, após sua liberdade estudou e se tornou professor. Fundou o *Tuskegee Normal and Industrial Institute*, em 1881, no Alabama, em que era ofertada educação aos afro-americanos com ênfase ao aprendizado de ofícios agrícolas. Foi um importante líder em prol da educação dos grupos negros, estabelecendo alianças com lideranças políticas norte-americanas que lhe possibilitaram manter o espaço educacional. Sua filosofia estava vinculada à ótica do trabalho como forma de progresso econômico e social. No entanto, foi também contestado por outras lideranças negras como, por exemplo, W. E. B. Du Bois, que se posicionava contrário a sua estratégia de luta, visto que não se colocava abertamente contrário à segregação racial que vigorava nos estados do sul. Washington legou a história uma série de discursos e sua autobiografia, intitulada *Up from Slavery*, publicada em 1901. Disponível em <http://pinkmonkey.com/dl/library1/slavery.pdf> Acesso em: mai. 2015. Esta edição foi traduzida para o espanhol sob o título *Salindo da la esclavitud*, e publicada em 1905, disponível em <http://cdigital.dgb.uanl.mx/la/1080003135/1080003135.PDF> Acesso em: jun. 2017.

Washington nació en el estado de Virginia – V. N. de América – el año de 1858 falleció el 14 de Noviembre de 1915 en Tuskegee, Alabama”.



Figura 3: Booker Taliaferro Washington
 Fonte: *Hombres Celebres. Acción*, 27 de novembro de 1935, s/p.

O célebre homem que estampava a capa de *Acción*, em 27 de novembro de 1935, fora apresentado como um *apóstolo da causa social, moral e econômica de uma raça*, o qual, ao tecer uma parceria com Abraham Lincoln na luta pela transformação do escravo em cidadão na porção norte das Américas, havia se colocado como um cidadão defensor da democracia. No entanto, é feita a seguinte advertência: “*La nueva situación de ciudadano no mejoró la inferior de esclavo; sino, al contrario: se arraigó más la lucha de razas aún existente*”. Esta, no contexto da escrita da nota, pode tanto referir-se à realidade norte-americana quanto à uruguaia, a partir de experiências pautadas em uma ideia de raça que Elemo, constante colaborador *conrazaneo*, denominação conferida aos negros no Uruguai, que significava o compartilhamento de raça, e certamente outros redatores de *Acción* entendiam como algo comum, compartilhado além das fronteiras nacionais, e por isto mesmo passível de estar nas páginas do jornal. A homenagem, embora assinada, é apresentada como uma mensagem coletiva advinda dos “*negros del Uruguay*” em honra aos 20 anos do falecimento do norte-americano feito escravizado, mas que, em liberdade, educou os seus e legou a obra Instituto Industrial de Tuskegee²⁶⁵.

²⁶⁵ Booker Taliaferro Washington (1858-1915) foi feito escravizado ao nascer em decorrência da condição de sua mãe, após sua liberdade estudou e se tornou professor. Fundou o *Tuskegee Normal and*

A ressalva feita em relação à situação do cidadão está em profundo diálogo com aquilo que o também norte-americano W. E. B. Du Bois, anteriormente referenciado, denominou *Democracia da abolição*.²⁶⁶ Ou seja, os problemas da liberdade cerceavam a cidadania negra os quais ainda tinham importância e vigência, nos anos 1930, para os negros envolvidos na manutenção do periódico *Acción*. A escrita apresenta uma franca desnaturalização do estatuto social de cidadão. Tem-se acesso àquilo que historiadores problematizaram e serve como base para o campo de estudos do pós-abolição, a saber, os sentidos e os problemas da liberdade em que as noções de modernidade e democracia foram reivindicadas pelos *quase-cidadãos*.²⁶⁷

De forma a melhor entender o circuito cultural no qual adquiria sentido acionar a imagem do estadunidense, assim como evidenciar que tais aparições não eram exceções apresento um mapeamento da história desses periódicos. Tendo como intuito também compreender a existência de um circuito de referências negras cujas trajetórias eram apresentadas como parte de uma história conectada pela ideia de raça e que, não obstante, compunham diversas histórias nacionais inclusive a uruguaia e a brasileira. No caso aqui explicitado, a ênfase à parceria de T. Washington com Lincoln não é interpretada como algo ilustrativo, mas como uma estratégia retórica para demonstrar que o *fazer parte* era uma construção das gentes negras. Algo almejado no pós-abolição, mesmo em nações tidas de forma geral como ainda mais democráticas que a qual pertenciam, especialmente os Estados Unidos da América. Como, por exemplo, transparece na ironia do título, *No paiz da democracia*, em matéria veiculada n'*Alvorada* sobre a demanda pelo fim da discriminação racial nas escolas norte-americanas em 1949.²⁶⁸ Afinal o bastião da democracia nas Américas não era nada democrático quando o quesito era direitos iguais para pessoas não brancas.

Industrial Institute, em 1881, no Alabama, em que era ofertada educação aos afro-americanos com ênfase ao aprendizado de ofícios agrícolas. Foi um importante líder em prol da educação dos grupos negros, estabelecendo alianças com lideranças políticas norte-americanas que lhe possibilitaram manter o espaço educacional. Sua filosofia estava vinculada à ótica do trabalho como forma de progresso econômico e social. No entanto, foi também contestado por outras lideranças negras como, por exemplo, W. E. B. Du Bois, que se posicionava contrário a sua estratégia de luta, visto que não se colocava abertamente contrário à segregação racial que vigorava nos estados do sul. Washington legou a história uma série de discursos e sua autobiografia, intitulada *Up from Slavery*, publicada em 1901 Disponível em <http://pinkmonkey.com/dl/library1/slavery.pdf> Acesso em: mai. 2015. Esta edição foi traduzida para o espanhol sob o título *Saliendo da la esclavitud*, e publicada em 1905, disponível em <http://cdigital.dgb.uanl.mx/la/1080003135/1080003135.PDF> Acesso em: jun. 2017.

²⁶⁶ Davis, Angela Y. *A Democracia da Abolição...* p. 86-87. Ver definição no capítulo 1.

²⁶⁷ Parafrazeando a expressão de Olívia Cunha e Flávio Gomes. Cunha, Olívia Gomes da; Gomes, Flávio dos Santos (Orgs.). *Quase-cidadão...*

²⁶⁸ *A Alvorada*, 19 de novembro de 1949, capa.

Não obstante, se o problema que se observava enquanto contínuo naquela nação após a abolição, transcrito por Elemo Cabral, em 1935, e revisitado, em 1949, no editorial de *A Alvorada*, não era tido como uma história à parte. Evidenciado não apenas na matéria seguinte ao editorial do periódico pelotense, também compartilhando a capa, intitulada *Campanha de Educação de Adultos*, mas especialmente na forma como eram apresentadas as matérias acerca de outras realidades nacionais e gentes negras proeminentes nas sociedades, nomeadamente exceções que se sobressaíam frente ao racismo existente, orgulhos da raça negra que contrapuseram as margens impostas pelos estereótipos racistas. Dessa forma, compõe aquilo que entendo como a pauta central desses periódicos: a racialização. As estratégias para abordá-la povoavam as páginas dos periódicos e foram acionadas em diferentes formatos. Nestes se assegurou a identidade do indivíduo sem que se pautasse em valores individualistas, pelo contrário, centrada em uma noção de coletividade que se complementava sempre que o preconceito de raças e os efeitos estruturais de sua existência eram burlados ou postos à prova.

A complexidade dos elementos aqui destacados é constante nas páginas do jornal que circulou em Melo, entre os anos de 1934 e 1952, embora não por todo o período. Fez-se presente também no *A Alvorada*, criado quase 3 décadas antes, no ano de 1907, na cidade de Pelotas e que de lá circulou por várias cidades da região e também além fronteiras, até o ano de 1965. Assim como no periódico *Orientacion*, criado na cidade de Melo, em 1941, momento em que *Acción* não estava circulando, e se manteve ativo até 1945. Tais periódicos, assim como tantos outros espalhados pelos territórios de Brasil e Uruguai, estabeleceram laços simbólicos e objetivos com pessoas negras de outras partes do mundo, forjaram seus próprios sentidos de história, em que a liberdade e a coletividade eram traço marcante ao lado da sempre marcada gente da *raça*, transgredindo fronteiras nacionais e da representação nacional/regional. A transgressão de fronteiras é também entendida como no tocante à margem, dado que são experiências cujo epicentro, ou melhor, cujas redações e oficinas tipográficas encontravam-se distantes do grande centro urbano, como no caso de Pelotas em relação a Porto Alegre, ou de Melo em relação a Montevidéu, e mesmo de Jaguarão e Bagé em relação a Porto Alegre, visto que enquanto a primeira cidade teve notícias divulgadas nas folhas melenses, a segunda teve um suplemento no *A Alvorada*. Não obstante, a transgressão é também em termos de representações e imaginários regionais e nacionais, visto que ao longo do século XX e mesmo no XIX, tanto a província/estado do Rio

Grande do Sul quanto a nação uruguaia consolidaram suas identidades como brancas, sobretudo, a partir do incentivo estatal à imigração de europeus datada no Rio Grande do Sul de 1850 e no Uruguai de 1890.²⁶⁹

Interpreto que, a partir desses elementos, posso estender o argumento da socióloga norte americana Patrícia Hill Collins acerca da *outsider within*²⁷⁰, para entender os homens (e por vezes mulheres) que escreviam nos periódicos e se faziam presentes nos clubes, por meio dos quais exteriorizavam demandas diversas. Ou seja, desde dentro das sociedades, fosse nacional ou local, mas das margens, estes intelectuais identificaram a racialização do negro que os irmanava para além das fronteiras nacionais. Gestaram formas de conceber o mundo e se manter conectado a ele, desde os seus pontos de vista, que por sua vez, deveriam ser incorporados no ponto de vista da nação, como continuaremos a ver nos próximos capítulos. Voltemos ao ano de 1935, para dar sequência no acompanhamento das complexidades entendidas aqui como evidências de um entendimento da história que tinha na racialização um eixo transnacional e que preencheu páginas de jornais no extremo sul do Brasil e no norte do Uruguai. Ressalto que o transnacional que eclode da noção de transfronteiriço é um marcador importante em minhas análises, principalmente sustentada nas interpretações de Micol Siegel quando diz que “História transnacional examina unidades que transbordam e infiltram-se através das fronteiras nacionais, unidades que podem ser tanto maiores ou menores do que o Estado-nação”.²⁷¹

É importante não perder de vista que o periódico *Acción* tinha um objetivo bastante específico: ser porta-voz do comitê em prol da construção da sede própria do clube. Logo, as publicações deveriam estar vinculadas com o objetivo central. Não é demasiado interpretar que divulgar ideias compunha um sentido de construção de um lugar comum, neste sentido, mesmo que metaforizada, a sede do clube passava não só por questões físicas, mas também por ideais, modos de vida e a busca de uma unidade representativa, em que cada um destes tinha como fio transversal a ideia de raça a partir

²⁶⁹ No Rio Grande do Sul a lei n. 229 de 4 de dezembro de 1851 marca o início do incentivo governamental à imigração europeia. No Uruguai a *Ley básica de fomento de la inmigración* data de 1890.

²⁷⁰ Ao interpretar as mulheres negras e suas distintas construções de sentido advindas de suas experiências à margem a autora destaca que “muitas intelectuais negras, especialmente aquelas em contato com sua marginalidade em contextos acadêmicos, exploram esse ponto de vista produzindo análises distintas quanto às questões de raça, classe e gênero”. Collins, Patricia Hill. Aprendendo com a *outsider within*: a significação sociológica do pensamento feminista negro. *Sociedade e Estado*, v. 31, n. 1, p. 99-127, 2016.

²⁷¹ Texto original: “Transnational history examines units that spill over and seep through national borders, units both greater and smaller than the nation-state”. Seigel, Micol. Beyond compare: comparative method after the transnational turn. In: *Radical History Review*, n. 91, p. 62-90, 2005. p. 63.

da superação da racialização que hierarquizava, inserindo-se em um ideal político central – a democracia. Já nos números que correspondem a 1ª época do jornal, 1934-1935, fica evidente a exteriorização de uma cultura política bastante arraigada em valores democráticos, em diálogo com os assuntos nacionais e com as experiências negras para além das fronteiras. As pessoas envolvidas no comitê, como Jacinto Ferrán, Morales Pérez e Páblo Alcántara, objetivavam passar a mensagem de que uma organização, pautada na ideia de raça negra, estava de acordo com os ditames democráticos. Certamente não por conta da discriminação reinante, mas por conta de entenderem a formação de uma coletividade como característica da democracia.

Os grupos negros, na ânsia por existir de forma plena, gestaram uma contra ideologia por meio das bases disponíveis e, se a raça os impedia de acessar espaços, porque não a utilizar como uma característica para forjar seus próprios espaços e por meio destes contrapor os estereótipos que fundamentavam as discriminações? Afinal, se teve um assunto que os periódicos negros não se privaram de discutir foi a discriminação com base na raça, como uma já consolidada produção historiográfica permite observar.²⁷² Fortaleço esse argumento com base em dois exemplos, o primeiro está na terminologia acionada nas páginas de *Acción* como característica distintiva do seu fazer periódico: *prensa racial*. Tal caracterização extrapolou o jornal e referia outros *colegas raciales*,²⁷³ sobretudo *Nuestra Raza*, mas também *El Debate* (fundado em 1931, em Montevideu), *El Peligro* (fundado em 1935, em Rivera), *Rumbos* (fundado em 1938, em Rocha), *Revista Ansina* (fundada em 1939, em Montevideu), *Revista “Uruguay”* (fundada em 1945, em Montevideu), *Rumbo Cierto* (fundada em 1944, em Montevideu) e *Democracia* (fundada em 1945, em Rocha).²⁷⁴ Extrapolou também as fronteiras da nação, como se observa na referência ao periódico *La Verdad*, editado em Buenos Aires, apresentado como “*cultísimo quincenario porteño, es órgano de la colectividad de color buenosairence*”.²⁷⁵ O segundo exemplo está na identidade

²⁷² Alguns exemplos: Pinto, Ana Flávia Magalhães. *Imprensa negra no Brasil ...*; Santos, José Antonio dos. *Prisioneiros da história...*; Cirio, Norberto Pablo. *Tinta negra en el gris del ayer: los afroporteños a través de sus periódicos entre 1873 y 1882*. Buenos Aires: Teseo, 2009; Côrtes, Giovana Xavier da Conceição. *Branças de almas negras...*

²⁷³ *A Nuestros Colegas*. *Acción*, 20 de junho de 1944, s/p.

²⁷⁴ As datas de criação dos jornais são inferidas das informações presentes nas matérias publicadas e de pesquisas. *El Debate*. *Acción*, 6 de julho de 1935; *Saludando [La Verdad]*. *Acción*, 16 de setembro de 1935, s/p; *Lo que dicen de nosotros [El Peligro]*. *Acción*, 15 de fevereiro de 1935, s/p; *Revista “Uruguay”*. *Acción*, 28 de fevereiro de 1944, s/p. Andrews, George Reid. *Negros en la Nación Blanca...*p. 134-154; Lewis, Marvin A. *Afro-Uruguayan literature: post-colonial perspectives*. London: Bucknell University Press, 2003.p. 28.

²⁷⁵ *La Verdad*. *Acción*, 30 de setembro de 1935, capa.

conferida ao jornal em publicação oficial comemorativa, em razão do aniversário da Pátria, “*De la Reseña Histórica de Cerro Largo*” republicada no periódico, em que fez-se uma descrição acerca das organizações do departamento. No capítulo V, destinado às *Instituciones Sociales y Gremiales o Centro Uruguay* é apresentado como “*representativo en Cerro Largo de la raza de color*”, no capítulo VI destinado ao *periodismo*, *Acción* é apresentado da seguinte forma:

*Es un Periódico órgano de la raza negra, que aparece mensualmente, dirigido por el Sr. Juan Jacinto Ferrán.
'Acción' aparece actualmente en su segunda época. Colaboran en el destacados intelectuales de la raza de color.*²⁷⁶

Raza negra/raza de color era uma marcação corrente e comum, ao que tudo indica em nada invisível e não diluída por meio de outras expressões menos explícitas. E, assim se manteve durante todo o período da manutenção do jornal *Acción*. A *Nota Editorial*, da edição de 30 de novembro de 1934, publicou uma espécie de projeto do jornal e do Comitê, no qual se colocava como de *defensa y protección a la Raza*²⁷⁷ ao final da nota destaca que tal pretensão, se alcançada positivamente por meio do *Centro Uruguay* legaria aqueles envolvidos um sentido de que “*todos podemos estar satisfechos de nuestras organizaciones y ser dignos de alternar em el concierto social, como la raza que ha sabido colocar al Centro o más bien dicho a la Raza de color en la situación que le corresponde*”. Evidencia-se um discurso que se aproxima de uma ideia de raça social, enfatizando a contribuição da raça negra para a humanidade em contraposição a uma degenerescência ou hierarquização como de praxe nas teorias racistas. Dessa forma, o discurso do jornal aproxima-se do presente tanto nos escritos de W. E. B Du Bois acerca das *gentes negras*, quanto nos do intelectual negro haitiano Joseph Anténor Firmin sobre a “*igualdade das Raças Humanas*”.²⁷⁸

Em 1935 *Acción* passou a ser mensal e, por vezes, teve números duplos. Em geral, a 3ª página era ocupada por ‘*Notas Sociales*’, nas quais se referenciava as pessoas que estavam em viagem sob o subtítulo *viajeros*. Nesta parte era enfatizado o trânsito pela fronteira, especialmente pelas cidades de Jaguarão, Bagé, Aceguá e Rio Branco, além de referir pessoas que se deslocavam para Pelotas, Porto Alegre e Montevideú. De

²⁷⁶ *De la Reseña Histórica de Cerro Largo. Acción*, 25 de agosto de 1946, s/p.

²⁷⁷ *Acción*, 30 de novembro de 1934, p.1.

²⁷⁸ Os escritos de Firmin foram publicados em 1885, sob o título “*De l'égalité des races humaines*”. Du Bois, W. E. B. *As almas da gente negra...*; Marques, Pâmela Marconatto. “*Nou led, nou la!*” Estamos feios, mas estamos aqui!” Assombros haitianos à retórica colonial sobre pobreza. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2017. Tese (Doutorado em Sociologia). Sou muito grata à Pâmela por me presentear com a referência de Firmin.

forma ainda mais presente estava à referência à *campaña*, ou seja, localidades rurais presentes na região fronteiriça, dentre as quais sobressaiam as de Bagé.²⁷⁹ O que é corroborado pelo estatuto do *Centro Uruguay* que, no 11º artigo, informa que “*Todos los socios de campaña designarán en la población una persona encargada de abonar las mensualidades y recibir las invitaciones y avisos*”.²⁸⁰

As reportagens publicadas em *Acción* foram redigidas a partir da lente de raça negra/*de color* como marca distintiva. São sintomáticas as colunas assinadas por colaboradores e colaboradoras que evidenciam as leituras do passado assentadas em um fazer parte da construção da nação e as aspirações do presente e futuro, como no exemplo que segue:

Horas de lento dolor han agobiado a la Raza que un día vio pisoteados sus derechos por razones plenas de ignorancia y crueldad.

Y la noche sin estrella del desconocimiento quiso envolver en prolongado sueño los ideales de una raza fuerte que no negaría su cooperación al progreso.

Fueron necesario múltiples esfuerzos para ahuyentar las sombras y vivir el día de la re redención, y mientras la noche reinaba, la humanidad recibía nuestra ofrenda de trabajo y dolor.

Con la aurora de la libertad la raza entonó el himno de sus triunfos y ascendiendo hacia las realizaciones demostró su fuerza.

Es por eso, que no debe existir en nosotros el desaliento, ni el temor al fracaso.

*Soñemos, forjemos un bello porvenir y sin cegarnos por los reflejos de lejanos espejismos hagamos pacientemente los trazos de la imagen simbólica de nuestros triunfos. En todas las etapas de nuestra marcha consideremos que no serán imposibles nuestra aspiraciones desde luego que son justas y van en acuerdo con los ideales del avance de todos los pueblos.*²⁸¹

É ilustrativa a leitura do período da escravidão e a perspectiva de desconstrução dos preconceitos racistas que se impuseram principalmente em fins do século XIX e princípios do XX. Permite observar que as discussões, após cerca de 100 anos da abolição formal da escravidão, ainda eram em torno da liberdade e dos direitos de cidadania em construção. Soma-se a isso a percepção da mobilização social como fundamental na ampliação dos *direitos* e *aspirações* em uma perspectiva de cultura comum que permite que *todos os povos avancem* em um signo próprio das noções de nacionalismo e modernidade. Um traço comum permeia as matérias publicadas no jornal, inclusive naquelas referentes às atividades sociais desenvolvidas no *Centro Uruguay*: a posicionalidade positiva de pessoas negras nas sociedades americanas apesar da discriminação racial reinante. Não sem considerar a perversidade da exclusão

²⁷⁹ Estas referências apareceram em todas as edições

²⁸⁰ *Estatutos generales del Centro Uruguay*, Melo, 1932. p. 5.

²⁸¹ *Acción*, 30 de novembro de 1934, s/p.

e seus malefícios, o que é evidenciado especialmente no que tange à invasão da Etiópia pelos italianos²⁸².

Em Pelotas, a situação não foi diferente, e embora as discussões concernentes ao *A Alvorada* sejam contempladas ao longo da última parte, destaco aqui a voz pública que tal jornal manteve e a aproximação das bandeiras dos periódicos dessa região fronteiriça. No *apanhado de memória* que o jornal publica, quando de seus 49 anos (1956), denuncia a invasão da Etiópia, a manutenção do preconceito de cor e se coloca atento à discriminação reinante na própria cidade:

Nesses 49 anos, quase meio século de publicidade, em períodos diversos, apesar da indiferença de alguns, da incompreensão e da fatuidade de muitos, do negativismo da maior parte, justamente daqueles a quem servia, jamais mistificou o seu programa, desmentiu o lema com o qual se apresentou, quer defendendo Monteiro Lopes do esbulho que se pretendia fazer, cassando-lhe o mandato de deputado por ser NEGRO, quer contra a proibição a entrada de homens de cor e de suas famílias nos jardins Scotto da Praça Coronel Pedro Osório, nas cadeiras e camarotes do Teatro Guarani e do Capitólio, como o Tiro de Guerra em Pelotas, que não aceitava negros e mulatos nas suas fileiras. [...] Quer promovendo a campanha da fundação de uma “Frente Negra”, nesta cidade, e atacando a incorporação da Abissínia a Itália pela prepotência, as ambições e arrogâncias de Mussoline.²⁸³

Na esteira do alerta feito pela historiadora Wlamyra Albuquerque ao identificar a referência o rei etíope Menelick II desde 1895 no jornal *A Bahia* e nos festejos de momo no pós-abolição baiano,²⁸⁴ a referência que fora destacada no *A Alvorada* e em *Acción* corrobora uma positividade da referência ao continente africano. Sem que isso significasse uma negação da identidade nacional brasileira ou uruguaia. Não obstante, o periódico melense, assim como o pelotense, também estava atento aos impedimentos que alcançavam os negros na pequena cidade de Melo, e em uma destas denúncias se afigura aquilo que interpreto como a expressão do inadmissível em termos de racialização para aqueles sujeitos, que por sua vez permite compreender os motivos para criação e manutenção dos clubes para pessoas negras. A matéria que circulou na capa da edição de dezembro de 1949 fora intitulada “Línea de color – Café Central”:

Este es el nombre de Café y Confitería instalado en las calles 25 de Mayo y Sarandí de nuestra ciudad, del cual es propietario el Sr. Efiro Díaz. ¿Qué tiene de extraordinario este café para que lo dediquemos esta nota? [...] lo extraordinario que tiene es la consigna dada a su personal de no servir a ‘gente de color’.

El ser negro es el único obstáculo que existe para no ser servido en el mencionado café; sin embargo hemos visto atender junto a personas

²⁸² O episódio deu-se entre os anos de 1935 e 1936, e, pode ser localizado na historiografia como Segunda Guerra Ítalo-Etíope.

²⁸³ Grifo do original. *A Alvorada*, 05 de maio de 1956.

²⁸⁴ Albuquerque, Wlamyra. *O jogo da dissimulação...* p. 206-208.

intachables que no merecen nuestro mayor respeto, a otras de dudosa moral y de sospechoso estado de salud, pero de tez blanca.

Lo interesante del caso, es que se utiliza una cuadra de la principal para la instalación de mesas para los servicios del café, suspendiendo el tráfico desde las 19 a las 24 horas, con un cartel que dice: 'Vía Blanca'.

La Constitución de la República establece que toda persona nacida dentro del territorio nacional tiene los mismos derechos, en consecuencia el criterio adoptado por el Sr. Efiro Díaz en su comercio es un hecho inconstitucional, ya que no es una sede social o desportiva que tiene su reglamentación interna, sino un lugar público, que además, (para obtener más ganancias) utiliza parte de una calle que por ser vía de tránsito, pertenece a todo el pueblo. [...]

A matéria refere aquilo que Thomas Holt nomeia por encontros de racialização.²⁸⁵ Não obstante a denúncia em si mesma denotativa da exclusão com base na raça é a ênfase ao caráter público do café que ressalvo como demonstrativo dos limites do tolerável. E, mais que isso, do recurso a lei e aos direitos de cidadania. Igualmente, é evidenciado que sedes sociais e desportivas, por conta de suas regulamentações internas, praticavam tal impedimento. Arrisco interpretar isso como a fluidez da racialização transfigurada nos direitos de propriedade, mas também na convivência bastante longínqua com aqueles que tinham o poder de realizar tal impedimento. Dentre os quais certamente estavam muitos dos patrões dos associados e associadas dos clubes e dos redatores dos jornais, que, ao viabilizarem as condições materiais de existência desses, acabavam por impedir um confronto direto acerca dos impedimentos que também permitiam ou permitiriam caso algum desavisado ousasse adentrar nas sedes dos clubes da elite branca. Cabe assinalar que dois dos associados do *Centro Uruguay* durante todo o período da pesquisa, eram porteiros dos dois clubes de brancos daquela cidade.²⁸⁶

Os redatores forjavam assim uma história, desde a fronteira, que se conectava às histórias negras de outros locais e colocava em suspeição os ditames da sociedade branca e suas hierarquias raciais calcadas ora em prepotência, ambição e arrogância, ora em desrespeito ao espaço público. Ou seja, não existia nada de inato ou cientificamente justificado a não serem questões de exclusão advindas do social.

Ainda sobre a presença de coletividades negras na região fronteiriça, como previamente disposto no capítulo anterior e retomado aqui, a análise da 1ª e 2ª época de *Acción* evidencia uma série de laços com clubes e periódicos negros, sobretudo da região circunvizinha a Melo com ênfase aos *Club Social Unión* (Fraile Muerto), *Club*

²⁸⁵ Holt, Thomas. Marking...

²⁸⁶ Juan Jacinto Ferrán e Juan Jacinto Silveira, respectivamente do *Centro Unión Obrero* e *Club Unión*, respectivamente.

Manuel A. Ledesma - Ansina (Treinta y Tres) e *Club Social y Cultural Renacimiento* (Rocha) e da capital, o *Centro Social 18 de Mayo*. Estes laços eram bastante objetivos em termos de ações em prol de verbas para a aquisição da sede própria, como a experiência do *Comité de Ayuda al Comité Pro-Edificio*, que funcionava em Montevideu,²⁸⁷ permite evidenciar. Este era presidido por Pilar Barrios, vice-presidido por Trifón Macedo, secretariado por H. Pérez Morales e Elemo Cabral, como tesoureiros estavam Modesto de la Cruz e Juan j. Betervide, e, compunham ainda a diretoria os senhores Telésforo de los Santos, Liguizamón Montero, Julián M. Fernández, Ceferino Nieres,²⁸⁸ Juan C. Sosa, Alfonso Sosa, Pablo Coles. Esta iniciativa de auxílio financeiro, mas também de compartilhamento de ideais foi conteúdo da matéria de capa do número 1 da 3ª época, 30 de agosto de 1947, visto que encerrou suas atividades em decorrência de *comentários maldosos*, rebatidos no número seguinte, sob a assinatura de Juan Jacinto Ferrán, Pablo Alcántara, Telésforo Machado e Carlos M. Pérez Morales, que por sua vez compunham a comissão diretiva do *Comité Pro Edificio*.

Mas os comentários vinham de quem? Aparentemente tinham eco e, é ao observar as linhas de outro periódico que a resposta parece afigurar-se. No entanto, antes é preciso fazer alguns apontamentos a partir de *Acción*. Se por um lado é fácil evidenciar uma ligação da experiência negra na região fronteira com a da capital do país, por outro permite destacar que a capital era de fato um pólo de atração para a população negra em busca de melhores condições de vida. Porém, a vida lá também era marcada por racialização, o que fazia com que das páginas dos jornais se convocasse à união melenses, monteviduanos e uruguaios de outras cidades a fim de auxiliar no progresso daquela comunidade que permanecia em Melo. Assim, os auspícios em prol da construção da sede do *Centro Uruguay* nos legam bem mais que um conteúdo meramente lúdico.

Enquanto porta-voz do *Comité*, o jornal parece fundir-se com a diretoria do clube. Suas ações aconteciam na sede do clube e prezavam sempre pelo puritanismo com relação aos hábitos e manifestações externas da organização, como veremos na última parte desta tese. O mesmo se verifica nas relações estabelecidas com as localidades de Fraile Muerto e Treinta y Três, por exemplo, assim como nos destaques conferidos a pessoas e episódios que extrapolam em muito o espaço da cidade de Melo,

²⁸⁷ *Acción*, agosto - setembro de 1947, p. 1.

²⁸⁸ Oriundo de Melo.

da tão referida *campaña*, e da fronteira de uma forma geral. Foi a partir da 2ª época de *Acción*, em 1944, que começaram a aparecer as divergências internas do grupo. Nesta época, o jornal manteve estrutura semelhante, porém começou a publicar colunas referentes a outras cidades, como *Noticias de Treinta Y Tres* e *Noticias de Montevideo*.

A notícia publicada na edição de 20 de junho de 1944 apresenta o início daquilo que veio a se constatar como uma divergência de opiniões e ações por parte de representantes e membros da comunidade negra melense, que participavam do clube: o surgimento de um periódico dirigido por Carlos M. Pérez, ex-diretor do *Acción*, e que mereceu uma nota muito pequena frente às demais que o jornal costumava divulgar, mesmo quando não eram notícias envolvendo os *conrazaneos*.²⁸⁹ Nesta edição, publicou-se a seguinte nota sob o título *Orientacion*: “*Bajo la misma dirección del destacado periodista Sr. Carlos M. Pérez Morales, reapareció en los últimos días del mes de Mayo el colega con cuyo nombre intitulamos estas líneas.*”²⁹⁰ Na sequência, apresentou-se um agradecimento por saudação recebida e estabeleceu-se a prática da troca de exemplares, como de praxe entre os periódicos.

O jornal *Orientacion* foi publicado em Melo, entre 1941 e 1945. Na 1ª época (1941-1944) adotou três identificações: *Órgano de la Colectividad de Color* (1941-1943), *Órgano de la Raza Negra Departamental* (1943-1944) e *Periodico Racial*²⁹¹ (1944). Na 2ª época o jornal autodenominava-se *Periodico de la Raza Negra*.²⁹² Apresentava em cada edição um artigo relacionado aos problemas encontrados pelos negros nos espaços em que era veiculado, mas também assuntos concernentes aos negros em perspectiva diaspórica, com destaque para a Etiópia e Estados Unidos, o que pode justificar o lema: *Unidad - Solidariedad - Esfuerzo*. Teve periodicidade quinzenal entre 1941 e 1944, período em que o *Acción* não estava circulando. A partir de 1944, passou a ser mensal e, por vezes, apresentou números duplos.

A direção de *Orientacion* era executada por Carlos M. Pérez, o mesmo diretor da primeira época de *Acción* e membro da comissão diretiva do *Comité Pro Edificio*, como relatado algumas linhas atrás. A administração estava a cargo de José Ramón Fernández, também associado do *Centro Uruguay*. O periódico parece ser fruto de uma dissidência dentro do jornal anterior, visto que os diretores eram membros do *Centro Uruguay* e o jornal defendia os interesses do clube, nitidamente, apresentado como

²⁸⁹ *Acción*, junho de 1944, s/p.

²⁹⁰ Idem. s/p.

²⁹¹ *Orientacion*, agosto de 1944, p. 1.

²⁹² *Orientacion*, junho de 1945, p.1.

central para a coletividade negra de Melo. Pérez e Ferembaro foram da diretoria do *Centro* durante todo o período compreendido pela existência desses dois jornais (1934-1952). Já no editorial do 1º exemplar, é possível inferir que existiam diferenças nas perspectivas de ação da coletividade negra melense. Esse editorial foi intitulado “*Estamos de Nuevo en la Brecha*” e reconhecia o papel precursor de *Acción* na *prensa racial* do departamento. O jornal surgiu sete anos após o aparecimento daquele.

Orientacion tinha correspondente em Rio Branco e noticiava atividades do *Club* 24 de Agosto, de Jaguarão. Somado a esses elementos a passagem a seguir, presente na primeira página do número 1, é bastante ilustrativa:

[...] surge a la vida nuestro órgano de publicidad que es una tribuna al servicio de los ideales de la raza y por la exaltación de los mismos, una tribuna periodística que era una sentida necesidad en nuestro medio para combatir los males existentes en nuestra colectividad y para combatir prejuicios que nunca se justificarán. [...] sus columnas estarán abiertas para todos los representantes de la raza, sin distinciones de ninguna índole.²⁹³

Na edição seguinte já começa a figurar no jornal, alçado ao posto de voz pública, aquela que parece ter sido sua principal bandeira: uma rua com o nome de Manuel Antonio Ledesma (Ansina), o fiel companheiro do prócer da independência uruguaia, Artigas, discussão que acompanharemos na parte III desta tese. A voz pública dos jornais permite delinear alguns contornos daquela comunidade que era simultaneamente imaginada e delimitada de forma objetiva, tal como alerta Cristian Castro, ao utilizar a imprensa negra de São Paulo e Chicago como lente de análise daquilo que ele, também calcado na análise de Gilroy, apresenta como “*una historia transnacional de la afro-modernidad en América*”.²⁹⁴

A negritude pautada em um orgulho de ser negro observada desde a imprensa negra da região de fronteira Brasil-Uruguaia conferia uma identidade que via nos corpos negros, que não necessariamente haviam nascido no solo oriental ou sulino/brasileiro, iguais desta vasta comunidade transnacional. Essas pessoas viam na cor da pele em seus mais diferentes matizes um elemento de identificação, transformado em um instrumento de luta forjado na adversidade das Américas. Marcada por uma negação do lugar de americanos e cidadãos plenos às pessoas negras que, por sua vez, compreendiam que a ideia de raça que os outros reservavam a eles lhes impunha essa barreira. O que bem pode ser identificado como um aspecto daquilo que a pesquisadora Lélia Gonzalez, ao

²⁹³ *Orientacion*, 12 de outubro de 1941, p. 1.

²⁹⁴ Castro, Cristian. “Exploraciones para una historia transnacional de la afro-modernidad en América. Chicago y Sao Paulo, 1900-1940”. *Revista de Historia Iberoamericana*, v. 3, n. 1, p.33-49, 2010.

referir à experiência negra no Brasil, mas sem perder de vista as vivências em outros contornos nacionais, sintetizou como: “a luta do povo negro do Brasil é um aspecto de uma luta muito maior: a luta dos negros do mundo”.²⁹⁵

E, foi por meio das páginas da imprensa negra que as coletividades negras mostraram-se conscientes da realidade de seus co-irmãos e *conrazaneos* em outras partes do mundo. Em pleno momento de circularidade das teorias raciais e das teses eugênicas se autoidentificavam como parte das sociedades humanas, sobretudo, na defesa incontestada e ferrenha da autonomia etiópica quando da invasão italiana em fins da década de 40, afinal, como assinalado nas páginas do jornal *Acción*, no momento de guerra se unem em um mesmo sentimento e desejo todos “*espíritus justicieros del mundo, para condenar sin reservas el bombardeo de poblaciones desarmadas y el sacrificios de mujeres y niños que aunque sean negros, son del mismo barro humano de las mujeres y de niños de todas las zonas*”.²⁹⁶

Todo esse conteúdo presente nas páginas da imprensa negra expressa parte das evidências de como os jornais também forjaram suas escritas da história, exercendo uma voz que ecoava por meio de uma tribuna pública da qual recusava-se o lugar do negro como ser meramente “bonzinho” ou inexistente, denunciava-se os problemas impostos aos negros e não os negros enquanto problema, configurando uma realidade distinta daquela que ecoava nas vozes oficiais do Estado Nação e tecendo uma narrativa por meio de seus próprios termos. Por sua vez, tal constatação fortalece meu argumento acerca da racialização na região fronteira no pós-abolição. É chegado o momento de acompanhar essa região por meio das atividades recreativas daqueles que são aqui entendidos como expressão das culturas e das vivências negras no pós-abolição em uma região transfronteira: *os clubes negros*.

²⁹⁵ Gonzalez, Lélia. The unified black movement: a new stage in black political mobilization. In: Fontaine, Pierre-Michel. *Race, class and power in Brazil*. Los Angeles: UCLA Center for Afro-American Studies, 1985.p. 132.

²⁹⁶ *Acción*, 16 de outubro [setembro] de 1935. s/p. No *A Alvorada* a temática também se fez presente de forma intensa, sobretudo, pois o jornal tinha como data de fundação o 5 de maio, trazendo edições que contemplavam sempre a data magna da abolição, a título de exemplo: 5 de maio de 1949, capa; 14 de maio de 1955, capa. Não obstante, destaco que todas as edições de aniversário entre 1947 e 1956, em um total de 10, trazem um editorial na capa contextualizando o surgimento do jornal e relacionam com a data magna da abolição da escravidão. Enfatizo a edição de 05 de maio de 1956, que circulou com 56 páginas dedicadas especialmente a história dos 49 anos do jornal.

Capítulo 5 - 24 de Agosto, Fica Ahí Prá Ir Dizendo, Centro Uruguay, Os Zíngaros e Palmeira: a mobilização recreativa

Os clubes, cujas narrativas referentes à fundação estão dispostas ao início dessa parte, foram criados tendo como base práticas recreativas, especialmente, carnavalescas e bailantes. Neste capítulo, indago quais os sentidos da experiência de criação e manutenção dos clubes negros na região de fronteira e quais os termos acionados para isso, de forma a não perder de vista os diálogos de cidadania e o processo de racialização no espaço mapeado nos dois capítulos anteriores.

A motivação para a fundação de um *club de la raza* na cidade de Melo estava em proporcionar um espaço para a reunião de todas as pessoas da *clase* do departamento de Cerro Largo. Os fundadores almejavam desenvolver e compartilhar uma cultura social, de forma a prover os meios necessários para o adiantamento dessa *clase*, características estas que, aliadas a um espaço harmônico e fraterno, foram apontadas como comuns a toda sociedade culta.²⁹⁷ O documento que serve aqui como principal fonte é o estatuto do *Centro Uruguay*, devidamente firmado em cartório mediante o reconhecimento da pessoa jurídica, no ano de 1932. O que já alerta para o grau de organização da instituição, a qual fora fundada menos de uma década antes desse registro legal, em 1923. Os clubes eram sociedades organizadas estatutariamente e o fato da institucionalização legal ter se dado no ano de 1932, menos de uma década transcorrida de sua fundação, é ilustrativo do padrão de organização e denota ainda a sua não efemeridade.

O estatuto refere *esa clase* e é preciso fazer apontamentos quanto à expressão como forma de melhor compreender essa organização negra, enquanto semelhante a outras do período. Constituir uma associação traz como objetivo um desejo de institucionalização, como forma de resguardar ou defender interesses e de diferenciação perante algo ou alguém, visto que traduz um sentimento de alteridade, o qual num primeiro momento e aliado à especificidade de um clube é social. Ao versar sobre a experiência dos movimentos negros no Brasil na década de 1920, o sociólogo Antônio Guimarães aponta a utilização do termo “classe” como sinônimo de coletividade, ou seja, é um significado que se dá nas relações sociais e a partir dessas que pode ser entendido²⁹⁸, o antropólogo argentino Alejandro Frigerio faz apontamento semelhante

²⁹⁷ *Estatutos generales del Centro Uruguay*, Melo, 1932.

²⁹⁸ Guimarães, Antonio Sérgio Alfredo. *Preconceito racial: modos, temas e tempos*. São Paulo: Cortez, 2012.

em relação ao emprego pelos negros uruguaios e argentinos os quais atribuíam significado de coletividade que substitui a referência explícita a uma ideia de raça.²⁹⁹ A historiadora Regina Xavier observa a presença desse significado também na utilização do termo entre os articulistas do jornal *O Exemplo*, apresentado no capítulo 2, ainda na primeira década do século XX.³⁰⁰

A expressão *classe* aponta para uma ideia de coletivo, que comporta um significado compartilhado transnacionalmente pelos grupos negros na diáspora, os quais, em parte, identificavam interesses partilhados, diretamente vinculados pela racialização que lhes alcançava e condicionava suas experiências. Essa interpretação cabe também para a utilização da terminologia nas páginas do *La Conservación*, abordado no primeiro capítulo. A percepção da conformação de coletividade, que não denota necessariamente homogeneidade, permitiu que parte desse grupo racionalizasse seus interesses em conjunto. Mas quais outras características conformam esse coletivo social? O que o diferencia e em relação ao quê?

Para responder a essas perguntas é necessário alargar o campo de observação. A cidade de Melo comportava experiências de associativismo, mas, como o estatuto do clube permite inferir, aliado às notícias veiculadas na imprensa local e da capital, o *Centro Uruguay* foi o primeiro a adotar o formato de um clube social e a especificidade dos associados e das associadas residia na ideia de raça, no caso, eram negros.³⁰¹ É em notícia veiculada no jornal *El Deber Civico*³⁰² e republicada por *Orientacion*³⁰³ que parece se afigurar uma resposta plausível. Nessa edição, comemorativa ao 150º aniversário da cidade (1945), o jornal enfatizou as questões sociais e culturais da cidade

²⁹⁹ Frigerio, Alejandro. Crónica de una muerte anunciada. *Revista de Investigaciones Folklóricas*, v. 8, p. 50-60, 1993.

³⁰⁰ Não obstante, a análise de Regina Xavier está concentrada na articulação entre ideias de raça e de classe entre os membros do referido jornal e este é um dos significados observados. Xavier, Regina Célia Lima. Raça, classe e cor: debates em torno da construção de identidades no Rio Grande do Sul no pós-abolição. In: Fortes, Alexandre et. al. (Orgs.). *Cruzando fronteiras: novos olhares sobre a história do trabalho*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2013. p. 103-131.

³⁰¹ Existe a informação da existência da *cofradía del Rosario*, a qual teria sido criada no século XIX e seria formada apenas por confrades negros. Ruiz, Rosa. El aporte de la raza negra a la cultura de Cerro Largo. *Hoy es Historia*, nº 55, 1993. p. 72-75. O senhor Ramón Farías, membro do *Centro Uruguay* informou que sua mãe teria participado dessa congregação, mas não soube conceder maiores informações (Entrevista concedida na Sede do *Centro Uruguay*, em 20 de janeiro de 2015). Não foi possível localizar as fontes da confraria. Essa é uma possibilidade bastante plausível, visto que as devoções do Rosário foram comuns na América Latina e se caracterizaram por congregarem apenas pessoas negras.

³⁰² Fundado em 1887, por Cândido Monegal (pai), circulou até a década de 1970 e é apontado como o grande exemplo da cultura periódica de Melo. Durante toda a sua existência, foi dirigido por um membro da família Monegal. No período que aqui abordo, estava o filho do fundador, Cândido Monegal “Cacho” (filho).

³⁰³ *Orientacion*, II época, ano II, número 13, s/d, s/p.

e conferiu duas páginas aos clubes sociais, os dois primeiros foram o *Club Union*³⁰⁴ e o *Unión Obrero*,³⁰⁵ provavelmente em decorrência das datas de fundação. Ao primeiro conferiu-se uma coluna destacando a fundação, as pessoas influentes envolvidas, como o chefe de polícia e políticos, além das atividades oferecidas aos 680 associados em sua ampla sede própria, com destaque à biblioteca. Enfatizaram ainda a distinção social, em relação aos membros da diretoria, pelos títulos de doutor e referências como *don* conferidos a oito, dos seus nove membros. Ao *Unión Obrero* conferiram-se duas colunas com elogios e descrição mais aprofundada de sua formação e atividades desenvolvidas, exaltando o progresso obtido e as instalações de sua ampla sede, com salões de baile, biblioteca e pátio de verão, assim como a vinculação com o desenvolvimento cultural da cidade, visto que abrigava todos os festivais beneficentes promovidos por instituições de ensino e auxílio aos menos favorecidos, como a *Cruz Roja* e *Casa de Niños*. Os dois clubes tiveram a foto de suas sedes publicadas nas referidas colunas.

O *Centro Uruguay* foi o terceiro clube a ser descrito e destacou diferença básica em relação aos dois anteriores, a saber, o caráter informativo de sua existência em contraposição a uma reportagem sobre ele. Porém, já na primeira informação, é enfatizado um traço distintivo dessa coletividade – negra – a qual *carecia de una casa común*. Foi-lhe concedido espaço semelhante ao destinado ao *Unión Obrero*, porém sem imagem de sede, a qual até então não era própria. A notícia informa, ainda, que se tratava de uma instituição única em toda a República. Seria essa uma referência ao fato de ser um clube da coletividade negra? De acordo com as fontes acessadas nesta pesquisa, a resposta é positiva, visto que o *Centro Uruguay* foi o primeiro clube social negro do país, e esse é o seu principal signo distintivo.

A matéria veiculada por *El Deber Civico* foi republicada pelo jornal *Orientacion*, apresentado no capítulo anterior. A matéria enfatiza o caráter de necessidade do *Centro Uruguay*, uma “*entidad Matriz de la raza negra, luchando siempre contra diversos factores, pero siempre bregando por mejorarse*”.³⁰⁶ O caráter

³⁰⁴ Fundado em 23 de maio de 1887, tido como “*el reflejo de la más calificada sociedad melense*” diretamente ligado à fundação da biblioteca popular de Melo, de caráter aristocrático mantido por homens que detinham o poder político na região a partir de laços e influências estabelecidos outrora. Este clube mantém-se em funcionamento. *Idem*.

³⁰⁵ Fundado em 13 de maio de 1900, apresentado como “*una institución de mucho arraigo en el departamento*”. Reunia a elite econômica local ligada à ótica de trabalho liberal, seus membros buscavam diferenciar-se da *união* aristocrática almejada pelo *Unión*. Este clube mantém-se em funcionamento. *Idem*.

³⁰⁶ *Orientacion*, II época, ano II, número 13, s/d, s/p.

insurgente de um clube social voltado ao grupo negro é retórica comum também em outros espaços, como destaca Sonia Giacomini para o *Renascença Clube*, fundado em 1951, na cidade do Rio de Janeiro.³⁰⁷ Esse é um traço importante para observar os clubes negros, uma vez que não estavam isolados e, tampouco, eram produtores de uma cultura exclusiva. E, enquanto em Melo o *Centro Uruguay* era identificado como protagonista dentre os clubes negros, a pouco mais de 90 km de distância, na margem brasileira do rio Jaguarão, em 1918, fora criado um clube com características semelhantes.

O clube em questão é o *24 de Agosto*, que somente em 1964 adquiriu o status de organização regida legalmente por estatutos. E é por meio deles que se faz possível nomear os fundadores do clube:

Foram sócios fundadores do *Clube 24 de Agosto* os senhores: Malaquias Oliveira [ver Figura 4], Jornaleiro; Theodoro Rodrigues [ver Figura 4], mecânico; Doralino Correia, Jornaleiro; Humberto Ferreira, jornaleiro; Domingo Ribeiro, comerciante; Merc de Vargas, sapateiro; Otacílio Farias, Rosalino dos Santos, Natalio Neison da Silva, Magno Dias, José Nunes de Oliveira e Ernesto Faria, jornaleiros e João Pedro Faria, motorista.³⁰⁸

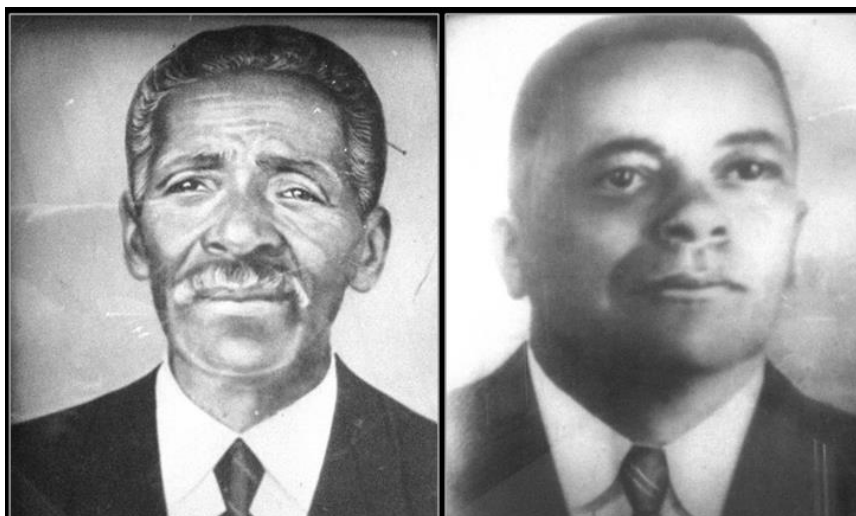


Figura 4: Malaquias Oliveira e Theodoro Rodrigues (Déc. 1950)
Fonte: Acervo do *Club 24 de Agosto*

Além de sabermos o nome dos protagonistas do *Club 24 de Agosto*, a passagem que abre os estatutos, fornece também informações sobre quais as profissões destes trabalhadores negros, o que nos permite inferir sobre o posicionamento deles na sociedade local e da coletividade negra que se sentiu representada pelo ideal, pleiteou e foi aceita nos quadros do referido clube. Estes trabalhadores embora relacionados com

³⁰⁷ Giacomini, Sonia Maria. *A Alma da festa...*

³⁰⁸ Estatutos do *Club 24 de Agosto*– Jaguarão. s/p. 10 de outubro de 1964.

profissões urbanas, não são os operários fabris ou industriários, que frequentemente ilustram a historiografia sobre o movimento operário na América Latina.³⁰⁹ Eles eram autônomos, sendo nove trabalhadores por jornadas, dentre um grupo total de treze pessoas, o que aponta para uma fragilidade nas relações de trabalho e na ocupação de cargos instáveis sem salário fixo.

O clube nasce em meio a um repertório de experiências associativas. Dois dos fundadores eram membros do *Círculo Operário*³¹⁰ e é no início das discussões acerca da necessidade de ter um estatuto que surgiu uma informação bastante peculiar. As atas de diretoria e assembleia do ano de 1958, a partir do mês de maio, destacam que os estatutos estão em discussão em uma comissão, da qual eu não disponho dos nomes envolvidos. Nesse momento, o clube tem como presidente o senhor Rosamiro Faria e, secretário, o senhor Theodoro Rodrigues (fundador do clube e membro do *Círculo Operário*, ver Figura 4). Na sessão de diretoria que ocorreu no dia 17 de junho de 1958, o presidente “mostrou o rascunho de um estatuto que tinha recapitulado de outra entidade”, mas infelizmente, não disponho de maiores dados para afirmar qual entidade especificamente serviu de base estatutária para o clube, embora seja possível que se tratasse do próprio *Círculo Operário*. A presença desses dois fundadores, já passados 40 anos, não permite afirmar que ambos mantiveram-se no clube por todo o período, no entanto é ilustrativa de uma experiência que lidava bem com seu passado e tinha um caráter longínquo, inclusive, entre seus associados.

Independentemente de ser, ou não, o *Círculo Operário* a base do estatuto, a presença dos dois fundadores em ambas as associações e, mesmo a existência daquela

³⁰⁹ Sobre a ausência dos trabalhadores negros nas análises da história do trabalho ver: Nascimento, Álvaro Pereira. Trabalhadores negros e o “paradigma da ausência”: contribuições à história social do trabalho no Brasil. *Estudos Históricos*, v. 29, n. 59, p. 607-626, 2016. Sobre a história do trabalho na América Latina e a necessidade de alargar o espectro sobre a classe trabalhadora ver: Bergquist, Charles. “Labor History and Its Challenges: Confessions of a Latin Americanist”. *The American Historical Review*, v. 98, n. 3, p: 757-764, 1993; Costa, Emília Viotti da. Experiência versus estruturas: Novas tendências na história do trabalho e da classe trabalhadora na América Latina – O que ganhamos? O que perdemos. *História Unisinos*, p. 17-51, 2001 e Weinstein, Bárbara. (1989). “The New Latin American Labor History: What We Gain”. *International Labor and Working-Class History*, v. 36, n. 1, p. 25-30, 1989.

³¹⁰ O *Círculo Operário* era uma instituição de influência da Igreja Católica, parte de uma cultura denominada circulista, que teve representação em diversas cidades brasileiras. Os círculos estavam diretamente ligados ao mundo do trabalho, realizando uma mediação entre trabalhadores, Igreja e governo, especialmente, o governo Vargas. Sobre os círculos operários ver Barreto, Álvaro. *O movimento operário rio-grandense e a intervenção estatal: a FORGS e os círculos operários (1932-35)*. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1996. Dissertação (Mestrado em História); Diehl, Astor Antônio. *Círculos Operários no Rio Grande do Sul: um projeto social-político (dos anos 30 a 1964)* Porto Alegre: EdiPUCRS, 1990. Sobre o círculo operário jaguareense e a ligação com o Club 24 de Agosto ver: Nunes, Juliana dos Santos. “Somos o suco do carnaval!”. Agradeço a historiadora Juliana Nunes por todas as trocas ao longo da escrita da tese.

associação, é ilustrativa do repertório que circulava em diferentes meios sociais e das formas como a cultura gesta-se a partir de práticas disponíveis. Assim como Beatriz Ana Loner apontou para Pelotas e Marcus Vinicius para Porto Alegre,³¹¹ embora as associações classistas não fossem excludentes, por certo elas não abarcavam as demandas próprias dos grupos negros, ou ao menos não em sua totalidade, visto que caso contrário, a noção de necessidade que caracteriza esses clubes não encontraria eco. Não advogo que tudo se explique pelo viés racial, no entanto, me parece que até meados do século XX, a questão racial e os impedimentos dela decorrentes ou a ela atribuídos fundamentavam a experiência de pessoas negras, que embora se irmanassem nas lutas de trabalhadores e trabalhadoras, tinham ainda outras frentes a combater, uma delas certamente era no *meio social*, como referiam o ambiente em que se inseriam seus clubes.

Além do exemplo do *Círculo Operário*, a análise do livro de atas do *Club 24 de Agosto* permitiu acessar dois outros exemplo referentes à experiência associativa negra e aos trânsitos existentes, visto que, aos 11 dias do mês de outubro de 1957, a ata descreve a solicitação feita pela *Irmandade de Nossa Senhora do Rosário* para utilizar o salão, concedida por unanimidade, além do convite para a festa, a se realizar no dia posterior à reunião.³¹² Embora não disponha de maiores informações acerca da referida Irmandade, é consenso na historiografia a perspectiva de que o culto a Nossa Senhora do Rosário é uma característica dos grupos negros na diáspora africana.³¹³ Essa passagem ilustra o vínculo entre uma associação de caráter religioso, com uma de caráter social, possivelmente, com base na ideia de coletividade negra.

O segundo exemplo ilustra o trânsito pela fronteira, uma vez que a escola de samba do clube, neste momento denominada *Bataclan*, havia participado das festas carnavalescas na *cidade* fronteiriça e conquistado um prêmio.³¹⁴ A localidade em questão parece ser o povoado de Ríó Branco, certamente a inauguração da ponte sobre o

³¹¹ Loner, Beatriz Ana. *A construção da classe...;* Rosa, Marcus Vinicius de Freitas. *Além da invisibilidade...*

³¹² Livro de atas do *Club 24 de Agosto*, 11 de outubro de 1957, p. 14.

³¹³ As irmandades negras assim como as confrarias/cofradias foram comuns nas Américas, e no continente Africano, configuravam uma fraternidade que prestava devoção a um santo católico, costumeiramente constituída apenas por homens, podendo estar sob tutela da Igreja Católica ou não, podendo aceitar membros não negros para os cargos mais altos ou que estavam relacionados a um apadrinhamento. Burke, Peter. *A História Social dos Clubes...*; Reginaldo, Lucilene. *Os Rosários dos Angolas: irmandades negras, experiências escravas e identidades africanas na Bahia setecentista*. Campinas (SP): Universidade Estadual de Campinas, 2005. Tese (Doutorado em História); De Souza, Juliana Beatriz Almeida; Beatriz, Juliana. *Viagens do rosário entre a velha cristandade e o além-mar. Estudos afro-asiáticos*, v. 23, p. 1-17, 2001.

³¹⁴ Livro de atas do *Club 24 de Agosto*, 26 de fevereiro de 1956, p. 8.

rio Jaguarão, que como destaquei no capítulo 3 se deu em 1930, facilitou o acesso a ambos os lados da fronteira, dado que antes isso só era possível via pequenos botes. Mas, independente de esse episódio referir Ríó Branco, as matérias de *Orientacion* destacam as notícias dos bailes de carnaval do *Club 24 de Agosto*, assim como movimentações de pessoas vinculadas a ele na coluna *viajeros*,³¹⁵ na primeira metade da década de 1940.

Na fronteira, são inúmeras as referências à formação de grupos para “pular” o carnaval, as quais aparecem sob a distinção escola de samba, *comparsa* e ainda cordões. Enquanto a primeira e a última foram utilizadas por organizações brasileiras, existentes a partir da segunda década do século XX e penúltima década do XIX, respectivamente, *comparsa*, apresentada no capítulo 1, foi utilizada por grupos da fronteira Brasil-Uruguai, do Uruguai, assim como de outros espaços de colonização espanhola, especialmente em Cuba no mesmo período.³¹⁶ Não obstante, as nomeações diferentes não implicam em práticas distintas, todas referem grupos carnavalescos, que formavam cortejos próprios nas ruas, mas também dentro de suas sedes e/ou sedes dos clubes a que pertenciam cuja música estava a cargo dos instrumentos de sopro, corda e percussão.³¹⁷ A diferença mais nítida é em termos de período histórico, enquanto que cordão e *comparsa* perpassam todo o período aqui abarcado, escola de samba aparece apenas a partir de fins da década de 1940. Nesse sentido, a escola de samba *Bataclan* foi precedida pelo cordão do *Club 24 de Agosto*, o qual surgiu em 1924. E, de acordo com Juliana Nunes, no carnaval daquele ano fora noticiado na grande imprensa local que *a comparsa do Club 24 de Agosto* havia circulado pelas ruas da cidade de Jaguarão “*puchada por excelente orchestra.*” A passeata realizada pelo clube que, por sua vez, era identificado no jornal local como composto pelo “*ellemento operário*”, é o marco fundador do *Cordão União da Classe*³¹⁸ (ver figura 5). Tanto a nomeação adotada pelo

³¹⁵ “*Club 24 de Agosto.* Reina gran entusiasmo, en esta Institución Social para las fiestas a cual están con motivo del carnaval [...]”. “*Viajeros.* Se encuentra en Ríó Grande por motivo de salud, el señor Pte. Del Club 24 de Agosto, don Arnaldo da Silva.” *Orientacion*, 30 de janeiro de 1945.

³¹⁶ Andrews, George Reid. *América Afro-latina*...p. 158.

³¹⁷ Constatação semelhante acerca da não distinção formal entre as nomeações e as práticas foi feita pela historiadora Maria Clementina da Cunha ao investigar o carnaval carioca entre os anos de 1890 e 1920, destacando ainda a existência de cucumbis, blocos e grandes sociedades. Já o historiador Eric Brasil, ao corroborar a constatação de Cunha, agregou a ênfase nas performances negras ao investigar os carnavais em uma perspectiva atlântica, focando nas cidades do Rio de Janeiro (Brasil) e de Port-of-Spain (Trinidad) entre 1838 e 1920. Cunha, Maria Clementina Pereira. *Ecos da folia: uma história social do carnaval carioca entre 1880 e 1920*. Editora Companhia das Letras, 2001; Brasil, Eric. *Carnavais atlânticos*...

³¹⁸ A autora refere o jornal *A Situação* na edição de 22 de fevereiro de 1924. Nunes, Juliana dos Santos. “*Somos o suco do carnaval!*” ... Não encontrei maiores informações sobre a existência do cordão, no

cordão quanto as profissões elencadas no estatuto permitem evidenciar a perspectiva de que o clube fora fundado por trabalhadores. Podendo ainda denotar um significado compartilhado em que classe e coletividade operavam como sinônimos, enquanto *de cor* era um traço distintivo.

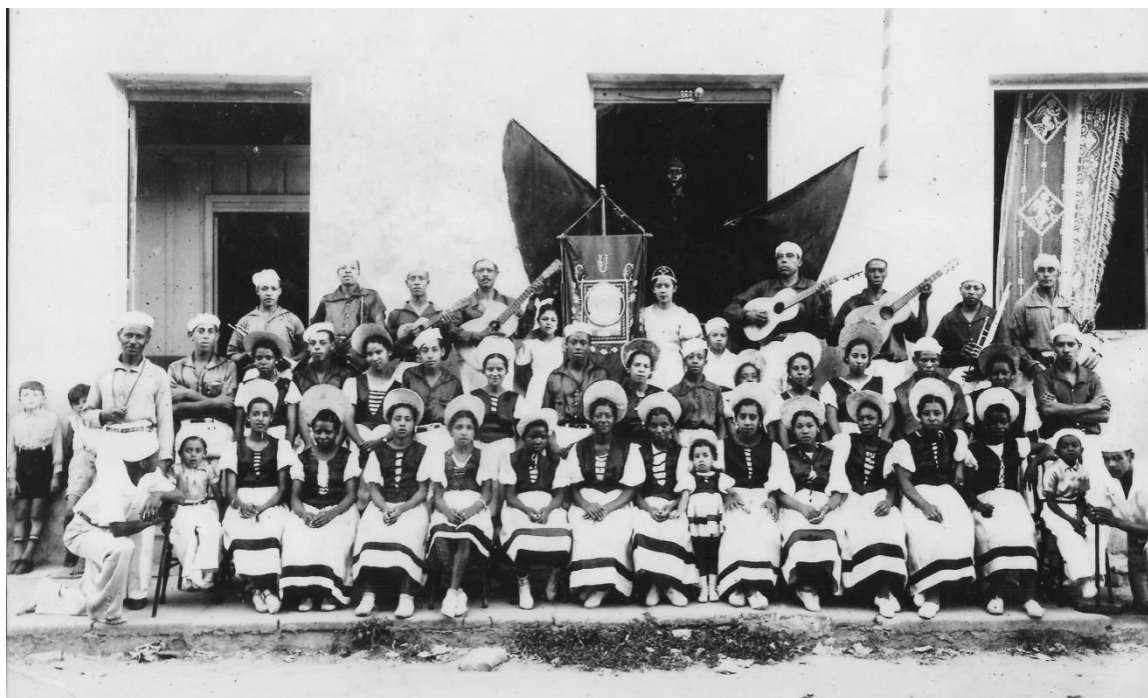


Figura 5: Cordão União da Classe
Fonte: Acervo do Club 24 de Agosto

Tem-se então um exemplo das conexões de sentido, do trânsito de referências e das próprias culturas negras na diáspora que extrapolam o africanismo ou qualquer delimitação rígida que o valha.³¹⁹ Tais conexões são sintetizadas tanto na existência fundante dos cordões carnavalescos negros, como nos binômios cordão-comparsa, que remetem diretamente à região da fronteira Brasil-Uruguai, e cordão-escola de samba que alude ao Brasil. As práticas e/ou nomações foram encontradas em todos os clubes aqui abordados, como se verá na sequência, e podem ser entendidas como exemplos de

entanto, destaco que em coluna intitulada *Jaguarão*, o jornal *A Federação*, de Porto Alegre em 4 de março de 1933 (p.2), noticiou que “O Cordão ‘União da Classe’ também continua ensaiando lindas canções com as quais se apresentará este ano, alegrando as ruas da cidade”.

³¹⁹ Ao referir os especialistas em cultura negra nas Américas, Martha Abreu informa que “podem ser divididos entre os que defendem as continuidades e persistências do legado africano – os chamados africanismos – e os que argumentam que tudo o que os africanos criaram nas Américas é original e novo”. Abreu, Martha; Mattos, Hebe; Agostini, Camilla. Robert Slenes entre o passado e o presente: esperanças e recordações sobre diáspora africana e cultura negra no Rio de Janeiro. In: Ribeiro, Gladys Sabina; Chalhoub, Sidney; Freire, Jonis e Abreu, Martha Campos. *Escravidão e cultura afro-brasileira...* p. 39.

tradição e recriação, apontados pelo pesquisador brasileiro Nei Lopes,³²⁰ como característico das culturas negras, sobretudo do samba. Nesse sentido, a Figura 6 é mais uma evidência que reafirma a perspectiva, nela está uma comparsa formada por associados do *Centro Uruguay* liderados por José Ramón Fernandez, conhecido como Ferembaro, diretor do *Centro* em diferentes períodos e administrador do jornal *Orientacion*, além de compositor de *murgas*.³²¹ De acordo com o filho de Ferembaro, a música entoada na comparsa era *música brasileira*, ou seja, era samba, pois essa é a forma como era denominado em meados do século XX, no Uruguai.³²²



Figura 6: Comparsa de música brasileira

Fonte: Acervo pessoal de José Ramón Fernandez (filho).

Nota: Ferembaro está à frente da Comparsa, de camisa lisa, acompanhado de outros associados do *Centro Uruguay*.

Não obstante, as experiências aqui descritas evidenciam outros elementos das culturas que circulavam ao extremo sul do Atlântico Negro, referenciando a análise de Paul Gilroy, mas em um espaço que não foi incluído no seu estudo. Contudo, ressalva seja feita, o autor estava consciente de ter lançado bases para o estudo visto que adverte que: “a cultura atlântica negra é tão descomunal e sua história tão pouco conhecida que

³²⁰ Lopes, Nei. *O negro no Rio de Janeiro e sua tradição musical...*

³²¹ A Murga é uma expressão de origem espanhola caracterizada por um grupo de pessoas fantasiadas num coro e com repertório humorístico. Eram socializadas em encadernações distribuídas ao público assistente, com uma média de 16 páginas, nas quais se descreve o caráter cênico (cenário, enredo e argumentação) e musical (letras das músicas de acordo com a apresentação) e algumas propagandas. O autor de grande parte das letras da *Murga Clasica Pichonada* que teve acesso foi José Ramón Fernandez, associado e membro da diretoria do *Centro Uruguay* em todo o período abrangido por essa pesquisa.

³²² Depoimento de José Ramón Fernandez (filho). Melo, 20 de janeiro de 2015.

raramente fiz pouco mais do que lançar alguns marcos preliminares para futuras pesquisas detalhadas.”³²³

Destaco ainda que a fronteira Brasil-Uruguai configura-se como um espaço privilegiado para abordar a diáspora africana nas Américas. A tese da historiadora norte-americana Kim Butler, reitera essa ideia, quando enfatiza que a “perspectiva da diáspora é, portanto, o complemento indispensável para a compreensão da história e do pensamento dos afro-brasileiros ou de qualquer povo do mundo afro-atlântico”.³²⁴ A análise da organização das pessoas negras, brasileiras e uruguaias, nessa região transfronteiriça e transnacional, ratifica a afirmação.

O *Club 24 de Agosto* foi instituído em uma cidade que tem na fronteira nacional o seu marco fundante e que, embora as autoridades denotassem a fronteira a necessidade de constante proteção e demarcação, é justamente no trânsito de pessoas de ambas as nacionalidades que reside sua peculiaridade. Os dois clubes, de Melo e de Jaguarão, estão voltados para a promoção de cultura aos seus associados e fazem questão de informar uma configuração que não se restringe a oferecer um espaço recreativo, o que já demonstra uma organização em torno da demanda por lazer. Dentre a cultura promovida, estavam as marcas que desejavam compartilhar e exteriorizar através da finalidade das entidades, que incluía a promoção de palestras e conferências, assim como a manutenção de biblioteca aos associados. Essas atividades eram definidas por meio dos adjetivos *harmônico*, *fraterno* e *boa sociedade*, de forma a marcar como estavam selecionando os seus posicionamentos em uma sociedade pautada pela busca do progresso e da modernização. Os ideais de harmonia e progresso, por sua vez, eram parte da retórica ideológica da democracia/harmonia racial característica da América Latina de uma forma geral, conforme aponta George Reid Andrews.³²⁵ E dialogavam diretamente com a ideia de ordem, ponto presente ao longo das diretrizes voltadas às atividades dos clubes e à participação nas reuniões deliberativas.

Destaquei a vinculação dos clubes com o carnaval e com o caráter recreativo, mas também instrutivo, de uma forma geral, semelhante ao que aparece com afinco na

³²³ Gilroy, Paul. *O Atlântico Negro...* p. 29.

³²⁴ “A diasporan perspective is, therefore, the indispensable complement to understanding the history and thought of Afro-Brazilians or any peoples of the Afro-Atlantic world.” Butler, Kim D. *Freedoms given, freedoms won: afro-brazilians in post-abolition São Paulo and Salvador*. New Brunswick, New Jersey (EUA): Rutgers University Press, 1998. p. 226.

³²⁵ Andrews, George Reid. *América Afro-latina...*p. 152-158; 200-207.

história de outro clube social negro, o *Fica Ahí Prá Ir Dizendo*,³²⁶ fundado em 1921, na cidade de Pelotas. Neste, a vinculação com a festa de momo era ainda mais evidente, visto que surgiu sob a forma autodenominada *cordão carnavalesco*, no dia 27 de janeiro. A data está relacionada com o objetivo de *brincar o carnaval* daquele ano, principal motivação dos jovens idealizadores Osvaldo Guimarães da Silva, Renato Monteiro de Souza e João Francisco Ferreira. Aparentemente uma ideia com caráter efêmero, como era costumeiro, e tão somente recreativa, como o nome parece ser um exemplo. Porém, a ideia adquiriu maior vulto, assim como um alto grau de organização quanto aos ensaios das marchas e ao desfile do referido ano, fazendo com que as atividades se mantivessem para além do período de momo e viesse a ser identificado popularmente como um *clube*.³²⁷

O *Fica Ahí* surgiu em meio a uma experiência associativa que se inseria na racialização das relações sociais no pós-abolição. Em Pelotas deu-se o surgimento de inúmeras organizações de negros com objetivos variados, tendo como fio condutor a busca pela cidadania plena, a partir de um legado das experiências de organização gestadas anteriormente. Três associações beneficentes, criadas ainda durante a escravidão, persistiram até a década anterior ao surgimento do clube. Tratavam-se da *Feliz Esperança* (1878), *Harmonia dos Artistas* (1881) e *Fraternidade Artística* (1880), as quais mantiveram suas atividades até, respectivamente, 1917, 1916 e 1911. Criadas já após a abolição, a Sociedade de Socorros Mútuos Princesa do Sul (1908-1918) e o Asilo de Órfãos São Benedito (1901- ainda em funcionamento) tinham uma importante diferença em relação às associações que as antecederam: foram criadas e mantidas por mulheres negras e não negras.

Foi em meio a este repertório disponível de associativismo que o *Fica Ahí* surgiu. Soma-se ainda a existência de associações de mesmo teor, ou seja, existiam outros dois cordões voltados ao grupo negro. O *Depois da Chuva*, fundado em 1917 e o *Chove Não Molha*, fundado em 1921.³²⁸ De acordo com a memória dos antigos associados e corroborado nas atas, o *Fica Ahí* era uma dissidência do *Chove Não Molha*.³²⁹ Os cordões da cidade informavam suas atividades a seus co-irmãos e

³²⁶ Ao referir análise minha utilizei a partir de então a nomenclatura popular atribuída e utilizada pelo clube na atualidade: *Fica Ahí*. Quando de sua criação a grafia era *Fica Ahí Prá Ir Dizendo*.

³²⁷ Lima, Giselda Maria Marques. *Histórico do Clube Cultural Fica Ahí, Prá Ir Dizendo...*

³²⁸ Sobre estes dois clubes ver minha dissertação de mestrado, especialmente o capítulo 2. Silva, Fernanda Oliveira da. *Os negros, a constituição de espaços...*

³²⁹ *Clube Fica Ahí Prá Ir Dizendo. Livro de atas de Assembléia, Conselho e Diretoria* (1957-1966). 05 de julho de 1965, ata n° 744.

associados, principalmente, por meio da imprensa. E, nesse sentido, destaca-se a imprensa negra, representada na cidade pelo jornal *A Alvorada*. Esses cordões apresentaram grande relacionamento social, não somente entre eles, mas também com associações classistas ou esportivas, com destaque para a *Liga de Futebol Independente José do Patrocínio*, fundada em 10 de junho de 1919, e políticas, como a *Frente Negra Pelotense*, fundada em 10 de maio de 1933.³³⁰ Assim como alguns dos articulistas do *A Alvorada* eram também associados, por vezes diretores, do clube *Fica Ahí*. O cordão do *Fica Ahí* mantinha o mesmo padrão de organização dos demais aqui abordados e circulou até o ano de 1939, quando um problema de violência que atingiu especialmente às mulheres do cordão do co-irmão *Chove Não Molha*, motivou o *Fica Ahí* a solidarizar-se com o acontecido e não mais ocupar as ruas durante o carnaval no formato de cordão.³³¹ A Figura 7 permite observar a formação do cordão, sua disposição apresenta os músicos da orquestra, com instrumentos, e os associados e associadas, inclusive, crianças, que compunham o coro.



Figura 7: Cordão carnavalesco Fica Ahí Prá Ir Dizendo

Fonte: Acervo do C. C. *Fica Ahí Prá Ir Dizendo*

³³⁰Idem.

³³¹*Folha do Povo*, 22 de fevereiro de 1939, p. 1. Transcrição gentilmente cedida por Beatriz Ana Loner.

Como apontei ao início desse capítulo, é exemplar a coletividade negra ser tomada como uma distinção plausível, elemento que aparece nas relações cotidianas e nas referências comuns presentes nas atas dos clubes e no jornal *A Alvorada*, assim como reconhecida legalmente, como se observa no *Reglamento Interno del Centro Uruguay*, documento complementar ao estatuto. O 20º artigo institui que: “*Podrán aspirar a socio, personas que no pertenezcan a la raza de color, siempre que esté conyugado con personas de color y que reúna las condiciones de que habla el Art. 4º.*”³³² Nas competências da comissão diretiva desse clube, percebe-se também o cuidado de manter um espaço frequentado por negros, mesmo no que tange à prestação de serviços, visto que o estatuto estabelece que o serviço interno deveria ser escolhido por licitação “*y con facultad de aceptar exclusivamente a personas de la raza de color la que juzgue más conveniente teniendo en cuenta las condiciones personales del proponente como garantía del mejor servicio.*”³³³

Não consta norma explícita nos documentos oficiais dos clubes do extremo sul do Brasil e, é importante atentar à ilegalidade que tal discriminação podia significar, depois dos anos 1930, com a campanha de nacionalização instituída pelo governo de Getúlio Vargas, especialmente durante o Estado Novo (1937-1943). Esta campanha fortaleceu o discurso do caldeamento e da assimilação, como aponta Giralda Seyferth, em uma retórica que advogava em favor do nacional, porém mantendo uma exclusão de base racial em relação aos negros, indígenas e grupos étnicos indesejados.³³⁴ Dessa forma, colocar-se como negro em documentos legais ou restringir o acesso ao grupo poderia evocar um afastamento do ideal de ser brasileiro que continuava a vigorar, mesmo que no seu fazer-se, em relação às políticas nacionais, houvesse uma dissimulação que não corroborava a valorização da mestiçagem que embasava a ideologia nacional da democracia racial. Ao tratar-se de documentos oficiais, deveriam cumprir o que a lei determinava. Tal dissimulação parece traduzir um discurso público³³⁵ comum aos negros no pós-abolição, resultado das relações de poder que permeiam as relações sociais racializadas e que exigem formas de negociação.

³³² O artigo 4º exigia a indicação de outro associado. *Reglamento Interno del “Centro Uruguay”*. *Estatutos generales del Centro Uruguay...* p. 19.

³³³ *Estatutos generales del Centro Uruguay...* p. 8. *Raza de color* é uma expressão comum nas fontes uruguaias, vale lembrar a referência a *Club de la raza de color*, em 1872, nas páginas de *La Conservación*, visto no capítulo 1.

³³⁴ Seyferth, Giralda. Os imigrantes e a campanha de nacionalização do Estado Novo. In: Pandolfi, Dulce (Org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999. p. 199-228.

³³⁵ Scott, James C. *A Dominação e a Arte da Resistência: Discursos Ocultos*. Lisboa: Livraria Letra Livre, 2013.

Corroboro aqui a afirmação do cientista político e antropólogo norte-americano James C. Scott de que “quanto maior for a disparidade de poder entre o dominador e o subordinado e quanto mais arbitrariamente esse poder for exercido, mais o discurso público dos subordinados assumirá uma forma estereotipada ou ritualística”.³³⁶

Embora os clubes co-existissem em tempos sincrônicos e em um mesmo espaço, as conjunturas nacionais eram díspares. A referência à raça/cor nos estatutos, diretrizes e nos jornais da imprensa negra deve ser entendida contextualmente como forma de acessar os meandros da racialização. Enquanto no Uruguai a referência era explícita, no Brasil isso não se observa nos documentos oficiais. Sugiro que isto está relacionado com as identidades nacionais, visto que embora ambas as nações corroborassem a harmonia racial, os ideólogos do Brasil propalavam a mestiçagem na década de 1930, já o Uruguai se firmava como a *Suíça da América Latina*. Embora esteja bastante evidenciado nas pesquisas históricas que o Rio Grande do Sul desenvolveu uma identidade regional distante da ideia de três raças, muito mais aproximada daquela que se afirmava no Uruguai do que do resto do Brasil, as leis que alcançavam os clubes eram aquelas de vigência nacional, assim como os diálogos travados em prol de direitos era com o Estado Nacional.

Ao observar outros dois clubes, localizados também na fronteira, mas na cidade de Bagé, *Os Zíngaros* e *Palmeira*, a denominação *colored* é bastante peculiar acerca da identificação cotidiana, que não necessariamente aparecia nos documentos oficiais dos clubes. A nomenclatura advém dos Estados Unidos como identificação dos afro-americanos e evidencia a distinção conferida pelos/aos clubes no discurso público propagado pelo jornal da imprensa negra pelotense *A Alvorada*. Esses clubes figuram nas décadas de 1940 e 1950 na coluna *A Alvorada em Bagé*, que ocupava em média uma página a cada edição do hebdomadário. *Os Zíngaros* foi fundado como bloco carnavalesco em 1936,³³⁷ enquanto o *Palmeira*, como sociedade recreativa, data de 1948. A referência à *sociedade colored bageense* é interpretada como uma distinção que o jornal adota em prol de demarcar os identificados e os limites da *boa* comunidade negra da cidade. Não é demasiado lembrar que se estabelecia uma identidade ao escolher o que divulgar, como nomear e instituir critérios de associação, e isso que deveria ser de conhecimento público, isto é, quem poderia estar dentro e quem não poderia, ou seja, existiam valores em disputa a serem negados ou afirmados e

³³⁶ Scott, James C. *A Dominação e a Arte da Resistência...* p. 29.

³³⁷ *Estatutos da Sociedade Recreativa Os Zíngaros*. Bagé: Typografia da Casa Maciel, 1948. p. 3.

transmitidos. Perspectiva observada também na referência ao clube pelotense *Fica Ahí*, identificado como os membros da raça etiópica e da raça de Monteiro Lopes, apresentando um traço distintivo da imprensa negra de uma forma geral.

O termo *colored* faz ainda uma referência direta ao trânsito de ideias sobre a situação da população negra na diáspora. Por seu turno, raça etiópica corrobora a perspectiva da diáspora, numa referência direcionada à *Abissínia*, como era referido naquele momento o Império da Etiópia, e, posterior à década de 1930 concentrada na figura do imperador Haile Selassie, especialmente referindo a resistência à invasão italiana à Etiópia. Esta referência circulou pelo território sulino, e, não ficou restrita a uma autoidentificação negra, visto que ideólogos e publicações oficiais utilizaram-se dela em relação aos negros, independente de terem estes nascido ou não no Rio Grande do Sul/Uruguai.

A título de exemplo, o intelectual Apolinário Porto Alegre, em 1896, referiu que os etíopes estavam em vias de extinção,³³⁸ no Uruguai, a publicação oficial, em comemoração ao centenário da independência nacional, *Libro del Centenario del Uruguay*, registrava que a *raza etiópica* constituía parcela insignificante da população.³³⁹ Retomarei essa discussão na última parte, de pronto saliento que nem o Uruguai, nem o Rio Grande do Sul (ou mesmo o Brasil) dispõem de censo distinguindo a população por cor ou raça para os períodos das mencionadas publicações. Não obstante, a historiadora Iris Germano destaca que a referência à Etiópia circulou pela África, Caribe, Europa e Brasil (Rio de Janeiro, São Paulo, Bahia e Rio Grande do Sul).³⁴⁰ Nesse sentido, há uma contraposição ao que George Reid Andrews interpretou como um afastamento da referência à África por parte dos clubes sociais negros. Afirmar-se como uruguaio ou brasileiro não significava afastar-se de qualquer referência a África, de toda a forma, o que estava em jogo era a cidadania, que por sua vez passava pelo local de nascimento.

A terminologia “negro” foi acionada desde os primeiros documentos do *Centro Uruguay*, nas atas do clube *Fica Ahí*, a partir da década de 1930, e nas reportagens do jornal *A Alvorada* sobre os clubes. Interpreto que as estratégias que os clubes adotaram

³³⁸ Porto Alegre, Apolinário. Viagem a Laguna. *Revista Província de São Pedro*, n. 8, 1947, p. 106.

³³⁹ *El Libro del Centenario del Uruguay, 1825-1925*. Montevideo: Agencia Publicidad Capurro & Cía, 1925. p.43.

³⁴⁰ Sobre a referência à Etiópia pelos grupos negros de Porto Alegre ver: Germano, Íris Graciela. *Rio Grande do Sul, Brasil e Etiópia: os negros e o carnaval de Porto Alegre nas décadas de 1930 e 40*. Porto Alegre: UFRGS, 1999. Dissertação (Mestrado História); Idem. Negros em Movimento: Etiópia, resistência cultural e afirmação étnica na pós-emancipação. *Reflexão e Ação*, v.18, n. 1, p. 30-45, 2010.

para se inserir no espaço social pautaram-se por uma forma bastante característica e vinculada às fronteiras nacionais. O nome do clube de Melo é ilustrativo da forma como os grupos negros daquela cidade buscaram posicionar-se como uruguaiois, ou seja, como nacionais. Apontam assim para um significado distinto à *raça*, a qual figura tanto na documentação interna quanto na documentação remetida ao clube, que comporta um significado de parte, e não de externo, num manejo da própria ideologia da democracia/harmonia racial. E ilustram sobre diferentes momentos do pós-abolição entendido a partir da forma de posicionamento e estratégias dos grupos negros em um processo de racialização reinante.

Os clubes brasileiros que surgiram nas três primeiras décadas do século XX vieram a público na época do carnaval, sob a forma de cordões/blocos carnavalescos. Somente o *Club 24 de Agosto* não surgiu a partir desse formato, embora o tenha incorporado já na década de 1920. Os cordões eram formações costumeiras para aproveitar a folia de momo e amplamente presentes entre a comunidade negra no Brasil. Já nos seus primórdios, como aponta análise da cientista social Olga Von Simson para São Paulo, os cordões carnavalescos desenvolviam atividades para além do período carnavalesco. A apresentação tinha como central os elementos da tradição religioso-profanas com as procissões, congadas e moçambiques.³⁴¹

Mesmo os clubes permanecendo diretamente ligados ao carnaval, ocupando as ruas ou promovendo os bailes, o estatuto do clube jaguareense e as reportagens veiculadas no jornal *A Alvorada* advertem para a necessidade de não se concentrarem somente em bailes. O que explicita o objetivo de oferecer atividades diversificadas aos associados e as associadas e aponta para uma estratégia de distanciamento de elementos tidos como desprovidos de maior elaboração. Nesse sentido, retomo as denominações utilizadas por essas organizações – *club*, *centro*, *cordão*, *sociedade*, *comparsa* – para exteriorizar um dos poucos registros escritos sobre os clubes sociais negros pelo literato e ativista social, Oliveira Silveira, o qual advertiu:

É comum o Clube Social Negro denominar-se SOCIEDADE e há casos em que, pelo seu histórico, ostenta denominação pouco indicativa da pluralidade de suas funções, como é o caso do Centro Cívico Cruz e Souza, de Lages-SC [1918], ou da Associação Négo Foot Ball Club, de Venâncio Aires-RS

³⁴¹ Von Simson, Olga Rodrigues de Moraes. *Carnaval em branco e negro. Carnaval popular paulistano (1914-1988)*. Campinas (SP): UNICAMP; São Paulo: SP/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2007; Germano, Íris. *Rio Grande do Sul e Etiópia...*; Bittencourt Junior, Iosvaldyr Carvalho. *Maçambique de Osório – entre a devoção e o espetáculo: não se cala na batida do tambor e da maçaquiaia*. Porto Alegre: UFRGS, 2006. Tese (Doutorado em Antropologia Social).

[1935], clubes plenamente dedicados à atividades beneficentes, recreativas e culturais.³⁴²

Interpreto os clubes como parte de um costume comum que demonstrava a alteridade de membros dos grupos excluídos de outros espaços sociais e, por meio desse costume, cujo aparecimento data da década de 1870, expressavam que o preconceito era infundado. Os negros, então, inseriam-se em um repertório disponível. Sob a organização clubista, manifestaram a reivindicação de direitos sociais de lazer e, dentro desse, incluíam a necessidade básica da educação, abordada na próxima parte. Por meio de uma organização tipicamente urbana,³⁴³ inseriram-se no âmago do progresso e se autorrepresentavam na sociedade que, em parte, os excluía e, em parte, dialogava.

Este conjunto de reflexões dialoga com a historiografia sobre os clubes negros no Brasil e Uruguai. Tendo em vista uma produção já bastante consistente, faço um intervalo para destacar elementos que auxiliam na compreensão do objeto de análise dessa tese. Na década de 1950, mais precisamente em 1954, o sociólogo Oracy Nogueira apresentou seu trabalho intitulado “*Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem — sugestão de um quadro de referência para a interpretação do material sobre relações raciais no Brasil*”.³⁴⁴ Os resultados da pesquisa realizada na cidade de Itapetininga, interior de São Paulo, diferenciavam o preconceito manifestado no Brasil e nos Estados Unidos. O primeiro seria de ordem da aparência – *marca* – e o segundo, de ordem biológica – *origem*. Este foi convertido em livro, com um capítulo sobre o *Clube Recreativo 13 de maio*, fundado em 1911.³⁴⁵

O clube *13 de maio* transparecia à sociedade organização e padrão moral condizente com os valores da sociedade branca, proporcionando aos sócios os mesmos divertimentos oferecidos pelos outros clubes. A análise do autor transparece a iniciativa impulsionada pela não aceitação de negros nas sociedades existentes como justificativa aos “elementos de cor na iniciativa de criar o ‘seu clube’”, espaço no qual adotaram “as formas de divertimento de salão que por tanto tempo lhes permaneceram inacessíveis,

³⁴² Silveira, Oliveira Ferreira da. *Os Clubes Sociais Negros no Brasil*. Texto redigido em 07 de março de 2008, no âmbito da Comissão Nacional de Cubes Sociais Negros. p. 1-4. p. 1.

³⁴³ A experiência dos bailes é referida para outras áreas que não as dos centros urbanos, no entanto desconheço a existência de clubes, na acepção que aqui aplico. Sobre isso ver especialmente Weimer, Rodrigo de Azevedo. *A gente da Felisberta...* p. 158-169.

³⁴⁴ Nogueira, Oracy. Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem — sugestão de um quadro de referência para a interpretação do material sobre relações raciais no Brasil. *Tempo Social*, v. 19, n. 1, p. 287-308, 2006 [1954].

³⁴⁵ Nogueira, Oracy. As associações de “gente de cor”. In: Idem, *Preconceito de marca*. As relações raciais em Itapetininga. São Paulo: Edusp, 1998. p. 213-220.

como atividades privativas da classe dominante”.³⁴⁶ Porém, Nogueira interpreta os significados do clube como uma cópia da sociedade branca, o que demonstra, nas suas palavras, uma acomodação racial quando está contraposta à tensão racial norte-americana. Resultado semelhante fora apresentado por Tales de Azevedo ao abordar *os clubes recreativos* baianos, os quais figuraram nas colocações de seus entrevistados como “os de mais difícil acesso às pessoas de cor mais escura”.³⁴⁷

Esses trabalhos são cruciais para o entendimento de um foco no branqueamento que se fez presente nos estudos sobre as associações negras até o início dos anos 2000. De forma a não me estender e manter o foco na historiografia sobre os clubes negros destaco que tais análises concentraram-se mais em comparar o associativismo negro com o não negro, e menos nas interpretações em busca dos interesses dos negros e negras que constituíam tais espaços. Alerta presente especialmente no estudo de Flávio Gomes sobre as organizações políticas dos grupos negros no recorte temporal 1888-1930,³⁴⁸ e de Hebe Mattos e Ana Lugão Rios na identificação do *pós-abolição como um problema histórico*.³⁴⁹

Na área da história o primeiro texto a abordar especificamente os clubes negros foi de Beatriz Loner e Lorena Gill, em artigo resultante da pesquisa que participei nos idos de 2004-2005.³⁵⁰ Porém, a temática já fora contemplada nas análises concentradas em São Paulo de George Reid Andrews e Petrônio Domingues,³⁵¹ e de Kim Butler,³⁵² que além de São Paulo observou a realidade de Salvador, trazendo a experiência da *Sociedade Protetora dos Desvalidos*, fundada em 1832. Andrews e Domingues viram no branqueamento uma categoria analítica, que não raras vezes apareceu em seus resultados, como, na conclusão de Domingues de que “o paradigma branco de beleza, comportamento, mentalidade, etiqueta e cultura foi assimilado e reassimilado, total ou parcialmente, por alguns membros [da comunidade negra]”.³⁵³ Butler, por outro lado, interpretou as organizações negras como uma forma de resposta aos problemas que se

³⁴⁶ Nogueira, Oracy. As associações de “gente de cor”... p. 217.

³⁴⁷ De Azevedo, Thales. *As elites de cor: um estudo de ascensão social*. Companhia Editora Nacional, 1955. p. 106.

³⁴⁸ Gomes, Flávio. *Negros e política (1888-1937)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

³⁴⁹ Rios, Ana Lugão; Mattos, Hebe Maria. O pós-abolição como problema histórico...

³⁵⁰ Loner, Beatriz Ana; Gill, Lorena. Clubes carnavalescos negros na cidade de Pelotas. *Estudos Ibero-Americanos*. Porto Alegre, v. 35, n. 1, p. 145-162, jan/jun. 2009.

³⁵¹ Andrews, George Reid. *Negros e brancos em São Paulo, 1888-1988*. Bauru: EDUSC, 1998; Domingues, Petrônio. *Uma história não contada: negro, racismo e branqueamento em São Paulo no pós-abolição*. São Paulo: Senac, 2004.

³⁵² Butler, Kim D. *Freedoms given, freedoms won: afro-brazilians in post-abolition São Paulo and Salvador*. New Brunswick, New Jersey (EUA): Rutgers University Press, 1998.

³⁵³ Domingues, Petrônio. *Uma história não contada...* p. 308.

impuseram no pós-abolição, com a racialização das relações sociais, menos como imitação e mais como possibilidades de existir em sociedade.

Felizmente no início do século XXI, os clubes negros afiguraram mais nas pesquisas e penso que hoje eles têm um lugar de consideração historiográfica. Destaco quatro trabalhos recentes concentrados abertamente nos clubes pelo viés histórico: a tese de doutorado defendida em 2010 por Magna Lima Magalhães e publicada em livro em 2017, “*Associativismo negro no Rio Grande do Sul*”;³⁵⁴ e as dissertações de mestrado de Fabricio Romani Gomes, defendida em 2008 e publicada em livro em 2013, “*Sob a proteção da Princesa e de São Benedito: Identidade étnica, e projetos num clube negro de Caxias do Sul (1934-1988)*”;³⁵⁵ de Júlio César da Rosa, defendida em 2011, “*Sociabilidades e territorialidade: a construção de sociedades de afrodescendentes no sul de Santa Catarina (1903/1950)*”;³⁵⁶ e de Jonatas Ribeiro, defendida em 2016, “*Escritos da liberdade: trajetórias, sociabilidade e instrução no pós-abolição sul-mineiro (1888-1930)*”.³⁵⁷ A tese de Magna Magalhães é dedicada ao associativismo negro em uma cidade de colonização européia, observado por meio do *Sport Club Cruzeiro do Sul*, fundado em 1922, recorte inicial da pesquisa, a qual se estende até a década de 1960, sob a justificativa de que em tal recorte o clube permitia apenas a entrada de negros. A dissertação de Fabrício Gomes se dedica ao estudo da população negra de Caxias do Sul, cidade de colonização européia, e o faz através do *Sport Club Gaúcho*, fundado em 1934. A dissertação de Júlio Rosa investiga a experiência de duas sociedades recreativas fundadas por *pretos e mulatos* na cidade de Laguna, no estado de Santa Catarina, *Cruz e Souza* e *União Operária* em um recorte cronológico de 1903 a 1950, entendido sob o ponto de vista das problemáticas históricas do pós-abolição. Por sua vez, a dissertação de Jonatas Ribeiro contempla as experiências negras na cidade de Pouso Alegre, estado de Minas Gerais, e para tal focaliza sua observação no *Clube 28 de setembro*, criado e voltado às pessoas negras.

³⁵⁴ Magalhães, Magna Lima. *Associativismo negro no Rio Grande do Sul*. São Leopoldo: Trajetos Editorial, 2017.

³⁵⁵ Gomes, Fabrício Romani. *Sob a proteção da Princesa e de São Benedito: identidade étnica e projetos num clube negro de Caxias do Sul (1934-1988)*. Jundiá: Paco Editorial, 2013.

³⁵⁶ Rosa, Júlio César da. *Sociabilidades e territorialidade: a construção de sociedades de afrodescendentes no sul de Santa Catarina (1903/1950)*. Florianópolis: Universidade do Estado de Santa Catarina, 2011. Dissertação (Mestrado em História).

³⁵⁷ Ribeiro, Jonatas. *Escritos da liberdade: trajetórias, sociabilidade e instrução no pós-abolição sul-mineiro (1888-1930)*. Campinas (SP): Universidade Estadual de Campinas, 2016. Dissertação (Mestrado em História).

Destaquei tais estudos, pois todos se concentram na análise de clubes negros, pelo viés do associativismo negro, enquanto experiências de pessoas negras, e, somado a isso, todos os trabalhos apontam para questões centrais ao pós-abolição, como cidadania, direitos e dignidade, interpretando tais espaços enquanto propulsores desses valores.³⁵⁸ Nesse sentido, julgo imprescindível apresentar duas pesquisas produzidas extramuros da História: “*A Alma da festa: família, etnicidade e projetos num clube social da zona norte do Rio de Janeiro – o Renascença Clube*”, resultado da pesquisa de doutorado em Sociologia de Sonia Maria Giacomini,³⁵⁹ e “*Clubes sociais negros: lugares de memória, resistência negra, patrimônio e potencial*”, resultado da pesquisa de mestrado em Patrimônio Cultural de Giane Vargas Escobar.³⁶⁰ O primeiro investiga os projetos do referido clube com ênfase aos significados imprimidos pelos próprios associados e associadas à boa aparência e ao bom gosto, a partir do controle sobre o corpo negro, especialmente, observando as intersecções entre gênero, raça e classe. O segundo traz um ganho importantíssimo para o entendimento dos clubes como espaços históricos de resistência negra, manutenção de identidade e experiência comum no território brasileiro.

Em relação ao Uruguai desconheço análises históricas sistemáticas que tenham como foco os clubes negros. Pesquisas nas Ciências Sociais, Antropologia, Letras e independentes, realizadas por ativistas, problematizaram o associativismo negro. “*Mbundo, Malungo a Mundele: historia del movimiento afrouruguayo y sus alternativas de desarrollo*” de autoria do professor e ativista *afrouruguayo* Romero Jorge Rodríguez apresenta uma sistematização da história dos negros uruguaios, fornece indicações de fontes e interpretações sobre as organizações negras, com destaque para os clubes negros da capital, mas também para as *instituciones de la Raza en el interior del país*.³⁶¹ As historiadoras Natalia Stalla e Karla Chagas, ao lado da antropóloga Tereza Porzecanski e da poetisa Beatriz Santos mapeiam as organizações coletivas, incluindo os clubes negros no interior do país. Os resultados dessas análises fortalecem a interpretação de uma história em que a racialização sobressai ao pesquisar os grupos

³⁵⁸ Os demais trabalhos históricos que apresentam relação com clubes negros, sem que este seja o foco, serão contemplados ao longo da escrita, o mesmo vale para trabalhos feitos externamente a área da História.

³⁵⁹ Giacomini, Sonia Maria. *A Alma da festa: família, etnicidade e projetos num clube social da zona norte do Rio de Janeiro – o Renascença Clube*. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2006.

³⁶⁰ Escobar, Giane Vargas. *Clubes sociais negros: lugares de memória, resistência negra, patrimônio e potencial*. Santa Maria: UFSM, 2010. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural).

³⁶¹ Rodríguez, Romero Jorge. *Mbundo, Malungo A Mundele: Historia del movimiento Afrouruguayo y sus alternativas de desarrollo*. Montevideo (UY): Rosebud Ediciones, 2006.

negros na fronteira, aliada a um trânsito entre brasileiros e uruguaios por vezes mais freqüente que com a capital da república.³⁶² Destaco a importância dessas obras ao lado de “*Negros en la nación blanca: historia de los afro-uruguayos (1830-2010)*”, do historiador George Reid Andrews. Nesta, Andrews apresenta clubes sociais negros criados em Montevideú, especialmente a *Asociación Cultural y Social Uruguay*, de 1941, e outros fundados no interior.³⁶³ A experiência dos clubes negros não foi restrita ao Brasil e Uruguai. Esteve presente em Cuba, com as *sociedades negras de instrucción y recreo*,³⁶⁴ Santo Domingo,³⁶⁵ Argentina³⁶⁶ e na Colômbia.³⁶⁷ George Reid Andrews destacou as organizações criadas após a abolição no Brasil, Argentina, e Uruguai, destacando ainda a existência de clubes em outros países da América, como Cuba e Peru.³⁶⁸

A crítica que teço aos trabalhos produzidos até a primeira década do século XXI está na ênfase à noção de margem. Como se estivesse dada a máxima de Florestan Fernandes, de que os negros foram jogados a própria sorte, excluídos da sociedade no pós abolição, não fizeram mais que copiar os modelos existentes. Com base nos indícios apresentados pelas pesquisas, indago se aos grupos negros restava apenas marginalização ou assimilação de valores outros? Afinal, o que faria desses valores *outros*? Houve uma completa negação da ascendência africana e das culturas compartilhadas por seus ascendentes? É importante lembrar que Wlamyra Albuquerque sugere “movermos a nossa curiosidade da assimilação/resistência para as mensagens

³⁶² Chagas, Karla; Stalla, Natalia. *Recuperando la memoria: Afrodescendientes en la frontera uruguayo brasileña a mediados del siglo XX*. Montevideo: Matergraf, 2009; Porzecanski, Teresa; SANTOS, Beatriz. *Histórias de Exclusión: Afrodescendientes em el Uruguay*. Montevideo: Librería Linardi y Riso, 2006.

³⁶³ Andrews apresenta as controvérsias da categoria carnavalesca *sociedades de negros*. Estas não eram necessariamente formadas por negros, sendo compostas por *negros lubolos*, ou seja, brancos pintados de preto. Em decorrência dessa ressalva não me detenho na análise dessas sociedades. Sobre o assunto ver: Andrews, George Reid. *Negros en la nación blanca: historia de los afro-uruguayos*. Montevideo (Uruguay): Librería Linardi y Riso, 2011.

³⁶⁴ Pignot, Elsa. El asociacionismo negro en Cuba: una vía de integración en la sociedad republicana (1920-1960). *Revista de Indias*, v. 70, n. 250, p. 837-862, 2010.

³⁶⁵ Andrews, George Reid. *América Afro...*p.160.

³⁶⁶ Frigerio, Alejandro. De la desaparición de los negros a la reaparición de los afrodescendientes: comprendiendo las políticas de las identidades negras, las clasificaciones raciales y de su estudio en Argentina. In: Gladys Lechin (Compil.). *Los estudios afroamericanos y africanos en América Latina: herencia, presencia y visiones del otro*. Córdoba: Ferreyra Editor; Centro de Estudios Avanzados: Programa de Estudios Africanos; Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2008. p. 117-144.

³⁶⁷ Pisano, Pietro. Movilidad social e identidad “negra” en la segunda mitad del siglo XX. *Anuario Colombiano de Historia Social y de la Cultura*, 179- v. 41, n. 1, p. 179-199,2014.

³⁶⁸ Andrews, George Reid. *América Afro...*; Idem, *Los Afroargentinos de Buenos Aires*. Buenos Aires (Argentina): *Ediciones de la Flor*, 1989; Idem, *Negros e brancos em São Paulo, 1888-1988*. Bauru (SP): EDUSC, 1998; Idem, *Negros en la nación blanca...*

cifradas que, oportunamente, eram traduzidas no interior da própria comunidade da gente de cor”.³⁶⁹

Informada por tal sugestão e considerando os indícios apontados nas pesquisas referidas sugiro que o que estava em questão era existir dentro de uma sociedade pautada em um racismo antinegro, na qual os formatos culturais estavam ao acesso de todos. Por que os grupos negros agiriam completamente diferente daquilo que era visto nas sociedades que trabalhavam e teciam suas relações sociais? A historiografia de fins do século XX e primeiros anos do XXI enfatizou a marginalização dos grupos negros e denúncia do racismo sem a compreensão de seus mecanismos. Todos os grupos que destoavam da margem, ou forjavam outros lugares e retóricas sociais eram tidos como elite. Mais uma vez, os questionamentos e assertivas de Flávio Gomes, Hebe Mattos e Ana Rios são fundamentais para a pertinência de outros questionamentos ao objeto *clubes negros* como a análise de Butler, e as referidas pesquisas de doutorado e mestrado permitem observar. Não obstante, há ainda muito o que se investigar por meio dos *clubes negros*. E, findo o intervalo relativamente extenso, é parte disso, que pretendo seguir demonstrando nas próximas páginas.

De volta a experiência recreativa dos clubes negros na região da fronteira, é ilustrativo do caráter recreativo desses espaços, *Os Zíngaros* adotar oficialmente a denominação *Sociedade Recreativa* em 1944,³⁷⁰ enquanto que cinco anos depois, em 1949, quando surge o *Palmeira*, este já vem a público com a denominação *Sociedade Recreativa*. Mas, já no primeiro aniversário altera a referência para *Club Recreativo Palmeira*,³⁷¹ o que informa sobre um período em que a racialização ainda balizava a existência de um clube, porém em uma estratégia mais aberta de sociabilidade que rompe com o campo disponível do carnaval. Trata-se, de um momento em que os clubes já estão consolidados como espaços de um microcosmo social, o qual oferecia as mais diferentes faces e buscava suprir a vida intelectual e cultural dos indivíduos, como veremos de forma mais detalhada na próxima parte.

Existiam ainda as atividades externas às sedes, em que o privado era mantido no espaço público e demarcava o não confinamento em um único espaço físico, assim como a demonstração à sociedade majoritária e o acesso à cidade. Dentre estas atividades estavam as excursões, caravanas e partidas de futebol que mobilizavam

³⁶⁹ Albuquerque, Wlamyra R. de. *O jogo da dissimulação...* p. 200.

³⁷⁰ *Estatutos da Sociedade Recreativa Os Zíngaros...*p. 3.

³⁷¹ *A Alvorada*, 18 de junho de 1949, p. 6.

associados e associadas do *Fica Ahí* em direção às sedes d'*Os Zíngaros* desde a década de 1930 e existentes em 1949 (ver Figura 8), mesmo período em que estreitaram as relações com o *Clube Palmeira*. Assim como as esportivas com as partidas de *foot-ball* entre os times dos clubes ou a partir de jogadores que frequentavam também o espaço dos clubes, especialmente em Melo, tendo em vista a constante referência os jogadores melenses que atuavam no Brasil nas décadas de 1930 a 1950 e a recepção de jogadores de Bagé na sede do *Centro Uruguay*, visto que sendo negros não podiam adentrar nas recepções promovidas pelos outros clubes da cidade. A passagem a seguir, publicada na coluna *Se Comenta*, é ilustrativa da cultura compartilhada pelos negros na fronteira: “Que se formaría un equipo con elementos de la raza (que los hay muy buenos) y con ese tentaría una gira que comprendería Rocha, T[reinta] y Tres, Río Branco y Yaguarón”.³⁷²



Figura 8: Delegação do *Fica Ahí* no Baile de Primavera d'*Os Zíngaros*

Fonte: Acervo pessoal de Giselda Maria Marques Lima – *C. C. Fica Ahí Prá Ir Dizendo*

Nota: Sede d'*Os Zíngaros*, 1949.

³⁷² *Orientacion*, 30 de novembro de 1944, s/p.

As atividades envoltas em caráter recreativo eram repletas de um sentido pedagógico. A importância conferida ao baile foi algo vivenciado em ambos os lados da fronteira e, somado às demais atividades desenvolvidas, é elucidativa como a comunidade configurou-se e se expandiu para além de seus quadros internos, assim como do conteúdo cultural que se pretendia compartilhar. Com amplo controle aos participantes, sobretudo às mulheres, restringia-se o acesso ao clube apenas a pessoas convidadas e associadas. O baile era o ponto alto da sociabilidade, em que esta forma, aparentemente lúdica, traduzia uma tensão latente em que transgredir os estereótipos era fundamental, captada pelas proibições de dança entre pessoas de estados civis diferentes, e cujos pares não fossem reconhecidos pela família composta por pais, devidamente casados. As normas de comportamento permitem observar valores e códigos de conduta repassados à comunidade como forma de alteridade. Por trazer um intricado de noções de feminilidade e raça, estas normas e este fazer-se cotidiano dos bailes e muito além dele, são analisadas em separado, na última parte da tese.

Era também nos bailes que pessoas de diferentes espaços encontravam-se e estreitavam os laços, deslocando-se, sobretudo, em excursões. O *Fica Ahí* deslocava-se até Bagé por meio das excursões e caravanas e, nesse momento, se encontrava com a comissão d'*Os Zíngaros* quando era recepcionado na sede do *Palmeira*. Nos bailes de Bagé, especialmente n'*Os Zíngaros*, estavam também os negros uruguaios e a representação formal do *Centro Uruguay* que, por sua vez, recepcionava os associados d'*Os Zíngaros* e do *24 de Agosto*, e esse recebia grupo de associados do *Centro Uruguay*, especialmente os residentes em Rio Branco entre 1942 e 1945.³⁷³ A coluna *Noticias de Río Branco*, no periódico *Orientacion*, começou a ser publicada em novembro de 1944 e divulgava informações específicas do *Club 24 de Agosto* já em sua segunda edição o que me permite interpretar um interesse advindo do clube, do público leitor da folha, e mesmo dos redatores.³⁷⁴

³⁷³ Depoimentos de Ramón Farías e José Ramón Fernandez (filho). Melo, 19 e 20 de janeiro de 2015, respectivamente.

³⁷⁴ *Orientacion*, Melo, janeiro de 1945. s/p. Nesse número, consta a seguinte notícia sob o título *Club 24 de Agosto*: “Reina gran entusiasmo en esta Institución Social, para las fiestas que realizaran con motivo del carnaval. Se ha construido un vasto programa para tal fin, donde sí [ilegível] podrá festejar dignamente a Rey Momo”. Na sequência da coluna, sob o título *Viajeros*, consta a informação de que o presidente do *Club 24 de Agosto*, don Arnaldo da Silva, encontrava-se em Rio Grande por motivo de saúde. Essas notícias permitem exemplificar a rede de sociabilidade que se gestou entre Jaguarão e a fronteira. Esse clube, até o momento, aparece nas fontes como diretamente vinculado ao Uruguai, e não aos clubes brasileiros.

A fim de dar a entender as delimitações de *clube negro* como uma categoria histórica própria das sociedades nas Emancipações e Pós-Abolição, defino que: os clubes negros são espaços associativos criados a partir do século XIX, sobretudo a partir da década de 1870, por e para pessoas negras – com base em uma ideia de raça – autoidentificadas como negras; pretas; morenas; mulatas; *colored*; da raça de *cor/raza de color*;³⁷⁵ etiópica; de cor; *conrazanea*; mantidos por associados e associadas, instalados em uma sede física, própria ou não, na qual desenvolviam/desenvolvem atividades sociais – de caráter autodenominado cultural; social; político; bailante/dançante; beneficente; recreativo e/ou carnavalesco – cuja nomeação era/é autoatribuída como club/clube, centro, associação e/ou sociedade e cujo objetivo era/é manter um espaço de convívio social no qual eram/são realizadas festas.³⁷⁶

Não obstante, foi ainda durante a escravidão que se forjou um sentido de liberdade negra a partir da criação de associações, que também foi acionada na memória das pessoas como fator de necessidade desde as irmandades e *salas de nación*. Nas quais *nação* nada mais era do que uma referência ao grupo étnico de origem de sujeitos africanos escravizados e seus descendentes que, além dos problemas herdados das hierarquias sociais, compunham uma linhagem defendida e positivada nas coroações dos reis e rainhas. O legado dessa presença expressou-se nas ruas das grandes e pequenas cidades do Rio Grande do Sul e do Uruguai, desde os *candombes* e seus tambores que caracterizavam os bailes de negros das *salas de nación* uruguaias; as *comparsas de negros* que nada mais são do que blocos com seus cordões de tambores,³⁷⁷ cuja denominação já exterioriza a racialização da prática cultural que incorporou às cordas os tambores africanos e, não por acaso, uma das principais *comparsas* brancas adotou a nomenclatura *Los Negros Lubolos e " pintava seu rosto de preto para desfilar "*,³⁷⁸ as irmandades cujos santos de devoção eram negros e/ou identificados com a realidade dos grupos negros, como a consagrada à Nossa Senhora do Rosário,³⁷⁹ nos cordões carnavalescos negros que foram a primeira forma cultural

³⁷⁵ Podendo ainda utilizar o nome de uma pessoa negra entendida como referência positiva de identidade racial, como, por exemplo, Monteiro Lopes e José do Patrocínio.

³⁷⁶ Hall, Stuart. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. 2ª Ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.

³⁷⁷ Dominguez, Maria Eugenia. De negros a afro. Práticas culturais negras e elaboração de categorias étnico-raciais em Buenos Aires, Argentina. *Ilha Revista de Antropologia*, v. 9, n. 1, 2, p. 101-118, 2007.

³⁷⁸ Semelhante às *comparsas* uruguaias *Los Negros* e *Los Negros Esclavos* que existiam nos anos 1860 e a argentina *Los Negros* do mesmo período. Andrews, George Reid. *Negros en la nación blanca*...p. 83-91.

³⁷⁹ Que na cidade de Melo mantinha-se ativa na década de 1930, enquanto que em Pelotas isso se dava ainda na década de 1950 e não coincidentemente era a única irmandade que publicava seus chamados de reuniões nas páginas d'*A Alvorada*. Ruiz, Rosa. *El aporte de la raza negra a la cultura de Cerro Largo*.

expressa pelos coletivos que viriam a ser chamados de *clubes*, cujos cortejos foram vistos durante todo o período acompanhado nessa tese fosse identificado pelo nome do próprio clube, e mesmo as murgas, visto que estas também foram ressignificadas e imbuídas de uma estrutura de canto e coro, assim como de personagens tradicionais dos *candombes*.

Mesmo em sociedades republicanas que não adotaram qualquer restrição de raça vinculada ao impedimento do exercício da cidadania em sociedades, como a brasileira e a uruguaia, dentre as décadas de 20 e 50 do século XX, fazia sentido manter clubes negros, exemplos concretos das formações sociais racialmente estruturadas abordadas por Stuart Hall.³⁸⁰ Ou seja, clubes cuja característica distintiva perante a sociedade era ser negro, enquanto que mediante as pessoas que compartilhavam essa identificação estabeleciam um diálogo com os sentidos da modernidade, forjando um fazer parte, por meio do ato de associar-se e criarem clubes, nos quais se oferecia o sanar de parte das necessidades que a sociedade interditava em decorrência da cor da pele dessas pessoas.

A interconexão das histórias dos clubes negros da região fronteira aponta para o rompimento dos limites nacionais e/ou regionais, permite destacar a influência regional na demanda desses a partir de lugares que não o centro; essa diversificação sugere que, o atravessamento das fronteiras nacionais poderia ser regra e não exceção, ou seja, os limites nacionais, apesar de serem reconhecidos, eram constantemente transpostos por esses sujeitos, o que sugere uma dinâmica compartilhada pelos clubes nesse espaço. Desta forma, *transfronteiriço e transnacional* apontam para outras experiências negras nas Américas e são operacionalizados como dimensões perscrutadas por meio do tema e sujeitos coletivos ou individuais, e não como método, na esteira do que é apontado nos estudos centrados nas análises transfronteiriças e conectadas, os quais cartografaram³⁸¹ as experiências negras nas Américas,³⁸²

Hoy es Historia, nº 55, p. 72-75, 1993. A título de exemplo, a coluna *Coisa do Passado*, do jornal *A Alvorada*, de 25 de setembro de 1954 (p.6), republicava o chamado das edições de 6 de outubro de 1907 e 25 de setembro de 1907 para a *festividade do N. S. do Rosário* e sua ampla adesão, em 17 de Julho de 1932 (p.5), noticiava a aquisição de mausoléu pela Irmandade, em 10 de janeiro de 1948 (p.2) publicava o chamado para Assembleia Geral.

³⁸⁰ Hall, Stuart. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. 2ª Ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.

³⁸¹ Cartografias são entendidas aqui como mapeamentos/publicações de estudos produzidos em e desde diferentes lugares das Américas.

³⁸² Destaco aqui as cartografias presentes nas publicações organizadas pelas argentinas Florencia Guzmán e Lea Geler que contemplam experiências negras em Santiago do Chile, Argentina, Brasil, Uruguai e México; pelo porto-riquenho Augustín Laó Montes, e os colombianos Claudia Mosquera Rosero-Labbé e César A Rodríguez Garavito cujos estudos privilegiam a Colômbia; pela argentina María Verónica Secreto e o brasileiro Flávio dos Santos Gomes, enfatizando as experiências na Argentina, Paraguai,

entendidas desde as relações entre negros e indígenas, indo ao encontro daquilo que apresentamos na Parte I enquanto *amefricanidade*, evidenciando as diferenças entre o étnico e o racial,³⁸³ que, por sua vez, compõem o conteúdo da noção de *América Afro-latina*.³⁸⁴

As experiências dos clubes negros após a abolição compõem um repertório em que novos questionamentos, problemas e estratégias de ação impuseram-se tendo como fio comum uma ideia de raça compartilhada. O que, por sua vez, auxilia no entendimento da problemática histórica acerca da centralidade da noção de raça no pós-abolição brasileiro e uruguaio e da forma como ela foi significada pelos próprios sujeitos expostos à racialização. O diálogo estabelecido a partir dos clubes, após a abolição, captado pela imprensa e pelo registro de suas atividades, era explicitamente com a liberdade e não mais com a escravidão. Isso permitia exigir que a cidadania fosse assegurada e/ou forjada, a partir dos clubes. Da mesma forma, permite observar os significados e os limites da racialização tolerados e/ou renegados. Afinal, os clubes continuaram a se pautar por uma ideia de raça, quando a lei não apresentava nenhuma forma de cerceamento dessa natureza. Existia sempre uma negociação entre os limites do aceitável e do não aceitável em torno dos códigos de manutenção de hierarquias

Uruguai, Brasil (incluindo regiões de fronteira), Bolívia, Equador e Venezuela (também incorporando a fronteira Brasil – Venezuela). Todos estes estudos inserem-se na perspectiva dos estudos transfronteiriços, logo as nações são um elemento entendido como sujeito, observado sem perder de vista as Américas. Guzmán, Florencia; Geler, Lea (eds.). *Cartografías afrolatinoamericanas: perspectivas situadas para análisis transfronterizos*. Buenos Aires: Biblos, 2013; Montes, Agustín Laó; Rosero-Labbé, Claudia Mosquera; Garavito, César A. Rodríguez. *Debates sobre ciudadanía y políticas raciales en las Américas Negras*. Universidad Nacional de Colombia, Sede Medellín, Vicerrectoría de Sede, Facultad de Ciencias Humanas y Económicas, 2010; Secreto, María Verónica; Gomes, Flávio dos Santos. *Territórios ao Sul: Escravidão, escritas e fronteiras coloniais e pós-coloniais na América*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2017. Agradeço a colega historiadora colombiana Elizabeth Salgado que me providenciou uma cópia do livro *Debates sobre ciudadanía y políticas raciales en las Américas Negras*.

³⁸³ Alguns exemplos estão em Quijano, Anibal. ¡Qué tal Raza! Montes, Agustín Laó; Rosero-Labbé, Claudia Mosquera; Garavito, César A. Rodríguez. *Debates sobre ciudadanía y políticas raciales en las Américas Negras*. Universidad Nacional de Colombia, Sede Medellín, Vicerrectoría de Sede, Facultad de Ciencias Humanas y Económicas, 2010. p. 183-196; Quiñónez, Santiago Arboleda. El mestizaje radical de Manuel Zapata Olivella: raza, etnia y ciudadanía. In: Idem. p. 441-466; Urrea-Giraldo, Fernando. La visibilidad estadística de la población afrodescendiente en Colombia (1993-2005). Entre lo étnico y lo racial. In: Idem. p. 757-808; Urrea-Giraldo, Fernando e López, Carlos Augusto Viáfara. Heterogeneidades sociodemográfica y socioeconómica, géneros y sexualidades y dimensiones étnica y racial de la población afrodescendiente colombiana. In: Idem. p. 809-850; Mignolo, Walter. A colonialidade de cabo a rabo: hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade. In: Lander, E. (coord.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais – perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: Clacso, 2005. p. 33-49.

³⁸⁴ Que por sua vez também está articulada a uma ideia de transregional. Como destaquei na introdução, George Reid Andrews, Flávio Gomes e María Verónica Secreto fornecem as bases sobre as quais aciono essa noção. Andrews, George Reid. *América Afro-Latina...* p. 33; Secreto, María Verónica; Gomes, Flávio dos Santos. *Territórios ao Sul...* p. 8.

gestados na escravidão e que se transformaram ou não, pautando uma experiência racializada na América.

Foi possível perceber tais questões ao extrapolar os marcos da abolição da escravidão (datas de promulgação das leis emancipatórias e de abolição), por meio das experiências do *Club 24 de Agosto*, *Fica Ahí Prá Ir Dizendo*, *Centro Uruguay*, *Os Zíngaros* e *Palmeira*. De forma alguma, os momentos aqui são tidos como independentes, apenas ilustram as minhas estratégias discursivas de uma dinâmica que aponta para objetividade, interseccção e, por vezes, transnacionalidade. Observar a *feliz esperança* de criar e manter clubes negros ao sul do Atlântico, em pleno pós-abolição, no qual a ideia de raça não mais era legalmente tida como propiciadora de cerceamento de liberdade, permite acessar experiências de homens e mulheres que compartilharam a condição cotidiana de uma discriminação pautada por uma ideia de raça que lhes impedia a entrada em *outros* espaços de sociabilidade. Tal cerceamento esteve no cerne da criação destes espaços, porém, foi manejado pelas pessoas negras em ambos os lados da fronteira. As quais transgrediram o impedimento às suas maneiras e condições proporcionando uma forma de vivenciar o ser negro em plenitude. Compartilharam normas sociais que configuravam significados de cidadania calcados nos princípios modernos sintetizados pelo intuito de manter aulas e bibliotecas, ocupar espaços públicos da cidade e circular pelo território para se encontrar com seus co-irmãos e *conrazaneos*.

Os estatutos gerais do *Centro Uruguay* e *Club 24 de Agosto* apresentam um corpo de normas voltado à forma como as pessoas deveriam vivenciar essas experiências que denota como se pretendia configurar uma comunidade em que compartilhassem muito além do lazer de um baile. As reportagens dos jornais *A Alvorada*, *Acción* e *Orientacion* somadas às atas de diretoria e assembleia dos clubes *Fica Ahí*, *24 de Agosto* e *Centro Uruguay* fornecem subsídios para observar as normas específicas que regiam os clubes em Pelotas, Bagé, Jaguarão e Melo e auxiliam a compor um mosaico do significado social da raça dentro desses espaços. Aqui observados a partir dos exemplos, sobretudo nas páginas dos jornais e no estatuto do *Centro Uruguay*, assim como nos termos e significados cunhados que exteriorizam a existência de noções de raça que fundamentaram a identidade das pessoas, como *colored*; membros da raça etiópica; raça de Monteiro Lopes; negro; co-irmãos; *conrazaneos* e *raza de color*.

O não pertencimento passava por vários elementos, mas, dentre estes, certamente não estava o ser negro, afinal, esse seguia sendo o nexo de manutenção dos clubes negros na primeira metade do século XX. Entendidos como construção social que buscou valorizar o ser negro, construindo noções próprias de negritudes, as quais não eram restritas a um único clube, e sim compartilhadas com os pares. Todos esses dados compuseram uma análise sobre como os componentes raciais foram acionados.

Não obstante, destaco que fora por meio dos jornais da denominada *imprensa negra* e dos clubes que se forjou outra história, fosse para a região, fosse para ambos os países em que a identidade de base racial compunha as identidades uruguaia, sulina e brasileira, mas que também se via vinculada à história de outros lugares das Américas a partir das reportagens noticiadas e dos artistas recebidos nos clubes e/ou referidos nos jornais. Os elementos abordados ao longo da parte II dessa tese permitiram imergir na particularidade do universal, exteriorizada por meio da diversidade que marca as experiências clubistas, acompanhada por meio de uma imersão no cotidiano da fronteira (capítulo 3), nas narrativas explicitadas pela imprensa negra (capítulo 4), e, sobretudo, nos usos e significados dos clubes negros naquela região, conformados ora pela condição histórica de incentivo ao carnaval no Brasil, ora as festividades em prol do centenário da independência no Uruguai (capítulo 5).

Por meio da experiência dos clubes negros transformavam-se margens em centros, potentes em criatividade, luta e contraposição, entremeadas pela alegria que os bailes proporcionavam. E, além disso, as pessoas negras ali envolvidas transgrediam margens, ora desde a experiência escravista, ora desde às margens da nação viabilizando outros centros que não só as capitais, e tentam as suas maneiras e possibilidades existir em uma zona fronteira, inclusive, de forma coletiva, como o enuncia o exemplo dos clubes e jornais negros. Destaco aqui, a centralidade que os jornais e os clubes adquiriram na dinâmica da vida dos grupos negros, nessa região marcada pelo manejo de fronteira, ratificando a ideia de circularidade intrínseca à diáspora negra, que se fez no Atlântico e também na fronteira. Nesse sentido, os clubes são entendidos aqui como as expressões de uma das formas adquiridas pelas culturas negras na região transfronteira brasileiro-uruguaia.

As culturas negras mantiveram suas dinâmicas de circulação desde um mesmo ponto em diálogo com a memória da escravidão e com as experiências coletivas negras na região de fronteira por meio do formato recreativo expressado pelos clubes, que marca as três primeiras décadas do século XX, momento de exaltação da cultura popular

no Brasil e de comemorações do centenário da nação oriental que se pretendia moderna. De toda a forma, as culturas negras também foram atingidas por e se inseriram em outras questões, sobretudo, de ordem econômica e política. São estes elementos que acompanharemos na próxima parte.

Parte III – As culturas negras em seus circuitos, normas e interlocuções – a consolidação dos clubes.

Nos três capítulos seguintes busco problematizar os sentidos políticos e culturais subjacentes às atividades dos clubes negros, assim como os significados atribuídos no interior desses espaços, sem perder de vista as interlocuções transnacionais, nacionais e internas. Consciente das dinâmicas diversas que marcam a experiência dos clubes, priorizo a análise do *Centro Uruguay* (próximo capítulo) e do *Fica Ahí* (na sequência), como forma de me debruçar sobre as atualizações dos papéis sociais dos/nos clubes, a partir de fins da década de 1930 no Uruguai, e da década de 1950 no Brasil.

Espero que já tenha conseguido demonstrar para a leitora e para o leitor que, embora as formas adotadas fossem as mesmas, as diferenças internas existiam. Os termos e as ações imprimidos pelos sujeitos e observados desde o seu ponto de vista não tem por intuito relegar as abordagens a partir do Estado e/ou grupos elitistas. Mas, sob outra perspectiva, afirmar que existem pontos de vistas díspares que também compõem a história, por meio dos quais podemos compreender as práticas sociais como acesso aos papéis sociais que os grupos negros desempenharam. Conteúdos que estão presentes nas fontes produzidas nos clubes negros e que emergem na escrita da história. Afinal, como apontou Thomas Holt,³⁸⁵ forjar autoemancipação passa também pela atenção a este elemento. Não obstante, tal análise permite acessar ainda os *termos da cidadania*, que foram negociados desde a ótica das pessoas negras que mantinham os clubes, sobretudo, os membros das diretorias, semelhante ao destacado pela historiadora Kim Butler como fundamental para as pesquisas do pós-abolição.³⁸⁶

³⁸⁵ Holt, Thomas, C. Marking...

³⁸⁶ Butler, Kim. *Freedoms Given...* p. 1-3. “Os termos da nova liberdade tiveram que ser negociados em um discurso diário de iniciativa e resposta. O reconhecimento desta dinâmica abre novas possibilidades para a análise histórica da era pós-abolição. As escolhas e iniciativas de descendentes africanos freqüentemente foram obscurecidas em estudos de período de transição após o desaparecimento da escravidão. Muitas vezes eles aparecem como vítimas das forças históricas e poderosos protagonistas capazes de definir o teor social, econômico e cultural da vida nacional. No entanto, um estudo cuidadoso das experiências de descendentes africanos nas Américas e no Caribe mostra que eles estavam ativamente envolvidos na formação de suas próprias identidades e papéis sociais, apesar dos esforços para perpetuar as limitações sobre elas engendradas sob a sociedade escrava.” [Texto original: “The terms of the new freedom had to be negotiated in an ongoing dialectic of initiative and response. Recognition of this dynamic opens new possibilities for historical analysis of the post-abolition era. The choices and initiatives of African descendants have frequently been obscured in studies of transitional period after the demise of slavery. Too often they appear as victims of the historical forces and powerful protagonists able to the set social, economic, and cultural tenor of national life. Yet careful study of experiences of African descendants in the Americas and Caribbean show that they were actively involved in shaping their own identities and social roles despite efforts to perpetuate the limitations on them engendered under slave society.”]

É tempo de adentrar nas discussões das diretorias dos clubes, especialmente no *Centro Uruguay* e *Fica Ahí*, entendidos como parte do terceiro conjunto de lutas políticas na diáspora, nos capítulos 6 e 7, e, por fim, será tempo de refletirmos sobre quem eram as pessoas que compunham as coletividades negras, privilegiando seus rostos, seus nomes e suas atuações, sem perder de vista as questões internas, como, por exemplo, as diferenças de gênero.

Capítulo 6 - Que cada cidade tenha uma rua com o nome Ansina

Qualquer pessoa atenta aos monumentos presentes nos espaços públicos, quando andar pela área central da capital da república uruguaia observará muito rapidamente que Artigas é um personagem histórico presente naquelas ruas. José Gervásio Artigas foi consolidado na história oficial como o precursor da independência do Uruguai, um líder daquela porção de terra no extremo sul do Atlântico, ainda durante idas e vindas decorrentes das disputas territoriais protagonizadas pelo Império do Brasil e pela coroa espanhola, em torno da Banda Oriental, também denominada Província Cisplatina. Assim como pelo representante nem tão legítimo dessa coroa, quando da invasão napoleônica à Espanha e tomada do trono de Fernando VII, em torno das disputas da junta de Buenos Aires. Tal processo histórico desenrolou-se nas duas primeiras décadas do século XIX e foi contemplado em parte significativa de uma larga tradição historiográfica, como evidenciado nas produções de historiadores e historiadoras uruguaias.³⁸⁷

Embora em tais monumentos Artigas apareça costumeiramente junto de seu cavalo, em alusão às batalhas, ele não agiu sozinho. Foi o líder daquela que viria ser a nação uruguaia e para isso contou com muitos adeptos de suas ideias e da causa independentista. Dentre estes, um se destacou, e também se encontra monumentalizado em uma ou outra praça da capital oriental: trata-se de Ansina, aquele que teria sido o fiel escudeiro de Artigas, mesmo quando de seu exílio em terras paraguaias. Até então, tudo está de acordo com a história oficial e seus trâmites de heroicização. No entanto, Ansina era negro, teria sido escravizado e fora reivindicado por intelectuais negros e negras e adeptos das ideias defendidas em prol da igualdade racial já no século XX, para ocupar o panteão nacional. Ansina, mesmo que de uma forma bastante diminuta se comparada a Artigas, também foi transformado em herói.

Assim como Artigas, Ansina faz-se presente nas cidades do interior daquele país. Contudo sua presença atual não foi obra de uma construção mítica centrada no estado com ampla participação de intelectuais que compunham os grupos elitistas daquela nação em fins do século XIX, como no caso de Artigas. Neste capítulo, acompanharemos parte deste processo, o qual não pode ser entendido descolado das

³⁸⁷ Destaco a produção de Ana Frega, que ao lado de Inés Cuadro, Ariadna Islas e María Laura Reali apresentam ampla discussão acerca do processo de independência. Frega, Ana. (Coord.) *Historia Regional e independencia del Uruguay: proceso histórico y revisión crítica de sus relatos*. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 2009.

demandas coletivas de comunidades negras uruguaias na primeira metade do século XX, como aquelas do *Comité Cerro Largo de Homenaje Ansina*, criado em fins da década de 1930, e do *Comité Racial Democrático y Patriótico*, criado em 1940, cuja principal reivindicação era que cada cidade no Uruguai tivesse uma rua com o nome Ansina. Estes comitês remontam a experiência comum compartilhada do *Centro Uruguay*, acompanhado no capítulo anterior. Tais trajetórias são observadas pela lente da ciência histórica por meio das fontes legadas, sobretudo pelos dois periódicos negros editados na cidade de Melo entre as décadas de 1930 e 1950 – *Acción* e *Orientacion*. É por meio do conteúdo destes periódicos e das fontes oficiais acerca de Ansina que adentramos nas demandas. Estas foram gestadas por homens e mulheres da *raça*, os denominados *conrazaneos*, e exteriorizadas em ações, as quais não podem ser descoladas das estratégias traçadas para dialogar com a política nacional uruguiaia num contexto em que o pós-abolição estava ainda muito demarcado e limitando a participação negra, então é preciso entender qual o contexto e diálogo travados por essas pessoas. Não obstante, a mobilização política a partir de um clube já compunha a cultura política dos grupos negros uruguaios, como acompanhamos na primeira parte desta tese.

Em 1925, no âmbito das comemorações do centenário da independência, vinha a público o *Libro del Centenario*, uma publicação oficial que versou sobre a história da nação desde os primeiros habitantes daquele território, passando por dados demográficos e estatísticos sobre a população ao longo do tempo, enfatizando as guerras de independência e a construção da República que completava 100 anos, ou seja, com uma retórica comum a livros desta natureza. Em capítulo dedicado à população do Uruguai, a seguinte passagem destaca a percepção que o Estado passava aos seus conterrâneos, e também ao mundo:

*Puebla el Uruguay la raza blanca, en su totalidad de origen europeo. [...] La pequeña proporción de raza etiópica introducida al país por los conquistadores españoles, procedente del continente africano, a fin de establecer la esclavitud en estas tierras, disminuye visiblemente hasta el punto de constituir un porcentaje insignificante en la totalidad de la población. Por otra parte, sus características originales han sufrido, por el clima, circunstancias de medio ambiente, y por mezcla de sangre europea, modificaciones fundamentales.*³⁸⁸

³⁸⁸ *El Libro del Centenario del Uruguay, 1825-1925*. Montevideo: Agencia Publicidad Capurro & Cía. 1925. p.43.

Como já destacado, não havia censo populacional que discriminasse cor ou raça nesse período. Não é demasiado lembrar que o *Centro Uruguay* fora criado em 1923, mais precisamente no dia 25 de agosto, dia consagrado ao aniversário da pátria, mesma data escolhida pelo *La Conservación*, em 1872. Soma-se a isso o nome escolhido para o clube, ou seja, era um grupo de negros que se colocavam como uruguaios em um momento de comemorações nacionais em que o Estado não reconhecia a presença negra em seu território e sequer destacava a participação destes na independência, fosse pelos batalhões de pardos e morenos, fosse por personagens como Ansina.³⁸⁹ Pelo menos desde a década de 70 do século XIX, o diálogo dos grupos negros estabeleceu-se com um Estado que foi visto enquanto instrumento da nação. Estes grupos colocavam-se como partícipes na emancipação política, inclusive de forma decisiva por meio do engajamento nos exércitos e do recrutamento forçado. Almejavam então estar representados no Estado nacional, demanda presente na experiência do *Club Igualdad*, acompanhado na primeira parte desta tese e corroborada por pesquisas sobre os periódicos negros publicados em Montevideu³⁹⁰. Além desta demanda, a existência de periódicos com um teor racial aponta para um sentido de cidadania, que encontrava nos significados externos conferidos à ideia de raça negra, um empecilho para a efetivação plena de uma nação, que se apresentava como pautada por valores democráticos.

No discurso público do Estado, nas comemorações do centenário da Nação, entre 1925 e 1930, delineava-se uma ideia de Nação que invisibilizava a população negra (e indígena), corroborada pela não existência de dados oficiais para todo o território desde 1852. Reforçava-se, assim, um diálogo muito estreito com a ideia de raça comum aos nacionalismos do século XX e, no Uruguai, com já quase um século de República, os negros foram invisibilizados. Em todo o continente sul americano e nas ilhas caribenhas foram adotados discursos nacionais que dialogavam com faces de democracia racial, em um diálogo explícito com as noções de modernidade. Mas naquele mesmo momento, os ideólogos do Uruguai vangloriavam-se de comporem uma nação branca, um dos significados implícitos aos epítetos *Atenas del Plata* (no século

³⁸⁹ É necessário destacar ainda que a região continuou vivenciando conflitos militares, porém, ao Uruguai, coube o bastidor, como pode ser percebido durante a Revolta de 1923, ocorrida entre as elites sul-rio-grandenses representadas por Borges de Medeiros e Assis Brasil, que, por sua vez, instalou sua família em propriedade na cidade de Melo durante o conflito.

³⁹⁰ Desenvolvidas pelo historiador estadunidense George Reid Andrews e pelo pesquisador uruguaiño Romero Jorge Rodríguez. Andrews, George Reid. *Negros en la nación blanca...* p. 66-75; Rodríguez, Romero Jorge. *Mbumdo, Malungo a Mundele...* p.67.

XIX) e *Suíza de América* (no século XX). Sequer é possível perceber uma ideia de harmonia racial, visto que se destacava a quase inexistência da população negra.³⁹¹

Este contexto foi potencializado pela crise econômica vivenciada desde 1930, com alto índice de desemprego e aumento dos produtos alimentícios, e pelo Golpe de Estado de Gabriel Terra em 1934. Este governo, democraticamente eleito em 1930, consolidou um governo de direita em uma conjuntura internacional que deixava ainda mais suscetível os grupos racializados e/ou trabalhadores, mas que também dialogava com os trabalhadores, sobretudo ao restringir as políticas imigratórias, assim como com os grupos negros, visto que ainda no seu governo democrático, exigiu que o Departamento de Polícia e os bombeiros admitissem negros.³⁹² De certa forma, semelhante ao que aconteceu no Brasil com o Golpe de Estado (Estado Novo) de Getúlio Vargas, em 1937. Não obstante, era notável o crescimento de outros governos autoritários, assentados em premissas nazistas e fascistas, cujos exemplos mais difundidos estavam na Alemanha e Itália e, em menor grau, mas não menos preocupante, nas duas grandes ex-potências coloniais: Portugal e Espanha. Da mesma forma que a eclosão da II Guerra Mundial e seu desenrolar não passou ileso na nação uruguaia, mesmo frente à oficial neutralidade até 1942.

Neste sentido, o discurso veiculado nas páginas da imprensa negra coloca-se como uma importante fonte para entender também a história da nação pretendida e/ou vivida. E, ainda que condicionados em fronteiras nacionais, tais discursos apontam para uma comunidade bem mais ampla, a comunidade negra em outras fronteiras, suas visões de passado, presente e futuro e suas estratégias de luta. A historiadora Maria Helena Capelato adverte que os jornais, enquanto objeto e fonte de pesquisa histórica, apresentam interpretações de uma dada sociedade, os quais também interferem nesta.³⁹³ Longe de tomar tais escritos como simples depositórios de verdade, cabe entendê-los como projetos políticos calcados em uma coletividade, que nos legam desde leituras do passado até visões de mudança perpassadas pela ideia que seus redatores fazem do lugar

³⁹¹ Acerca da discussão em torno da questão racial nos discursos nacionais na América Latina, ver Andrews, George Reid. *América Afro-latina...*: Especialmente sobre Argentina, Cuba, Brasil e México ver Ascenso, João Gabriel da Silva; Castro, Fernando Luiz Vale. (Orgs.) *Raça: trajetória de um conceito – histórias do discurso racial na América Latina*. Rio de Janeiro: Ponteio, 2014.

³⁹² Sobre o Golpe de Estado de Gabriel Terra (1933-1938), ver: Nahum, Benjamín. *Manual de História del Uruguay...* p.151-167. Sobre a dimensão racial das medidas de Gabriel Terra, ver Andrews, George Reid. *Negros en la nación blanca...* p.133, 139-140.

³⁹³ Capelato, Maria Helena. *Multidões em Cena: propaganda política no Varguismo e no Peronismo*. Campinas: Papyrus, 1998.

que ocupam na sociedade, permitindo-nos acessar aquilo que denominamos por *cultura política*.³⁹⁴

Juan Jacinto Ferrán, Carlos Pérez e Telésforo Machado eram três jovens negros, trabalhadores na cidade de Melo e companheiros de diretoria do *Centro Uruguay*. Em fins da década de 1930, criaram o *Comité Cerro Largo de Homenaje Ansina* e solicitaram ao Intendente Municipal, Alcides Lucas, que a capital departamental tivesse uma rua ou uma praça com o nome de Ansina. O comitê era parte de uma organização nacional de mesmo nome, com sede em Montevidéu. A justificativa para a sua criação estava no fato de que Ansina foi o fiel companheiro de Artigas, o grande prócer da independência uruguaia, mas não era devidamente reconhecido pelo estado nacional. É possível que esse comitê tenha sido fundado no mesmo ano em que eclodiu a II Guerra Mundial, e muito embora o país tenha se declarado neutro, em setembro de 1939, o conflito era algo muito próximo. Apenas três meses após a declaração oficial de neutralidade, ocorreu a primeira grande batalha naval entre as potências europeias, Alemanha e Inglaterra, justamente nas águas do Atlântico Sul, a *Batalha do Rio da Prata*.³⁹⁵ O conflito ocasionou uma série de discussões diplomáticas das quais certamente a população estava ciente.

Em 1940, dois daqueles jovens, Juan Jacinto Ferrán e Carlos Pérez, acompanhados de um terceiro jovem também membro do *Centro Uruguay*, José Ramón Fernández, fundaram uma nova organização, com objetivos semelhantes, nominada *Comité Racial Democrático*, em seguida acrescida de ‘y Patriótico’. Ao lado deles na empreitada coletiva estavam os também jovens negros Manuel de los Santos, Pedro Andrade e Telésforo Machado,³⁹⁶ que por sua vez já estava no *Comité Cerro Largo de Homenaje*. O *Comité Racial Democrático y Patriótico* tinha a mesma solicitação do anterior e fora autorizado por ele a dar sequência nas tratativas com o poder público, adotou uma nomeação em consonância com as discussões acerca de pátria e da

³⁹⁴ Estou informada pela noção de cultura política apreendida pelo historiador francês Serge Berstein, o qual citando Jean-François Sirinelli informa que: “se trata de uma espécie de código e de um conjunto de referentes, formalizados no seio de um partido ou, mais largamente, difundidos no seio de uma família ou de uma tradição políticas”. Na sequência, o autor alerta: “reteremos dois factos fundamentais: por um lado, a importância do papel das representações na definição de uma cultura política, que faz dela outra coisa que não uma ideologia ou um conjunto de tradições; e, por outro lado, o carácter plural das culturas políticas num dado momento da história e num dado país”. Berstein, Serge. *A cultura política*. In: Rioux, Jean-Pierre & Sirinelli, Jean-François. *Para uma História Cultural*. Lisboa: Estampa, 1998. p. 350.

³⁹⁵ Esta foi uma batalha naval que se deu em dezembro de 1939 envolvendo navios nazistas e ingleses. Embora o Uruguai estivesse neutro, a Batalha do Rio da Prata e a pressão dos demais países americanos influenciaram para que, em 1942, o país rompesse relações com o Eixo. Nahum, Benjamín. *Manual de História del Uruguay...*, p. 168-169.

³⁹⁶ *Importante gestión del Comité Racial Democrático y Patriótico*. *Acción*, 25 de agosto de 1944.

democracia inerente a um cenário de guerra, mas também presente nas discussões sobre as comemorações do centenário da abolição da escravidão, a se realizar em dois anos. Ora, se durante as comemorações do centenário da independência os negros foram invisibilizados, o centenário da abolição, em um contexto de defesa dos “*principios democráticos de la República* frente aos *posicionamientos totalitarios nazi-falangistas*”,³⁹⁷ colocava-se como um momento perfeito para se fazer representar e ocupar um lugar no imaginário da Nação.

Juan Jacinto Ferrán e Carlos M. Pérez Morales, além de fundadores de ambas as coletividades e membros do *Centro Uruguay*, já tinham estado juntos em outra empreitada coletiva, vinculada ao clube, a saber, a criação e a direção do periódico *Acción - Órgano del Comité Pro Edificio del Centro Uruguay* - em sua 1ª época (1934-1935). Juan Jacinto Ferrán foi diretor do jornal durante toda a sua existência (1934 e 1952). Até a concretização da ideia de Jacinto Ferrán e Pérez Morales em torno de criação de um periódico, a capital da República uruguaia concentrava praticamente todas as experiências de imprensa negra. Jacinto Ferrán, Pérez Morales e seus colaboradores tinham por intuito auxiliar em um esforço social coletivo de forma a colocar a *raza negra* em um lugar positivo, partícipe da sociedade.

Porém, como acompanhamos no capítulo 4, esta não foi a única experiência de imprensa negra em Melo, os amigos Carlos M. Pérez Morales e José Ramón Fernandez, no ano de 1941, criam o órgão periódico denominado *Orientacion*. Até 1942, era apresentado como *Órgano de la Colectividad de Color* e, em 1943, como *Órgano de la Raza Negra Departamental*.³⁹⁸ Ao jornal conferem o lema *Unidad - Solidariedad - Esfuerzo*. Durante toda a 1ª época do jornal, *Orientacion* era o único representante da imprensa racial da cidade e, talvez por isso, o diretor/redator responsável (Pérez Morales) e o administrador (Ramón Fernandez) tenham elencado o lema que evoca unidade. Em 1941, as páginas de *Orientacion* denunciaram alterações na comissão diretiva do clube que não condiziam com o regulamento ou assembleia,³⁹⁹ logo depois

³⁹⁷ As expressões dão conta das três principais formas adquiridas pelos governos autoritários na Europa daquele momento, fascismo, nazismo e falangismo espanhol (mais conhecido na historiografia em língua portuguesa como franquismo). *Hora Crucial. Orientacion*, 31 de agosto 1942, capa.

³⁹⁸ Teve periodicidade quinzenal entre 1941 e 1944, período em que o *Acción* não estava circulando e que compreende a 1ª época. Entre 1944 e 1945, 2ª época, teve periodicidade mensal e por vezes publicou números duplos.

³⁹⁹ *De Frente. Orientacion*, 20 (?) de outubro de 1941, p. 3. Teve início a II e última época de que tenho conhecimento até então. Apresentava em cada edição um artigo relacionado aos problemas encontrados pelos negros nos espaços em que era veiculado, mas também assuntos concernentes aos negros em perspectiva diaspórica, com destaque para a Etiópia e Estados Unidos.

Carlos Pérez foi eleito presidente do *Centro Uruguay* para o ano de 1942, e, paralelamente à experiência do jornal, mantinha o *Comité Racial Democrático y Patriótico*.

Em 1944, Juan Jacinto Ferrán colocou *Acción* para circular novamente, então acompanhado por José Ramón Fernandez, na função de administrador, mesma função que desenvolvia em *Orientacion*.⁴⁰⁰ O *Resurgimiento* fora justificado pela retomada das atividades do *Centro Uruguay*, visto que logo após a gestão de Carlos M Pérez Morales, o clube fechou suas portas. Também em 1944, Carlos M. Pérez Morales, então não mais companheiro de Ferrán, em *Acción*, e José Ramón Fernandez alteram a autoidentificação de *Orientacion* de *Órgano de la Raza Negra Departamental* para *Periodico Racial*. Não é demasiado entender esta alteração, a eleição de Carlos Pérez para a presidência do clube, a interrupção das atividades do clube e o ressurgimento de *Acción* como parte de um intrincado de relações repleto de divergências, que alcançavam membros da dita comunidade negra melense e que versavam sobre a própria direção que o clube devia seguir. Embora estes homens negros, membros da diretoria do clube e do comitê pró sede própria durante toda a vigência dos dois jornais (1934-1952), evocassem o ideal de unidade da raça negra e tenham compartilhado diferentes momentos juntos, suas estratégias de luta colocaram-se como diferentes e, por vezes, conflitantes, conforme evidencia-se no editorial do 1º exemplar de *Orientacion*, intitulado “*Estamos de Nuevo en la Brecha*”:

Sin mayores anuncios, sin mayores alardes y precisamente cuando estamos próximos a la fecha (el día 15 do mes actual) de cumplirse el séptimo aniversario que apareció el periódico ‘Acción’, órgano del Comité Pro Edificio de ‘Centro Uruguay’, que mantuvo un año de vida pujante, en su misión periodística siendo el precursor de la prensa racial en nuestro departamento y cuya dirección también nos honramos en ejercer; surge a la vida nuestro órgano de publicidad que es una tribuna al servicio de los ideales de la raza y por la exaltación de los mismos, una tribuna periodística que era una sentida necesidad en nuestro medio para combatir los males existentes en nuestra colectividad y para combatir prejuicios que nunca se justificarán. [...] En nuestro quincenario, se han de plantear todos los problemas que atañe a la Raza Negra y por cuya razón, es que sus columnas estarán abiertas para todos los representantes de la raza, sin distingos de ninguna índole.

*Y así aparecemos, entusiastas, altivos y serenos, con un título y un lema que dicen claramente cuál es nuestro pensamiento y cual nuestro sentir y nuestra buena voluntad puesta en la lucha, en aras del progreso y de la superación racial.*⁴⁰¹

⁴⁰⁰ *Acción*, 20 de junho de 1944.

⁴⁰¹ *Orientacion*, 12 de outubro de 1941, capa.

Não obstante, ambos os jornais se apresentam como defensores dos interesses do clube, apresentado como central para a coletividade negra de Melo e, nas palavras de *Orientacion*, “*la institución más organizada de nuestro medio*”.⁴⁰² Na 3ª edição, começa a figurar no jornal aquela que interpreto como sua principal bandeira: uma rua com o nome de Don Manuel Antonio Ledesma (Ansina), o herói máximo, com o ideal de “*honrar su memoria y porque es un ideal sostenido y anhelado con fervor patriótico por una gran parte de la población, que es la colectividad a la cual nos honramos en pertenecer*”. O editorial clamava às Autoridades Municipais uma “*justa y patriótica resolución de honrar la memoria del hombre en que estuvieron encarnadas todas las nobles virtudes de su raza satisfazendo assim los deseos de toda la raza de color departamental*”.⁴⁰³

Em 1942, o jornal publicou uma série de reportagens realizadas com intelectuais *conrazaneos* e não *conrazaneos* sobre a pertinência de uma homenagem a Ansina.⁴⁰⁴ Jacinto Ferrán, Pérez Morales e Ramón Fernandez, respectivamente, presidente, vice-presidente e secretário quando da criação do *Comité Racial Democrático y Patriótico*, deslocaram-se para as cidades em que havia organizações com o mesmo objetivo, especialmente Salto, Rivera, Mercedes e Rocha, e mantiveram relação direta com o poder político local, a fim de nomear uma rua com o nome de Ansina. Contaram com amplo apoio da organização negra de Montevideu e divulgação na imprensa negra de Melo.

Pérez Morales, redator responsável de *Orientacion*, realizou uma exposição da imprensa racial, “*la primera de toda la República*”,⁴⁰⁵ e departamental de Cerro Largo, com início em 19 de abril de 1942, organizada pela *Agrupación Racial – Cultural Orientacion* (ver Figura 9). Tendo como mote as discussões em prol de fortalecer a pertinência da solicitação de que uma rua fosse nomeada Ansina, desenvolveu-se uma série de atividades, muitas na sede alugada do *Centro Uruguay*. Dentre estas estavam as conferências voltadas à *cultura* da comunidade negra, cujo primeiro tema foi “*conversación sobre motivos raciales*”,⁴⁰⁶ abordando a vida e contribuição do

⁴⁰² *Nuestra Posición. Orientacion*, 15 de janeiro de 1945, capa.

⁴⁰³ *A una Calle de nuestra Ciudad, debe dársele el nombre del glorioso Procer negro: ANSINA. Orientacion*, 18 de novembro de 1941, capa.

⁴⁰⁴ Entre estes estavam José Monegal, José Oliveira, Venancio Chirico, Lola Noblia de Plaza, Angelica Ferrari de Plaza, Angel Viñoles Huart e José Lucas y Lucas. As matérias foram publicadas entre as edições de 14 de janeiro e 30 de junho, em um total de 7 edições acessadas.

⁴⁰⁵ *Orientacion*, 30 de abril de 1942, p. 1.

⁴⁰⁶ *Idem*;

conrazaneo norte-americano Jorge W. Carver,⁴⁰⁷ seguida por um baile comemorativo, assim como a sugestão de criação de um conselho nacional com o objetivo de vigiar e defender os interesses e direitos da raça e a instituição do 12 de dezembro como feriado nacional, em honra à libertação dos escravizados.⁴⁰⁸



Figura 9: 1ª Exposición de Prensa Racial y Departamental
 Fonte: Acervo pessoal de José Ramón Fernández.

Tais objetivos e iniciativas eram divulgados nas páginas da imprensa negra melense, que não se pretendia isolada e, de fato, não estava, como a exposição permite inferir, assim como as constantes matérias enfatizando edições recebidas, sobretudo publicadas na coluna *Recebimos y publicamos*. Tampouco simplesmente acatava ou se inseria nas demandas vindas de outros locais, como observado a partir da resposta ao convite encaminhado ao *Orientacion* para participar do *Comité Pro Gira de Confraternidad Racial*, uma iniciativa da revista *Nuestra Raza* em prol de que “*todas las instituciones raciales de la República prestarán su concurso a los referidos festejos*” em honra ao centenário da abolição. O jornal de pronto incorporou-se, mas, em editorial intitulado “*En un Congreso debe discutirse el plan de Acción para*

⁴⁰⁷ Jorge Washington Carver (1865-1943) norte-americano que desenvolveu importantes técnicas para melhoramento da agricultura. É de praxe as traduções do inglês para o espanhol nos jornais.

⁴⁰⁸ Referência à 1ª lei de abolição, descrita no capítulo 1.

conmemorar el Centenario de nuestra Libertad”,⁴⁰⁹ ponderou que era necessário realizar um congresso, visto que neste fariam-se representar todos os departamentos, embora nomeie de forma individual apenas a capital e os localizados na fronteira, o que enfatiza o vínculo estabelecido por essa região, nos quais vários fatos concorriam para um melhoramento da raça. Não obstante, destacou que, para a realização do Congresso, deveria pensar-se acerca da cidade que o sediaria, e também “*cuáles serían los puntos primordiales a tratar-se en el mismo; ya que de realizarse, sería una magnífica oportunidad para tratar asuntos sumamente interesantes sobre nuestros problemas, que trajeran un mayor acercamiento entre todos los conrazaneos de todo el país*”

O centenário da abolição e a reivindicação pela data da abolição como feriado nacional não se explicavam como algo meramente comemorativo, uma vez que trazia consigo visões do passado, sintetizadas na figura de Ansina, e também visões de mudança possíveis com uma unidade nacional em que todos se vissem representados. E, mais que isso, tivessem seus problemas sanados, tendo em vista que eles entendiam que existiam problemas “*más fundamentales que atañen directamente a nuestra colectividad*”. Neste sentido, os *conrazaneos* que mantinham *Orientacion* fortaleciam o argumento de que o objetivo do periodismo por eles desempenhado se “*es de poco valimiento intelectual, es en cambio esencialmente de justicia*”.⁴¹⁰ Tal justiça fazia-se necessária frente aos problemas de caráter racista enfrentados pelas pessoas negras no país e internos à comunidade negra que se organizava no *Centro Uruguay*.

Neste sentido, o jornal era uma tribuna que dava conta de problemas bem diversificados, atribuídos por aqueles redatores a uma hierarquia de raças que imperava. É bastante emblemático o protesto contra o analfabetismo entendido como um grande problema que assolava a raça negra,⁴¹¹ tal e qual a notícia assinada pelo Sr. Pablo Coles, um dos correspondentes de *Orientacion*, em Montevideú, em 1944, encaminhando ao jornal a denúncia de que era prática comum do Chefe de Polícia de Montevideú, Don Juan Carlos Gómez Folle, manter pessoas negras no cárcere tendo por critério a raça.⁴¹² Os intelectuais que escreviam em *Orientacion* enfatizavam uma comunidade negra bastante heterogênea que, por um lado, lidava com problemas diversificados, entre estes

⁴⁰⁹ *En un Congreso debe discutirse el plan de Acción para conmemorar el Centenario de nuestra Libertad. Orientacion*, 30 de junho de 1942, capa.

⁴¹⁰ *Nuestra Posición. Orientacion*, 15 de janeiro de 1943, capa.

⁴¹¹ *Se debe iniciar una lucha contra el analfabetismo de Nuestra Raza. Orientacion*, 30 de abril de 1942, p.2.

⁴¹² *Don Juan Carlos Gómez Folle (El racista Iro. de la época actual). Orientacion*, 30 de agosto de 1944, capa.

o analfabetismo, a dificuldade em ascender a cargos públicos e a desunião da raça numa franca crítica à falta de apoio financeiro às iniciativas coletivas, e, por outro, tinha exemplos de luta e de superação de práticas racistas – entendidas nesses termos – que extrapolavam a própria pátria uruguaia, como se faz perceptível na escrita do Sr. Pablo Colles:

Montevideo, capital de la República Oriental del Uruguay, uno de los baluartes de la democracia americana, acaba de permanecer indiferente ante una medida de corte totalitario emanada esta nada menos que de la primer Jefatura de Policía del país.

El jefe de esa repartición, Don Juan Carlos Gómez Folle, que a no dudarlo, debe pertenecer a la aristocracia de primera crema, ha sido en este caso, o mejor dicho a querido ser, el precursor de una nueva era de clasificación racista. [...] resolución tomada por el jefe de policía de Montevideo, por lo cual no se dan altas en el Instituto Policial montevideano a personas cuya pigmentación de la piel acuse ser o descender de la raza negra [...]

No será la voz de Lino Suárez Peña, ni la de Isabelino J. Garres, ni la de Renato Marán, ni la de Salvador Betervide la que ha de levantarse para vindicar el derecho conculcado de nuestros conrazaneos.

*Pero sí ha de ser la voz vibrante de los Barrios, los Cabral, los Techera, los Villalba, los Ferrán y otros muchos hermanos negros, que, celosos guardianes de nuestros derechos ciudadanos, conducen a nuestra colectividad pelos caminos del bien, la justicia y el respeto.*⁴¹³

O fragmento traz ainda um elemento que, quando interpretado em diálogo com a colocação de *Orientacion* de que o *Centro Uruguay* era a instituição melhor organizada da cidade, aponta para um trânsito de referências e para uma divergência entre as pessoas negras daquele local – em termos de se sentirem de fato em casa no *Centro Uruguay*. Explico, a expressão *mais organizada* deixa implícito que poderia haver outras iniciativas, não ligadas ao clube, mas que se pretendiam espaços sociais negros. A referência ao nome Renato Marán ao lado de outras pessoas apresentadas como intelectuais negras engajadas na luta social, também referido em notícias esparsas dos referidos jornais, torna possível observar mais indícios de que o *Centro Uruguay* não era a única instituição de caráter racial em Melo. Embora na matéria o nome de Renato Marán referencie uma pessoa, cuja voz já não mais se pode colocar como defensora dos *conrazaneos*, localizei a referência a uma instituição de mesmo nome, *Centro Renato Marán*, noticiada uma única vez em *Acción*,⁴¹⁴ e em *Orientacion* referida como “*Institución Social que lucha en nuestro médio, por el engrandecimiento social y cultural de nuestra raza,*”⁴¹⁵ em matéria que referencia os 14 anos do clube, fundado

⁴¹³ Don Juan Carlos Gómez Folle (*El racista 1ro. de la época actual*). *Orientacion*, 30 de agosto de 1944, capa.

⁴¹⁴ En el Centro Renato Marán. *Acción*, 30 de agosto de 1947.

⁴¹⁵ Centro R. y Social ‘Renato Marán’. *Orientacion*, 28 de fevereiro de 1942.

em 1930, ou seja, já durante a existência do *Centro Uruguay*, e que desenvolvia atividades de cunho social, muito semelhante as do co-irmão, com ênfase aos bailes.⁴¹⁶ Renato Marán é uma nomenclatura que ainda gera alguns questionamentos, contudo, me parece ser a tradução de nome em francês, René Maran. Este foi um martinicano de nascimento (1887), importante intelectual negro que divulgou sua produção, teceu suas críticas e se posicionou politicamente acerca da situação dos grupos negros nas colônias francesas. O intelectual teve papel central na discussão acerca da questão negra em termos de cidadania igualitária em um contexto de entreguerras, sobretudo nas décadas de 20 e 30.⁴¹⁷

Acessar o nome Renato Marán pela nomenclatura de um clube negro de uma pequena cidade, localizada na região de fronteira do território uruguaio, fortalece o argumento de que a cultura negra fazia-se dentro de um trânsito de referenciais na diáspora africana nas Américas, pelo Atlântico.⁴¹⁸ Por esse ângulo, outros nomes figuraram nas páginas dos jornais de Melo, como a *vênus negra* Josefina Baker,⁴¹⁹ o boxeador Jose Luis,⁴²⁰ o poeta e líder político cubano Nicolás Guillen, a antropóloga

⁴¹⁶ *Centro "Renato Marán"*. *Orientacion*, 15 de fevereiro de 1945.

⁴¹⁷ Co-diretor da *Ligue universelle de défense de la race noir*, na França. Tal como destaca a historiadora francesa Elsa Geneste, esta foi a primeira associação em defesa dos negros naquele país, criada em 1924. Geneste, Elsa. "René Maran contra Maurice Delafosse: Pensar a questão do negro na França imperial comparando-a àquela do segregacionismo nos Estados Unidos na década de 1920". In: Cottias, Myriam; Mattos, Hebe (dir.). *Escravidão e Subjetividades no Atlântico luso-brasileiro e francês (Séculos XVII-XX)*. Marseille: Open Edition Press, 2016. p. 1-28. Disponível em <http://books.openedition.org/oep/1421>. Acesso em: mai. 2017.

⁴¹⁸ Destaco aqui três importantes referências teóricas e historiográficas sobre a temática: Paul Gilroy (destacado na primeira parte desta tese), Amílcar Pereira e Martha Abreu. O historiador brasileiro Amílcar Pereira destacou o trânsito de ideias entre Brasil e Estados Unidos, a partir da análise da imprensa negra de ambos os países, dentro de uma lente de interpretação que privilegia e comprova a circularidade em via de mão dupla e não a simples influência de uma nação sobre a outra. Por sua vez, a historiadora brasileira Martha Abreu investigou a cultura negra, a partir da música, e destacou as conexões atlânticas entre Brasil e Estados Unidos.

⁴¹⁹ *La venus negra*. *Acción*, 6 de julho de 1935. Apresentada no jornal como a célebre bailarina de cor. A cantora e dançarina Josephine Baker (1906-1975) nasceu nos Estados Unidos, foi naturalizada francesa e alcançou fama mundial, era conhecida como Vênus Negra. Na II Guerra Mundial, compôs a resistência francesa à ocupação nazista e, na década de 50, esteve à frente dos movimentos pelos direitos civis nos Estados Unidos.

⁴²⁰ *Joe Louis*. *Acción*, 3(?) de setembro de 1935. Apresentado como grande boxeador conrazaneio. A referência a Joe Louis, grafado como Jose Luis, é frequente, utilizada como epíteto de raça negra, destaco ainda a matéria *Dos nobles gestos de Louis*, de *Orientacion*, em 28 de fevereiro de 1942. Joe Louis (1914-1981) nasceu nos Estados Unidos e foi o protagonista das principais lutas de boxe no âmbito do crescimento das ideias nazistas, quando, no auge de sua carreira, perdeu uma luta, em 1936, para o alemão Max Schmeling e, tal fato, fora utilizado como propaganda nazista. No entanto, em 1938, Joe Louis voltou ao ringue com o alemão e protagonizou aquela que é considerada a melhor luta da década de 30, derrotando o rival e recuperando seu título de campeão dos pesos pesados.

estadunidense Irene Diggs,⁴²¹ além do já referido cientista o cientista e professor norte-americano Jorge Wáshington Carver.⁴²²

Embora a imprensa negra de Melo legue poucas informações acerca do clube Renato Marán, é possível afirmar que a sua identidade era negra e que o nome de René Marán, traduzido como de praxe na língua espanhola, assim como os que referi nas linhas anteriores, foi acionado como um exemplo de um legado de luta dos grupos. Estratégia essa que era bastante comum e permite compreender quais eram os referenciais negros daquele grupo, muitos dos quais mantiveram contato efetivo com o *Centro Uruguay* e/ou suas ramificações, como, por exemplo, com duas importantes coletividades negras: *Circulo de Intelectuales, Artistas, Periodistas y Escritores Negros* (CIAPEN) e *Partido Autóctono Negro* (PAN).

O CIAPEN foi fundado na capital, em agosto de 1945, e a notícia publicada em *Acción*, foi encaminhada pelo periodista correspondente da folha em Rocha, César A. Techera. Este viria a ser secretário do *Circulo*, e, quando, por ocasião do lançamento da pedra fundamental “*del edificio donde se orientará la Cultura y el Arte Negro*”, saudou Jacinto Ferrán e os demais negros que o acompanhavam no *Centro Uruguay*, cientes de “*una responsabilidad y saben cumplir con los postulados que soñaron para el bien de los conrazaneos de Melo y toda la República*”.⁴²³ Mesmo momento em que se congratulou as *influencias beneficiosas* proporcionadas pelo *Circulo* ao viabilizar o contato com *Miss Irene Digs* e Nicolás Guillén, então recém chegados na capital. Passado pouco mais de um ano, em 1948, o presidente do *Centro* e diretor de *Acción*, Juan Jacinto Ferrán, fez-se presente em atividade de CIAPEN, na capital, em honra ao poeta negro uruguaio, Pilar Barrios, que lançara seu tão saudado livro *Piel Negra*, em 1947⁴²⁴ (ver Figura 10). A atividade compunha as festividades pelo aniversário do *Circulo*, o qual, naquele momento, mantinha um informativo nas páginas de *Acción* e também o homenageava na *exposición de prensa y pintura* que levou a efeito em Montevidéo. De acordo com a coluna publicada em *Acción*, “*la prensa de nuestra colectividad tuvo sus exponentes en la Revista Nuestra Raza, la Revista Uruguay y los Periódicos Melense Acción y Orientacion*”.⁴²⁵

⁴²¹ *Influencias Beneficiosas. Acción*, 30 de agosto de 1947.

⁴²² *Ha muerto Jorge Washington Carver. Orientacion*, 15 de fevereiro de 1945.

⁴²³ *Del Momento. Acción*, 30 de Agosto de 1947.

⁴²⁴ *Ciapen homenajeó el poeta Pilar E. Barrios. Acción*, março de 1948, s/d.

⁴²⁵ *De nuestro corresponsales informativo de C.I.A.P.E.N. Acción*, agosto/setembro de 1948, s/p. Dentre os pintores, que expuseram 40 quadros, estavam Victor Ocampo Vilaza, Ramón Pereira, Orosmán Echeverry, Enrique Soto, Ruben Galloza, Dibujos Carlos Martínez, Pedro Sabatel, Nelsón Silva. Embora

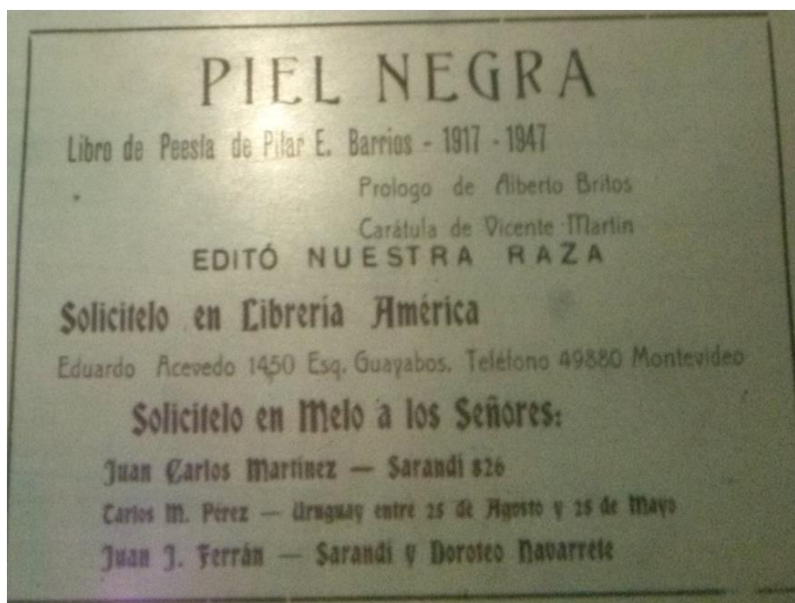


Figura 10: Anúncio de Piel Negra - Livro de Pilar E. Barrios
 Fonte: *Acción*, agosto/setembro de 1948, s/p.

Os poemas de Pilar Barrios eram uma constante nas páginas de *Acción* desde o primeiro ano de sua existência,⁴²⁶ essa presença aponta para uma considerável posição do poeta dentro da comunidade negra de Melo, o que certamente influenciou para que tanto Juan Jacinto Ferrán, de *Acción*, quanto Carlos M. Pérez de Morales, de *Orientacion*, se mobilizassem para vender seu livro na cidade, como destaque na Figura 10. Não obstante, foi o vínculo estabelecido com o *Partido Autóctono Negro* (PAN) que quero evidenciar. Nas páginas de *Acción* o vínculo aparece em 1945 quando da *Disolución del Partido Autóctono Negro*.⁴²⁷ Este fora criado em 1936, com o objetivo de defender os direitos da coletividade negra, aos moldes do *La Igualdade*, que

disponha de poucas informações acerca deste *Circulo*, não penso ser demasiado pensar que este era uma forma de gestar um espaço para os artistas da raça negra, justamente em um momento em que existia a *Asociación de Intelectuales, Artistas, Periodistas y Escritores* (AIAPE), da qual participava Nicolas Guillen, por exemplo. Esta fora criada na Argentina, em 1935, e teve filiais no Chile, Uruguai, Paraguai e Brasil, alcançando adeptos de vários outros países. Sua pretensão era reunir aqueles que se colocavam contra a cultura fascista, e teve como grande expoente Pablo Neruda, no Chile, e alcançou pessoas de diferentes países das Américas. Talvez, Guilén fosse uma exceção ou os negros uruguaios, envolvidos no *Circulo*, viram ali um modelo para também colocar as suas expressões intelectuais e artísticas. Sobre, ver Celentano, Adrián. Ideas e intelectuales en la formación de una red sudamericana antifascista. *Literatura y lingüística*, n. 17, p. 195-218, 2006; Devés, Magalí Andrea. El papel de los artistas en la Asociación de Intelectuales, Artistas, Periodistas y Escritores (AIAPE). Representaciones, debates estético-políticos y prácticas de militancia en el antifascismo argentino. *A Contracorriente: Revista de Historia Social y Literatura en América Latina*, v. 10, n. 2, p. 126-150, 2013.

⁴²⁶ O poeta foi apresentado como colaborador da folha em 15 de fevereiro de 1935 [*Nuevo colaborador*]. Alguns de seus poemas publicados foram: *Despertar de Estío*, em 30 de setembro de 1935; *Ansina*, em 25 de agosto de 1948; *La acusación*, em 30 de agosto de 1947.

⁴²⁷ *Disolución del Partido Autóctono Negro*. *Acción*, 25 de agosto de 1944.

acompanhamos no capítulo 1. De acordo com George Reid Andrews, “tenía vínculos muy estrechos con el grupo de Nuestra Raza”.⁴²⁸ E, embora os vínculos não fossem tão estreitos com *Acción*, visto que *Nuestra Raza* era porta voz do PAN, o jornal melense era um apoiador do partido. Era no grupo da referida revista que estava Pilar Barrios, assim como outros melenses (como destacado no capítulo 5), especialmente o advogado Salvador Betervide.⁴²⁹ Este foi o primeiro nome escolhido para concorrer nas eleições e, de acordo com Andrews, fora quem havia destacado anteriormente a principal bandeira do partido, a saber, a denúncia da “discriminação racial na administração pública”.⁴³⁰ Cabe destacar que em 1935, Betervide saudou o aparecimento de *Acción*, direcionando uma carta desde Montevideú, a qual deu início com a seguinte expressão: “*Para ACCIÓN periódico que tiene para mi (discúlpese el yo) valor insuperable*”.⁴³¹ Salvador Betervide faleceu em novembro de 1936, quando o partido ainda não estava reconhecido pela Junta Eleitoral, o que se deu em janeiro de 1937. Dentre as pessoas que levaram o partido adiante, e que figuraram nas páginas dos jornais negros melenses, estavam, além de Pilar Barríos, Ventura Barrios, Elemo Cabral, Trifón Macedo, Isabelino Gares, e Mário R. Méndez, que em substituição a Betervide, foi o candidato escolhido.⁴³²

As relações com estas duas organizações de cunho racial, CIAPEN e PAN, por um lado, permite compreender que a comunidade negra do Uruguai, sobretudo aquelas que estavam em Melo e Montevideú, organizaram-se as suas maneiras, tendo como fio condutor a ideia de raça. Por outro lado, aliada aos demais exemplos aqui elencados, possibilita observar as conexões e dinâmicas das culturas negras na diáspora. Nessa perspectiva, destaco as impressões de Nicolas Guillén acerca das experiências de coletividades negras no Uruguai. Guillén esteve no país em 1947, vindo do Chile, em

⁴²⁸ Andrews, George Reid. *Negros en la Nación blanca...* p. 144.

⁴²⁹ Nascido em Melo, em 1903. Formou-se em Direito em 1925 e passou a viver e trabalhar como advogado em Montevideú, onde, em conjunto com José Isabelino Gares, dirigiu o periódico negro *La Vanguardia* (1928-1929), contribuiu para a fundação da revista *Nuestra Raza*. Fundou o *Comité por la Liberación de los Jóvenes de Scottsboro* e o *Comité Contra la Guerra y el Fascismo*.

⁴³⁰ Andrews, George Reid. *Negros en la Nación blanca...* p. 144.

⁴³¹ *Del Doctor Salvador Betervide. Acción*, 15 de janeiro de 1935.

⁴³² Dentre os demais membros do partido estavam: Anibal Duarte, Carmelo Gentile, Felix Sandalio del Puerto, Severiano Pereyra, Toríbio José Fernández, Felipe Nicodemi, José Rivera (a partir de 1937), Eugenio Rolando Oliveira, Sandalio del Puerto, Victoriano Rivero, Carmelo Gentile, Pedro Duarte Aramis Chavez, Alberto Mansilla, Enrique Portugal, L. Tabarez, Juan L. Cabral, cecilio Díaz, L. González, Félix Texera (a partir de 1938).

decorrência de atividades da AIAPE e, em suas palavras, o território foi percorrido de *cima a baixo*:⁴³³

Algumas pessoas me perguntaram qual é a situação dos negros no Uruguai. Eu lhes respondi sempre que essa importante população, de notória influência na psicologia do país, vive discriminada de maneira dramática e como se nada tivesse que ver com o ser nacional. Quando disse isto pela primeira vez, lá mesmo no Uruguai, causou assombro e mais de uma pessoa me recriminou. Pois bem, o certo, na verdade, é que o negro não é linchado, claro, não batem neles; mas é maltratado, *tratado mal*. Não têm quase nenhuma figuração nos empregos públicos de alguma importância, começando pela polícia, que é um exemplo. [...] Conheci um jovem negro de inegável talento plástico (era pintor), mas não pôde passar nunca do posto de *office-boy* numa instituição bancária. Se chamava Ramón Pereira, era modesto e puro, e morreu muito jovem, pouco depois de uma exposição em que eu falei [...] Fiz-me muito amigo dos redatores de uma revista chamada *Uruguay* [...] Por último, conheci e me relacionei com uma senhora que me disse ser filha de nosso Brindis de Salas [...] Ao menos durante o tempo em que eu estive no país, os negros não possuíam uma sede adequada para suas manifestações, para as quais se valiam de galpões onde tinham lugar sempre seus bailes, seus atos noturnos, seus concertos etc, ‘como os brancos’.⁴³⁴

As impressões de Guillén são externas ao contexto, no entanto, utilizo-as aqui de forma a ampliar o olhar e não perder de vista a sociedade uruguaia e mesmo a realidade vivenciada na diáspora, pois o periodista cubano tece uma série de colocações acerca das culturas negras nas Américas, especialmente, por meio de seus representantes, poetas e artistas. Não obstante, em diálogo com a matéria *Problema racial*, publicada em *Orientacion*, que se subscreve como órgão da *prensa negra*, configura-se como representativa de matérias dispostas em ambos os jornais melenses no que tange ao papel *das sociedades de negros* em relação ao racismo:

Hemos leído en “Acción” periódico que dirige el señor Juan J. Ferrán un artículo titulado “Post Guerra” y que firma Vito Pereira Pérez en el cual se trata con muy buen criterio el problema racial que los nazis hicieran suyo para justificar la superioridad de los rubios del Norte. Pero en los hechos éste no es únicamente un problema de los nazis, sino que en nuestro medio existen hondos perjuicios frente a los ‘pardos’ y ‘negros’. Muy sensato es defender, dentro de lo más razonable, la posición de los negros y designar una de nuestras calles con el nombre del fiel Ansina, pero existe un problema fundamental para los de color al cual no se han abocado las colectividades de negros con un sentido de justa reclamación y es el que se refiere al ingreso como guardia civil en policía de Montevideo. Ninguna ley prohíbe a los ciudadanos de color el ingreso a los cuados policiales; en la capital de la República les está prohibido y no sólo eso, que los negros que aún permanecen en dichas institución desde administraciones anteriores se les ubica en sitios donde el público no los vea y con desventajas enormes desde el punto de vista económico y del asenso que de hecho les es verdad.

⁴³³ Guillén, Nicolás. *Páginas Cubanas: autobiografía de um poeta na revolução*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1982. p. 97.

⁴³⁴ É plausível que a exposição em questão fosse a promovida pelo CIAPEN, na qual expôs Pereira, e estava presente Juan Jacinto Ferrán, assim como a filha de Brindis de Salas fosse a poetisa Virginia Brindis de Salas. Idem. p. 98-99.

Frente a este problema, nos consta – y no sabemos por qué – que las sociedades de negros no han luchado en la forma que corresponde.

¿Será por la escasísima o nula colaboración de los diarios capitalaños? Nosotros que criticamos a Hitler el problema racial, lo tenemos en nuestro país.

Por eso esperamos que los hijos de Ansina no dejen de lado este problema tan fundamental, pues creen firmemente que contarán con la colaboración de nuestro pueblo democrata y humano de este pueblo que no se ilusiona con la democracia de los discursos, sino con aquella que se práctica y se cumple dentro de los principios de la libertad y justicia de que felizmente podemos hacer gala.

N de R. – Al transcribir la nota precedente lo hacemos con la esperanza de que la verdad de su contenido pueda llegar a lo íntimo de aquellos conrazaneos que tan indiferentes se muestran ante nuestros problemas.⁴³⁵

Assim como as referências reportavam ao passado, através de Ansina, estavam também no presente. No entanto, cada uma dessas referências do presente exigia que a coletividade negra estivesse unida e fazendo valer suas *sociedades de negros* na luta contra o racismo no Uruguai, que por sua vez, deveria ser de fato democrático, elemento que estava na base da argumentação dos negros melenses, visto que para eles a demanda por uma rua com o nome Ansina era válida e estava de acordo com os ditames da democracia. Demanda esta que se estabeleceu especialmente frente ao poder público local, que era quem tinha o poder de legislar, mas que também se colocava e dependia dos demais membros da raça, como forma de evidenciar que a reivindicação era de fato coletiva.

Juan Jacinto Ferrán, Carlos Morales Pérez e José Ramón Fernández (também referido pela alcunha de Ferembaro), à frente do *Comité Racial, Democrático y Patriótico*, foram os responsáveis diretos por dialogar com o poder público. A relação se dera via documentos oficiais entregues às autoridades, assim como corroborada pela publicação cotidiana da mensagem-demanda no periódico *Orientacion* (ver Figura 11). A referência a Ansina pode bem ser interpretada como parte de uma cultura histórica, em que ele é evocado como um personagem capaz de unificar um grupo, simbolizado nas possíveis divergências entre Juan Jacinto Ferrán, diretor de *Acción*, e Carlos Pérez, diretor de *Orientacion* e ex-diretor de *Acción*, ambos eram membros da diretoria do *Centro Uruguay* e ocuparam a presidência durante a existência dos jornais.

⁴³⁵ *Problema racial. Orientacion*, 23 de maio de 1945, s/p.



Figura 11: Campanha em prol da Rua Ansina

Fonte: *Orientacion*, 15 de janeiro de 1942, capa.

Interpreto que Ferrán e Perez compartilharam a bandeira de Ansina em prol da simbologia de uma identidade negra positiva e patriótica, logo, parte da Nação, gestada desde uma noção de liberdade e fidelidade. Ansina não era tratado como escravo, mas como soldado. Um soldado fiel e capaz de acompanhar e cuidar de seu companheiro de batalhas até os últimos dias de vida daquele, o que permitia que se contrapusesse preconceitos e lugares sociais legados aos grupos negros no pós-abolição ou a invisibilidade no discurso da Nação. E, corroborava ainda uma pluralização da própria cultura política daquele país, em um momento bastante propício à discussão e defesa dos valores democráticos.

A reivindicação de uma rua com o nome Ansina espalhou-se pelo Uruguai e foi acolhida, especialmente, pelas pessoas que compunham clubes negros, como fica evidente nas experiências de Treinta y Tres, cujo clube negro da cidade fora nomeado *Manuel A. Ledesma (Ansina)*, de Fraile Muerto com o *Club Social Unión Fraile Muerto* e Rocha, onde o clube negro *Club Social Renacimiento* nomeou seu conjunto artístico de Ansina. Ao lado destes estavam as coletividades negras que mantinham o *Centro Cultural y Social Uruguay* e o *Centro Social 18 de Mayo*, em Montevideu. Em Melo, a organização, que teve início em fins dos anos 30, passou a ter uma receptividade estatal um pouco mais positiva apenas a partir de 1943. Neste ano, a Junta Departamental recebeu uma representação do *Comité* e, o então, intendente municipal, Dr. Eccher, foi o portador da nota repassada pelo comitê justificando a solicitação, em reunião nacional das juntas departamentais. Porém, em 1944 a solicitação ainda não fora atendida no departamento de Cerro Largo. O grupo, no entanto, não deixou de tencionar e, aproveitando uma reunião da Junta Departamental, cuja pauta era mudança nas designações de praças, parques, ruas e avenidas, lembrou a solicitação em prol de que

“una calle lleve el nombre del también prócer de la pátria que es don Manuel Antonio Ledesma (Ansina)”. A solicitação dava conta de um terço da Paysandú, entre as ruas Pilar e Ejido, localização em que fora comprado o terreno e começado a construção da sede própria do *Centro Uruguay*.

A edição de *Acción* comemorativa da independência do país e do aniversário do *Centro Uruguay*, em 1946, dois anos após o seu retorno, trazia estampada na primeira página o cabeçalho “1825 – 25 de Agosto – 1946. *Declaratoria de la Independencia Nacional – Gloria efeméride Patria*”. Logo abaixo do título do jornal, uma fotografia de um homem negro de idade avançada, com uma barba branca e acima desta: “Ansina”. Toda a primeira página fora preenchida por um poema em homenagem a ele, assinado pelo poeta *conrazaneo* Pilar Barrios.⁴³⁶ O cabeçalho na página seguinte destacava “*La colectividad de la Raza Negra del Pueblo Cerrolarguense, aún esperan de las Autoridades Municipales la designación de la calle Ansina en honor al prócer negro*”.⁴³⁷ É evidente que a edição era uma estratégia para visibilizar a demanda e colocar-se como negros uruguaios.

A referida edição está repleta de exemplos de membros da *raza negra* acionados como exemplos positivos de uruguaios que construíram a Nação, com fotos bem destacadas, como as do poeta que abrira a edição, do correspondente da cidade de Treinta y Tres, um “*propulsor del movimiento social y cultural de la colectividad de color treintaitresina*”, o membro do clube *Manuel Antonio Ledesma (Ansina)* daquela cidade, o qual não foi nomeado e a poetisa Virginia Brindis de Salas. Porém, é o destaque conferido a César A. Techera, um *conrazaneo* de Montevideú, que chama a atenção e dá pistas dos problemas de cunho político que conferiam ainda mais faces à *problemática* em torno da demanda por uma rua com o nome de Ansina. O referido redator destaca os interesses políticos em jogo e é bem enfático em suas palavras:

Una vieja aspiración patriótica de la colectividad negra melense y de la intelectualidad – arachana es, - el designar una calle de la citada ciudad con el glorioso nombre de Don Manuel Antonio Ledesma (Ansina). “el Ultimo Soldado Artiguista” que todavía no ha sido cumplida a pesar del tiempo transcurrido.

[...] Se nos ha dicho que hay un juego intereses políticos de por medio [...] No entraré a juzgar lo que considero inadmisibile y bajo proceder de quienes están para servir al pueblo y la patria, y se dejan arrastrar por pasiones y divisas, llegando como en esto caso hasta desconocer derechos indiscutibles a quienes como ‘ANSINA’ nos legaron Patria y Libertad.

Y para terminar sólo diré que ya van corridos más de cuatro años en que fue iniciada la campaña pro calle ANSINA; y que a la presente comuna le

⁴³⁶ *Acción*, 25 de Agosto de 1946, p. 1.

⁴³⁷ *Acción*, 25 de Agosto de 1946, p. 2.

*quedan siete meses para reparar esta antipatriótica actitud, y es de esperar que así lo haga aun para justificar aquella bandera de democracia y patriotismo enarbolada en la última campaña pre electoral. El Señor Intendente y la Junta Departamental tienen la palabra.*⁴³⁸

Mesmo finda a II Guerra Mundial, as palavras “democracia” e “patriotismo” seguiram constantemente utilizadas nos escritos de ambos os jornais, articuladas à liberdade, numa franca exteriorização da cultura política gestada e transmitida por meio dos jornais. Em 1948, comemorou-se nas páginas de *Acción* a denominação concedida pelo governo nacional a um povoado no vizinho departamento de Tacuarembó: *Ansina*.⁴³⁹ A reportagem tece elogios ao ato, porém é interessante que o povoado que recebeu essa designação era, até então, chamado de *Paso* ou *Picada del Borracho*. O nome é intrigante e não foi possível achar informações que ultrapassassem meros apontamentos. Sabe-se que, já em 1868, existia a alcunha e que a localidade era composta por trabalhadores que ofereciam o serviço de atravessadores pelo rio Tacuarembó e, talvez, tivessem o hábito de consumir álcool.⁴⁴⁰ Restam alguns questionamentos: eram negros? Seriam negros que optaram por um controle do seu tempo e cujos hábitos eram estranhos às demais pessoas com as quais tinham contato? Isso mobilizou o nome conferido ao local? O que se sabe é que as denominações eram modificadas mediante solicitação e aprovação de políticos responsáveis e não foi possível encontrar o solicitante dessa demanda. É plausível que se tratasse de um lugar com presença de negros e o intuito fosse de positivar a localidade. Além disso, foi nesse período que a localidade teve uma maior organização, recebendo a instalação de uma escola. Tendo em consideração que a localidade recebeu uma estátua de *Ansina*, embora não tenha localizado a data que o monumento foi lá inaugurado, acredito que dificilmente estaria em um lugar que não se identificasse com a referência ao fiel escudeiro de Artigas, o negro *Ansina*. A estátua, inclusive, reproduz a imagem que estampou a primeira página de *Acción* no dia da independência, em 1946.

A referida localidade recebeu o nome de *Ansina* sem referência ao nome completo, e *Ansina* tratava-se de um apelido bastante comum. Isso não é incomum em tratando-se de pessoas negras e que tiveram seus nomes invisibilizados pela história por muito tempo. Encontra-se aí outro problema de ordem histórica. O nome de rua reivindicado pelo *Comité*, em Melo, foi concedido em cidades como Salto, Treinta y

⁴³⁸ *¡Todavía Melo, no tiene calle “Ansina”!* *Acción*, 25 de agosto de 1946, s/p. Grifos do original.

⁴³⁹ *Acción*, agosto-setembro de 1948, p. 2.

⁴⁴⁰ Arregui, Miguel (E.). *Uruguay Pueblo a Pueblo*. S/L: El Observador, 2003, p. 505.

Tres, Rivera e Rocha em decorrência das demandas posteriores à repatriação dos restos mortais de Ansina, que se deu em 1940. Como destaquei algumas páginas atrás, o nome da rua era *Manuel Antonio Ledesma (Ansina)* e foi sobre esse nome que se deu toda a reconstrução histórica e valorização evidenciada por meio das páginas dos periódicos raciais *Acción* e *Orientacion*. No entanto, Manoel Antonio Ledesma e Ansina seriam pessoas diferentes e as autoridades do governo nacional do Uruguai sabiam disso, pois encomendaram uma investigação ao Instituto Histórico e Geográfico do Uruguai em 1927,⁴⁴¹ em decorrência da solicitação de repatriação dos restos mortais de Ansina, que se encontravam no Paraguai.

Manuel Antonio Ledesma teve sua existência documentada pelas pesquisas solicitadas pelo governo nacional, nestas ele figurava como um sargento, que atuou junto a Artigas e o acompanhou até o Paraguai, mas lá chegando foi dispensado junto a outros soldados. Já Ansina seria o apelido, ou uma forma carinhosa, pela qual se denominava Joaquím Lenzina, podendo ser, inclusive, uma variação de seu sobrenome. Este não teve a existência comprovada por meio de documentação de caráter oficial, mas lhe é atribuída uma vasta obra poética recuperada a partir dessas investigações e teria sido ele o fiel escudeiro de Artigas.⁴⁴² E quem as guardou foi Ledesma que o teria reencontrado após a morte de Artigas. Ambos eram negros e teriam lutado junto a Artigas. Naquele momento, recusou-se a possibilidade de repatriar os restos mortais de Ansina, visto que ele poderia nem ter existido e não havia pistas materiais de seu sepulcro. Em 1940, repatriaram os restos mortais de Manuel Ledesma, mas as indefinições sobre a identidade e existência de *um* Ansina foram mantidas. Foi a imagem de Ledesma a base para as esculturas de Ansina e a reproduzida nos periódicos *Acción* e *Orientacion*. Como Ansina era um apelido comum, poderia ser qualquer pessoa, talvez Joaquím Lenzina como afirmara Ledesma. É consenso apenas que se tratava de um negro, com o nome não registrado, em documentos históricos escritos, mas vivo na memória dos negros uruguaios.

Pode ter sido uma estratégia oficial ocultar os documentos que comprovassem a existência de Ansina, não se pode esquecer que tal possibilidade não está isolada e, tampouco, é proposição nova na história da América Latina. A título de reflexão e para

⁴⁴¹ Acevedo, Pablo Blanco; Ferreiro, Felipe; Arredondo Hijo, Horacio. Documentos Oficiales. In: *Revista del Instituto Histórico y Geográfico del Uruguay*. Tomo V, nº 2, p. 731-750, 1927.

⁴⁴² Os poemas atribuídos a Joaquím Lenzina foram organizados na seguinte coletânea: Equipo Interdisciplinario de Rescate de la Memoria de Ansina (EE.). *Ansina me llaman y Ansina yo soy*. S/L: Rosebud Ediciones, 1996.

evidenciar questões próprias do campo da História, sugiro os seguintes questionamentos acerca do lugar ocupado por pessoas negras na história das independências, tal como observaram os pesquisadores George Reid Andrews, Alejandro Solomianski e Florencia Guzmán: teria Bartolomeu Mitre construído a retórica sobre o negro *Falucho* como um soldado leal às forças independentistas, e um suicida frente ao exército espanhol, para gestar um (não) lugar aos negros na Nação Argentina ainda no século XIX?⁴⁴³ Como e quando María Remedios del Valle fora construída como mãe da pátria Argentina?⁴⁴⁴

Somando-me a eles, questiono se estamos frente a uma artimanha da escrita da história positivista que se isentou de conferir nomes às pessoas comuns, mas soube utilizá-las quando julgou importante? As autoridades de Melo sabiam das discussões acerca da identidade de Ansina? Os grupos negros foram informados? As fontes não me permitem responder que sim, todavia ficou evidente que os grupos negros de Melo e dos locais com os quais mantiveram contato estreito souberam acionar Ansina como um símbolo da raça negra. Nunca entendido como uma exceção, inserido em uma tradição de homens e mulheres negros que serviram suas pátrias, das quais as pessoas negras daquele momento eram descendentes. E, os acionavam também para forjar formas de ver representados outros homens e mulheres negros do presente no centro de uma história nacional, em que ser negro e oriental (uruguaio) era vivenciado de forma intensa. Afinal, assim como Ansina era acionado como um homem repleto de valor, um verdadeiro ancestral, aqueles homens e mulheres que apareceram nas páginas da imprensa negra melense também o eram entendidos assim. Nesse sentido, o fragmento da matéria a seguir é bastante ilustrativo:

En estos momentos en que la Raza Negra se apresta a conmemorar un nuevo aniversario de la abolición de la esclavitud, considero oportuno decir una palabras [...] El Uruguay cuenta ya, con relativos valores individuales que aleccionan y ejemplarizan a la o en la colectividad, tales como el consagrado pintor Ramón Pereyra, el cantante Ayala Rondeau, el historiador Pedro María Corréa, [ilegível] los autores dramáticos Menciondo y Carlos Cardozo Ferreira, el poeta Pilar Barríos, el joven y brillante tribuno Mario Leguizamón Montero; hombres de inciso como Allonso Sosa, Telésforo de los Santos, Trifón Macedo, Atilio Pereyra, etc. y muchos más tal vez olvido que no conozco. Pues bien, todo esto debe ser

⁴⁴³ Bartolomeu Mitre foi um intelectual da nação argentina e presidente do país entre 1862 e 1868. Sobre Falucho e a nacionalidade Argentina, ver: Solomianski, Alejandro. “El negro Falucho” y la subalternización sistemática de lo afroargentino. pp. 229-247. Disponível em: <http://www.cea2.unc.edu.ar/africa-orientemedio/libros/afrodescendientes/10Alejandro-Solomianski.pdf> Acesso em: 28 jan. 2015.

⁴⁴⁴ Guzmán, Florencia. “María Remedios del Valle. ‘La Capitana’, ‘Madre de la Patria’ y ‘Niña de Ayohuma’”. Historiografía, memoria y representaciones en torno a esta figura singular.” *Nuevo Mundo Mundos Nuevos. Nouveaux mondes mondes nouveaux-Novo Mundo Mundos Novos-New world New worlds*, 2016. Disponível em <https://nuevomundo.revues.org/69871#tocto1n4> Último acesso em janeiro de 2017.

*aprovechado, enaltecido, unificado, todo esto reclama un espíritu generoso, profundo, consciente del destino de su raza, del aporte cultural, humano, caliente, de su raza en este nuevo mundo que se inicia, porque todo esto apunta en el esfuerzo por llegar a lo que el gran Unamuno decía por carta a Nicolás Guillen cuando se refería al color universal La Raza Negra, (alegre y sufrida) tiene derecho, tal vez más que ninguna a reclamar sus derechos humanos en un mundo más fraternal y justo. Anselmo I. García lo sabe, es hombre que no vive de ilusiones, anti racistas instintivo quiere confundir su raza en el conjunto social y en la lucha. Las necesidades de organización y defensa de la Raza, deben estar siempre en relación directa con los prejuicios raciales que la perjudican, así piensa García y no va más allá del problema, evita agudizarlo hasta situaciones innecesarias, ficticias en nuestro medio social o reales en otros países (Estados Unidos por ejemplo), donde se justifica un racismo solidario, un odio activo y reivindicador; es entonces, Anselmo I. García, la vena que empuja, moraliza y sostiene el justo equilibrio unificador de la raza y esto es muy necesario destacar para hacer justicia, al mismo tiempo que se señala un norte seguro para la noble raza de María Remedios, Falucho y Ansina.*⁴⁴⁵

A contextualização das práticas de sociabilidade racializadas em Melo e suas ramificações observadas pelas páginas dos dois periódicos da imprensa negra, *Acción e Orientacion*, permitem que eu interprete a figura de *Ansina* como uma busca por inserção na identidade nacional de uma coletividade que não sabia ao certo quantos eram. Uma coletividade que era heterogênea e vivenciava problemas comuns aos que as pesquisas para o Brasil vêm apontando em termos de sociedades pós-abolição. E uma coletividade que, com uma série de divergências, se uniu em prol de uma representação, que comporta uma leitura de seu passado. A qual conformava entre os anos de 1940 e 1950, uma cultura histórica parte de uma cultura política construída. E, que projetava o significado de liberdade que os *conrazaneos* de Melo, do Uruguai e da diáspora africana de uma forma geral, esperavam alcançar, com o fim dos preconceitos baseados numa ideia de raça, que permitiria condições iguais de acesso aos direitos e deveres para todos os cidadãos, independente de qual *raça* eles compartilhassem. Demanda esta que foi entendida ainda na década de 40 como de um “*movimiento social y cultural de la raza negra*”.⁴⁴⁶

O clube é aqui entendido como parte central de tal movimento, elevado ao significado de escola ao desempenhar o papel de uma *Casa de cultura* nas palavras do intelectual negro Elemo Cabral, morador de Montevideú, que o identifica como “*la organización decana entre las organizaciones negras del país*” e faz a seguinte ressalva ao final de seu texto “*¡Casas de Cultura – tantas como Escuelas! ... No una más, sino como Esta – un templo sin religión sin secta ... huérfana de egoísmo y de perjuicio –*

⁴⁴⁵ Anselmo García y la Unidad. *Accion*, 25 de janeiro de 1944, s/p.

⁴⁴⁶ *Nuestros valores. Acción*, 30 de agosto de 1947, s/p.

Casa del pueblo y para el pueblo”.⁴⁴⁷ Era por meio do *Centro Uruguay*, a instituição negra mais antiga em atividade no país, que se estabeleciam as relações sociais locais e para além da cidade de Melo. Argumento que se fortalece a partir da perspectiva divulgada em *Orientacion*, de que esta era a instituição mais bem organizada da cidade e era reconhecida como a casa da raça em um contexto de migração para a capital, que marca a primeira metade do século XX, no Uruguai. Nesse sentido, a criação do *Comité de ayuda al Comité Pro edificio del Centro Uruguay* é bem elucidativa. Este foi fundado em 21 de fevereiro de 1946 na capital da epública por Pilar Barrios (presidente), Trifón Macedo (vice-presidente), H. Pérez Morales e Elemo Cabral (secretários), Modesto de la Cruz (Tesoureiro), Juan J. Betervide (1º tesoureiro), Telésforo de los Santos, Liguizamón Montero, Julián M. Fernández, Ceferino Nieres, Juan C. Sosa, Alfonso Sosa, Pablo Coles Pablo Coles (secretários suplentes)⁴⁴⁸ e, é bom lembrar que Coles, como correspondente de *Orientacion*, redigiu a denúncia de discriminação racista na polícia de Montevideú, em 1944, referida anteriormente. Somase à existência anterior do *Comité Hijos de Melo*, criado em 1927, também na capital,⁴⁴⁹ no qual estava Trifón Macedo, Florentino Moreira Nicomedez Barboza, Cecílio A. Diaz, Primo Montiel Valentin Pereira, Juan Carlos Nierez e Mario Rufino Méndez dentre os adeptos. Trifón Macedo e os membros da direção do *Comité de ayuda al Comité Pro edificio del Centro Uruguay* (1946), Pilar Barríos, Elemo Cabral e Ceferino Nieres, também havia feito parte do PAN e reconheciam no *Centro Uruguay* uma organização da raça negra, como é possível observar no depoimento da filha de Rufino Méndez, Margarita:

*Un día, mi padre toma contacto con una serie de personas de la raza que lo vienen a ver y a conversar con él y forman una comisión para fundar un lugar donde los negros pudieran reunirse, lo que fue después el Centro Uruguay. Él fue el presidente hasta que después, en el 40, se forma el Partido Negro, donde él también fue primer candidato a las elecciones para la Cámara Baja.*⁴⁵⁰

Sendo o *Centro Uruguay* a instituição mais antiga da raça negra e a casa da raça da população melense, não era infundada a solicitação de que a rua a ser nomeada Ansina fosse aquela em que os melenses haviam conseguido comprar, a duras penas,

⁴⁴⁷ *Casas de cultura tantas como Escuelas. Acción*, 25 de agosto de 1946.

⁴⁴⁸ *Se constituyó en Montevideo, el Comité de Ayuda a nuestro Comité Pro Edificio. Acción*, 25 de março de 1946.

⁴⁴⁹ Este *Comité* é mencionado em *Acción* como o primeiro criado fora da cidade. *Ejemplar y Loable Iniciativa. Acción*, 15 de janeiro de 1935; *Libro de Actas del Comité “Hijos de Melo”* (atas consultadas: nº 2, de 5 de janeiro de 1927, nº 18, de 25 de maio de 1927).

⁴⁵⁰ Porzecanski, Teresa; Santos, Beatriz. *Historias de Exclusión...*p. 60.

um terreno, via arrecadação do comitê pró edifício e pelas iniciativas a ele vinculadas na capital da República. Felizmente, a luta coletiva em prol desta nomeação frente ao poder público não foi em vão. Em 1º de fevereiro de 1950, o Intendente Municipal reportou ao *Centro Uruguay* uma cópia do decreto informando que o projeto que autorizava a nomeação da rua fora encaminhado para aprovação. E, em 1951, o cabeçalho de *Acción* passa a vir seguido da seguinte informação: “*sede social en construcción: calles Ansina y José P. Varela*”. Local que foi construído a partir dos próprios associados, com o auxílio financeiro para a compra do material, como na *Campaña del Metro de Piso*, idealizada e conduzida pelo *Sub Comité de Damas Pro Edificio*,⁴⁵¹ e a mão de obra daqueles que desempenhavam o ofício de construtor, com destaque para Telésforo Machado, que ajudou a levantar as paredes. Tão logo erguidas, tratou-se de improvisar uma lona para cumprir às vezes de telhado e dar por inaugurada a sede própria do *Centro Uruguay* na rua que, até a atualidade, conserva o nome de Ansina e a sede em funcionamento, motivo de orgulho e reconhecimento aos *conrazaneos* de Melo.

É importante atentar que o documento acerca da nomeação da rua foi encaminhado ao *Centro Uruguay*, este era o grande espaço social autoidentificado e identificado pela sociedade como a *Casa de la Raza Negra de Melo*. Fora a partir dele e sem romper com ele que se desenvolveu o periódico *Acción* e *Orientacion*, inclusive mantendo associados responsáveis por/em ambas as experiências jornalísticas ao mesmo tempo ou em momentos alternados. Tanto Juan Jacinto Ferrán, Carlos M. Pérez Morales e José Ramón Fernandez quanto Telésforo Machado (que esteve na fundação do *Comité Cerro Largo de Homenaje Ansina*) mantiveram-se ativos nos dois jornais. Ora representando o *Comité Racial Democrático y Patriótico* (que ocupou o lugar central na reivindicação), como no caso de Juan Jacinto Ferrán e suas aparições referidas nas páginas de *Orientacion* mesmo quando *Acción* já voltara a circular, ora nas páginas do próprio *Acción*, porta-voz oficial da comissão pró sede própria, com matérias assinadas por Carlos M. Pérez Morales, colaborador do jornal desde 1935 e que após o fim de *Orientacion*, sobretudo a partir de 1946, eram precedidas do destaque *especial para Acción*.⁴⁵²

Acompanhar o contexto e as circunstâncias envoltas na demanda pela nomeação de uma rua na cidade de Melo por meio de pessoas que compunham o *Centro Uruguay*

⁴⁵¹ *Campaña del Metro de Piso. Acción*, novembro de 1951. Retomo esse assunto no capítulo 8.

⁴⁵² *El Principio del Fin. Acción*, 25 de agosto de 1946.

e mantiveram dois jornais da imprensa negra, um deles diretamente ligado ao clube – *Acción* – enquanto o outro era dirigido e administrado por um presidente do clube e associados durante todo o período – *Orientacion* – permitiram destacar como a demanda central desenvolveu-se em torno da história nacional. Esta, na visão daquelas pessoas que nos legaram *outras* escritas da história pelas páginas da imprensa, deveria comportar os negros. Esse processo evidencia as hierarquias existentes e omissões no imaginário da Nação.

Os negros de Melo transitavam em diferentes espaços e também recebiam pessoas de diferentes cidades, da fronteira brasileira e de outros países, como Argentina e Cuba, discutiam a situação do negro no Uruguai, afirmavam as suas existências e estavam em contato com as perspectivas que chegavam dos outros lugares, o que ficou evidente ao observar a constância da manutenção de correspondentes de ambos os jornais em outras localidades como no povoado de Río Branco, destacando duas colunas publicadas em *Orientacion*, intituladas *Corresponsal en R. Branco*, publicada a partir de 15 de maio de 1942, e *Desde Río Branco*, publicada a partir de 30 de novembro de 1944, nas quais se destacava o contato com a comunidade negra de Jaguarão. O foco esteve em Melo, porém as ligações com outros espaços eram frequentes e dão conta de iluminar um contexto maior de redes de política e cultura afrodiaspórica que contempla também o extremo sul do Atlântico.

Capítulo 7 – O Grupo Escolar José do Patrocínio entre um Cordão Carnavalesco e um Clube Cultural

Em ata de assembleia geral do *Clube Carnavalesco Fica Ahí Prá Ir Dizendo* de 1953, a primeira daquele ano,⁴⁵³ foram relatados os meandros da reunião, estando presentes os membros da diretoria eleita na última assembleia geral⁴⁵⁴, Francisco Vargas (presidente); Orlando Pereira e Pedro Rodrigues (vice-presidentes); Flávio Dias e Ipomacy Barbosa (secretários); Valdemar Ferreira e Francisco de Paula Moraes (tesoureiros); Antônio Moraes e Milton Dias (oradores), Francisco de Paula Dutra (diretor) e Rubens Lima (diretor de publicidade) (ver Figura 12). Na pauta do dia, um assunto sempre difícil de resolver: finanças. O presidente colocou a necessidade de aumentar as mensalidades e a joia, sob a justificativa de que os gastos estavam muito elevados. No entanto, ele foi contestado por um dos tesoureiros que via nesse ponto mais um impedimento do que uma estratégia positiva. A ideia aprovada foi que eles precisavam ter em mente a mudança para a tão almejada sede própria, que, certamente, atrairia novos associados. Resolvem então fazer uma campanha incentivando as novas associações, estas estariam isentas de pagar a joia até um mês antes da inauguração da sede nova. Porém, a viabilidade da sede nova também estava condicionada à arrecadação financeira prévia e isto não estava dando-se de forma satisfatória.



Figura 12: Membros da diretoria do *Fica Ahí*

Fonte: Acervo privado de Marina Laura da Silveira Dutra e Galeria de Honra do *C.C. Fica Ahí Prá Ir Dizendo*

Nota: Da esquerda para direita: Francisco de Paula Vargas, Francisco de Paula Moraes, Rubens Lima e Francisco de Paula Dutra.

⁴⁵³ A reunião deve ter ocorrido entre fins de março e início de maio, visto que a ata 504 refere à reunião do dia 30 de março de 1953 e a posterior, 506, refere o dia 05 de maio de 1953. *Clube Fica Ahí Prá Ir Dizendo. Livro de atas de Assembléia, Conselho e Diretoria (1947-1957)*. s/d, ata n° 505.

⁴⁵⁴ Realizada em 15 de setembro de 1952.

A sugestão debatida era relativamente simples, mudar de clube carnavalesco para clube cultural. Entretanto, os significados sobre as duas nomeações eram entendidos como bem diferentes pelos membros da diretoria, tanto que, na primeira votação para decidir sobre a mudança, defendida por Francisco de Paula Dutra e Francisco de Paula Moraes e contraposta por Francisco de Paula Vargas, sendo que o resultado fora de 15 votos favoráveis e 14 votos contrários. Para compreender os significados faz-se necessário acompanhar os desdobramentos desta e das próximas reuniões. De pronto destaco que a colocação do vice-presidente Pedro Rodrigues é emblemática acerca da discussão que se estabelecera, o então secretário redigiu que Pedro teria dito que: “com esta votação se demonstrou que os sócios não têm cultura”. Como o trâmite de registro das atas era bastante rígido em termos de controle sobre o que era relatado, comportando a redação e aprovação na reunião posterior, e, quando da mesma, não houve nenhuma contraposição quando de sua leitura, adoto essa informação como um indício dos significados e estratégias em jogo. São os significados atribuídos à cultura por membros do clube negro *Fica Ahí*, mas também aqueles atribuídos nos outros clubes dessa região que acompanharemos neste capítulo.

Atento para os termos atribuídos pelos próprios grupos negros e seus indivíduos passíveis de serem aqui interpretados, assim como as articulações com os demais clubes negros da região e coletividades outras. Nas páginas seguintes, destaco aquilo que conforma um projeto coletivo, em rede, mas também atento para aquilo que foi projeto de um único clube em termos de proposta e/ou de execução. Almejo assim apresentar elementos que nos permitem apreender uma ou mais das dimensões da cidadania atravessada pela ideia de raça na história do pós-abolição no sul do Brasil, como a cultura e a política, por exemplo.

Na perspectiva de Pedro Rodrigues, carnaval e cultura tinham acepções bem diferentes, na de Francisco de Paula Dutra e Francisco de Paula Moraes a nomenclatura cultural era mais condizente com a situação do clube, já para Francisco de Paula Vargas a nomenclatura carnavalesco não deveria nem estar em questão, mas sim o aumento das mensalidades e joias. Ao que parece há um elemento não nomeado objetivamente, mas frente ao qual se colocam as comparações e opiniões e esse elemento é o financeiro. Realçado quando, Francisco de Paula Moraes, responsável pela prestação de contas, cobra a ajuda dos associados do clube que são trabalhadores pedreiros, mas não auxiliam na comissão de obras da sede nova, atividade que mais exige dinheiro. Cobrança esta feita logo após a divulgação do resultado da votação, em que por um voto

de diferença venceu a manutenção do nome atual, carnavalesco. Não obstante, registrou-se que Paula Morais, o qual havia se colocado contrário ao aumento das mensalidades no início da sessão, informou que pediria verba aos associados. Ele teria feito a ressalva que tal pedido decorria do fato de não poder contar com auxílio do governo estadual. Se, por um lado, parece consenso que os termos carnaval e cultura no âmbito daquela reunião significam coisas diferentes, por outro, aparenta que essa discussão é bastante complexa e que a cultura, mesmo que ainda não tenhamos elementos suficientes acerca do significado atribuído a ela, permitia acessar um auxílio do poder público que o carnaval não permitia.

Vale recordar que, ao longo do capítulo 5, acompanhamos aquilo que nomeei por *mobilização recreativa* ao referir o surgimento e primeiras décadas de funcionamento dos clubes criados na região da fronteira. Não obstante, cinco anos antes da discussão sobre a troca do nome do *Fica Ahí*, em 1948, registrava o seu estatuto *Os Zíngaros*, de Bagé. O clube apresentava-se como *uma instituição recreativa* e não consta a palavra *cultura*. No tocante as atividades do clube, referem-se apenas aos festejos no período carnavalesco, nos quais fora deliberado que o bloco carnavalesco “todos os anos sairá a rua”.⁴⁵⁵

No estatuto d’*Os Zíngaros*, os termos carnaval e recreativo parecem ter significados compatíveis, em outro ponto da fronteira imediata com o Uruguai e avançando alguns anos, mais precisamente em Jaguarão, no ano de 1958, outros indícios colocam-se em outra reunião de diretoria, agora no *Club 24 de Agosto*. A reunião também foi registrada no livro de atas daquele clube, mas, mais que isso, a transcrição do estatuto do clube, que esteve em discussão nos meses anteriores.⁴⁵⁶ O clube era definido como “uma sociedade cultural e recreativa de natureza civil”, já no 2º artigo do capítulo 1º é feita a seguinte colocação:

Artigo 2º- O Clube tem for fim:

- a) Na parte cultural, promover conferências, palestras, leituras de livros, jornais e revistas, manter pequena escola de alfabetização e trabalhos manuais, destinada aos sócios e suas famílias, bem como aos que dela quiserem se valer;
- b) Na parte recreativa, proporcionar aos sócios, bailes, reuniões e outras diversões permitidas em boa sociedade.⁴⁵⁷

⁴⁵⁵ *Estatutos da Sociedade Recreativa Os Zíngaros*. Bagé: Typografia da Casa Maciel, 1948. p. 3 e p. 25.

⁴⁵⁶ Este estatuto foi requerido em Sessão de Assembleia Geral realizada em 27 de junho de 1958 e registrado no Registro Oficial – Fórum de Jaguarão em 1962. *Estatutos do Club 24 de Agosto – Jaguarão*, 1962, folha de rosto e p. XI.

⁴⁵⁷ *Livro de atas de diretoria e assembléia do Club 24 de Agosto (1955-1959). Estatutos do Club 24 de Agosto*, p. 24v.

É por meio dos termos acionados pelos próprios associados dos clubes que vou destrinchando o significado da noção de cultura naqueles espaços de sociabilidade negra, sobretudo a partir do ponto de vista daquelas pessoas que compunham as diretorias e têm seus nomes e ideias registrados nas atas e nos estatutos. A cultura, aparece vinculada à ideia de educação, por vezes, complementar a atividades tidas como de caráter de ensino, como as palestras e conferências, assim como cumprindo a vez de uma educação formal, o que aponta para as necessidades internas dos clubes e as especificidades de cada coletividade. Nesse sentido, o estatuto do clube de Jaguarão prevê a manutenção de uma “pequena escola de alfabetização e trabalhos manuais, destinada aos sócios e suas famílias, bem como aos que dela quiserem se valer”.⁴⁵⁸ As profissões dos fundadores – jornalista, comerciante, sapateiro, mecânico e motorista – somadas ao intuito de manutenção de uma escola indicam o baixo acesso à educação formal, ainda em meados do século XX, pelo grupo negro.

E, dessa forma, apontam também a busca pelo direito civil de acesso à educação por meio de um espaço de sociabilidade, assim como a introjeção de uma ótica de formação para o trabalho, ao destacar as ocupações manuais, seguindo a lógica dos ofícios que se apresentavam como disponíveis ao grupo no pós-abolição, fosse na década de 20, fosse na de 50. Nesse sentido, é ilustrativa a referência que o jornal *Acción*,⁴⁵⁹ de Melo, fez a Booker T. Washington, como vimos no capítulo 4.

Tinha-se ainda a formação de bibliotecas, cuja aquisição dos acervos dava-se principalmente por doação, como no caso do clube de Melo que, em princípios da década de 1930, inaugurou a *Biblioteca Antonio Gianola*.⁴⁶⁰ O registro do referido momento está na Figura 13. Por conseguinte, a passagem, referente ao clube de Melo, é ilustrativa de retórica comum:

Mucho ha hecho nuestro Centro por la cultura de la Raza, y de ella es prueba evidente la formación de la biblioteca social que viene realizando lenta, pero seguramente.

Esta obra de capital importancia, debe ser completada por todos y cada uno de nosotros, esforzándonos por elevar el nivel de nuestra cultura, aprovechando para ello todas las oportunidades que se nos presenten y buscando los medios para que todos nuestros asociados reciban la

⁴⁵⁸ Livro de atas de diretoria e assembléia do Club 24 de Agosto (1955-1959). Estatutos do Club 24 de Agosto, p. 24v.

⁴⁵⁹ *Acción*, 27 de novembro de 1935, capa.

⁴⁶⁰ Nome dado em homenagem ao doador de uma estante e de 100 livros. Don Antonio Gianola foi político e empresário local. A biblioteca recebeu também doações do ministro da instrução pública José Otamendi quando de sua estada na cidade em decorrência das atividades que visavam levar a cultura ao interior do país, por meio do trem cultural. *Semanário Cerro Largo*, 9 de setembro de 1988. Entrevista com Juan Jacinto Ferrán, p. 5.

*enseñanza más completa posible, afianzando y dando relieve a su propia personalidad.*⁴⁶¹

Nessa perspectiva, a formação de uma escola, assim como a manutenção de bibliotecas são exemplos das necessidades e valores a serem compartilhados e demonstrados no espaço público. As bibliotecas, por sua vez, figuram como um signo distintivo da sociedade culta e todos os clubes sociais aqui abordados esforçaram-se por manter uma.



Figura 13: Inauguração da Biblioteca Antonio Gianola

Fonte: Acervo pessoal de Ramón Farias

Nota: Sede do *Centro Uruguay*, década de 1930.

Já a escola permite acessar as necessidades do grupo e, ao mesmo tempo, observar particularidades locais, que não corroboram a perspectiva historiográfica, desenvolvida por George Andrews, de que os negros envolvidos na manutenção desses clubes sociais eram membros de uma classe média negra ou, mesmo, de uma elite.⁴⁶² É certo que as pessoas que constituíram e mantiveram os clubes não eram necessariamente iguais a outras pessoas negras, em termos de acesso a direitos ou mesmo no quesito estabilidade/garantia financeira. No entanto, a expressão *elite* serve mais para homogeneizar *um grupo negro* desde uma ideia de completo afastamento da marginalização na sociedade, que, por sua vez, bem parece ser o tom da comparação na ideia de elite negra, do que para observar as diferenças e similaridades dentro desta *comunidade negra imaginada* no que tange ao enfrentamento ao racismo, e suas respostas à racialização. Nessa comunidade imaginada muitas vezes vivia-se a partir de

⁴⁶¹ *Por nuestra cultura. Acción*, 6 de julho de 1935, capa.

⁴⁶² Andrews, George Reid. *América Afro-latina...*p. 160-161.

condições objetivas que em nada se assemelhavam a elite, como os papéis sociais desenvolvidos por meio dos clubes permitem entrever. Ainda em relação a alguma forma de garantia financeira, os indícios não fortalecem esse argumento, vale lembrar que, por exemplo, os fundadores do *Club 24 de Agosto* não possuíam trabalho fixo. E era uma constante nas páginas dos jornais da imprensa negra, a solicitação para que associadas e associados, e mesmo assinantes das referidas folhas, mantivessem as mensalidades/assinaturas em dia, não sendo raras as interrupções na circulação das folhas e o cerrar de portas de sedes alugadas sob a alegação de problemas financeiros. Vários membros da comunidade negra, inclusive fundadores do clube de Melo e de Jaguarão, talvez não possuísem nem as primeiras letras.

A busca por educação formal e formação para o mercado de trabalho, por intermédio dos clubes, aparece com afinco na história do *Fica Ahí*. Faz-se necessário pontuar a conexão deste espaço com ideias que circulavam há mais tempo pelas bandas do sul do Brasil. Esse clube insere-se nas atividades culturais diretamente voltadas à educação na década de 1930.⁴⁶³ Naquele momento, já buscava-se viabilizar a construção da sede própria,⁴⁶⁴ discussão encontrada em todos os clubes aqui pesquisados, sendo que, durante o período compreendido pela pesquisa, o *Centro Uruguay*, o *Floresta Aurora* e o *Fica Ahí* obtiveram tal êxito.⁴⁶⁵ Ênfase que a não propriedade da sede não impedia o estímulo à manutenção de bibliotecas e de aulas, o que alerta para o principal fator externalizado nos clubes sociais: a sociabilidade como necessidade. E é perscrutando esta que acessamos as normas de conduta e códigos de valores próprios aos grupos negros que faziam parte desses espaços. Não no sentido de isolamento ou de

⁴⁶³ Como abordei em outro momento por meio da análise dos laços com a *Frente Negra Pelotense*. Ver especialmente os capítulos 3 e 4 em: Silva, Fernanda Oliveira da. *Os negros, a constituição de espaços...*

⁴⁶⁴ Como destaquei em minha dissertação, o clube *Fica Ahí* desempenhou suas atividades em três sedes alugadas, localizadas no centro da cidade. Nos seus primeiros anos, alugou sede na Rua Félix da Cunha, 815. Ainda na década de 1920, transferiu-se para a Rua Cassiano do Nascimento, próximo à Rua Gonçalves Chaves. E, em 1935, o clube voltou a se localizar na Rua Félix da Cunha, 774, onde permaneceu até a inauguração da sede própria.

⁴⁶⁵ *Os Zíngaros* recebeu a doação de um terreno para a construção de sua sede em 1959, localizado na rua Dr. Veríssimo, próximo ao centro da cidade, aos fundos da cadeia municipal. No termo de doação, que fora concedido pelo poder público local por meio da lei municipal de Bagé, consta a exigência de que a construção não ultrapassasse 3 anos, ou seja, 1962, no entanto, não disponho de fontes para afirmar que o prazo foi cumprido. O historiador Tiago Silva informa que, em fins da década de 60, o clube já estava na sua sede própria, na qual desenvolve suas atividades até hoje. Agradeço ao referido historiador pelo envio de cópia do termo de doação. Prefeitura Municipal de Bagé. Lei Municipal nº 774. 21 de maio de 1959; Silva, Tiago Rosa da. Sociedade Recreativa e Cultural *Os Zíngaros*: apontamentos iniciais sobre a trajetória de um clube negro da cidade de Bagé/RS no pós-abolição. *Anais do XIII Encontro Estadual de História da ANPUH RS*, 2016. Disponível em http://www.eeh2016.anpuh-rs.org.br/resources/anais/46/1472675763_ARQUIVO_Texto_Completoanpuh2016_Tiago.pdf. Acesso em: mar. 2017.

essencialização, mas de preceitos que balizam as experiências de homens e mulheres marcados pela cor da pele, em um espaço gestado por eles e para eles, mas que, de forma alguma, tornava homogêneo o grupo.

Existia a premissa de que os associados compartilhassem um universo de valores a partir do qual visavam contrapor as críticas e estereótipos que recaíam sobre eles, e que justificavam o impedimento da entrada em outros clubes. Nesse sentido, faz-se necessário advertir que, configura ponto comum na memória de pessoas que participaram de clubes atitude discriminatória em outros clubes, nomeados como *clubes de brancos*, mas silenciado nas fontes oficiais escritas.⁴⁶⁶ Silenciamento que interpreto como forma de compreender as possibilidades reais do momento e também o entendimento público que os associados e as associadas tinham da segregação naquele momento. Esta, por sua vez, não tinha o poder de restringir a circulação de padrões culturais.

A inserção em um padrão cultural é observada a partir das páginas do *A Alvorada*, editado em Pelotas, e no qual estavam presentes muitos dos membros do *Fica Ahí*. Dentre estes, aquele que ocupava a função de diretor de publicidade na diretoria constituída em 1953, referido ao início do capítulo, Rubens Lima. Este, um funcionário portuário, não apenas escrevia no jornal como, naquele momento, era também o proprietário e diretor gerente. Este jornal permite acessar elementos muito semelhantes aos que apareciam em Melo, visto que, embora o diretor gerente fosse membro do *Fica Ahí*, nem todos seus redatores eram membros, o que não impede que o clube figure como fundamental para a organização da comunidade negra pelotense. Nos escritos são frequentes os elogios aos três clubes brasileiros em questão, em decorrência do que denominam por alto padrão de cultura, desenvolvido junto aos seus associados, por meio do oferecimento de palestras e conferências.

Em relação a Pelotas, esta não foi a única opinião até início da década de 1930. Contudo, o advento da *Frente Negra Pelotense*, em 1933, assim como a sua experiência fundante, a *Campanha Pró-Educação*,⁴⁶⁷ que data do mesmo ano, e o apoio concedido

⁴⁶⁶ Essa visão de hoje sobre o passado apareceu nas entrevistas que realizei na cidade de Melo com associados do *Centro Uruguay* e também nas entrevistas já realizadas em Pelotas, quando do projeto “Clubes Carnavalescos Negros em Pelotas, coordenado pela professora Beatriz Ana Loner, desenvolvido junto ao Núcleo de Documentação Histórica da UFPel. A afirmação de que os clubes sociais negros surgiram em decorrência do impedimento da entrada de pessoas negras nos clubes de não-negros no Uruguai é lugar comum nos depoimentos recolhidos e analisados por Chagas, Karla; Stalla, Natalia. *Recuperando la memoria...*; Porzecanski, Teresa; Santos, Beatriz. *Histórias de Exclusión...*

⁴⁶⁷ A *Frente Negra Pelotense* encampou a *Campanha Pró-Educação*, cujo lema era “reerguimento moral e intelectual da raça negra por meio da instrução e da cultura”. *A Alvorada*, 06 de março de 1933, capa.

pelas associações negras — tidas até então como meramente bailantes, em um sentido pejorativo por parte de redatores do jornal—⁴⁶⁸ por meio da interlocução entre associados que estavam nos clubes negros locais e na *Frente* colocou o clube *Fica Ahí* em uma posição de destaque como promotor de cultura aos seus associados, para além dos bailes. Não obstante, esse ideal de cultura pretendido e executado dentro das possibilidades então existentes, no Brasil, na década de 1930, compõe também o imaginário e discurso oficial da Nação. Afinal, um dos traços do Governo Vargas, desde o período provisório no início dos anos 30 até a sua morte em 1954, foi a consolidação de uma identidade nacional marcada pela contribuição das três raças — negros, índios e brancos — na formação da Nação.

Naquele momento o carnaval veio à tona como grande festa popular, mantida notadamente pelos grupos negros, característica do período de pós I Guerra Mundial seguido pelo enfrentamento e recuperação de uma grande crise econômica que marcam as décadas de 20 e 30, contexto no qual perdera espaço os grandes préstimos que o distinguiam desde fins do século XIX. Este era também o momento que grupos negros forjavam outra imagem de si próprios, tal como destacam as análises históricas de Kim Butler, Giovana Xavier e George Andrews referindo tal conjuntura como movimento do novo negro.⁴⁶⁹ Giovana Xavier destaca que tal empreitada foi realizada a várias mãos, em diferentes segmentos e, foi protagonizado de forma coletiva por homens e também por mulheres, dentre os quais intelectuais que forjavam definições sobre o novo — e o velho — negro, como o filósofo Alain Locke, passando por romancistas, poetas e músicos negros norte-americanos que compunham o *Harlem Renaissance*, como Langston Hughes, James Weldon Johnson e Zora Neale Hurston. Mulheres e homens negros consolidavam seus próprios significados de prosperidade, feminilidade e

Sobre as duas associações, ver: Silva, Fernanda Oliveira da. *Os negros, a constituição de espaços...* p. 146-155; Santos, José Antônio dos. *Raiou a Alvorada: Intelectuais negros e imprensa*. Pelotas: Editora e Gráfica Universitária—UFPel, 2003.

⁴⁶⁸ Especialmente Rodolfo Xavier, como exemplificado no fragmento: “Deixamos de parte a vaidade e ostentação dos ineptos focalizadas pelos salões de bailes, pelas torcidas de futebol e o sarapico dos cordões e vamos tratar do que realmente a raça precisa: evoluir ao lado da raça branca, ombro a ombro, não havendo diferença entre os indivíduos pela cor, mas, simplesmente, pelo estudo e pela cultura”. *A Alvorada*, 21 de janeiro de 1934, p. 1.

⁴⁶⁹ Butler, Kim D. A nova negritude no Brasil — Movimentos pós-abolição no contexto da diáspora africana In: Gomes, Flávio; Domingues, Petrônio (Orgs.). *Experiências da emancipação: biografias, instituições e movimentos sociais no pós-abolição (1890-1980)*. São Paulo: Selo Negro, 2011. pp. 137-156; Xavier, Giovana. Esculpindo a nova mulher negra: feminilidade e respeitabilidade nos escritos de algumas representantes da raça nos Estados Unidos 1895-1904. *Cadernos Pagu*, n. 40, p. 255-287, 2013; Andrews, George Reid. *América Afro-latina...; Negros en la nación blanca...*

masculinidade, tensionavam a história americana, de forma a ver as suas retóricas e identidades em seus próprios termos, como parte da história daquela Nação.

Kim Butler⁴⁷⁰ destacou que a luta pela autodeterminação dos povos negros na diáspora nas décadas posteriores à abolição é o ponto central deste movimento. Esses anos abriram oportunidades para descendentes de africanos redefinirem seus papéis sociais nas sociedades que viviam. É o reconhecimento dessas dinâmicas que proporciona, de acordo com a referida autora, novas possibilidades analíticas. Nelas configurava-se uma nova negritude que extrapolava os limites da nação norte-americana e se fazia presente em diferentes pontos das rotas diaspóricas, como destacou George Andrews:

*No solo en Uruguay, también en Cuba, Brasil, Francia, los Estados Unidos y en otras zonas de la diáspora africana, los años '20 y 30' marcaron el surgimiento del 'nuevo negro', una figura que simbolizaría nuevas prácticas políticas y culturales, a La vez que una consciencia de la negritud, de sus potencialidades y de sus posibilidades de acción.*⁴⁷¹

Neste sentido, a diferença que se afigura entre o que era considerado recreativo, no qual estava incluso o carnaval, e o que era considerado cultural, deve ser entendido nos termos conferidos pelos sujeitos e seus significados, dentro de um contexto transnacional, no qual os jornais promoviam o trânsito dos referenciais e os clubes eram o espaço por excelência das coletividades autoidentificadas como negras. Era nesses espaços que as discussões estabeleciam-se, assim como as experiências proporcionadas nos clubes incorporavam simultaneamente lazer e formação pedagógica da raça, mesmo quando ainda não estava em voga a discussão rotulada no termo cultura. Afinal, a ideia de cultura englobava os bailes e as atividades recreativas, não obstante a extrapolava, sobretudo ao focar um caráter pedagógico, que permeava a organização dos *pic-nics* familiares no *Parque Zorrilla de San Martin* (Melo) levados a cabo pela Comissão de Damas do *Centro Uruguay* ou pela *Agrupación Femenina de Ayuda a Orientacion*, e às margens do Canal Santa Bárbara em Pelotas, promovidos, principalmente nos anos que antecederam 1954, pela Comissão de Obras do Clube *Fica Ahí*, conduzida por Rubens Lima e as peças teatrais de caráter racial com grande apelo nas páginas dos jornais aqui pesquisados e referenciadas como prestigiadas por um grande público de co-irmãos e *conrazaneos*, com o exemplo da *Radio Teatro Negro* realizada por Ceferino Nieres e

⁴⁷⁰ Butler, Kim D. *Freedoms given...*

⁴⁷¹ Andrews, George Reid. *Negros en la nación blanca...*p. 134.

José Ramón Fernandez (membros do *Centro Uruguay*) na rádio local, através do programa *La voz de Melo*.⁴⁷²

A discussão relatada na ata de assembleia do *Fica Ahí* apresentada ao início desse capítulo não acabou ali e é hora de acompanhar seus desdobramentos. A demanda defendida por Francisco de Paula Dutra, Francisco de Paula Morais e Pedro Rodrigues foi derrotada por apenas 1 voto de diferença. A redação da ata deixa explícito que a discussão que sucedeu a colocação de Pedro Rodrigues, de que os associados não tinham cultura, foi acirrada. Talvez isso esteja relacionado com um recorde de presença de associados na reunião de assembleia extraordinária que aconteceu no dia 26 de maio de 1953: 74 associados e associadas presentes.⁴⁷³ Rubens Lima foi o primeiro a tomar a palavra, explanando pormenorizadamente sobre as primeiras décadas do clube, ele tinha propriedade para isso, afinal compunha a diretoria desde a década de 30, pelo menos.⁴⁷⁴ Naquele momento ele era da diretoria de publicidade, como mencionado anteriormente, mas fazia parte também da comissão de contas e de obras, e foi sobre as atividades desta que ele teceu a maior parte das considerações.

Rubens Lima recapitulou as ações, desde que fora proposta a campanha em prol de sede própria pelo sócio fundador Ivo Porto, nos idos de 1939⁴⁷⁵ e de pronto abraçada por ele, naquele momento um jovem rapaz negro. Ao longo desses anos, as comissões haviam realizado grandes feitos, sobretudo a comissão de obras, criada em 1948, ano em que iniciaram as negociações em prol da compra do terreno.⁴⁷⁶ Por sua vez, a compra foi viabilizada pela contribuição de praticamente um terço do valor pelo então prefeito Joaquim Duval e os empréstimos de associados, dos quais todos que não fizeram doação do valor ao clube já encontravam-se reembolsados.⁴⁷⁷ No início de 1949, o terreno já era de propriedade do clube, localizava-se na rua Marechal Deodoro, 368, nos limites da zona central da cidade (ver Figura 14). Não é demasiado afirmar que

⁴⁷² *Acción*, 30 de agosto de 1947, s/p.

⁴⁷³ Vale lembrar que na assembleia anterior apenas 29 membros votantes se fizeram presente. *Clube Fica Ahí Prá Ir Dizendo. Livro de atas de Assembléia, Conselho e Diretoria* (1947 -1957). 26 de maio de 1953, ata n° 507.

⁴⁷⁴ O nome de Rubens Lima consta como presidente na ata mais antiga disponível para pesquisa, o que leva a crer que ele participava do clube há bem mais tempo. *Clube Fica Ahí Prá Ir Dizendo. Livro de Atas da Reunião da Diretoria, do Conselho e da Assembléia* (1938-1943). 23 de março de 1938, ata n° 100.

⁴⁷⁵ *Clube Fica Ahí Prá Ir Dizendo. Livro de Atas da Reunião da Diretoria, do Conselho e da Assembléia* (1938-1943). Setembro de 1939, ata n° 139. (não consta dia)

⁴⁷⁶ *Clube Fica Ahí Prá Ir Dizendo. Livro de atas de Assembléia, Conselho e Diretoria* (1947 -1957). 30 de novembro de 1948, ata n° 437.

⁴⁷⁷ Joaquim Duval foi prefeito da cidade entre 1948 e 1952. O valor pago no terreno foi de 16.000 cruzeiros, sendo que o prefeito doou 5.000 cruzeiros.

muitos dos ficahianos e ficahianas⁴⁷⁸ presentes na assembleia extraordinária haviam participado dos festejos em torno do lançamento oficial da pedra fundamental, que ocorreu em princípios de 1953 e tinham muito interesse em ver a sede concretizada⁴⁷⁹ (ver Figura 15).

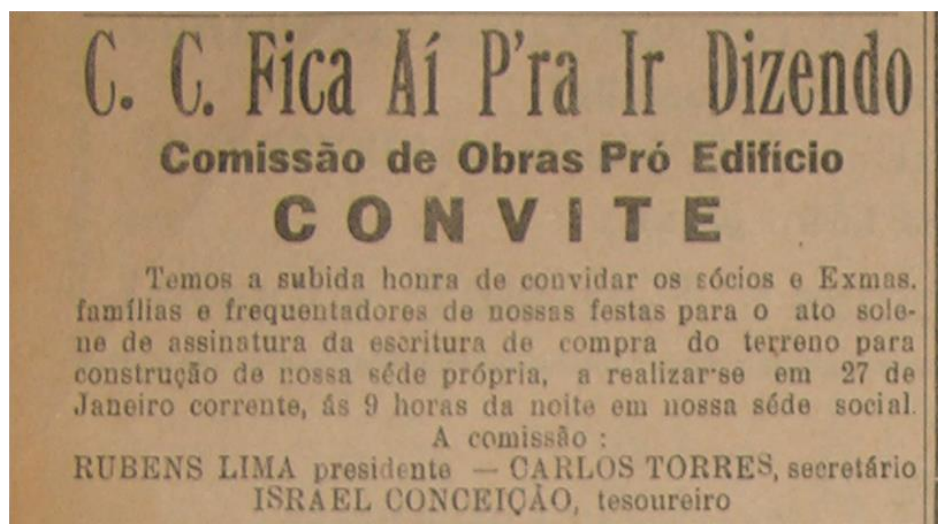


Figura 14: Convite para a assinatura da escritura do terreno da sede própria do Fica Ahí
Fonte: *A Alvorada*, 22 de janeiro de 1949, contracapa.

⁴⁷⁸ Epíteto utilizado para referenciar associados e associadas do *Fica Ahí*.

⁴⁷⁹ A discussão em torno do lançamento da pedra fundamental tem início em fins de 1950. *Clube Fica Ahí Prá Ir Dizendo. Livro de atas de Assembléia, Conselho e Diretoria* (1947-1957). 10 de outubro de 1950, ata n° 465.



Figura 15: Ala feminina presente no lançamento da pedra fundamental da sede própria do *Fica Ahí*

Fonte: Acervos privados de Celestina Pinto e Juliana Dutra Vergara.

Nota: Clube Fica Ahí, 1953.

No entanto, a construção da sede foi marcada por vários problemas de ordem financeira e, embora o comércio local tivesse doado 70.000 tijolos, os restantes não puderam ser adquiridos via colaboração massiva dos associados, tendo a comissão de obras que, mais uma vez, contar com empréstimos feitos por alguns associados e com os descontos concedidos pela firma *Caruccio & Cia*. Ao fim de todo esse histórico, Rubens Lima ressaltou que a ala feminina estava auxiliando muito. E, solicita que os associados presentes levem todos os elementos em consideração no momento da votação acerca da troca de nome de carnavalesco para cultural, mas faz a observação que isso não significa que a Academia do Samba deixaria de desfilar. Esta era a escola de samba do clube, criada sob a forma de bloco carnavalesco, em 1949, na qual estava o associado e membro da diretoria, daquele ano, Flávio Brasil Dias. E, como o nome e a ressalva deixam entrever, era este um grupo que mantinha e manteve a ligação do clube com o carnaval, visto que o clube não desfilava como cordão desde um episódio de

violência envolvendo as associadas do co-irmão *Chove Não Molha* no carnaval de 1939.⁴⁸⁰

Rubens Lima defendia que *diversão* e *educação* não eram conflitantes, mas apenas a nomeação cultural permitiria que ambas fossem realidade para os fichianos. Feita essa recapitulação, ele finalmente explicita que: o prefeito doaria as instalações sanitárias assim que a obra estivesse finalizada e Elberto Madruga faria uma petição no valor de 20.000 cruzeiros para o clube. Madruga, por sua vez, era parceiro do clube desde 1952, ano que corresponde ao início de seu mandato como vereador. Ele foi o primeiro negro eleito para ocupar esse cargo em Pelotas (1951) e, por algumas vezes, foi presidente da Câmara Municipal da cidade⁴⁸¹ (ver Figura 16).



Figura 16: Vereador Elberto Madruga (1977)

Fonte: <http://www.camarapel.rs.gov.br>. Acesso em: mar. 2017.

⁴⁸⁰ Analisei este episódio em outro momento. Sintetizo aqui que, durante o desfile do cordão do *Chove Não Molha*, no carnaval de 1939, soldados golpearam o cordão, atingindo as mulheres. Sobre isso ver: Silva, Fernanda Oliveira da. *Os negros, a constituição de espaços ...* p. 192-193.

⁴⁸¹ Elberto Madruga nasceu em Rio Grande, no ano de 1921, e durante sua carreira política, trilhada toda junto ao PTB, defendeu os trabalhadores, colocando-se como seguidor das ideias de Getúlio Vargas. Dentre seus principais feitos, destaco a fundação da Associação dos Trabalhadores do 4º Distrito de Pelotas (atual cidade de Capão do Leão), a atuação junto aos trabalhadores da pedreira municipal por melhores condições de trabalho, a fundação da Cooperativa dos Trabalhadores na Indústria da Pedra de Pelotas e a atuação em prol da emancipação do referido distrito que se deu em 1981, vindo ele a ser eleito o primeiro prefeito de Capão do Leão, cargo que desempenhou até o seu falecimento, em 1985. Sobre a trajetória política de Elberto Madruga, ver Echeverry, José Vieira. O poder legislativo pelotense. *Cadernos de Pelotas*, v. 2, 1990; Câmara Municipal de Pelotas, *Projeto de Resolução*, de 13 de março de 2017. Disponível em <http://sapl.camarapel.rs.gov.br/> Acesso em: mar. 2017. O historiador José Antonio dos Santos destaca que, em discurso proferido por Madruga, em honra do 13 de Maio, em 1952, na Câmara Municipal, ele apontou a existência do preconceito racial na cidade de Pelotas e referiu o clube como um dos lugares “que congregam em seu seio a quase totalidade dos homens de cor de Pelotas” e, em razão disso, o parabenizava pela data magna. Santos, José Antonio dos. *Raiou A Alvorada: ...* p. 170.

O mais atrativo, segundo Rubens Lima, era que a troca de nome viabilizaria a solicitação de recurso financeiro ao governo do Estado e envio de professoras e zeladores, visto que, na prática, o clube já era um espaço voltado para o combate do preconceito racial e para o apoio à cultura pelo incentivo à educação de seus associados e associadas. O próximo a falar foi o presidente do clube, Francisco de Paula Vargas, que foi contrário à mudança de nome na assembleia anterior, e via delinear-se um cenário em que a alteração era entendida como positiva.

Vargas destaca então que o problema não estava na mudança de nome, mas sim na falta de honestidade por parte da comissão por permitir que se pensasse que a mudança alteraria o conteúdo do clube. O registro da colocação de Vargas deixa explícito que existiam tensões entre os próprios membros da diretoria. Não é demasiado pensar que essa tensão poderia advir também do fato de a comissão de obras ser quase que autônoma da diretoria. O que é fortalecido pelo registro a ele atribuído de que a comissão não havia solicitado autorização para tomar empréstimos em nome pessoal visto que o próprio clube já estava auxiliando – leia-se diretoria repassando valor das mensalidades para a comissão de obras – e que o não andamento das obras, em suas palavras, era por conta de vaidade, decorrente de quererem fazer mais do que tinham condições. Diminuindo um pouco a tensão do momento, ele argumentou que o clube tinha por insígnia um palhaço e seria uma aberração um clube cultural ter esse tipo de mascote. Após sua fala, o antigo associado Dario Nunes, que assim como Rubens Lima, estava presente na diretoria de 1938 e se manteve ativo no clube até então, apaziguou a situação fazendo alguns questionamentos de ordem financeira. Ainda antes de dar por aberta a votação, Francisco de Paula Dutra, favorável à mudança desde a assembleia anterior, destaca que “é hora de projetar-se para o futuro”. Findas as intervenções, teve início a votação a qual resultou em 64 votos favoráveis à mudança, 7 votos contrários e 3 abstenções.

Concomitantemente às discordâncias internas acerca das estratégias a tomar para viabilizar a sede própria, existia um consenso em torno da necessidade de tê-la. A demanda por sede própria está relacionada com um intuito de ter estabilidade do espaço ocupado. Sendo alugado podia fechar ou por falta de verbas para manter o aluguel, sobretudo em momentos de crises econômicas, ou por solicitação do proprietário, como aconteceu com a instituição de Melo, em princípios da década de 1940, que

“permaneció varios meses inactiva”⁴⁸² Era sabido que fechar a sede poderia acarretar o fim da instituição, somado às mudanças constantes de endereço que lhes lhe conferia um caráter instável, o que a socióloga Flávia Pereira, analisando a experiência das associações negras em Rio Claro, caracterizou como os *espacios intermitentes da raça*.⁴⁸³

Para acabar com essa intermitência, o *Fica Ahí* que, na década de 1950, ocupara três sedes em endereços distintos, intensificou a arrecadação financeira em prol da construção da sede, a cargo da referida *comissão de obras* na qual, além de Rubens Lima, então proprietário do jornal *A Alvorada*, estavam Carlos Torres, Israel da Conceição e Waldemar da Silva, todos eles antigos associados com cargos diretivos pelo menos desde 1938. Levando em consideração que Torres e Lima eram redatores do *A Alvorada* e, em conjunto com Silva, fizeram parte da *Frente Negra Pelotense*,⁴⁸⁴ não é demasiado afirmar que todos já tinham uma experiência de coletividade que via a necessidade de formação possível de realizar-se pelos esforços do próprio grupo. O que faz dos dois objetivos – sede própria e oferecer cultura – plausíveis. Ao se transformar em clube cultural, os representantes do *Fica Ahí* levaram adiante o auspício de manter uma escola, agora com o apoio do poder público. Pela forma como os trâmites deram-se é possível que tal negociação estabelecera-se antes, como salientado por Francisco de Paula Dutra, quando da votação que aprovou a mudança de nome, pois naquela ocasião, ele informou que políticos e advogados estavam aguardando a alteração para poder auxiliar o clube.

A iniciativa deu certo e, transcorrido pouco menos de um ano depois, quando da divulgação da inauguração da sede própria, o jornal *A Alvorada* anunciava que o clube teria uma escola.⁴⁸⁵ Em 13 de fevereiro de 1954, firmaram-se as tratativas com a diretora regional de educação, professora Silvia Melo. Em 23 de fevereiro daquele ano, Rubens Lima entregou a documentação em que firmava um contrato de aluguel e cooperação com a Secretaria Estadual de Educação. O clube disponibilizava o andar térreo da sede, e a Secretaria cederia professoras para ministrar aulas públicas de alfabetização de crianças. Ao término das tratativas, Lima foi questionado pela diretora

⁴⁸² Retomando as suas atividades apenas em agosto de 1942. Cabe recordar que a primeira metade da década de 1940 foi particularmente de carestia na economia em decorrência da II Guerra Mundial. *Libro de actas del Centro Uruguay*, Melo, Agosto de 1942, s/p.

⁴⁸³ Pereira, Flávia Alessandra de Souza. *Organizações e Espaços da Raça no Oeste Paulista: Movimento Negro e Poder Local em Rio Claro (dos anos 1930 aos anos 1960)*. São Carlos (SP): Universidade Federal de São Carlos, 2008. Tese (Doutorado em Sociologia).

⁴⁸⁴ Waldemar Silva foi presidente da associação em 1934. *A Alvorada*, 14 de janeiro de 1934, p. 4.

⁴⁸⁵ *A Alvorada*, 6 de fevereiro de 1954, contracapa.

regional, acerca do nome da escola, a sessão de diretoria reunida ainda naquele mesmo dia deliberou que a escola deveria adotar o nome *José do Patrocínio*, “em homenagem ao seu esforço pela abolição”.⁴⁸⁶

A diretoria do clube decidiu ainda que buscaria firmar uma parceria com o Serviço Social da Indústria (SESI) para disponibilizar aos adultos classes voltadas ao mercado de trabalho, com turmas de datilografia e corte e costura.⁴⁸⁷ A proposta de parceria foi aceita e, em abril daquele ano, o clube era parabenizado pela iniciativa quando da visita do Secretário do Departamento de Educação e Cultura do Estado, Mariano Beck, que firmou o acordo entre o clube e o Órgão Estadual de Educação⁴⁸⁸ (ver Figura 17).



Figura 17: Visita do Secretário da Educação à sede do *Fica Ahí*

Fonte: *A Alvorada*, de 10 de abril de 1954. Acervo pessoal de Catharina Beatriz dos Santos Motta.

Nota: no destaque uma das fotos que ilustra a capa.

Como a legenda de uma das fotos que estampou a capa do *A Alvorada* (colocada em destaque) permite observar, a escola não recebeu o nome pleiteado, mas sim o de um médico pelotense, não negro, Francisco Simões. Mariano Beck, que na ocasião

⁴⁸⁶ *Clube Fica Ahí Prá Ir Dizendo. Livro de atas de Assembléia, Conselho e Diretoria (1947-1957)*. 23 de fevereiro de 1954, ata n° 512.

⁴⁸⁷ *A Alvorada*, 20 de fevereiro de 1954, p. 5.

⁴⁸⁸ *A Alvorada*, 10 de abril de 1954, capa. Em 20 de abril daquele ano, via decreto estadual 4.930, era oficializada a criação do Grupo Escolar anexo ao *Fica Ahí*.

estava também representando o governador, general Ernesto Dornelles, referiu-se à nomeação concedida ao Grêmio Escolar como uma feliz escolha por se tratar de um “ilustre pelotense”, o que foi corroborado pelo professor Canarin, representante da família daquele que havia sido médico na cidade de Pelotas. O nome de Patrocínio não é referido, tampouco o é nas atas, ao que parece, o ideal maior, de ver realizado o sonho de ter uma escola em sua sede, foi viável por parcerias políticas. Nesse ínterim, não se obteve êxito com o nome tão importante para tantas coletividades negras brasileiras, como acompanhamos ao discorrer sobre o *Floresta Aurora* (capítulo 2. De toda a forma, os esforços em prol da educação por parte dos dirigentes do *Fica Ahí* foram reconhecidos publicamente na cerimônia de acordo entre a Secretaria de Educação e o clube. O clube fora identificado pelo secretário como “exemplo para as sociedades congêneres. Disse estar se formando uma equipe de intelectuais para percorrer o interior do Estado em difusão da cultura, e que o C. C. Fica Ahí é o que está mais credenciado às finalidades que se propõe”.⁴⁸⁹ Esforços estes que referem também à mão de obra dos associados, reclamada por Francisco de Paula Morais quando da primeira assembleia em prol da troca do nome carnavalesco por cultural.

O deputado estadual pelo PTB, Osmar da Rocha Grafulha, que se fez presente na cerimônia “disse, com entusiasmo, ter acompanhado esta obra desde o nascedouro quando convidado a assistir o lançamento da pedra fundamental e depois no transcurso natural da obra, aqueles homens como formigas que trabalhavam sobrepondo tijolos, fazendo argamassa, incentivados pelo fogo de um ideal”.⁴⁹⁰ Neste sentido, a concretização do acordo era decorrente de um somatório de ações, no qual as parcerias políticas com pessoas negras e não negras, especialmente do PTB, tinham papel central, mas os protagonistas eram os associados e as associadas, fosse pelas ações da ala feminina em prol de verbas para as obras, fosse pela comissão de obras em busca das parcerias e mesmo do convencimento de seus pares em favor da mudança do nome, mas também, e principalmente, aquelas pessoas que dedicaram seus poucos momentos livres, nos domingos, para erguer a sede, cena que está registrada na memória dos ficahianos e ficahianas (ver Figura 18).

⁴⁸⁹ *A Alvorada*, 10 de abril de 1954, capa.

⁴⁹⁰ *Idem*.



Figura 18: Associados do clube trabalhando na construção da sede

Fonte: Acervo pessoal de Gilberto Gomes e acervo do *C.C. Fica Ahí Prá Ir Dizendo*.

Nota: Grupo de associados do clube trabalhando na construção da sede própria em um domingo de 1953. Na foto estão Flávio Brasil Dias, Nenita Lima, Nininha Moraes, Rubens Lima Filho, Paulo Renato Moraes, Beatriz Lima e Beбето Mendes.

Em meio a tantos esforços, a inauguração da sede própria, em 13 de março de 1954, foi marcada por festejos ao longo de todo aquele ano, em que se fizeram presentes os representantes dos clubes co-irmãos da cidade, de Rio Grande e de Bagé. Dentre as festas, a que mais se divulgou, foi a recepção à *rainha do rádio* Angela Maria, que fez uma apresentação na sede, no dia 23 de outubro, para as famílias de associados do clube e seus convidados,⁴⁹¹ como é possível observar na Figura 19.

⁴⁹¹ *A Alvorada*, 16 de outubro de 1954, p. 4.



Figura 19: Associadas e associados do clube *Chove Não Molha* prestigiam a sede própria do *Fica Ahí* e recepcionam a cantora Angela Maria (1954)

Fonte: Acervo pessoal de Enilda Chagas.

Nota: a cantora Angela Maria é a terceira sentada no sofá da esquerda para a direita.

Passados os festejos de inauguração da sede própria e o acordo com a Secretaria de Educação, registram-se nas atas inúmeras divergências com o departamento de educação e um descontentamento dos membros do clube, os quais cogitaram abandonar a iniciativa frente ao não cumprimento das obrigações por parte do órgão responsável e da condição econômica precária que possuíam, impossibilitando despesas.⁴⁹² As matrículas para a escola foram abertas apenas em maio de 1954 e as aulas iniciaram no mês seguinte, tendo à frente cinco professoras: Augusta Denny Ramos Lúcia,⁴⁹³ Alice Rodrigues Stone,⁴⁹⁴ Alzira Dias da Costa, Daisyr Kasthrup Stephan e Satiyra Recuero.⁴⁹⁵ Porém, os dois anos seguintes foram de negociações constantes com o órgão provedor e de muita dificuldade para a manutenção da escola.⁴⁹⁶ Não obstante, a escola foi motivo de atenção e de júbilo para os membros da diretoria. E, embora fosse um órgão cuja gestão era independente do clube, compunha as atividades deste.

⁴⁹² *Clube Fica Ahí Prá Ir Dizendo. Livro de atas de Assembléia, Conselho e Diretoria (1947-1957)*. 15 de outubro de 1954, ata n° 523; 21 de dezembro de 1954, ata n° 527; 16 de fevereiro de 1955, ata n° 531.

⁴⁹³ Diretora interina entre 1° de junho e 25 de junho de 1954.

⁴⁹⁴ Diretora entre 26 de junho de 1954 e 29 de abril de 1968.

⁴⁹⁵ A escola funcionava nos turnos da manhã e tarde, sendo que, pela manhã, eram atendidos 2° e 3° anos e à tarde atendia-se apenas o 1° ano, com 3 classes. Já no primeiro ano de funcionamento, a escola tinha 110 alunos. *A Alvorada*, 19 de junho de 1954, contracapa; Histórico da Escola Doutor Francisco Simões. Disponível em: <http://pt.calameo.com/read/0044249289ab2a46d86f0> Acesso em Mar. 2017.

⁴⁹⁶ A escola foi mantida na sede do *Fica Ahí* até 1978, quando foi transferida para o prédio do Colégio Estadual Nossa Senhora de Lourdes.

Ao lado dessa experiência, a diretoria manteve outras voltadas à formação, como conferências e palestras, sob responsabilidade do departamento cultural, criado em 1954,⁴⁹⁷ coordenado por Francisco de Paula Dutra. Nestas atividades, foram convidadas a falar pessoas que versassem sobre elementos positivos da/para a raça negra, fossem elas negras e não negras, das mais diferentes formações (formais ou não) e atuações. Houve, por exemplo, uma conferência cuja temática foi *raça negra*⁴⁹⁸ e algumas proferidas pelo associado Carlos Santos, deputado suplente pelo , em 1949, formado em Direito em 1950 e importante liderança política e operária negra nos anos 50. Sua primeira fala, em 1956, foi bastante emblemática acerca da ideia de que as pessoas negras estavam forjando seus lugares sociais, intitulada *querer é poder*. No ano seguinte, o referido associado, que na época morava em Rio Grande, foi convidado a ocupar o importante cargo de 1º orador do clube e, eleito deputado estadual em 1960, manteve seus laços com o clube, destinando verbas financeiras consideráveis.⁴⁹⁹

As palestras e conferências levadas a cabo pelo departamento cultural potencializaram o papel que antes era desempenhado apenas pelo orador, encarregado de assegurar a história oficial do clube, e bem representá-lo em todas as atividades. Mas, mais que isso, o orador era também alguém que tinha um conteúdo a compartilhar, sua fala era um momento de formação, desde os primórdios dessas instituições e mesmo naquele momento. A retórica perspicaz, expressada na eloquência e na pertinência do assunto abordado nos discursos do orador, era elogiada nas atas e nas reportagens dos jornais negros. Os oradores em geral eram dois, sendo que os cargos de 1º e 2º orador compunham as direções eleitas.⁵⁰⁰ Realizavam ainda atos de homenagem aos formandos do clube e do SESI e conferências desenvolvidas em parceria com a instituição.

⁴⁹⁷ *Clube Fica Ahí Prá Ir Dizendo. Livro de atas de Assembléia, Conselho e Diretoria (1957-1966)*. 14 de julho de 1957, ata nº 518.

⁴⁹⁸ *Clube Fica Ahí Prá Ir Dizendo. Livro de atas de Assembléia, Conselho e Diretoria (1957-1966)*. 25 de Junho de 1965, ata nº 742.

⁴⁹⁹ Carlos Santos (1904-1989) fazia parte de uma família com longa tradição em prol da coletividade negra no extremo sul do Brasil, que remonta a seu avô Manoel Conceição da Silva Santos (1831-1918). Teve uma longa trajetória de atuação junto de associações classistas e negras, com ênfase ao cordão carnavalesco *Braço é Braço* e ao *Centro Cultural Marcílio*, sendo um dos fundadores deste, em 1936, e orador daquele por 10 anos (ambos de Rio Grande). Foi filiado aos partidos políticos PSD, PTB e MDB. *Clube Fica Ahí Prá Ir Dizendo. Livro de atas de Assembléia, Conselho e Diretoria (1957-1966)*. 14 de dezembro de 1964, ata nº 720. Sobre a família de Carlos Santos, ver: Loner, Beatriz Ana. Família Silva Santos. Disponível em <http://labhstc.paginas.ufsc.br/files/2013/04/Beatriz-Loner-texto.pdf> Acesso em Mar. 2017; Sobre Carlos Santos ver: Torres, Luiz Henrique. *Carlos Santos: trajetória biográfica*. Porto Alegre: CORAG, 2004; Gomes, Arilson dos Santos. *O universo das gentes do mar e a identidade negra nos discursos e práticas políticas de Carlos Santos. (1959-1974)*. Porto Alegre: PUCRS, 2014. Tese (Doutorado em História).

⁵⁰⁰ Dentre os associados que desempenharam esse cargo no *Fica Ahí* estavam José Mira e Israel da Conceição (1948), Antônio Francisco Moraes e Dario Nunes (1939, 1950, 1952, 1955, 1958-1959, 1965),

A parceria com o SESI manteve-se e, mesmo com todos os percalços, procurou-se manter uma relação amigável com a Secretaria de Educação e com a diretora do Grupo Escolar. Assegurava-se assim uma identidade do clube como um espaço que proporcionava educação, uma verdadeira *casa de cultura*, parafraseando a referência sobre o clube de Melo, *Centro Uruguay*. Nesse sentido, tanto a experiência do clube uruguaio, quanto os brasileiros, auxiliam na observação do fazer-se das lutas políticas travadas em uma mesma temporalidade que denotam sobre a atualização da função dos clubes no pós-abolição, já bastante distante da escravidão, mas ainda em diálogo com ela, assim como com os poderes públicos, todavia assegurando-se espaços autônomos - justificando-se a ênfase a construção de sedes próprias -, identificações gestadas em seus próprios termos e consolidando trajetórias voltadas para a efetivação da cidadania. Processo que eu interpreto como parte do terceiro conjunto de lutas políticas na diáspora, o qual, de acordo com Gilroy “pode ser definido pela busca de um espaço independente no qual comunidade e autonomia negras podem desenvolver-se em seu próprio ritmo e direção.”⁵⁰¹

No *Fica Ahí*, ao que as atas indicam, o reconhecimento da consolidação desse espaço também extrapolou as fronteiras regionais, nos moldes do que observamos para Melo no capítulo anterior. Em novembro de 1955, Rubens Lima informou que estava para chegar à cidade, uma pequena comitiva de professores da Faculdade de Filosofia de São Paulo que “ora percorrem o Brasil efetivando um levantamento racial (cor preta) para fins estatísticos” e que estes gostariam de ir ao clube. O que foi de pronto acordado, estabelecendo que lhes recepcionassem e ofertassem um almoço.

A recepção dos professores paulistanos Fernando Henrique Cardoso e Renato Jardim ficou sob responsabilidade do presidente, Antônio Francisco Moraes, do diretor do departamento cultural, Francisco de Paula Dutra, e do tesoureiro, Francisco de Paula Moraes. Quando da chegada dos referidos professores, em 25 de novembro de 1955, os ficahianos responsáveis, além de mostrar as instalações do clube e conversarem por longo período, fizeram a visita pelas dependências do Grupo Escolar. O almoço em honra aos pesquisadores, dois dias depois, ocorreu no mais alto estilo ficahiano com a presença de associados e associadas do clube, da delegada de educação Silvia Melo e da

Ipomacy Barbosa (1951), Milton Dias (1952, 1955), Heriberto Nascimento e Flavio Brasil Dias (1955, 1957, 1959-1960), Mário Vargas (1959), Francisco Vargas (1958-1959) e Joaquim Luiz Brasil Dias (1965).

⁵⁰¹ Gilroy, Paul. *O Atlântico Negro...* p. 242.

diretora do Grupo Escolar, Alice Stone, com direito a discurso do orador do clube, Heriberto Nascimento, e, em nome do departamento cultural, Francisco de Paula Dutra.

Nas palavras dos professores que pesquisavam “‘como vivem os homens de côm no Brasil’ e o número de sociedades culturais criadas e mantidas pelos descendentes da longínqua África” foram proferidos elogios à “grandiosa obra levada a efeito pelo C. C. Fica Ai, que deveria servir de exemplo para todos aqueles que desejam o progresso cultural do nosso povo e da nossa gente”.⁵⁰² A recepção e o almoço certamente foram mais uma forma de explicitar que aquele era um clube negro preocupado com a cultura, sobretudo, com a educação.⁵⁰³ O que parece ter, no mínimo, causado uma boa impressão, visto que, em reunião no mês do fevereiro, é registrado um ofício recebido da “FFCL da USP”⁵⁰⁴ manifestando agradecimento pelo apoio aos dois professores que estiveram realizando pesquisas na cidade. Ao que foi acrescida uma citação de que se tratou de “oportunidade em que os recebemos e acompanhamos em sua *démarche* pela cidade para um bom rendimento dos fins que os trouxeram até aqui”.⁵⁰⁵

Francisco de Paula Dutra, um dos responsáveis pela recepção dos professores, foi ainda o idealizador da biblioteca do clube, em 1957, e, frente à concordância dos demais membros da diretoria, deu início à *campanha do livro*.⁵⁰⁶ A proposição tinha por justificativa o caráter cultural do clube e, para a referida campanha, se criou aquele que viria a ser o lema do clube: *só o livro imortaliza um povo*. O livro passaria a ser também o símbolo do clube, pois parece que houve concordância com a advertência de Francisco de Paula Vargas nas discussões acerca da mudança de nome. O palhaço, embora mantido no estandarte até a atualidade, não estava de acordo com os ideais que eles gestavam naquele momento. Justificativa semelhante foi utilizada por Francisco de Paula Dutra quando sugeriu que se tirasse o *Prá Ir Dizendo* do nome, algo que traria um conteúdo burlesco e destoante do ideal de cultura, no entanto, tal alteração não foi

⁵⁰² *A Alvorada*, 26 de novembro de 1955, contracapa. Os referidos professores, que então compunham a equipe de pesquisas do projeto Unesco, visitaram também as instalações do jornal *A Alvorada*, as quais se localizavam ao lado do *Fica Ahí*, na rua Marechal Deodoro, 370, mais precisamente na casa de Rubens Lima.

⁵⁰³ *Clube Fica Ahí Prá Ir Dizendo. Livro de atas de Assembléia, Conselho e Diretoria (1947-1957)*. 16 de novembro de 1955, ata n° 539; 11 de janeiro de 1956, ata n° 542.

⁵⁰⁴ Faculdade de Filosofia de Ciências e Letras da Universidade de São Paulo.

⁵⁰⁵ *Clube Fica Ahí Prá Ir Dizendo. Livro de atas de Assembléia, Conselho e Diretoria (1957-1966)*. 1° de fevereiro de 1956.

⁵⁰⁶ *Clube Fica Ahí Prá Ir Dizendo. Livro de atas de Assembléia, Conselho e Diretoria (1957-1966)*. 20 de fevereiro de 1957, ata n° 550.

aceita, embora as referências no jornal *A Alvorada* e nas atas utilizem apenas *Fica Ahí*.⁵⁰⁷

A biblioteca *Joaquim Rollo Sobrinho* foi inaugurada em 1962 e o nome foi uma homenagem ao fundador do clube.⁵⁰⁸ À frente do departamento cultural estava José Facundo Mira,⁵⁰⁹ músico de profissão e associado do clube pelo menos desde início da década de 40 (ver Figura 20) que, por sua vez, também fizera parte da *Frente Negra Pelotense*, momento este em que começou a escrever para o jornal *A Alvorada*.

CLUBE CULTURAL FICA AÍ PRÁ IR DIZENDO		R E M I D O	
Matrícula N.º	/	Título N.º	
Nome	JOSÉ FACUNDO MIRA		Categoria { Proprietário Contribuinte
Data nascimento	15 / 11 / 15	Data admissão	/ /
Estado Civil	CASADO	Nacionalidade	PELOTAS
Residência	COHAB LINDÓIA B.424 Q.04 / Apto 9	Profissão	MÚSICO
Endereço Cobrança	NA RESIDÊNCIA	Fone	23-17-38
Proponente	SÓCIO REMIDO		

Figura 20: Ficha do associado José Facundo Mira

Fonte: Acervo do C.C. *Fica Ahí Prá Ir Dizendo*

Além das conferências, que já eram de praxe, José Mira organizou, na sede do *Fica Ahí*, uma exposição do pintor uruguaio Miguel Ángel Zelayeta, que viera de Rio Grande, em 1957, por indicação de Carlos Santos. Angel Zelayeta era um homem negro, natural do Departamento de Rocha, em sua infância viveu em um trânsito cotidiano pela fronteira, entre a cidade uruguaia de Castillos e a brasileira Santa Vitória do Palmar, trabalhador pesqueiro era funcionário da *Administración Nacional de Puertos*, o que possivelmente fez com que conhecesse Santos, que também havia desempenhado a mesma função. Era já um pintor reconhecido dentro da comunidade negra uruguaia. Em 1956, foi agraciado com o 2º lugar no salão de aquarelas que homenageava, em seu nome, o também importante pintor Ramón Pereyra, descrito nas

⁵⁰⁷ *Clube Fica Ahí Prá Ir Dizendo. Livro de atas de Assembléia, Conselho e Diretoria* (1947-1957). 12 de dezembro de 1955, ata de diretoria extraordinária, nº 541.

⁵⁰⁸ *Clube Fica Ahí Prá Ir Dizendo. Livro de atas de Assembléia, Conselho e Diretoria* (1957-1966). 19 de janeiro de 1962, ata nº 715.

⁵⁰⁹ José Facundo Mira nasceu em Pelotas em 1915, era neto de Manoel Conceição da Silva Santos, que nasceu por volta de 1830, foi construtor e participou da Irmandade do Rosário e do Clube Abolicionista, e fundador do jornal abolicionista *A Voz do Escravo. Clube Fica Ahí Prá Ir Dizendo. Livro de Atas da Reunião da Diretoria, do Conselho e da Assembléia* (1938-1943). 26 de dezembro de 1941, ata nº 217; *Clube Fica Ahí Prá Ir Dizendo. Livro de atas de Assembléia, Conselho e Diretoria* (1957-1966). 21 de agosto de 1957, ata nº 556. Loner, Beatriz Ana. Família Silva Santos. Anais do 6º Encontro de Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional. Disponível em <http://labhstc.paginas.ufsc.br/files/2013/04/Beatriz-Loner-texto.pdf> Acesso em: mar. 2017.

páginas de *Acción* como grande exemplo dentre os *conrazaneos*. As aquarelas de Zelayeta tinham por temática a rotina dos trabalhadores portuários, com ênfase aos negros, o que lhe valeu a atribuição de muralista portuário e reconhecimento como representante do realismo social latino-americano. Além de proporcionar a exposição que ocorreu entre fins de 1957 e início de 1958 (ver Figura 21),⁵¹⁰ o clube viabilizou a hospedagem ao co-irmão.⁵¹¹ Auxílio semelhante foi destinado pelo departamento cultural à associada Judite Bacci, escultora que precisou de auxílio financeiro para viajar a São Paulo a fim de participar de um concurso artístico.⁵¹²

⁵¹⁰ Agradeço a Marina Laura da Silveira Dutra, filha de Francisco de Paula Dutra, pelo repasse da imagem e pela confirmação da informação de que era um registro da exposição do pintor uruguaio, algo que, segundo ela, foi muito comentado entre ficharianas e ficharianos.

⁵¹¹ Miguel Ángel Zelayeta (1929-1999?) teve uma longa carreira artística, mudou-se para o Brasil em 1974, *Miguel Ángel Zelayeta*, disponível em <http://www.portondesanpedro.com/autor-curriculum.php?id=313> Acesso em: mar. 2017; *La Republica*, 17 de julho de 1989, p. 10-11 (Acervo pessoal de José María Pose); *Clube Fica Ahí Prá Ir Dizendo. Livro de atas de Assembléia, Conselho e Diretoria* (1947-1957). 27 de novembro de 1957, ata n° 611; *Clube Fica Ahí Prá Ir Dizendo. Livro de atas de Assembléia, Conselho e Diretoria* (1957-1966). 18 de dezembro de 1957, ata de Assembleia Geral Extra-ordinária, n° 622. Sobre Ramon Pereyra (1919-1954) ver: Walker, Sheila S. *African roots/American cultures: Africa in the creation of the Americas*. Rowman & Littlefield, 2001.

⁵¹² Judite da Silva Bacci (1918-1991) foi laboratorista da Universidade Federal de Pelotas e assessora do escultor Antonio Caringí (1905-1981). Teve uma trajetória artística com destaque na produção de esculturas, no entanto a mesma trajetória foi bastante limitada pelas dificuldades de obter uma formação formal, em decorrência do racismo que imperava também no mundo das artes plásticas. Não obstante, deixou muitas esculturas, dentre estas a estátua da orixá Iemanjá ainda hoje possível de ser apreciada, em uma gruta no Balneário dos Prazeres, em Pelotas, a qual foi construída na década de 60. *Clube Fica Ahí Prá Ir Dizendo. Livro de atas de Assembléia, Conselho e Diretoria* (1957-1966). 03 de fevereiro de 1965, ata n° 726; 1° de abril de 1965, ata n° 732. Sobre sua trajetória de vida, ver: https://www.youtube.com/watch?v=3Ag0xmZ_Zrc. Sobre a produção artística de Judite, cujo nome também aparece grafado como 'Judith', ver: Pereira, Letícia Alves. *Arte, realismo e religiosidade na obra de Judith Bacci: um patrimônio a ser preservado*. Pelotas: Universidade Federal de Pelotas, 2011. Especialização em Patrimônio Cultural. Ao término dessa tese acessei a informação de que a escritora negra Carolina Maria de Jesus, foi recepcionada por representantes do clube quando de sua estadia em Pelotas, no ano de 1960, em decorrência da 1ª Feira do Livro da cidade, e foi agraciada com um jantar em sede, em 30 de novembro. Ver: <https://pelotasdeontem.blogspot.com.br/2017/11/carolina-de-jesus-na-1-feira-do-livro.html> Acesso em novembro de 2017.



Figura 21: Exposição de Miguel Angel Zelayeta no *Fica Ahí* (1957- 1958)

Fonte: Acervo pessoal de Marina Laura da Silveira Dutra

Viabilizar uma sede própria e nela manter uma escola foi a grande bandeira do *Fica Ahí* em meados do século XX, demanda que vinha da década de 1930 e se concretizou em 1954. As disputas em torno dos significados da cultura, naquele contexto, estavam também imersas nas condições objetivas que os grupos negros dispunham e acessavam e nos ideais dos ficahianos. Se todos compartilhavam o mesmo projeto político, as formas de alcançá-lo não foram pensadas como únicas. Não obstante, a cultura como sinônimo de educação e a recreação como sinônimo de festas e, sobretudo, de carnaval, seguiram lado a lado. Cultura e recreação, no extremo sul do Brasil, e não muito diferente no outro lado da fronteira, compunham os papéis sociais que os grupos negros envolvidos na manutenção dos clubes negros desenvolviam, por meio dos quais estes também se inseriam na modernidade negra.

É preciso advertir que o lazer e a recreação de forma geral não foram abandonados, tampouco perderam sua centralidade, mantiveram-se os bailes, não apenas no *Fica Ahí*, mas também nos demais clubes aqui analisados, assim como os picnics e as excursões para festas e atividades nos co-irmãos e *conrazaneos*. São as pessoas que compunham essas coletividades negras, significavam a consolidação de um espaço autônomo, assim como a própria modernidade negra por meio da dança e tinham permissão para adentrar nos salões que acompanharemos no próximo capítulo, atentando especialmente para aquelas que não estavam nas diretorias principais.

Capítulo 8 - As damas de *nuestra colectividad*, os homens da raça e a nova geração

Nas fontes escritas produzidas pelos grupos negros, sobretudo, atas dos clubes e jornais da imprensa negra e nas fontes orais é unânime a expressão nossa coletividade/*nuestra colectividad*/*clubes da raça*. Tal referência não restringia-se à identificação das pessoas que estiveram nos clubes, abarca também as personalidades *da raça* que abrilhantaram seus salões. Estes eram o espaço por excelência da sociabilidade, mesmo quando a atividade que colocava as pessoas em evidência não era propriamente aquela que ocorria em um salão, como no caso dos esportistas e daqueles destacados como intelectuais, por exemplo. Nos salões, as pessoas encontravam-se e os modelos de pessoas *da raça* eram acionados nos discursos que reatualizavam a pedagogia do grupo. Por meio dos discursos, eram compartilhados valores e referências, uma vez que as pessoas da raça eram entendidas como co-irmãs/*conrazaneas* das quais, além de orgulho, advinha um modelo de prosperidade e de cidadania. Por um lado, estes elementos sedimentavam o significado de ser associado e as regras sobre os comportamentos e, por outro, atualizavam uma noção de raça como experiência social. Esta, por sua vez, era pautada em uma ascendência comum significada nas expressões *co-irmãs* e *conrazaneas* – a irmandade se fazia pelo compartilhamento da mesma raça, frequentemente nominada por *etiópica* – e essa raça era vivida por meio da transgressão de impedimentos e contribuições diversas para os progressos das nações.

Quem eram as pessoas *da raça* que estavam nos clubes localizados na região fronteira? Quais lógicas internas que forjaram ou impuseram limites a uma identidade homogênea dentro de um mesmo clube? Existia diferença social entre ser homem, mulher e criança dentro destes espaços? Tendo estes questionamentos como norteadores, componho uma “demografia social” de quem eram os associados e associadas desses clubes e quem eram as demais pessoas *da raça*. Para perceber esses significados atento aos valores, interesses e referenciais acionadas no significado dinâmico da cidadania por tais associados e associadas. Estes, por sua vez, eram de fato os corpos que faziam as culturas negras circularem e serem vividas em uma modernidade pulsante de meados do século XX.

A incursão dá-se a partir da análise de dados das vivências dessas pessoas, com ênfase ao trabalho que lhes provia o sustento, disponível nas atas, jornais, escrevivências e depoimentos orais. Perscruto ainda as diferenças baseadas em

masculino e feminino destacadas nas atas e nos estatutos de forma a observar qual o lugar destinado a ambos. Finalizo apresentando um conjunto de fotografias de pessoas que circularam pelos clubes negros dispostas nos álbuns de fotografia de antigas e antigos associados e na imprensa negra. Privilegio seus rostos e seus corpos, por meio do uso de imagens que, ao serem aqui utilizadas, além de compor uma fonte histórica não verbal, também denota uma memória que foi mantida e hoje é entendida como identitária dos clubes. Na esteira da historiadora Ana Maria Mauad,⁵¹³ para quem a fotografia apresenta uma relação intrínseca com a experiência do vivido e, por isto, constitui importante fonte para a história, interpreto-as enquanto um *corpus* fotográfico. Estas são aqui contempladas em uma organização em torno do tema *festa e atividades sociais*. A autora, amparada nas discussões dos historiadores Jacques Le Goff, acerca de *documento monumento*, e de Marc Bloch, sobre o *fazer da ciência história*, afirma que a operacionalidade da fotografia: “como uma mensagem que se elabora através do tempo, [se estabelece] tanto como imagem/monumento quanto como imagem/documento, tanto como testemunho direto quanto como testemunho indireto do passado”.⁵¹⁴

Tomo em perspectiva a conjuntura das décadas de 1940, 1950 e 1960, momento em que eram frequentes pesquisas e denúncias sobre questões raciais, mas não excluo apontamentos referentes às décadas anteriores. As referidas pesquisas deram-se acerca da convivência entre os grupos raciais tanto no Uruguai quanto no Brasil nas quais os clubes foram privilegiados como espaços da coletividade negra.⁵¹⁵ As denúncias incidiam sobre lugares em que pessoas negras não podiam entrar, de um lado e de outro da fronteira, e foram divulgadas por meio dos veículos de comunicação da imprensa negra. Nos primeiros anos da década de 1950, no Brasil, entrou em discussão na esfera política *a seleção de côr, dentro do território nacional* que acarretou na aprovação da primeira lei contra o racismo, com medidas legais contrárias às recusas por *motivos de cor ou raça*.⁵¹⁶ A aprovação dessa lei decorre de uma consideração das denúncias referidas, em parte feitas por pessoas estrangeiras, que se deparavam com um insidioso

⁵¹³ Mauad, Ana Maria. *Através da imagem: fotografia e história interfaces*. Tempo, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, 1996.

⁵¹⁴ Idem, p. 73.

⁵¹⁵ No Brasil, tais pesquisas foram veiculadas pela Escola de Sociologia Paulista, no âmbito do projeto UNESCO. No Uruguai, destaco as análises de Irene Diggs, que também pesquisou o Brasil e Cuba. Sobre as denúncias de Diggs e a repercussão nos meios negros, ver Andrews, George Reid. *Negros en la Nación Blanca...*p.142-144.

⁵¹⁶ *A Alvorada*, 14 de julho de 1951, capa. A lei em questão é Lei 1390/51, de 3 de julho de 1951, conhecida como Lei Afonso Arinos. Dentre os atos passíveis de punição, na referida lei, estava a recusa de atendimento por parte de estabelecimento comercial ou de ensino, assim como hospedagem; recusa em vender; permitir entrada em estabelecimentos, etc.

racismo antinegro, que em nada condizia com a propalada democracia/harmonia racial do Brasil e do Uruguai. Como exemplo tem-se a denúncia feita pela antropóloga e jornalista norte-americana Irene Diggs, em passagem por ambos os países, entre meados de 1946 e 1947, e que no Brasil fora impedida de se hospedar em um hotel por ser negra. A notícia estampou a contracapa d'A *Alvorada* com a manchete “‘O BRASIL ME DESENCANTOU’ Por não ser branca, a jornalista norte-americana Irene Diggs, que viaja em missão oficial, não pôde hospedar-se no Hotel Serrado”.⁵¹⁷

Tais denúncias, no entanto, não eram novidade nas páginas da imprensa negra. Em 1934, por exemplo, o pintor pelotense Miguel Barros, em seu discurso representando a Frente Negra Pelotense (FNP), no *I Congresso Afro-brasileiro*, realizado no Recife, destacou o seguinte em relação à situação social no Rio Grande do Sul:

No comércio, no funcionalismo, preto vegeta em porteiros, contínuos, etc. Surge sempre a expressão do pistolão que ao solicitar emprego, diz: “É meu sobrinho rapaz inteligente e... é branco.” A mulher é a ama, doméstica, costureira. Atualmente onde a mulher pode exercer sua atividade, é no funcionalismo, no professorado.

Muitas jovens etíopes, que se diplomam educadoras, lutam para conseguir lecionar e tem que o fazer particularmente, na impossibilidade de trabalhar para o Estado, a maioria desiste, vendo os exemplos dolorosos e vai para a costura, condição máxima, que pode desejar a mulher que possui os “considerados” característicos da descendência africana.⁵¹⁸

Algumas das *jovens etíopes*, a que o pintor referiu, estavam nas sedes dos clubes negros. Ainda no âmbito das denúncias e adentrando nas hierarquias de gênero dentro da ideia de raça da coletividade, destaco os seguintes recortes, do mesmo período:

[...] foram consideradas sociais protetora de F.N.P. [Frente Negra Pelotense] as seguintes sociedades e jornais: “A Alvorada”, “C.C. Esta Tudo Certo” “C.C. Chove e não mólha”, “S.R. Depois da chuva” e C.C. Fica ai p’ra ir disendo”, cujas sociedades muito tem contribuído para F.N.P cedendo sua sédes gratuitamente para as sessões e outros misteres.

Foi criada a “Legião Feminina Fretenegrina” tendo todas as senhorinhas presentes aderido espontaneamente. [...] ⁵¹⁹

Secção Feminina Mães, Cuidado

Esta reportagem é uma alerta para as mães na educação dos seus filhos. Ressalta que a má educação pode repercutir em ofensas, podendo entrar no terreno da imoralidade e até mesmo do espancamento.

Ao contrário, a boa e sã educação, reflete em boas maneiras e gentilezas que felicitam as mães.

⁵¹⁷ A *Alvorada*, 9 de março de 1947, contracapa. Grifos do original.

⁵¹⁸ Anais – Estudos Afro-Brasileiros – *Trabalhos apresentados no I Congresso Afro-Brasileiro reunido em Recife em 1934*. 1º vol. Rio de Janeiro: Ariel Editora, 1935.

⁵¹⁹ A *Alvorada*, 19 de novembro de 1933.p. 2.

Araci.⁵²⁰

Coluna da Legião Feminina

Para frente mocidade negra

Existem muitos irmãos de raça que julgam que nós somos rebaixados pelos brancos, unicamente pelo preconceito da côr, que é ignorancia, pensarem que somente a côr a causa do desprezo ainda reinante. Enquanto existir na raça aqueles que só sabem servirem e dançarem, que gostam da embriaguez, da desordem, que não fazem o mínimo por se levantarem e saírem da obscuridade. Eles se acharão com o direito de nos desprezar, que não aceitaria se nos utilizássemos a metade do tempo que gastamos nos bailes (é muito distinto ser de sociedade, mas é preciso saber sê-lo) em estudar com afinco e aprendermos alguma cousa digna de distinção, porque onde houver educação um bonito predicado e costumes morigerados, a côr já não será olhada pelos brancos com tanto desprezo.

*Paschoa MIRA*⁵²¹

As passagens aliadas às pesquisas anteriores sobre a atuação das mulheres na FNP⁵²² permitem interpretar que, na década de 30, no âmbito da Frente Negra Pelotense, existia a consciência de que o racismo era um limitador às pessoas negras, sobretudo no mercado de trabalho, estas pessoas eram identificadas como *etiópicas*, como descrito antes, tal exclusão operava dentro de matizes generificadas. Era consenso ainda que os clubes de Pelotas mantinham relações estreitas com a FNP e nesta as mulheres negras organizaram-se. Desde essa tribuna pública, divulgada pelo *A Alvorada*, expressaram-se papeis de feminino e as mulheres se colocaram como cientes dos problemas internos ao grupo negro no que tange aos disparadores do *preconceito de cor*.

As mulheres negras referidas por Miguel Barros, ora imbuídas de um auspício coletivo, compondo a *Legião Feminina da Frente Negra Pelotense*⁵²³ e ora escrevendo por si mesmas, eram uma realidade nas páginas de *A Alvorada*, a partir da década de 1930. Ressalvo que *Araci* parece ser o nome de Aracy Dutra, associada do *Fica Ahí*, retomarei esse elemento a seguir, e o sobrenome *Mira* é o mesmo do associado que esteve na diretoria do *Fica Ahí* desde a década de 30, José Facundo, apresentado no capítulo anterior.

A presença e ações protagonizadas por mulheres nesta região foram identificadas mesmo antes dos anos 30, como na constituição do *Asilo São Benedito*, fundado em 1901, em Pelotas, por idealização de uma mulher negra, de origem

⁵²⁰ *A Alvorada*, 21 de Janeiro de 1934, p. 6. Grifos do Original.

⁵²¹ *A Alvorada*, 30 de Setembro de 1934, p. 1. Grifos do original.

⁵²² Silva, Fernanda Oliveira da. *Os negros, a constituição de espaços...*p.155-157.

⁵²³ Criada em 15 de novembro de 1933. *A Alvorada*, 19 de novembro de 1933, p.2.

humilde, Luciana Lealdina de Araújo, a qual, após consolidar sua obra voltada para o amparo de meninas - - partiu para Bagé a fim de realizar o mesmo intuito, o que o fez em 1909, com a criação do *Orfanato São Benedito*.⁵²⁴ Os objetivos pleiteados e desenvolvidos nestes coletivos denotam a relação com a sociedade em que estavam inseridos consolidando também uma porta de entrada para a análise da experiência negra no pós-abolição em seus diferentes momentos.

Nesse sentido, destaco que havia um legado de ações coletivas negras, com ampla participação de mulheres, inclusive como protagonistas, no qual autonomia e instrução figuravam lado a lado, tecendo um fio condutor que perpassa a história, sempre presente e defendido, mesmo que por pessoas com pouca instrução. Nos clubes negros, ainda nas décadas de 1940 e 1950, estavam senhoras e senhorinhas – como eram nominadas - que provinham seu sustento e de suas famílias por meio de profissões como aquela que Miguel Barros destacou, costureira, mas também cozinheiras, lavadeiras e outros ofícios ligados a tarefas do âmbito doméstico.

No *Centro Uruguay* fora central a presença de lavadeiras e empregadas domésticas, as quais se mantinham ligadas ao clube mesmo quando se deslocavam de Melo, para trabalhar em outros lugares, fosse na *campanha* ou em Montevideú. O *Comité de Damas Melense Pro Benefício ao Centro Uruguay*, criado em fins de 1934 e apresentado na imprensa negra local como “*novel organismo, constituído pelo belo sexo*”, é um exemplo da presença feminina e do vínculo mantido mesmo quando não estavam morando em Melo.⁵²⁵ Neste comitê, estavam mulheres que haviam deslocado-se a Montevideú para trabalhar em tarefas domésticas nas casas de família. O coletivo feminino tinha uma estrutura hierárquica estabelecida desde sua fundação, a qual fora autorizada pela comissão diretiva do *Centro Uruguay*.⁵²⁶ Não era um órgão voltado apenas a atividades em que mulheres se fizessem presentes, visto que, já em sua

⁵²⁴ Ideia acolhida pela comunidade negra de Pelotas dentre os quais estavam membros daquele que viria a ser o *A Alvorada*, como Antonio Baobab apresentado no capítulo 4. Em reprodução da ata de fundação do orfanato, de 1º de setembro de 1909, Luciana – *Mãe Luciana* – é apresentada como “uma pobre e modesta mulher de cor, natural da cidade de Porto Alegre”. A instituição era ligada à Paróquia de São Sebastião de Bagé, mas, já em ata informava que esta estava “entregue à fiscalização e direção interna sob a vigilância de sua benemérita iniciadora dona LUCIANA LEALDINA DE ARAÚJO.” Na sequência consta que “como recompensa à sua nobre iniciativa e trabalho, foi-lhe por mim [Vigário de Bagé, Monsenhor Costabile Hipólito] conferido o título de BENEMÉRITA FUNDADORA”. Rotermund, Harry. *História de Bagé do século passado*. Bagé: Academia Bageense de Letras, 1981. p. 79-80, grifos do original. Sobre o Asilo, ver Caldeira, Jeane dos Santos. *O Asilo de Órfãos São Benedito em Pelotas-RS* (as primeiras décadas do século XX): trajetória educativa-institucional. Pelotas: Universidade Federal de Pelotas, 2014. Dissertação (Mestrado em Educação). Agradeço a Jeane pelo repasse de fontes e pelos diálogos acerca de Luciana Lealdina de Araújo.

⁵²⁵ *Ejemplar y Loable Iniciativa. Acción*, 15 de janeiro de 1935.

⁵²⁶ Idem.

primeira atividade aberta, a *festa inaugural*, fora saudada a participação de mulheres e homens, incluindo vários dos nomes que já acompanhamos nas páginas anteriores:

*María M. de Pereyra [presidente], Geralda Netto [vice-presidenta], Felicia M. Silva, Dominga Acuña, Dalia Núñez [secretária], María J. Rosas, Virgínia de los Santos, Joanna Silva, Juana L. de Melo, Enilda Núñez [tesoureira], María L. da Luz, Aurelia María Nicodei, Albertina A. de Azzillaga, María V. de Palomaque, María V. de los Santos [tesoureira], Dalia S. Gallegos, M. A. Silva, Antonio Teilis, María F. Núñez, Aleja V. de Alcántara [conselheira], Manuela R. de Chávez, María E. de Macedo, Eulogia de los Santos de Nuñez [conselheira], Alida García[conselheira], Sara Rodríguez, Fragores Sosa Silveira, Josefina V. de Soriente, Paula e Delia Acosta, Amanda Luz, Esther López, Paula López, Nieves L. de Rodríguez, Floriana López, Juana Pereira, Elvira Miguelina, Josefa Gamboa, Petrona Espina. Cavalheiros: Elemo Cabral, Isabelino José Gares, Vito Pereira, Trifón Macedo, Juan Carlos Nieres, Ventura e Pilar Barrios, Mario Méndez Rosa de los Santos, Florencio Pereira, Alaris Robinson, Valentín Pereira, José Rodríguez, Ramón Suárez, Dionísio Alvarez, Alejandro e Claro Macedo, José Solas, Carlos M. Sosa, Juan Silva, Mario Martínez, Julián M. Álamo (filho), José Leandro Andrade, Abedul Pérez, Julio Rodríguez, Luis A. Carballo, Juan Sosa, Ricardo Palomeque, José Carlos Barbosa, Aniceto Rodríguez y muchos más.*⁵²⁷

A coletividade da capital seguia os moldes do *Sub Comitê de Damas Pró Edifício*, criado em 1934,⁵²⁸ e em atividade durante todo o período da pesquisa. Na primeira formação estavam “Maria Damiana E. de Rodriguez, Presidenta. Srtas. Maria Felina Díaz Vice Presidenta, Leonor M. Ferreira Suárez Tesorera, Maria P. Sosa Díaz Secretaria, Sara González Pro Secretaria, vogais Iracema Javier, Victorina Romero, Maria Jorgelina Silva e Ortalinda Pereira.” E existia ainda a Comissão de Damas do *Centro*, não obstante, a primeira organização feminina do clube, era precursora da própria ideia de ter uma sede própria para o clube, viabilizada pelas associadas e associados, serviu inclusive de inspiração para aquele que viria a ter papel central na organização negra de Melo, Juan Jacinto Ferrán, visto que em suas palavras: “*en la casa donde me criaron mis tías, organizaron una Comisión de Damas para reunir fondos para comprar el predio donde está el edificio propio del Centro Uruguay. Fueran unas tías mías, así que yo ya había recibido de ellas esa inquietud*”.⁵²⁹

⁵²⁷ *Nuevo Comité. De Montevideo – Del Centro de Damas Melenses Pro Edificio del ‘Centro Uruguay’.* *Acción*, 15 de janeiro de 1935. Como abordado nos capítulos 5 e 6, destaco que Elemo Cabral, Isabelino José Gares, Vito Pereira, Trifón Macedo, Juan Carlos Nieres, Ventura e Pilar Barrios e Mario Méndez Rosa de los Santos eram redatores ou contribuía com a revista *Nuestra Raza* e eram parceiros tanto do jornal *Acción* quanto de *Orientación*, assim como compuseram o *Comité “Hijos de Melo”*, que se formou na capital, em 1927, e/ou o *Comité de ayuda al Comité Pro Edificio del Centro Uruguay*, em 1946, para arrecadar fundos em prol da sede própria do *Centro Uruguay*.

⁵²⁸ *Comité de Damas. Acción*, 16 de dezembro de 1934.

⁵²⁹ Porzecanski, Teresa; Santos, Beatriz. *Historias de Exclusión...*p. 13. Juan Jacinto Ferrán era sobrinho neto de Juan P. Netto e Petrona Olivares de Netto, certamente uma das tias que ele refere em seu

As coletividades femininas realizavam atividades como chá-dançante, quermesses, audições bailantes, chocolates, bailes, rifas, *pic-nics*⁵³⁰ e, por vezes, as realizavam em parceria, com a Comissão diretiva do clube⁵³¹ e o Comitê pró sede própria. Dentre estas destaco a recepção à delegação montevideana identificada na imprensa negra como *Hermanas de Raza*, com um baile no ano de 1935, no qual discursou o senhor Juan J. Ferrán, representando o comitê pró edifício, e a *señorita* Delia Núñez, em nome do Comitê de Damas pró Edifício e a promoção de uma atividade teatral intitulada de *quadro dramático racial* realizada por membros da coletividade negra que residia em Montevideú. Dentre os responsáveis estavam Maria de los Santos, do *Comité de Damas Melense Pro Benefício ao Centro Uruguay*, Juan Carlos Nieres e Vito Ferreira Perez, os quais eram colaboradores de *Acción*.⁵³²

A retórica referente a essas mulheres, irmanadas no intuito de viabilizar a *casa de la raza* para a comunidade negra de Melo, era repleta de elogios que denotam valores e imagens positivas comuns nas páginas da imprensa negra consultada. Destaco a matéria acerca do *Pic-Nic* organizado pelo *Sub Comitê de Damas Pró Edifício*, em dezembro de 1935:

*Nota de franco aliento y de fervoroso patriotismo social construyo la presencia del bello sexo en la gran fiesta. Crecidísimo fue el numero de damas que se diera [?] por la tarde en el frondoso Parque [Juan Zorrilla de San Martín], participando de la fiesta y dado a eso podemos decir que la mujer de la Raza, fue el alma mater de la moral social y la concurrencia de nuestros jóvenes, que completaron el colorido a la reunión.*⁵³³

Não obstante, *bello sexo* faça alusão a uma noção de feminilidade universal que fora acionada também nas atas do *Club 24 de Agosto*, entre 1955 e 1959, o escrito disposto nas páginas de *Acción*, recorrente em outros, marca a raça da mulher, como na expressão *mujer de la Raza*. Configurando aquilo que a historiografia nomina como

depoimento. O tio fora um dos fundadores do *Centro Uruguay* e a tia foi muito ativa na Comissão de Damas.

⁵³⁰ Chá-dançante e chocolates eram atividades dançantes que aconteciam entre fins de tarde e início da noite, nas quais servia-se chás ou chocolate. As quermesses aconteciam de forma muito semelhante, mas nestas era frequente o sorteio de brindes, já as rifas referiam apenas o sorteio. As audições bailantes eram bailes em que se recepcionava artistas esse permanecia atento à apresentação. Os pic-nics eram atividades externas, em parques, praças ou à beira de rios/canais/arroios, nestes as promotoras levavam comidas e bebidas e todos desfrutavam juntos, aconteciam durante o dia, nas décadas de 30 e 40 alguns eram animados por orquestras de sopro e cordas ou *jazz bands*, a partir da década de 50, eram animados pelo som das vitrolas. Com exceção do *chocolate*, encontrei o mesmo padrão de atividades em todos os clubes.

⁵³¹ Organização sob a qual se submetiam todas as demais.

⁵³² Conjunto Artístico. *Acción*, 16 de setembro de 1935. De acordo com a matéria, era composto por: diretor Juan Carlos Nieres, secretário Vito Ferreira Perez, produtor Juan Acosta. Atrizes Margarita Alcantara, Maria de los Santos, [?] Nuñez, Aureta Mendez, [?] Machado, Geralda Netto, [?], Alejandro Macedo, Américo Fobitti, Áramo Chaves, [?] Bauón e Marcos Duarte.

⁵³³ *Un Nuevo Éxito. Acción*, 30 de dezembro de 1934.

racialização do gênero, ou seja, a noção de gênero, no caso o feminino, é acompanhada de raça, de forma interseccionada, e está imbuída de um papel social moralizante. Nas páginas da imprensa exteriorizava-se uma feminilidade negra respeitável, elevada a uma imagem pública que compunha o imaginário de feminino negro desejável que, por sua vez, transgredia com uma noção de deformação reinante em torno das mulheres negras hipersexualizadas desde a escravidão.⁵³⁴

As *Damas de nuestra colectividad* eram aquelas que junto de seus *conrazaneos* trabalhavam para que o auspício coletivo em prol da raça negra fosse alcançado. Dessa forma, forjavam também seus espaços e protagonizavam suas histórias, se fazendo presentes na esfera privada do clube, mas também na pública por meio de atividades em áreas externas. Dentre estas atividades destaco as desenvolvidas no *Parque Juan Zorrilla de San Martín*, localizado às margens do arroio Conventos e, ainda hoje, um espaço público visitado pela população melense, e no *Cine Rex Theatre*, localizado no centro da cidade, que na década de 40 promovia as “funções cinematográficas”. Numa dessas *funções* organizadas pelas mulheres,⁵³⁵ a verba fora integralmente destinada em benefício do *Centro Uruguay*. A Figura 22 é bastante ilustrativa acerca da visibilidade conferida a essas mulheres.

⁵³⁴ Este elemento não era uma especificidade da imprensa negra aqui abordada, e tampouco a interpretação o é, destaco a pesquisa de Doutorado da historiadora Giovana Xavier. Côrtes, Giovana Xavier da Conceição. *Branças de almas negra?...*p. 117-147.

⁵³⁵ Cf. *Beneficio. Acción*, 20 de junho de 1944.

Damas de Nuestra Colectividad



Srta. MARIA JULIA MENDEZ, bella jovenista que en el «Baile de Primavera» celebrado el año pplo obtuvo el título de «Miss Primavera» del Centro Uruguay.



Srta. SARITA ACOSTA gentil colerana radicada en Montevideo, que actualmente se encuentra en esta visitando a sus familiares y amigos.



Srta. MARIA ELENA P. DE MENDEZ, distinguida dama de nuestra sociedad que con ilustrado acierto preside la Comisión de Damas del Centro.



Srta. MARIA CANDIDA AGLIAR, recientemente designada Presidenta del Sub Comité de Damas Pro Edificio.



Srta. DAMIANA ESNAL DE RODRIGUEZ, meritoria dama que luego de un prolongado período de inactividad se reanuda a las actividades del Sub Comité de Damas Pro Edificio ocupando el cargo de Vice Presidenta en el mismo.

Figura 22: Damas de Nuestra Colectividade, 1947

Fonte: *Acción*, 30 de agosto de 1947.

Essas damas não apareceram apenas nas páginas de *Acción*, e tampouco abandonaram suas atividades sociais quando dos problemas que levaram a suspensão do jornal do comitê pró edifício, nomeadamente um coletivo de homens. O jornal *Orientacion* não fugia à regra do padrão masculino, mas isso não significava não dialogar com o feminino. No primeiro número, saudava os *Hombres y mujeres de la raza de color*⁵³⁶ e, um mês após, na capa da edição de 18 de novembro de 1941, anunciava a *Agrupación Femenina*, apresentada como:

⁵³⁶ *A la Raza de Color. Orientacion*, 12 de outubro de 1941.

iniciativa de la Sra. Damiana E. de Rodríguez, se há organizado una agrupación Femenina de ayuda a nuestro Periódico, que está integrada por prestigiosas damas de nuestra colectividad [...] entusiastas conrazaneas [...] He aquí como quedó integrada la Agrupación Femenina: Presidentas Honorarias: Sras. Petrona A. de Arévalo y Celina M. de Pérez. Comisión Ejecutiva: Presidenta: Sra. Damiana E. de Rodríguez; Vice Presidenta: Sra. Araceli N. de Vega; Tesorera: Srta. Santa Silveira; Secretaria: Srta. María P. Acuña; Pro Secretaria: Srta. Alejandrina Arévalo; Vocales: Srtas. María C. Aguiar, María del Carmen Arévalo, Siria Pérez, María Acosta, Sras. Lurdes A. de Rodríguez y Doralicia S. de Sosa; Inspectora general: Sra. Pura Fernández.⁵³⁷

A Sra. Damiana E. de Rodríguez (cuja foto consta na Figura 22) compôs o *Sub Comitê de Damas Pró Edifício*, em 1934 e, em 1947. Petrona A. de Arévalo presidiu o referido comitê em 1935, era lavadeira da catedral e fora presidente da *Cofradía del Rosário*.⁵³⁸ Já Maria Felina Díaz, que em 1935 também era do *Sub Comitê*, teve papel preponderante na constituição da *Sección Femenina* do *Partido Autóctono Negro*,⁵³⁹ e na fundação do porta-voz desta, o *Comité Femenino del PAN*, na cidade de Melo, que assim como Rivera, também localizada na região de fronteira com o Brasil, foram duas das três primeiras cidades a criar esse *Comité*.⁵⁴⁰

Cabe ponderar acerca de dois elementos, o primeiro está relacionado à racialização do gênero nas práticas religiosas da Igreja Católica, na primeira metade do século XX. Menos por devoção aberta à Nossa Senhora do Rosário e mais por restrição de aceitar as pessoas negras em outras confrarias, com base em relatos de Juan Jacinto Ferrán e Antonio Petralanda, padre de Melo, entre os anos 30 e 50, a professora uruguaia Rosa Ruiz afirma que as mulheres negras formaram a *Cofradía del Rosario*, pois não podiam fazer parte de outras confrarias.⁵⁴¹ A professora informa ainda que as missas das 6h30 da manhã, na catedral, eram apenas para pessoas negras. O texto não evidencia a década, mas há indícios de que isto se dava entre as décadas de 1930 e 1940. Ainda sobre isso, o Sr. Ramón Farías corrobora a informação, posto que sua mãe fizera parte de tal confraria já nos anos 50. Referente à década de 50, em Pelotas, a senhora Nizah Machado Sebaje, associada do clube *Fica Ahí*, destaca que:

Quando eu fui ficando mocinha, na década de 50, eu quis ser filha de Maria, porque eram elas que coroavam Maria. Então eu pedi para o Monsenhor para

⁵³⁷ *Nos Acompañan. Orientacion*, 18 de Novembro 1941.

⁵³⁸ Ruiz, Rosa. El aporte de la raza negra a la cultura de Cerro Largo. *Hoy es Historia*, nº 55, p. 72-75, 1993. Depoimentos de Ramón Farías. Melo, 19 e 20 de janeiro de 2015.

⁵³⁹ Acompanhado no capítulo 6.

⁵⁴⁰ A outra cidade foi San Carlos. Rodríguez, Romero Jorge. *Mbumdo, Malungo a Mundele...* p.141-142.

⁵⁴¹ Ruiz, Rosa. Idem.

ser filha de Maria e eu notei aquele desconforto da parte dele e da Irmã Clementina. Ele disse: pois é minha filha, mas tu és assim, uma menina de cor – não chegava a dizer negra porque essa palavra eles não pronunciavam muito – e as moças de cor – não podem ser filhas de Maria. Elas não ficam rezando em frente ao altar, elas ficam rezando do lado para Nossa Senhora do Rosário, elas são chamadas rosaristas. Mas que barbaridade, então eu não vou poder ser filha de Maria? Então eu disse: eu não quero. Ele insistiu: mas a Nossa Senhora do Rosário é protetora dos pretos. Ai, mais eu não me conformei e ainda fui brigar com as minhas companheiras de raça porque elas aceitavam ficar do lado e não em frente ao altar? Passado um tempo, o Monsenhor reconsiderou, me chamou e disse: tu vais ser filha de Maria.⁵⁴²

Por sua vez, o segundo elemento está no fato de que a Constituição de 1934 do Uruguai fora aquela que reconheceu os direitos políticos da mulher, instituídos pela lei de 1932, mas a primeira eleição que efetivaria tal direito seria (e o foi) a de 1938,⁵⁴³ ou seja, aquela para qual a *sección Femenina* e o PAN, de forma geral, estavam articulados pleiteando “*llevar al Parlamento Nacional la representación de la raza negra*”.⁵⁴⁴ Na coluna “*Para Ustedes*”, do *Periódico del PAN* (de Montevideú), escreviam, além de María Felina Díaz, Maruja Pereyra de Barrios e María Iris Cabral. Na edição de 2 de maio de 1937 fez-se o apelo “*para que ninguna mujer de nuestra raza quede sin inscribirse, es decir, preparada al libre ejercicio del voto en posesión de sus derechos*”.⁵⁴⁵ Com base em uma ampla pesquisa em fontes periódicas e relatos de pessoas negras uruguaias, o pesquisador Jorge Rodríguez destaca que:

*El activismo de las mujeres era determinante, ya que ellas tenían en sus manos toda la organización del Partido. Verdaderas responsables de su expansión organizativa y del convencimiento a los clubes de recreación, para que prestasen su apoyo y solidaridad. [...] Varias secciones [de Nuestra Raza e Periódico del PAN] estaban a cargo de destacadas dirigentes negras, como la veterana Maruja Pereyra de Barrios y la Sra. María Felina Díaz que, junto con la fallecida María Iris Cabral, fueron las gestoras de la lucha por los derechos de la mujer negra. [...] Su reivindicación de ejercer los derechos fue persistente. Las lleva a recorrer todo el país, realizando mesas redondas y conferencias, logrando centros de agrupación de la mujer negra. Se puede afirmar – a partir de la documentación consultada y de la memoria de varios protagonistas – que las bases del partido eran mayoritariamente femeninas.*⁵⁴⁶

⁵⁴² Depoimento de Nizah Machado Sebaje. In: Machado, Sátira P. et al. *Mulher Afro-Gaúcha...* p. 290.

⁵⁴³ Nahum, Benjamín. *Manual de História del Uruguay...* p. 158. República Oriental del Uruguay. *Constitucion de la Republica*. Constitucion 1934 Plebiscitada el 19 de abril de 1934. Disponível em <https://legislativo.parlamento.gub.uy/temporales/2172689.HTML#art57>

⁵⁴⁴ Rodríguez, Romero Jorge. *Mbumdo, Malungo a Mundele...* p. 132.

⁵⁴⁵ Idem. p.141.

⁵⁴⁶ Idem, p. 141.

Ramón Farías era um menino com pouco mais de dez anos na década de 50, aparece entre as crianças da Figura 23 e, na sequente, na companhia de sua mãe, Nemência Fausta Machado, que nascera no Brasil, mas chegou a Melo ainda criança, e naquele momento participava da *Cofradía del Rosario*, da comissão de damas e as atividades por ela desenvolvidas – como o *pic-nic* disposto na figura. Ao referir o período posterior à construção da sede própria, na década de 50, Ramón Farías destaca que:

*la Comisión de Damas era completamente independiente da la comisión directiva. La Comisión de Damas tenía sus socias porque las mujeres no podían ser socias. Había una Comisión de Damas en el cual mi madre fue muchos años tesorera en cual hacían beneficios pedían un permiso a la comisión directiva e ahí pedían para hacer un baile, kermese, siempre hacían kermese, lotería bailable. En la quela época no había bingo, hacían lotería bailable, chocolate e ahí hacían dinero para amuelar la institución.*⁵⁴⁷



Figura 23: Pic-Nic Familiar promovido pela *Comisión de Damas del Centro Uruguay*

Fonte: Acervo pessoal de Ramón Farías.

Nota: Parque Zorrilla de San Martín, início déc. 1950.

⁵⁴⁷ Depoimento de Ramón Farías. Melo, 19 de janeiro de 2015.



Figura 24: Nemência Machado (Melo) e Ramón Farías

Fonte: Acervo pessoal de Ramón Farías

Nota: Melo, 1955.

As mulheres negras, muitas das quais com profissões ligadas às lides domésticas e poucos anos de estudo, residentes em Melo ou em Montevideú, com as raízes bastante sólidas no *Centro Uruguay*, tinham na cor da pele e na experiência coletiva do clube a identificação de um projeto político comum em prol da raça, que incluía homens e mulheres. As formas como as mulheres negras se colocaram e foram colocadas não permitem observá-las a priori como à margem, fosse do próprio clube, fosse das demais organizações negras em que se inseriam e mesmo da sociedade de uma forma geral. Os condicionamentos existiam, afinal, é nítido que elas criaram suas *sub* organizações, como o vocábulo já adverte, em decorrência de não poderem fazer-se presentes nos órgãos deliberativos dos *conrazaneos*. Ora, em não podendo lá estar nada mais plausível que compor os seus próprios órgãos e por meio deles dialogar com aqueles que elas consideravam seus iguais. O que estava em questão neste projeto político eram formas de combater a discriminação com base na raça, fazer-se representar politicamente e assegurar autonomia e participação, demandas que vinham pelo menos desde 1872. E, se lá foi difícil acessar as mulheres, aqui, na primeira metade do século XX, a tarefa foi bem menos árdua e bastante prazerosa.

Tal projeto político estava repleto de valores próprios da sociedade que faziam parte como, por exemplo, a própria divisão e hierarquia de lugares sociais destinados às mulheres em relação aos homens. Mas as ações das mulheres negras associadas dos clubes permitem inferir que houve uma transgressão dos condicionamentos e das fronteiras impostas às mulheres e homens racializados que circulavam em diferentes

espaços também racializados, sobretudo no âmbito da coletividade e do trabalho doméstico. Isso não ficou restrito ao Uruguai, foi compartilhado na região fronteiriça.

As associadas do *Fica Ahí*, como, por exemplo, as jovens senhoras casadas, vinham de uma experiência de formar blocos carnavalescos femininos e compor a comissão de controle do comportamento das senhorinhas nas dependências do clube na década de 30, o que se manteve por todo o período aqui abarcado. Quando da instituição da campanha financeira pró sede própria, que se deu em 1939, as *Tendeiras* de pronto somaram-se ao auspício, mantendo suas atividades de arrecadação financeira que, até aquele momento, eram destinadas para o pagamento do aluguel, e a partir de então auxiliaram no objetivo comum de associadas e associados do clube em busca de viabilizar uma sede própria.

Importa lembrar que, como vimos no capítulo anterior, a comissão de obras, idealizada por Rubens Lima, foi criada apenas em 1948, momento em que o referido grupo de senhoras e senhorinhas, já havia realizado uma série de atividades com o intuito de viabilizar a compra do terreno para a construção da sede própria. E, não é demasiado apontar que essa organização contribuiu para que Rubens Lima percebesse uma necessidade de criar uma comissão específica para administrar tais verbas. Afinal, os papéis da comissão por ele idealizada eram de administração, divulgação das atividades e procura por patrocinadores, permanecendo a cargo das associadas o processo de angariar verbas internamente e organização das atividades sociais que geravam lucro e, principalmente, mantinham o clube ativo como espaço social. Os homens raramente somavam-se na execução das atividades, eles tinham por papel fundamental dirigir o clube e representá-lo na esfera pública.

Nessa perspectiva, o ambiente gestado pelos clubes negros e divulgado na imprensa negra, intrinsecamente vinculada àqueles, evidencia tanto o entendimento dos clubes como espaços autônomos e seguros, quanto o papel primordial na construção de um significado de mulher e homem negro.

Se, por um lado, o discurso divulgado na imprensa homogeneizava com apenas um significado, por outro, afirmava a humanização perpassada pela afirmação e autoestima elevada, como destacou a educadora Maria Helena Vargas da Silveira, que quando criança e jovem nas décadas de 1940 e 1950, respectivamente, participou das atividades do *Fica Ahí*:

O meu avô ele escrevia, era tipógrafo, ele trabalhava de tipógrafo em um jornal da cidade. No Diário Popular e também num outro jornal que era o mais voltado pra negritude, o Alvorada. Esse jornal foi fundado em 1907 em

Pelotas, aí ele colaborava em várias colunas e era secretário. [...] Ele não falava ainda em comunidade, ele falava em bairro, falava em povo, falava em negro. Esse jornal “Alvorada”, ele tinha valores. Então ali era um jornal que trazia muita coisa relacionada com a estética negra. [...] Ali (no jornal) a gente encontrava também o discurso do Dr. Carlos Santos, era bem evidenciado um negro no poder, um político, um catedrático. Os negros se formavam, que tavam na área da educação, meu Deus, saía os nomes relacionados no jornal. [...] Ele [jornal *A Alvorada*] tinha uma gráfica. E quem patrocinava isso tudo era um senhor chamado Rubens Lima, que era um negro. [...] Ele saía pra rua e buscava, ele fazia anúncios, ele buscava patrocínio. E ele buscou tanto que conseguiu um terreno pra montar essa gráfica, e aí ele fez essa gráfica. [...] Não era só o meu avô. Meu avô chamava-se Armando Vargas, mas não era só ele que labutava ali, tinha outras pessoas. [...] Por intermédio das colunas eles faziam uma vigilância muito rigorosa em cima do comportamento da mulher negra. Do homem negro também, mas a cobrança era muito maior em relação à mulher negra. [...] colunas como “Pesquei” aí eles faziam uma espécie de semanário onde eles colocavam “pesquei fulana de tal...”, ou então “a menina de blusinha tal em altos beijos em tal lugar”. Fofocaria organizada, mas em cima da mulher [...] ⁵⁴⁸

O relato de Maria Helena Vargas da Silveira refere simultaneamente a importância da imprensa negra na gestão de uma autoestima negra e o controle sobre as mulheres. A importância da imprensa, de forma geral, também foi apontada pelos entrevistados em Melo. ⁵⁴⁹ A constância de colunas publicando cartas e notícias de outras cidades, que não Pelotas e Melo, permite observar que os jornais eram lidos e considerados importantes por pessoas negras de outros lugares, assim como pelos representantes dos clubes. As diretorias dos clubes encaminhavam suas atividades para publicação e, no *Fica Ahí*, se discutia em ata, a publicação de notícias divulgando ou comunicando assuntos internos nas páginas d’*A Alvorada*, cuja relação era tão estreita que a sede era vizinha da oficina e, por conta da proximidade física, mas também política, compartilhavam inclusive a mesma linha de telefone. ⁵⁵⁰

As mulheres, alvo por excelência do controle nas colunas, no entanto, não eram apenas as amantes do *footing*, ⁵⁵¹ mas sim mulheres que, além de aproveitarem do lazer quando possível, eram trabalhadoras. O trabalho remunerado é uma constante na referência às profissões das associadas. Destaco a experiência de trabalho das mulheres

⁵⁴⁸ Depoimento de Maria Helena Vargas da Silveira. In: Machado, Sátira P. Et al. *Mulher Afro-Gaúcha...* p. 295-296.

⁵⁴⁹ Depoimentos de Ramón Farías, Marina Silva Acosta, Etelvina Rosas e José Ramón Fernandez. Melo, 19, 20 e 21 de janeiro de 2015.

⁵⁵⁰ *Clube Fica Ahí Prá Ir Dizendo. Livro de atas de Assembléia, Conselho e Diretoria* (1957-1966, 3 de junho de 1959, ata n° 662 e 05 de maio de 1965, ata n° 736.

⁵⁵¹ Forma de lazer bastante comum na primeira metade do século XX. Era o ato de caminhar despreocupadamente pelas ruas. A historiadora Aline Lima, ao pesquisar os álbuns familiares de famílias negras pelotenses, entrevistou antigas associadas do *Fica Ahí*, as quais reportaram tal hábito. Ver Lima, Aline Mendes. “*Ofereço minha foto como recordação*”: representações negras em álbuns familiares. (Pelotas 1930-1960). Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2009. Dissertação (Mestrado em História).

em profissões vinculadas ao cuidado, em um primeiro momento ligado ao âmbito doméstico, correspondendo à geração de mães daquelas e daqueles que eram associadas e associados nas décadas de 40, 50 e 60 no Brasil, algumas destas também associadas. Para o Uruguai essa era a realidade das associadas durante todo o período pesquisado. O ofício de lavadeira foi destacado pelo Sr. Ramon Farías, como uma memória compartilhada por sua mãe e sua avó, Nemência Fausta Machado e Libânea Machado respectivamente, e vivenciado por ele quando criança, em virtude de acompanhar sua mãe na labuta à beira do arroio Conventos, na década de 1940 (ver Figura 24).⁵⁵² Sendo que, na década de 1950, sua mãe era a cozinheira responsável na casa de Antonio Gianola, político branco local que, como vimos no capítulo anterior, doou um acervo de 100 livros para o clube nos anos 1930. Os depoimentos recolhidos pelas historiadoras Karla Chagas e Natalia Stalla, na região da fronteira Brasil-Uruguai, também destacam esse elemento como característico do trabalho das mulheres negras.⁵⁵³

Elementos muito semelhantes aparecem nos relatos de antigas associadas e associados do clube *Fica Ahí*, cujas mães ou avós foram lavadeiras. Destaco a contribuição fundamental do livro *As filhas das lavadeiras*, organizado por Maria Helena Vargas da Silveira,⁵⁵⁴ no qual a pedagoga compila entrevistas com 21 mulheres negras do sul e do sudeste do Brasil, evidenciando que a experiência de lavadeira foi algo compartilhado por mulheres negras no pós-abolição, especialmente no fim do século XIX e nas três primeiras décadas do século XX.⁵⁵⁵ A própria vivência da autora fora marcada por esse elemento, o qual transparece por meio da trajetória de sua mãe, Maria Yolanda Vargas da Silveira,⁵⁵⁶ filha de Joantina Vieira Vargas, lavadeira, quituteira e passadeira. Joantina era casada com Armando Vargas, tipógrafo do *A Alvorada* que, acompanhamos nas páginas anteriores, e, por meio do qual, a família era associada do clube *Fica Ahí*.

A senhora Aracy da Silveira Dutra (que aparece na Figura 15 quando do lançamento da pedra fundamental), cogitada como autora do fragmento de texto da *seção feminina* da *Frente Negra Pelotense*, disposto algumas páginas antes, teve trajetória semelhante. Era filha de João Arlindo da Silveira e Reduzina Ferreira da

⁵⁵² Depoimentos de Ramón Farías. Melo, 19 e 20 de janeiro de 2015.

⁵⁵³ Chagas, Karla; Stalla, Natalia. *Recuperando la memoria...*

⁵⁵⁴ Como destaquei anteriormente, a autora era neta de Armando Vargas, que nasceu na cidade uruguaia de Artigas, era redator de *A Alvorada* e associado do *Fica Ahí P'rá Ir Dizendo*.

⁵⁵⁵ Silveira, Maria Helena Vargas da. *As filhas das lavadeiras*. Porto Alegre: Grupo Cultural Rainha Ginga, 2002.

⁵⁵⁶ Casada com José Francisco Ferreira da Silveira, pai de Maria Helena.

Silveira, passadeira e engomadeira, que com esse ofício criou a filha e o filho, José Francisco da Silveira. Nos anos 30, antes de finalizar os estudos no curso complementar,⁵⁵⁷ Aracy alfabetizava pessoas em casa, enquanto a mãe trabalhava em parceria com a lavadeira Maria.⁵⁵⁸ Ao completar os estudos, nos anos 1940, tornou-se professora, muito embora a mãe almejasse que ela aprendesse o ofício de costureira, temendo que a filha encontrasse dificuldades para se inserir no mercado de trabalho, temor que vai ao encontro daquilo que Miguel Barros destacou no seu discurso no congresso no Recife em 1932. Ainda na década de 40, casou-se com Francisco de Paula Dutra – que, como acompanhamos, esteve presente na diretoria do *Fica Ahí* entre as décadas de 1940 e 1960 (ver Figura 25) – e se tornou mãe. O trabalho fora de casa somado à condição financeira do esposo Francisco, que era alfaiate e proprietário de seu negócio, e a, já avançada, idade de sua mãe, Reduzina, foi preponderante para que a senhora abandonasse o ofício de lavadeira e passasse a cuidar dos netos Luiz Augusto, Flávio Augusto, Claudio Augusto, Francisco e das netas Regina Laura e Marina Laura, todos frequentadores dos salões do *Fica Ahí*, entre as décadas de 1940 e 1960.

⁵⁵⁷ O curso complementar compunha o ensino primário brasileiro. O curso elementar, oferecido para alunas e alunos entre 7 e 12 anos, durava 4 anos. Na sequência, o curso complementar, que era um preparatório ao exame de admissão ao ginásio. Decreto-Lei Nº 8.530, de 2 de janeiro de 1946.

⁵⁵⁸ Alcinha de Maria Portuguesa.



Figura 25: Senhora Aracy Dutra e seu esposo Francisco de Paula Dutra

Fonte: Acervo pessoal de Marina Laura da Silveira Dutra.

Nota: Sede do clube *Fica Ahí*, década de 1950.

Por sua vez, a senhora Lourdes Vargas, esposa do tenente Francisco de Paula Vargas – o qual também acompanhamos na diretoria do *Fica Ahí* (ver Figura 26) – era filha de Maria Izabel Gonçalves da Silva e a auxiliava no ofício de lavadeira quando jovem, assim como sua irmã Nair. Lourdes era costureira e bastante presente nas atividades sociais do *Fica Ahí*, para as quais levava seu filho, Mário, e suas sobrinhas, Nair Edi e Celestina, que participaram do clube desde o início dos anos 50. A mãe de ambas, a senhora Nair, era funcionária pública atuando no setor de limpeza na escola Assis Brasil, e nesse momento era viúva.



Figura 26: Senhoras Lourdes Vargas e Antonieta Conceição

Fonte: Acervo pessoal de Celestina Pinto – Acervo do *C.C. Fica Ahí Prá Ir Dizendo*

Nota: Sede própria, década de 1950.

As jovens Nair Edi e Celestina tornaram-se professoras e – como disposto na Figura 27 - foram homenageadas nas páginas *d'A Alvorada* junto de outras senhorinhas que compunham o *fino escol da mocidade ficaiana*, como Glaci Irene Alves Pires, Nizah de Freitas Machado (cujo relato acerca da discriminação racial na irmandade pelotense destaquei), Eunice Modesto da Silva e Loecí Farías Machado.⁵⁵⁹ Na década de 60, Celestina compôs a *ala feminina* responsável por atividades culturais, junto de outras associadas companheiras de profissão, como Eloice Lopes da Cunha, Gleci Irene Alves Pires – que também fora homenageada n'*A Alvorada* -, Marília Lopes Leite, Lais dos Santos Ribeiro e Rosinha Dutra de Alpoim.⁵⁶⁰ Não obstante, a senhora Celestina enfatiza que, neste mesmo período, o clube tinha muitas empregadas domésticas entre as associadas,⁵⁶¹ embora destaque também que esta presença massiva não era bem quista pelo presidente.

⁵⁵⁹ *A Alvorada*, 31 de dezembro de 1956. p.9.

⁵⁶⁰ *Clube Fica Ahí Prá Ir Dizendo. Livro de atas de Assembléia, Conselho e Diretoria (1957-1966)*. 23 de março de 1962, ata n° 718.

⁵⁶¹ Depoimento de Celestina Izabel Pinto. Pelotas, 21 de julho de 2011, acervo do *C.C. Fica Ahí Prá Ir Dizendo*.



Figura 27: "As novas professorandas da Escola Normal Assis Brasil"

Fonte: *A Alvorada*, 31 de dezembro de 1956, p. 9.

Nota: Da esquerda para a direita na parte superior: Glaci – Irene Alves Pires, Celestina – Izabel da Silva Pinto e Nizah de Freitas Machado. Na parte inferior: Eunice Modesto da Silva e Loeci Farias Machado [Ferreira]

* Eunice Modesto da Silva formou-se no Colégio São José.

A experiência geracional de profissões de mulheres negras relacionadas ao cuidado, já fora observada para a realidade norte-americana. As sociólogas norte-americanas Patrícia Hill Collins e Angela Davis,⁵⁶² ao analisarem a realidade de mulheres negras estadunidenses, destacaram que estas, ao longo da história, encontram-se, mormente, no trabalho voltado para o cuidado. Este também possui hierarquias, estando na base, o doméstico, e no topo, o vinculado ao ato de ensinar. Não obstante a diferença não se paute apenas em questões econômicas, podendo a pessoa que desempenha o trabalho doméstico ser melhor remunerada que a professora, operando uma questão simbólica, a qual reflete na noção de progresso social a todas aquelas que se afastam das lides domésticas, interpretadas como um ofício que reatualiza a escravidão. A historiadora Giovana Xavier, ao analisar a mesma realidade das sociólogas Collins e Davis, nas primeiras décadas do século XX, destaca que as

⁵⁶² Collins, Patricia Hill. *Rasgos distintivos del pensamiento feminista negro...*; Davis, Angela. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.

mulheres negras “como educadoras podiam reconstruir a feminilidade negra acionando estereótipos femininos como a vocação da mulher para o ensino”.⁵⁶³

Percebo que processo semelhante deu-se entre as mulheres negras que participavam dos clubes negros. Na década de 50 e na primeira metade dos anos 60, foi contínua a divulgação de formaturas das jovens senhorinhas *ficahianas* nos cursos de formação de professoras da Escola Normal Assis Brasil e do Colégio São José,⁵⁶⁴ e os convites de formaturas nas atas do *24 de agosto* e rainhas d’*Os Zíngaros* e *Palmeira* apresentadas como estudantes ou formadas no curso normal. No entanto, não fora abandonado pelas diretorias o incentivo e reconhecimento da formação técnica, como transparece na divulgação de formaturas no curso de corte e costura do SESI, no *Fica Ahí*, nas décadas de 1950 e 1960. No *Centro Uruguay*, na década de 50, as mulheres eram empregadas domésticas, não mais se encontrando o ofício de lavadeira. Não obstante, existiam diferenças sociais bem marcadas entre os clubes localizados no Brasil e no Uruguai, visto que enquanto no Brasil é frequente associados terem profissões vinculadas à educação formal, serem donos de seus próprios negócios ou funcionários/as públicos/as, o mesmo não se dá no Uruguai, estando as mulheres desempenhando o emprego doméstico e os homens as lides agrárias ou em oficinas.

No *Fica Ahí*, *Os Zíngaros*, *Palmeira* e *24 de Agosto*, a instrução proporcionava uma profissão às mulheres negras aliada a uma noção de feminilidade respeitável. Estava também relacionada com as transformações sociais, sobretudo o aumento das cidades, dado que as trajetórias de mulheres que pesquisei eram do meio urbano e também desfrutavam de algumas de suas melhorias, como as escolas. Já no Uruguai, era comum as mulheres deslocarem-se para trabalhar, tanto no meio rural, na *campaña*, quanto na capital do país, no entanto, não tive acesso a nenhuma trajetória feminina cuja autonomia financeira passasse pela instrução, muito embora não encontre mais a função de lavadeira nas décadas de 50 e 60.

O ofício de lavadeira é entendido aqui como aquele que ocupa a base hierárquica dentro do cuidado, seguido pelos serviços auxiliares, como engomadeira e passadeira, após estavam as lides estritamente domésticas, ou seja, no âmbito das casas, como

⁵⁶³ Côrtes, Giovana Xavier da Conceição. *Branças de almas negra? ...* p. 142.

⁵⁶⁴ Escola Normal Assis Brasil é pública e ficou reconhecida por ser o espaço por excelência das professorandas negras a partir da década de 1950. Além desta, havia também a escola privada São José, na qual algumas jovens ficahianas alcançaram a formação para serem professoras.

limpeza, cozinheira e empregadas responsáveis pela organização dos outros serviços,⁵⁶⁵ só após o trabalho de limpeza em espaços privados por meio de cargos públicos, especialmente em escolas, estando o professorado legado pela formação normal no topo da hierarquia. Lembrando que para ser professora, como a trajetória de Aracy da Silveira Dutra ilustra, bastava completar os estudos complementares. Por esse ângulo, a formação a nível ginásial alcançada com o curso normal, era um fator de diferenciação simbólico entre as educadoras negras. E, já relacionado à idade avançada, estava o cuidado de crianças da família, como netas e netos, os quais então tinham contato com as experiências das avós lavadeiras, muito embora este cuidado não fosse passível de retorno financeiro.

Elemento semelhante em relação aos homens dos clubes, no Uruguai os homens que participavam das direções e dos jornais eram por excelência porteiros, como Juan Jacinto Ferrán, jogadores de futebol, como José Ramón Rodríguez, e motoristas, além de trabalhadores nas lides campeiras, para aqueles que moravam na *campaña*. No Brasil, no período que inclui da fundação dos clubes aos primeiros anos da década de 50, os homens trabalhavam em tipografias, alfaiatarias, exército, e outras instituições públicas - como porto, correios e telégrafos -, em fábricas, construção civil e com a música. Sem que para desenvolver essas funções precisassem mais que as primeiras letras ou se distanciar de ofícios manuais relacionados ao físico. Já a partir daquela década, começa a aparecer a instrução como forma de acesso a uma profissão frequentemente ligada ao ato de pensar, mas com vias a formar-se em algo prático, destacando-se os cursos técnicos de contador e os de ensino superior de direito e odontologia. Nesse sentido, para os seus jovens formandos, o *Fica Ahí* instituiu a prática de presentear-los com uma placa de identificação,⁵⁶⁶ o que denota mais uma vez o prestígio conferido à educação formal.

⁵⁶⁵ Destaco aqui que a referência encontrada foi sempre a de empregada doméstica, e nunca de governanta. O conteúdo de ambas as funções é o mesmo, tendo como referência o que Florestan Fernandes apresenta de comum ao ofício de governanta ao investigar as profissões de imigrantes europeias em São Paulo, nas primeiras décadas do século XX. Este pode ser mais um indício de racialização que reatualiza o vínculo com a escravidão sempre que as lides domésticas são executadas por pessoas negras, no entanto, é necessário fazer uma análise mais detalhada para poder aprofundar a discussão e acessar outros indícios. Fernandes, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*, 2. vol., 3.ed. São Paulo: Ática, 1978.

⁵⁶⁶ *Clube Fica Ahí Prá Ir Dizendo. Livro de atas de Assembléia, Conselho e Diretoria (1957-1966)*. s/d [entre fins de novembro e início de dezembro de 1961], ata de Assembleia Geral, nº 712.

A intelectual Lélia Gonzalez,⁵⁶⁷ ao desenvolver sua perspectiva acerca da experiência das mulheres negras na América Latina, afirmou que as noções de raça e gênero operam no imaginário ideológico de forma a assegurar diferenças racializadas e sexualizadas, bem aproximada daquilo que Angela Davis e Patrícia Hill Collins propuseram ao interpretar a realidade norte-americana.⁵⁶⁸ Não obstante, advogo que é possível pensar em termos de uma divisão dentro dos grupos negros aqui acompanhados, que se sustenta a partir da racialização e da generificação. Que, por sua vez, não significa negar sexualidade, mas interpretar a partir daquilo que eclode nas construções coletivas e discursos mediados que chegaram até a atualidade, os quais se desenvolveram dentro de historicidades que ora localizam-se na experiência do vivido, acessada por meio da imprensa negra, atas e fotografias, ora localiza-se num olhar para um passado vivido por si mesmo, compartilhado pelos seus familiares ou a partir de escrituras, suas e/ou com as suas famílias, acessadas nos depoimentos e relatos publicados em livros.

Possivelmente, a realidade vivenciada pelas mulheres que frequentavam os clubes apresentasse outros elementos, mas as fontes que coloquei à prova aqui me permitiram acessar diferenças que tinham como sinalizadores a raça e o gênero, dentro de uma lente que é sexualizada e opera no interior do padrão heteronormativo-patriarcal. Neste padrão, as mulheres negras eram entendidas pelos homens negros e se apresentavam como mães, esposas e, sobretudo, mulheres respeitáveis. Embora não fosse apenas isso que condicionasse suas identidades, como busquei demonstrar na ênfase às profissões e ações desempenhadas. O que configura aquilo que Angela Davis reporta como um “papel multidimensional das mulheres [negras]”,⁵⁶⁹ no interior das famílias e bem além delas. Enquanto que aos homens pouco se explicitava acerca disso, interpreto que se buscava assegurar uma masculinidade negra homogênea, cujos signos estavam no trabalho, na manutenção da moral e na construção e/ou manutenção de uma família com uma mulher e com os filhos e as filhas advindos da união reconhecida frente à comunidade negra que participava - os informes de casamento reportados às diretorias e registrados nas atas eram frequentes -, e frente ao Estado e Igreja, ambas as instituições que formalizavam o matrimônio. Esta união, por sua vez, também compõe o

⁵⁶⁷ Gonzalez, Lélia. Por um feminismo afrolatinoamericano. *Revista Isis Internacional*, Santiago, v. 9, p. 133-141, 1988.

⁵⁶⁸ Collins, Patricia Hill. *Rasgos distintivos delpensamiento feminista negro...*; Davis, Angela. *Mulheres, raça e classe...*

⁵⁶⁹ Davis, Angela. *Idem*, p. 17.

significado de respeitável à mulher, ao homem e à família de forma geral, que a partir de então, tanto no *Fica Ahí*, quanto no *Centro Uruguay*, no *24 de Agosto* e *Os Zíngaros* vislumbrava uma possibilidade de fazer parte do clube mais consistente que o simples pedido de associação individual e, por não raras vezes, tinha assegurada a participação nas atividades dos clubes.

O significado de respeitável, aliado ao de moral, dignidade e decência, também era entrecruzado por noções hierárquicas de gênero sob a ótica da heteronormatividade, e estava vinculado à noção de cidadania. Esta, se num primeiro momento parece ser entendida como universal aos grupos, também era entrecruzada por estes elementos, fosse quando das questões relacionadas a direitos políticos, fosse quando das cotidianidades vivenciadas desde/nos clubes. Os estatutos que regiam os clubes apresentavam ressalvas às exigências referentes às senhoras e senhoritas dentre os cidadãos, mesmo que considerasse que sócias e sócios tinham as mesmas obrigações e direitos na sociedade.⁵⁷⁰ Neste sentido, o estatuto *d'Os Zíngaros*, registrado em 1948, advertia já no Capítulo I que “Todo o cidadão para ser admitido como sócio é preciso ser moralizado e que não se dê á prática de maus costumes, assim como a senhora ou senhorita é preciso ser de conduta inatacável”.⁵⁷¹

Destaco que as nomeações são entendidas dentro de valores que tomam o casamento como distinção para as mulheres, visto que as casadas são nominadas por *senhoras* e as solteiras por *senhoritas* (ver Figura 28), podendo ainda ser chamadas de *senhorinhas*, enquanto que os homens são sempre referidos como *senhores* e *Don* ou fazendo discriminação apenas no que tange à idade, os referindo como *crianças* (de forma genérica), *jovens* ou *varones*. As intersecções⁵⁷² nas cotidianidades apareciam ainda no condicionamento da demonstração da afetividade feminina, fosse nos salões por meio das comissões de controle, fosse na rua, sob o olhar cuidadoso daqueles que

⁵⁷⁰ N' *Os Zíngaros* é explicitamente exposto no estatuto “As sócias terão os mesmos direitos e deveres dos sócios”. *Estatutos da Sociedade Recreativa Os Zíngaros*. Bagé: Typografia da Casa Maciel, 1948. p. 25

⁵⁷¹ Idem. p. 4.

⁵⁷² Intersecção advém da perspectiva desenvolvida por Kimberlé Crenshaw e é utilizada aqui como uma ferramenta que auxilia na observação de categorias que se articulam, em uma relação e contexto, ou seja, ideia de raça e ideia de feminino/masculino. Essa ferramenta, por sua vez, vai ao encontro da perspectiva de observar a dinâmica das relações sociais, em que a ideia de raça existe, porém, não é isolada e aparece articulada com outros fatores. Sobre a definição de interseccionalidade: “A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras”. Crenshaw, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. In: *Estudos feministas*, v 10, n. 1, Ano 10, 1º semestre de 2002. p. 171-188. p. 177.

reportavam ou averiguavam tais comportamentos nas colunas *Pesquei d'A Alvorada* e *Un Mirón de Acción*, e que não era diferente na coluna assinada por *Pichón*, no *La Igualdad*, e em tantas outras já reportadas por pesquisadoras e pesquisadores da imprensa negra em diferentes partes das Américas. Nestas intersecções, operava um controle sistemático do mito da promíscua imoralidade inerente às mulheres negras, que configurava um estereótipo cuja historicidade remonta à escravidão, e que, no pós-abolição, fora mantido pelo racismo, que, por sua vez, alimentava o sexismo, como destaca a estadunidense Angela Davis.⁵⁷³



Figura 28: As Tendeiras – Senhoras e Senhoritas do Fica Ahí

Fonte: Acervo pessoal de Celestina Pinto – Acervo do C.C. *Fica Ahí Prá Ir Dizendo*

Nota: quermesse para angariar fundos para a sede nova do *Fica Ahí*, 1948.

Aos homens as advertências e cuidados também estavam vinculados aos estereótipos, sobretudo, os de alcoolismo e falta de educação frente a códigos sociais pré-estabelecidos, operantes nas sociedades modernas e cultas. Como evidenciado no controle aos excessos de bebida e, por vezes, a franca proibição do consumo, não apenas nas atividades dos clubes, discussão comum aos clubes *Fica Ahí*, *Centro Uruguay* e *24 de Agosto*.⁵⁷⁴ E, ainda, o controle sobre a ideia de não disposição para a

⁵⁷³ Davis, Angela. *Mulheres, raça e classe...*

⁵⁷⁴ No estatuto do *Centro Uruguay* (1932), a embriaguez é apontada como falta grave, passível de expulsão. Em reunião de diretoria do *24 de agosto*, de 1º de outubro de 1957, ficou definido que estava proibida a venda de cachaça, deveria levar-se menos bebidas alcoólicas para o clube a fim de evitar

constituição de família, observado na ênfase à manutenção da honra da família e respeito às esposas, evidenciando que os clubes eram espaços familiares, mas não sem assegurar prerrogativas aos homens mesmo que casados, como interpreto após acompanhar os controles estabelecidos no estatuto do *Club 24 de Agosto*. No estatuto redigido em 1958, o artigo 46 versava sobre a não permissão de “que as senhoras casadas tomem parte nas danças sem que venham acompanhadas de seus esposos ou filhos” e, no complemento, “aos associados casados não é permitido que tomem parte nas danças em três festas consecutivas sem suas esposas”.⁵⁷⁵

No *Centro Uruguay*, a associação era restrita aos homens, sendo estendida às mulheres caso fossem da família de um dos sócios. Em 1932, fora registrado no estatuto, que elas deveriam ser aceitas no *Registro de invitaciones a las familias* sendo consideradas membros da família “*todas las personas mujeres que en calidad de permanente y bajo la dependencia del socio vivan en su compañía y, aunque no pertenezcan a su familia frecuente la sociedad conjuntamente*”.⁵⁷⁶ Nos clubes *Fica Ahí*, *24 de Agosto* e *Os Zíngaros*, as mulheres podiam reivindicar associação. No clube pelotense, entre 1949 e 1952, foi constante a solicitação por parte de mulheres solteiras cujas famílias não eram da cidade. Elas residiam e trabalhavam nas lides domésticas em Pelotas. Estas eram aceitas sempre que tuteladas por uma família de associados. Já as mulheres com famílias, especialmente as mães, durante todo o período desta pesquisa, eram remetidas para a comissão de sindicância, encarregada de averiguar a moral e idoneidade da família. A resposta levava até seis meses para ser divulgada e, não raras vezes, era negativa, sobretudo a partir da inauguração da sede própria, em 1954, quando propostas de associação são destacadas em todas as atas. As advindas de pretendentes homens casados eram aceitas tão logo a diretoria se reunisse para avaliar os pedidos.

embriagamentos e, nos sambas, deveriam ser vendidas *bebidas mais diluídas*. Já no estatuto discutido um ano após, apontava-se como falta passível de eliminação o *vício da embriaguez* e o artigo 52, definia que “Considerando o álcool prejudicial a mocidade e que muito concorre para enfraquecer o brilho de uma festa, e a harmonia entre os associados, implantando a discórdia os sócios levando-os algumas vezes, até o conflito e conseqüentemente, até a morte e o cárcere, é proibido, por ocasião das reuniões ou bailes, e mesmo fora dessas ocasiões a venda de álcool na sede, só sendo permitido o uso de cerveja, gasosa, guaraná e água-tônica, bem como sanduíches e doces”. Embora não disponha do estatuto do *Fica Ahí*, as atas destacam que o clube proibia a venda e consumo de bebidas alcoólicas, não obstante, a diretoria preocupava-se também com o hábito de beber mesmo que fora do clube. Em 12 de setembro de 1955, decidem “que para moralizar mais o ambiente, é necessário proibir que, em noites de baile, os sócios freqüentem o bar da esquina.” *Estatutos da Sociedade Recreativa Os Zíngaros...* p. 4, *Livro de atas de diretoria e assembléia do Club 24 de Agosto* (1955-1959). p. 31, 87, 89v; *Clube Fica Ahí Prá Ir Dizendo. Livro de atas de Assembléia, Conselho e Diretoria* (1957-1966). 12 de setembro de 1955, ata n° 535; 16 de dezembro de 1959, ata de assembleia Geral.

⁵⁷⁵ Estatutos do Club 24 de Agosto. In: *Livro de atas de diretoria e assembléia do Club 24 de Agosto* (1955-1959). p. 89.

⁵⁷⁶ *Estatutos generales del Centro Uruguay...* p. 4-5 e 8.

Neste sentido, o levantamento de sócios realizados em 1958 apresenta números bem elucidativos, visto que entre os sócios contribuintes 290 eram homens e apenas 44 mulheres.⁵⁷⁷ Pelo padrão dos pedidos de associações no *Fica Ahí*, entre 1947 e 1965, mulheres com famílias que faziam a solicitação eram, além de viúvas, o que era destacado em ata, aquelas que mantinham relacionamentos sem formalização perante a Igreja ou não tinham companheiro/eram separadas, o que era uma justificativa para averiguar idoneidade, ou seja, era perante o homem que se pautava a associação feminina, tanto no que tange ao estado civil quanto nas relações afetivas.

N’*Os Zíngaros*, o estatuto de 1948 determinava que “as senhoras viúvas que tenham filhas associadas, gozarão de direito de associadas, para fins de convite, uma vez que preencham as exigências deste regulamento”. E, na sequência, informava que eram considerados “parentes” e, conseqüentemente, elevados às categorias de sócios e sócias em decorrência do chefe de família o ser: “filhos, esposa, irmãs e cunhadas, quando aos cuidados do associado, sendo as mesmas solteiras”,⁵⁷⁸ permitindo observar que o padrão da solicitação de associação era masculino e pautado pelo estado civil. Não obstante, nas disposições gerais ressaltava que “só poderão fazer parte da Sociedade como sócias efetivas, as senhoras e senhorinhas, cuja honestidade não se possa por em dúvida”.⁵⁷⁹ No *24 de Agosto*, no período entre 1955 e 1959, foram reportadas, em atas, propostas de sócias, sem qualquer discriminação acerca de estado civil, e eram aceitas. No entanto, o estatuto adverte que “Os ingressos dos sócios, quer para bailes, quer para outras festas, são independentes dos convites das famílias respectivas”. Destaca ainda que possíveis punições resguardadas às famílias não necessariamente alcançariam os sócios, podendo restringir a participação nas atividades apenas às famílias, mas assinala que mulheres podem ser associadas, inclusive sendo solteiras, visto que dispõe que “as senhorinhas cujos pais não residam na cidade, para serem admitidas como sócias, terão que apresentar uma família idônea como sua responsável”.⁵⁸⁰

Os elementos referidos permitem observar uma prática de associação que assegurava prerrogativas aos homens em detrimento das mulheres, sobretudo quando estas não eram casadas formalmente e eram mães. Denotam também uma prática de tutela de jovens mulheres comum nos clubes, o que por um lado significa que não era

⁵⁷⁷ *Clube Fica Ahí Prá Ir Dizendo. Livro de atas de Assembléia, Conselho e Diretoria (1957-1966)*. 11 de junho de 1958, ata n° 635.

⁵⁷⁸ *Idem*.

⁵⁷⁹ *Estatutos da Sociedade Recreativa Os Zíngaros...* p. 23 e p. 19.

⁵⁸⁰ *Estatutos do Club 24 de Agosto. In: Livro de atas de diretoria e assembléia do Club 24 de Agosto (1955-1959)*. p. 89 e p. 83.

incomum ter moças trabalhadoras domésticas nos quadros dos clubes, ainda na década de 1950. Por outro lado, as cidades brasileiras em questão, eram polos de atração para serviço dessas mulheres, enquanto que em Melo a situação era diferente, visto que as mulheres não raras vezes trabalhavam na *campanha* ou na capital, mas mantinham-se associadas ao clube.

Parafrazeando a educadora Maria Helena Vargas da Silveira, algumas das *filhas das lavadeiras* transformaram a sua inserção no mercado de trabalho, a partir da instrução possibilitada por meio daquele ofício desempenhado por suas mães. Eram reconhecidas pelas diretorias dos clubes e estavam presentes nas diretorias de senhoras, instituída no *Fica Ahí*, em 1951, e também existente no *Club 24 de Agosto*, na segunda metade da década de 50, com as nomeações *comissão de senhoras e senhorinhas*,⁵⁸¹ *diretoria feminina*⁵⁸² e mesmo *centro feminino d'Os Zíngaros*, em atividade em 1949,⁵⁸³ e as comissões e subcomitês formados por mulheres no *Centro Uruguay*, desde 1935. No entanto, não tenho indícios suficientes para afirmar que ser educadora ou mesmo funcionária pública, era a regra para as mulheres que participavam dos clubes, nas décadas de 1940, 1950 e 1960, tampouco antes disso.

Se, por um lado a prática de tutela de mulheres jovens solteiras permite observar a faceta trabalho, por outro, permite acessar que os clubes tinham na formação e manutenção de famílias um projeto que não era menos importante que todos os demais que eles desempenhavam. Esta prática fazia parte de uma ótica que contrapunha os estereótipos de desregramento familiar. Ótica essa que além de racializada, era também generificada e patriarcal, inclusive compartilhada com mães e pais,⁵⁸⁴ e visava estimular

⁵⁸¹ “a sociedade terá também uma comissão de senhoras e senhorinhas que procurarão dentro de suas possibilidades e de acordo com os Estatutos, auxiliar a engrandecer a sociedade. Parágrafo único - Essa comissão será eleita pela diretoria, não podendo a mesma ser autônoma e será reforçada no mês de setembro de cada ano.” Estatutos do *Club 24 de Agosto*. In: *Livro de atas de diretoria e assembléia do Club 24 de Agosto (1955-1959)*. p. 26v.

⁵⁸² A diretoria feminina desenvolvia suas atividades em separado, no entanto as atas de diretoria do *Club 24 de Agosto* sempre reportam que fora feita a leitura da ata da referida diretoria. Nas atas aqui pesquisadas, constam apenas a nominata da diretoria feminina, que aparece desde a primeira eleição e se mantém até a última, assim como atividades desenvolvidas em conjunto pela diretoria feminina e do *Club*, a saber, masculina.

⁵⁸³ Silva, Tiago Rosa da. Sociedade Recreativa e Cultural *Os Zíngaros*... s/p.

⁵⁸⁴ Nas atas de suspensões de famílias é frequente destacar-se que a mãe ou o pai informou que quer seguir no clube, pois a filha está em idade de casamento e/ou de mocidade, expressão comum que também denota um desejo de que a filha conviva com jovens e, a partir daí, contraia um bom casamento. Um exemplo está na ata do *Fica Ahí*: “A esposa de Vitalino Braga, falou com o presidente, pedindo que sua família fosse novamente aceita como sócia, ‘pois tem uma filha mocinha, necessitando a mesma do convívio na sociedade’. O presidente disse que, devido ao passado do Vitalino [ele fora suspenso por mau comportamento dentro da sede], seria necessário ponderar muito a respeito. A diretoria decidiu, depois de muita discussão, que o presidente vai visitar a família e explicar as condições sob as quais seria permitida

e garantir a presença de jovens moças, consideradas um *elemento precioso para o baile*.⁵⁸⁵ Logo, uma das atribuições do clube era também proporcionar os matrimônios. Não obstante, era necessário que elas soubessem se portar de acordo com os ditames da diretoria, masculina, embora, não raras vezes, elas tenham decidido por si mesmas como portar-se e transgredido regras da sociedade. E era nessa transgressão que elas rompiam com o que lhes era idealizado pelos homens da raça que compunham as diretorias, afinal, a diretoria frequentemente referia as mulheres como parte importante do lazer do clube. A objetificação podia existir, mas elas a negaram desde os espaços que forjaram, e não raras vezes, tiveram nos associados defensores de suas escolhas. Em 1948, por exemplo, houve uma discussão na reunião do Conselho diretivo do *Fica Ahí*, entre Rubens Lima e Cláudio Benjamin. A mesma fora motivada por uma denúncia de que as senhoritas estavam a recusar danças a alguns rapazes nos bailes. Enquanto Lima defendia que as moças podiam escolher com quem dançar, Benjamin foi enfático na defesa dos rapazes, para ele, como reportado em ata com a utilização de aspas, “se o rapaz entrou, foi aceito pela sociedade”, logo, ele tem reservado “o direito de dançar com todas senhoritas”.⁵⁸⁶

A análise dos elementos aqui destacados levou-me a perceber a existência de um espaço para matrimônios entre homens e mulheres dentro dos clubes negros. Evidenciado, especialmente, por meio do controle sobre os bailes promovidos pelos clubes brasileiros, em especial o *Baile da Primavera*. Neste, as moças eram apresentadas à sociedade (ver Figura 29) e, a partir de então, passavam a participar das atividades em conjunto dos adultos. Antes desse baile, nas quais participavam as senhorinhas com 15 anos ou mais, elas apenas podiam participar de atividades abertas às famílias ou aquelas que aconteciam no turno da tarde, como as quermesses. O baile era um momento que colocava em diálogo a feminilidade e a masculinidade negras, em que jovens senhoritas e rapazes compunham a mesma corte e formavam seus pares (ver figura 30), podendo ser apenas pelo período do baile, mas também manter-se via matrimônio. Neste sentido, no *Centro Uruguay*, o estatuto de 1932, definia que somente os jovens homens podiam participar de atividades juntos de seus pais antes de completar

a vinda desse senhor novamente como sócio.” *Clube Fica Ahí Prá Ir Dizendo*. Livro de atas de Assembléia, Conselho e Diretoria (1947-1957). 23 de junho de 1952, ata n° 490.

⁵⁸⁵ *Clube Fica Ahí Prá Ir Dizendo*. Livro de atas de Assembléia, Conselho e Diretoria (1947-1957). 06 de maio de 1947, ata n° 407.

⁵⁸⁶ Idem. 24 de agosto de 1948, ata n° 428.

17 anos, idade permitida para somarem-se nos bailes.⁵⁸⁷ Consolidava-se nos clubes espaços bem demarcados de masculino e feminino, no qual às mulheres era definido um papel plenamente vinculado à família, muito embora elas os tenham transgredido, elemento extensivo a todos os clubes aqui observados.



Figura 29: Baile da Primavera do *Fica Ahí*, rainha Terezinha Rodrigues da Silva

Fonte: Acervo pessoal de Celestina Pinto – Acervo do *C.C. Fica Ahí Prá Ir Dizendo*

Nota: Sede do clube, 1948.

⁵⁸⁷ Acerca da extensão dos convites aos sócios, o estatuto define que “Son consideradas también dentro de esta invitación los hijos varones que tengan más de doce años de edad y menos de diez y siete”. *Estatutos generales del Centro Uruguay*, Melo, 1932. p. 5.



Figura 30: Corte da Rainha da Primavera do *Fica Ahí*, Maria Rodrigues

Fonte: Acervo pessoal de Celestina Pinto – Acervo do C.C. *Fica Ahí Prá Ir Dizendo*

Nota: Sede própria, 1954.

Era prioritariamente sobre as mulheres que recaíam os olhares e constrangimentos quando o assunto era família. No entanto, era também por meio do espaço dos clubes que se gestava uma autoestima feminina negra, em que a jovem senhorita, como referia o *A Alvorada*, era a grande rainha e recebedora de olhares atentos e admirados. As coroações eram as atividades por excelência de uma esfera pública, abertas à comunidade de associadas, associados e co-irmãos e, por vezes, se dava nas ruas (ver Figura 31) com os cortejos da rainha do carnaval ou nos palcos dos teatros, como disposto na Figura 32, se davam no *Teatro Avenida* de Pelotas, reconhecidamente o único que permitia a entrada de pessoas negras ainda em meados do século XX.⁵⁸⁸

⁵⁸⁸ Dalla Vecchia, Agostinho Mario. *Os filhos da escravidão...*p. 255.



Figura 31: Cortejo da Rainha do *Fica Ahí*, Lêda Silva

Fonte: Acervo pessoal de Celestina Pinto – Acervo do C.C. *Fica Ahí Prá Ir Dizendo*

Nota: Centro da cidade de Pelotas.



Figura 32: Coroação da Rainha do *Fica Ahí*, Loeci Ferreira

Fonte: Acervo pessoal de Celestina Pinto – Acervo do C.C. *Fica Ahí Prá Ir Dizendo*

Nota: Teatro Avenida, Pelotas, 1953.

Era também por meio delas que se assegurava uma identidade racial evitando qualquer divisão que a colocasse em suspensão. Isso passava por eliminar qualquer hierarquia de cor da pele desde que se assegurasse a identidade negra, sempre sob a mira de sócias e sócios que reportavam inquietações à diretoria do *Fica Ahí*, e das próprias colunas de controle do jornal *A Alvorada*. Neste sentido, ao longo do ano de 1952, os diretores do *Fica Ahí* discutiram a questão da participação de uma *moça branca*, que adentrara nas dependências do clube por meio de um bloco. Depois de muita discussão, decidiu-se que a jovem, Wilma, poderia seguir participando, no entanto, apenas por conta da tutela de um associado, Walter Oliveira.⁵⁸⁹

Já no *A Alvorada*, a coluna *Cousas que acontecem*, em referência ao período de momo do ano de 1956, criticou a *confusão na saída do cortejo por ocasião da coroação da Rainha do Fica Aí*, de acordo com *Mr. Atomo*, pseudônimo assinado ao final da coluna, a rainha e suas aias foram *cortadas*. Lançava ele o questionamento “será porque ela é escurinha e saindo do rol das mulatas, por isso que aquela ‘massa’ de invejosos não lhe salvou com uma triste palma, ou porque nem uma de ‘suas’ filhas foi escolhida para ser a Soberana?”⁵⁹⁰ A rainha em questão era Eunice da Silva (ver Figura 33 e 34), filha do “Sr. Orestes da Silva, um forte e dinâmico batalhador em prol do progresso do Clube Cultural Fica Aí”.⁵⁹¹ Destaco que, se por um lado, buscava-se assegurar a centralidade da mulher negra como sinônimo de feminino dentro dos clubes, independente de tonalidade de pele, por outro, buscava-se resguardar todo e qualquer contato entre mulheres negras solteiras com homens brancos solteiros ou não, dentro dos clubes e mesmo fora deles. O pretendido eram famílias negras e era sobre as mulheres que recaía esse controle.

⁵⁸⁹ Clube *Fica Ahí* *Prá Ir Dizendo*. Livro de atas de Assembleia, Conselho e Diretoria (1947-1957). 20 de fevereiro de 1952, ata n° 485; 13 de março de 1952, ata n° 486; 7 de setembro de 1952, ata n° 491.

⁵⁹⁰ *A Alvorada*, 19 de fevereiro de 1955, p. 6.

⁵⁹¹ *A Alvorada*, 22 de janeiro de 1955, contracapa.



Figura 33: Coroação da Rainha do Carnaval do Fica Ahí, Eunice da Silva (1955)
 Fonte: *A Alvorada*, 22 de janeiro de 1955, p. 8.



Figura 34: Rainha e seu bloco de carnaval
 Fonte: Acervo pessoal de Celestina Pinto – Acervo do C.C. *Fica Ahí Prá Ir Dizendo*
 Nota: Rainha Eunice da Silva, Sede do clube, 1955.

Características que foram lembradas em todas as entrevistas e que são sintetizadas aqui no relato de Eloice Lopes da Cunha Maciel, nascida no ano de 1934, Rainha do Carnaval do *Fica Ahí*, em 1952 (ver Figura 35), e cuja memória de vida está intrincada com a existência do clube. Ao início da entrevista, ela destaca que:

Esses três sobrenomes que eu tenho, já diz tudo de famílias *ficahianas*, Lopes foi uma família que se constituiu dentro do *Fica Ahí*, Cunha também e Maciel, que são o meu sogro e o meu marido também.

Fica Ahí era como a continuação da família da gente, eram grupos de pessoas que se reuniam não só para bailes, entende? Se reuniam nos fins de semanas, com almoços, com chás, se reuniam à noite os homens, para jogar ping-pong. Quando eu era gurria, eu observava [...] já havia dois grupos, jogavam casados e solteiros, tinha também futebol [...] A minha ligação foi muito grande com o *Fica Ahí* porque praticamente fui criada... Era pequena e ia pra lá. Porque não tinha com quem ficar em casa, tinha festa toda a turma saía. Era pequena e participava... não é que eu participasse das festas, mas ia com meus pais. Tive a oportunidade de ver festas muito bonitas, muito boas, aquela continuação das amizades entre as famílias. As pessoas eram amigas e lá, se uniam mais ainda. E nessas uniões, nossa juventude que ia aparecendo, iam se criando, aquelas amizades entre eles, entre os jovens, saíam vários e vários casamentos, o meu mesmo com o meu marido, as famílias eram amicíssimas.⁵⁹²



Figura 35: Rainha do carnaval do *Fica Ahí*

Fonte: Acervo pessoal de Celestina Pinto – Acervo do *C.C. Fica Ahí Prá Ir Dizendo*.

Nota: Eloice Lopes, sede do clube, 1952.

⁵⁹² Entrevista realizada no dia 03 de maio de 2005. Acervo do Núcleo de Documentação Histórica da UFPel.

Boa aparência em toda e qualquer atividade dos clubes era uma regra, assegurada por cada um e cada uma das associadas, principalmente, quando dos bailes, eleição da Miss *Centro Uruguay*,⁵⁹³ festividades em torno da recepção aos artistas e das cortes das rainhas (ver Figuras 43-46 e 51-58).⁵⁹⁴ As atividades em torno das cortes, realizadas a partir da década de 40, são a temática por excelência das fotografias que resistiram ao tempo e que compõem hoje os acervos pessoais e os dos clubes *Fica Ahí* e *24 de Agosto*, como apresento ao final desse capítulo⁵⁹⁵. Porém, como destaque por meio da imponente da rainha Eugênia Silveira, a primeira a ocupar o cargo no *Club 24 de Agosto*⁵⁹⁶, em 1922 (ver Figura 36), as coroações e suntuosidades dos cortejos não eram uma inovação. Tampouco é possível generalizar que apenas mulheres negras de pele pouco pigmentada, aquelas do *roll das mulatas* - parafraseando o Mr. Atomo - ocupavam o cargo de soberana.

⁵⁹³ Instituído em 1952, organizado pela Comissão de Damas. *Miss Centro Uruguay. Acción*, agosto de 1952. s/p.

⁵⁹⁴ Todos os clubes promoviam bailes, já as cortes de rainhas, especialmente as de carnaval, eram escolhidas apenas nos clubes brasileiros. Dentre os artistas que estiveram no *Fica Ahí*, destaque Angela Maria em 1954 e 1957, Blackout e Jorge Veiga, em 1956, e Dolores Duran, em 1957. Clube *Fica Ahí Prá Ir Dizendo. Livro de atas de Assembleia, Conselho e Diretoria (1947-1957)*. 31 de maio de 1954, ata n° 515; 14 de julho de 1954, ata n° 518; 16 de agosto de 1954, ata n° 520; 27 de outubro de 1954, ata n° 524; 27 de janeiro de 1955, ata n° 529; 23 de outubro de 1957, ata n° 606; 1° de fevereiro de 1956, ata n° 543; 5 de setembro de 1956, ata n° 546; 26 de setembro de 1956, ata n° 547; 11 de outubro de 1956, ata n° 548; 7 de setembro de 1957, ata n° 551.

⁵⁹⁵ As fotografias também foram discutidas em atas, sobretudo quando o retratista (nomação da época e referia tanto aquele que se utilizava de máquina de fotografia, quanto àquele que fazia retratos à mão) não as entregava a tempo ou a qualidade delas não era satisfatória. No *Fica Ahí* não existia um fotógrafo fixo, o que, inclusive, possibilitava que se fizesse uma pesquisa de preços com os disponíveis, a fim de encontrar alguém que prestasse o serviço dentro das condições desejadas. Havia uma preocupação com a qualidade do papel (que não foi em vão, vide a qualidade das fotos que ainda hoje estão dispostas nos álbuns de família) e de preço acessível, o mesmo foi reportado por antigos e antigas associadas do *Centro Uruguay*.

⁵⁹⁶ Agradeço a colaboração de Juliana Nunes e Giane Vargas Escobar acerca da identidade da rainha precursora.



Figura 36: Rainha do Club 24 de Agosto
 Fonte: Acervo do Club 24 de Agosto
 Nota: Eugenia Silveira, Sede do clube, 1922.

As rainhas, assim como as artistas e os artistas, extensivo aqueles que não necessariamente estiveram nos salões, ilustravam as páginas d'*A Alvorada*, *Acción e Orientacion*, como modelos de boa apresentação.⁵⁹⁷ Quando das coroações e recepção de artistas, em que se extrapolavam os limites dos salões, ocupando as ruas e os palcos dos teatros locais, explicitava-se publicamente uma negritude. Composta por homens e mulheres que sabiam bem portar-se, bem apresentar-se em trajes bem alinhados, cuidadosamente feitos pelos alfaiates e costureiras que também eram associados dos clubes, e esta negritude estava calcada em valores familiares que envolviam, dos pequenos aos mais velhos. Por meio desses signos transgrediam os estereótipos que a sociedade ainda lhes impelia, em meados do século XX, por conta do racismo reinante, elemento central na experiência dos clubes, e perante o qual foram moldados os valores gestados e compartilhados dentro das sociedades nesta região fronteiriça. Dentre as

⁵⁹⁷ Em sua Tese de Doutorado, Giane Vargas Escobar pesquisou as identidades e representações acerca das rainhas do clube *Treze de Maio*, de Santa Maria. Seu recorte é 1960-1980, não obstante, as questões da boa apresentação também são uma constante. Escobar, Giane. "*Para encher os olhos*": identidades e representações culturais das rainhas e princesas do clube *Treze de Maio* de Santa Maria no jornal *A Razão* (1960-1980). Santa Maria (RS): Universidade Federal de Santa Maria, 2017. Tese (Doutorado em Comunicação).

transgressões, uma apareceu com afinco nas lembranças compartilhadas por antigas associadas e associados, tratava-se da beleza, como exemplificado no depoimento de Maria Helena Vargas da Silveira:

Tinha concurso de rainha, tinha clubes pra negros lá em Pelotas. O que Pelotas é famosa por clubes centenários de negros. Tem o Clube Cultural Fica Aí, tem o clube Você Não Molha [Chove Não Molha], tinha o Depois da Chuva que não existe mais, mas existia, vô falava pra gente. Então eles (jornal) faziam um trabalho muito bonito de estética e colocavam mulheres muito bonitas negras, que eram valorizadas. Então a gente se enxergava muito, não tinha como se achar horrorosa. Eu me achava o máximo, me achava linda de morrer, igual a tantas delas que estavam aí (no jornal). Nunca tive esse problema “sou negra, sou feia”, não, eu não sou feia, eu tenho as minhas características. [...] ⁵⁹⁸

Isso, sem dúvida, era ainda mais visível no trato com as crianças, parabenizados pela passagem de seus aniversários nas páginas de *A Alvorada*, *Acción* e *Orientacion* ou por ocasião de seus reinados como duques e duquesas nas cortes dos tão esperados bailes de carnaval infantis, que aconteciam em todos os clubes aqui investigados. A partir das crianças gestava-se uma nova geração de pessoas negras com a autoestima elevada, conscientes e felizes com a negritude que carregavam em seus corpos e em seus hábitos, não essencializados, mas de acordo com o que eles pensavam que era o que lhes cabia (ver Figuras 37-42). Fosse naquela região fronteira, fosse em tantos outros rincões das Américas que essas e outras pessoas acessaram portando suas identidades de membros de um clube negro, genuinamente um *espaço seguro* para tantas pessoas negras que viviam em sociedades ainda tão racializadas em meados do século XX. ⁵⁹⁹ Afinal, fora nesses espaços marcados por heterogeneidades que as pessoas negras definiram seus termos de definição e seus significados, tanto como pessoas quanto como coletividades expressas nos clubes negros - *verdadeiras casas da raça* -, e por meio desses espaços traçaram estratégias políticas voltadas para fora, mas também para dentro, vivenciando a liberdade, informando ao que um clube negro se prestava em diferentes conjunturas, contrapondo estereótipos, sobretudo no que tange às mulheres negras, tanto em termos de beleza quanto de moralidade, cuidado (vide a ênfase nas professoras) e matrimônio.

⁵⁹⁸ Depoimento de Maria Helena Vargas da Silveira. In: Machado, Sátira P. et al. *Mulher Afro-Gaúcha...* p. 296-297.

⁵⁹⁹ A noção de espaço seguro (*safe space*) que me orienta aqui é aquela desenvolvida por Patrícia Hill Collins como uma referência às famílias, igrejas e organizações negras norte-americanas nas quais as mulheres negras puderam primeiramente auto-definir-se e coletivamente construir estratégias “falando livremente”. Collins, Patricia Hill. *Black feminist thought: Knowledge, consciousness, and the politics of empowerment*. Routledge, 2009. p.111-122.

Em busca de transgredir os estereótipos e engessamentos de análises que operam em uma produção reducionista do conhecimento que restringem-se a perceber os clubes negros como uma simples extensão dos mundos do trabalho, ou ainda por meio da ideia de elite negra e do par mimetismo/branqueamento, que optei por debruçar-me sobre as pessoas que compunham esses espaços no último capítulo. Escolhi apresentar as mulheres aqui, em conjunto com as imagens repletas de beleza, para tentar de alguma forma explicitar a potência que circulava naqueles espaços, construídos frente a contingências extremas, sobretudo de negação de humanidade. Nos clubes negros experienciou-se a cidadania, teceram-se lutas políticas e existiu-se em plenitude. Observar essas imagens e experiências de vida como simples demonstração de uma cultura elitista reduzida a uma análise de estética nos moldes de um mundo exclusivamente branco é totalmente incoerente com a potência criativa que elas evocam.

Neste capítulo, assim como na parte III de forma geral, apresentei experiências dos clubes em que se exteriorizaram demandas em redes com seus iguais, mas também com os Estados Nacionais, tornando-se as pessoas que ali se faziam presentes agentes de seus próprios destinos (capítulos 6 e 7). Ressalto que no caso uruguaio, assegurou-se um lugar no imaginário da Nação, reinterpretado desde os olhos dos negros contemporâneos a afirmar, subliminarmente, que o passado também era presente. Dessa forma, evocava-se o passado para organizar o presente e antever um futuro em que os associados e associadas, pessoas negras de uma forma geral, teriam um lugar na história. Todas essas questões aliavam demandas de cunho material, mas também de cunho subjetivo, exteriorizado por meio da ênfase na moral, na dignidade, nos valores familiares e na beleza, afinal ela era a expressão pública de uma autoestima elevada e resistente às deturpações inerentes à racialização. A análise desenvolvida ao longo da tese não se restringiu, e tampouco se ateu a uma experiência de classes, por conta disso, aliei a análise das experiências interseccionadas por gênero, não apenas no que tange às mulheres, mas atenta para a generificação de forma ampla e não essencial, ou seja, homens também foram entendidos enquanto expressão de gênero, o que me permitiu destacar dimensões outras do social informadas pela raça.

Finda a caminhada percorrida entre escritos e análises, disponho, na sequência, de uma pequena amostra das evidências acerca da autoestima e do circuito cultural que se forjou nos salões dos clubes negros ao extremo sul do Atlântico.

Figuras 37-42: Crianças



Figura 37: Felicitação de aniversário
 Fonte: *A Alvorada*, 13 de março de 1954, p. 3.
 Nota: Elenira, duquesinha do *Fica Ahí*, 1952.



Figura 38: Festa de coroação da Duquesinha e Duque do Fica Ahí
 Fonte: Acervo pessoal de Celestina Pinto – Acervo do C.C. *Fica Ahí Prá Ir Dizendo*
 Nota: Duquesinha Elenira Santos e Duque Paulo Renato, sede do clube, 1952.



Figura 39: Corte Duquesinha e Duque do *Fica Ahí*

Fonte: Acervo pessoal de Giselda Marques Lima - Acervo do C.C. *Fica Ahí Prá Ir Dizendo*

Nota: Sede do clube, 1954.



Figura 40: Festa da Corte Infantil do *Fica Ahí*

Fonte: Acervo pessoal de Giselda Marques Lima - Acervo do C.C. *Fica Ahí Prá Ir Dizendo*

Nota: Sede do clube, década de 1950.



Figura 41: Corte Infantil, 1956

Fonte: Acervo pessoal de Celestina Pinto – Acervo do *C.C. Fica Ahí Prá Ir Dizendo*

Nota: Duque Manoel Luiz da Silva Pinto e Duquesinha Vanda Maria Rodrigues Madruga. Sede do clube *Fica Ahí*, 1956.



Figura 42: Duque e Duquesa, 1957

Fonte: Acervo pessoal de Celestina Pinto – Acervo do *C.C. Fica Ahí Prá Ir Dizendo*

Nota: Duque Nelson Marques e Duquesa Sonia Nascimento. Sede do *Fica Ahí*, 1957.

Figuras 43-46: Convidados



Figura 43: Diretoria do *Fica Ahí* recebe cantora Angela Maria

Fonte: Acervo pessoal de Giselda Marques Lima - Acervo do C.C. Fica Ahí Prá Ir Dizendo

Nota: Sede própria, 1954.



Figura 44: Cantora Angela Maria na sede do *Fica Ahí*

Fonte: Acervo pessoal de Gilberto Gomes – Acervo C. C. *Fica Ahí Prá Ir Dizendo*.

Nota: Sede própria, 1957.



Figura 45: Diretoria do *Fica Ahí* recebe o cantor Jorge Veiga

Fonte: Acervo pessoal de Celestina Pinto – Acervo do C.C. *Fica Ahí Prá Ir Dizendo*.

Nota: Sede própria, 1956.



Figura 46: Diretoria do *Fica Ahí* recebe o cantor Blackout

Fonte: Acervo pessoal de Celestina Pinto – Acervo do C.C. *Fica Ahí Prá Ir Dizendo*

Nota: Sede própria, Pelotas, 1956.

Figuras 47-55: famílias, bailes e associadas e associados



Figura 47: Baile de Carnaval do *Fica Ahí*

Fonte: Acervo pessoal de Marina Laura da Silveira Dutra

Nota: sede do clube, fins déc. 1940/início déc. 1950.



Figura 48: Casais no *Fica Ahí*

Fonte: Acervo pessoal de Celestina Pinto – Acervo do *C.C. Fica Ahí Prá Ir Dizendo*.

Nota: Sede do clube, déc. 50, esquerda para a direita: Francisco Vargas e Lourdes; Hilário Pereira e Zizica; Neimar Pinheiro e Neiva; Rubens Lima e Nenita; Osvaldo Lopes e Diná; Sebaje e Glória; ? e Matilde; Pedro Rodrigues e Catarina; Israel Conceição e Antonieta.



Figura 49: Família *ficahiana* no Baile da Primavera

Fonte: Acervo pessoal de Giselda Marques Lima - Acervo do C.C. Fica Ahí Prá Ir Dizendo.

Nota: Da esquerda para a direita: Natália Gomes dos Santos, seu esposo Darci Marques dos Santos e a filha do casal Giselda Gomes Marques dos Santos.

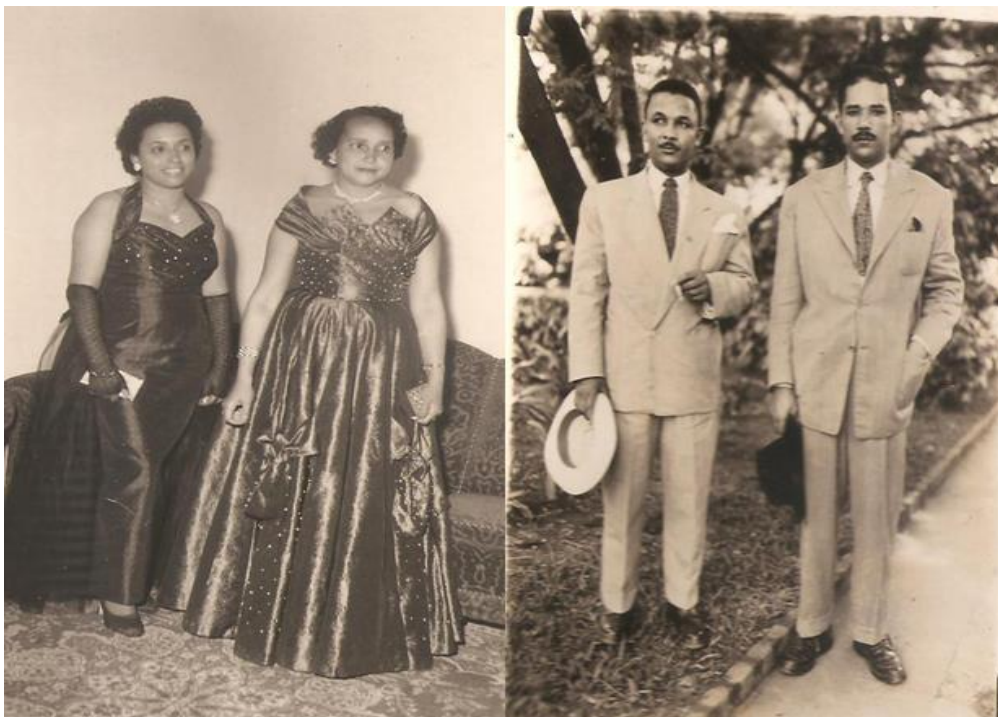


Figura 50: *Ficahianas* e *ficahianos*

Fonte: Acervo pessoal de Marina Laura da Silveira Dutra

Nota: Da esquerda para a direita: Angelina Moraes e Aracy da Silveira Dutra; Manoel Antônio Medeiros e Francisco de Paula Dutra.

Figuras 51 – 58: Rainhas

Figura 51: Corte da Rainha do *Club 24 de Agosto*

Fonte: Acervo do *Club 24 de Agosto*

Nota: sede do clube, 1947.



Figura 52: Rainha do Carnaval do *Club 24 de Agosto*

Fonte: Acervo do *Club 24 de Agosto*.

Nota: sede do clube, 1958.



Figura 53: Rainhas da primavera do *Fica Ahí*

Fonte: Acervo pessoal de Giselda Marques Lima - Acervo do *C.C. Fica Ahí Prá Ir Dizendo*

Nota: Sede própria, 1957.

Considerações Finais

A intenção dessa tese foi explorar as experiências dos clubes como forma de evidenciar a dinâmica da racialização nas Américas no pós-abolição. Ao longo da pesquisa encontrei indícios do amplo potencial político da sociabilidade. Este entendimento me fez fortalecer o argumento de que a análise da experiência dos clubes negros confere inteligibilidade às lutas políticas travadas por grupos negros e densidade histórica ao processo de racialização vivenciado ao sul das Américas, nas emancipações e no pós-abolição.

O ponto de partida para a análise que teci ao longo da tese foi a atenção às reivindicações sociais enunciadas desde os clubes negros, estas foram entendidas como projetos políticos, que conferiam unidade a heterogeneidade dos grupos em três momentos específicos na emancipação e no pós-abolição: *La Igualdad* e *Floresta Aurora*, em 1872, mobilização recreativa que marca o surgimento dos clubes brasileiros no intervalo entre as décadas de 1910 e 1930, enquanto que no outro lado da Fronteira, em Melo, partia de uma mobilização social, e, por fim, as demandas em torno da representação política que retorna, mas sob a roupagem de representação no ideário da Nação com a rua Ansina, e da parceria político-institucional para viabilizar a sede própria - a casa - e nela manter a escola José do Patrocínio. Analisar os clubes negros desde esse ponto de partida exigiu que eu apresentasse dois ângulos: universalidade do particular e particularidade do universal. O primeiro ângulo foi apresentado na parte inicial, focou na criação de clubes negros nos grandes centros de uma região de fronteira. O segundo ângulo foi apresentado nas partes II e III, focalizou na particularidade daquilo que era universal, ou seja, na diversidade da experiência clubista.

O conteúdo que analisei nessa tese permite ir muito além das formas como eclodem tanto as noções de configurações racializadas, quanto as nomeações adotadas por um *nós* e pelos *outros*, ou, ainda, enfatizar as ligações diaspóricas para além do Uruguai e do Brasil. Deparei-me com evidências acerca de experiências que complexificam a escrita da história nacional de ambos os países. Escrevivências que nos permitem refletir sobre a própria história do pós-abolição nas Américas, complexificar a história das Américas, e, citando Conceição Evaristo, “não pode ser lida para ninar os

da casa grande, mas sim para acordá-los de seus sonhos injustos”.⁶⁰⁰ É nesse sentido que explícito que essa tese foi escrita plenamente informada e de acordo com o alerta-título do sociólogo Eduardo de Oliveira e Oliveira, para quem importava construir “uma ciência para e não tanto sobre o negro”⁶⁰¹, seguindo os passos-escritos desde os primeiros exemplares da imprensa negra, atentei aos problemas impostos aos homens e mulheres negras, e não apenas estes engessados em um problema em si mesmos, ou cujas ações eram por vezes desprovidas de potência sob o rótulo *elite negra*, perdendo de vista os objetivos políticos internos. Muito embora eu esteja ciente de que apresento uma realidade distinta tanto daquela que prevalece em grande parte da produção historiográfica sobre Rio Grande do Sul quanto do Uruguai, almejo ter demonstrado que essa realidade não apenas deve ser contada, como deve ser incluída na escrita da história, sobretudo em decorrência de tratar-se de narrativas com caráter contra-hegemônico, mas não externo e sim parte dessas sociedades.

Embora tratando-se de uma região fronteira em que a abolição aconteceu em momentos dispare, as dinâmicas de luta contra a racialização excludente foram análogas e compartilhadas por entre pessoas negras. Consolidavam-se respostas semelhantes à racialização que se ampliou no pós-abolição, fosse no Brasil, fosse no Uruguai, ou ainda nos demais países cujos cidadãos negros, os associados dos clubes, tiveram contato objetivo e ideológico. Pessoas que formavam uma comunidade negra transnacional heterogênea, mas que tinha na epiderme umnexo comum que implicava nas relações sociais racializadas dentro de diferentes fronteiras nacionais, como evidenciado ao longo das partes II e III.

Tal perspectiva auxiliou na percepção dos clubes como padrões de respostas semelhantes na região fronteira. Além dos clubes, outras respostas com paralelos análogos foram destacadas de forma transversal nesta tese, especialmente a imprensa negra, como tribuna pública que denunciava os males do racismo, na formação de partidos de caráter racial – como o Partido Autoctono Negro que se assemelha a Frente Negra Brasileira, que, por sua vez, teve um ramo em Pelotas. Não obstante, as demandas foram sempre direcionadas aos seus Estados Nações e representantes, evidenciado especialmente nos capítulos 6 e 7 por meio das demandas do *Centro Uruguay*, com a rua Ansina, e do *Fica Ahí*, com a escola José do Patrocínio. Ou seja, as

⁶⁰⁰ Evaristo, Conceição. *Da grafia desenho de minha mãe um dos lugares do nascimento da minha escrita...*

⁶⁰¹ Oliveira, Eduardo de Oliveira e. *De uma ciência para e não tanto sobre o negro*. São Carlos: Coleção EOO/UEIM-UFSCAR, Série Produção Intelectual, 1977.

peças negras definiram suas agendas políticas frente aos Estados, resultado das condições vividas por diferentes grupos negros na diáspora, mas também fruto das condições externas.

As dinâmicas estavam conectadas ora de forma objetiva, quando da participação nos bailes dos co-irmãos e *conrazaneos* do outro lado da fronteira, ora em termos de formatos culturais compartilhados, elemento transversal a toda a tese. Somo ainda um sentido que perpassa ambos os anteriores, a análise se deu por meio de uma lente que procurou não perder de vista a América como um todo, atentando para o Brasil, como parte do continente, e não apenas concentrada nas comparações com os Estados Unidos. Esse foi um intuito que me fez imergir na pesquisa, ao longo do seu desenvolvimento percebi que correspondia ao conteúdo que acessava nas fontes.

O deslocamento dos grandes centros permitiu evidenciar a organização de base racial em cidades urbanas que conectavam-se mais com suas vizinhas do que necessariamente com a capital. Possibilitou ainda observar dinâmicas em nada suaves das categorias de cor. Arrisco inferir que se fizeram presentes e devidamente nomeadas pelos associados, mas também pelos *outros* – brancos – em decorrência do não cosmopolitismo ou todo aquele *dissimulado* simulacro moderno que alcançava as grandes cidades, como os exemplos sobre os estudos de clubes em Montevideu, Porto Alegre, Salvador e São Paulo destacam.

Para os atores negros, a palavra raça significava uma ascendência comum marcada por uma mesma experiência social de exploração e de impedimentos. Essa significação agregou conteúdos diferentes ao longo de dois momentos históricos. O primeiro foi vivenciado na emancipação e referia à escravidão no Brasil e no Uruguai. A análise da experiência do *La Igualdad*, capítulo 1, e da *Floresta Aurora*, capítulo 2, me permitiu acompanhar esse conteúdo. O segundo momento foi vivenciado no pós-abolição e a ascendência comum passou a figurar como legado de resistência, com ênfase à experiência de liberdade como uma construção social. Sintetizado em dois referentes: a Etiópia e a experiência negra nas Américas. Esse aspecto foi acompanhado por meio da experiência dos clubes negros na região fronteira entre as décadas de 1930 e 1960, nas partes II e III.

A ascendência comum era sintetizada pela Etiópia e, por vezes, pelos antepassados africanos ou pelo herói Ansina. Todos eram acionados como significado de liberdade. Fosse enquanto bastião da liberdade em solo africano e que teve sua soberania ameaçada por conta de padrões fascistas, que sustentavam a investida italiana

na década de 1930, como africanos fiéis a pátria nos exércitos nas guerras civis do Estado Oriental, ou, ainda, aprendendo as primeiras letras em meio aos horrores da escravidão e resistindo a ela. A experiência negra nas Américas se expressava por uma ideia de construção social, que, por sua vez, alcançava Ansina, ao lado do qual estavam Falucho, María Remédios, os *hombres celebres*, como Booker T. Washington, José do Patrocínio e Monteiro Lopes, e, sobremaneira os homens e as mulheres da raça que frequentavam os clubes e bem portavam-se de acordo com seus co-irmãos e *conrazaneos*.

Forjou-se uma retórica de inclusão, em que a raça negra tinha seu nexo de significado nas experiências sociais que auxiliaram a construir as nações. Os atores negros tomaram para si os ideais de democracia, que em nada excluía a identidade negra. Identificar-se como negro e brasileiro/uruguaio era reivindicar identidades simultâneas, em que uma denotava nacionalidade e outra denotava ideia de raça. As nações eram compostas por cidadãos nacionais de diferentes ascendências. O que era identificado como contraditório para aquelas pessoas era que as nações, democráticas, permitissem que a ideia de raça fosse justificativa para exclusão ou discriminação em espaços públicos. Isso foi ainda mais denunciado no âmbito das discussões acerca do autoritarismo que vigia os regimes nazi-fascistas. Na legislação uruguaia e brasileira, a cidadania estava atrelada à nacionalidade e não à ideia de raça. Essas discussões não tinham nada de contraditório, sobretudo em uma região que ostentava um discurso público de incentivo e reconhecimento da contribuição dos imigrantes e seus descendentes. Por parte dos atores negros existia uma reivindicação de reconhecimento, como as demandas pela rua Ansina e pela escola José do Patrocínio permitiram observar. A análise evidenciou as tensões com base em uma ideia de raça que denota a forma como a racialização foi vivenciada e interpelada em uma região de fronteira.

Por fim, concluo que embora imposta, a racialização era vivida e, ao ser vivida, era tensionada desde dentro dos grupos que arcavam com a sua face mais perversa de exclusão. Presumir que os grupos negros eram simplesmente objetos passivos da racialização é exagerar no poder estrutural de cercear a reflexão e reação. A racialização fazia dos negros objetos, enquanto eles (negros) a viviam como sujeitos em uma relação intrinsecamente dialética. Foi essa posição de sujeitos da racialização que possibilitou que a raça figurasse como um critério das relações horizontais estabelecidas entre os negros, dotada de significados novos e positivos. Argumento que, nessa ação de ressignificação, os grupos negros participaram do processo de racialização. Como a

experiência dos clubes negros na região fronteira permitiu acompanhar houve uma face do processo de racialização que foi vivido desde seu lado mais perverso. Por meio desta face apontaram as contingências que faziam/fazem da racialização algo a ser combatido.

Referências

ABREU, Martha. Conflitos musicais no Pós-abolição. Brasil e Estados Unidos (1890 a 1920). In: ABREU, Martha; DANTAS, Carolina Vianna; MATTOS, Hebe (Orgs.). *Histórias do pós-abolição no mundo atlântico: identidades e projetos políticos – volume 3*. Niterói: Editora da UFF, 2014. p.83-94.

_____. O “crioulo Dudu”: participação política e identidade negra nas histórias de um músico cantor (1890-1920). *Topoi*, v. 11, n. 20, p. 92-113, 2010.

_____; Mattos, Hebe; AGOSTINI, Camilla. Robert Slenes entre o passado e o presente: esperanças e recordações sobre diáspora africana e cultura negra no Rio de Janeiro. In: RIBEIRO, Gladys Sabina; CHALHOUB, Sidney; FREIRE, Jonis e ABREU, Martha Campos. *Escravidão e cultura afro-brasileira: temas e problemas em torno da obra de Robert Slenes*. Campinas (SP): Editora UNICAMP, 2016. p. 17-55.

ACREE JR, William G.; BORUCKI, Alex (EE.). *Jacinto Ventura de Molina y los caminos de la escritura negra en el Río de la Plata*. Montevideo (UY): Librería Linardi y Risso, 2008.

AGUIRRE Beltrán, Gonzalo. Bailes de negros. *Desacatos – Revista de Antropología Social*, n. 7, p. 151-156, 2001.

ALADRÉN, Gabriel. *Sem respeitar fé nem tratados: escravidão e guerra na formação histórica da fronteira sul do Brasil (Rio Grande de São Pedro, c. 1777-1835)*. Niterói (RJ): Universidade Federal Fluminense, 2012. Tese (Doutorado em História).

ALBERTO, Paulina. “Fraternidad, democracia, mito: Los intelectuales negros y las metáforas cambiantes de la inclusión racial en el Brasil del siglo XX”. In: GUZMÁN, Florencia y GELER, Lea (Orgs.) *Cartografías afrolatinoamericanas: Perspectivas situadas para análisis transfronterizos*. Buenos Aires (Argentina): Biblos, 2013.

ALBERTO, Paulina. *Terms of Inclusion: Black Intellectuals and the Politics of Belonging in Twentieth-Century Brazil*. Chapel Hill: University of North Carolina Press, Chapel Hill, 2009.

ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de. *O jogo da dissimulação: Abolição e cidadania negra no Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 2009.

ALJANATI, Daniel; Benedetto, Mario; Perdomo, Walter (eds). *Cerro Largo - los departamentos*. Montevideo: Nuestra Tierra, 1970.

ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas*. São Paulo. Cia das Letras, 2008.

ANDREWS, George Reid. *América Afro-Latina - 1800-2000*. São Carlos (SP): EdUFSCar, 2007.

_____. *Los Afroargentinos de Buenos Aires*. Buenos Aires (Argentina): Ediciones de la Flor, 1989.

_____. *Negros e brancos em São Paulo, 1888-1988*. Bauru: EDUSC, 1998.

_____. *Negros en la nación blanca: historia de los afro-uruguayos*. Montevideo (Uruguay): Librería Linardi y Risso, 2011.

APPIAH, Kwame Anthony. *Na casa de meu pai. A África na filosofia da cultura*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

AROCENA, Felipe; AGUIAR, Sebastián. *Multiculturalismo en Uruguay: Ensayo y entrevistas a once comunidades culturales*. Montevideo: Ediciones Trilce, 2007.

- ASSEF, Liane Chipollino. *Memórias Boêmias: Histórias de uma cidade de fronteira (1930-1960)*. Santa Cruz do Sul (RS): EDUNISC, 2008.
- AZEVEDO, Célia Maria Marinho. *Estados Unidos e Brasil, uma história comparada (século XIX)*. São Paulo: Annablume, 2003.
- AZEVEDO, Thales. *As elites de cor: Um estudo de ascensão social*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1955.
- BAKOS, Margaret. *RS: Escravidão e abolição*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982.
- BANTON, Michael. *A ideia de raça*. Lisboa: Edições 70, 1979.
- BARRETO, Álvaro. *O movimento operário rio-grandense e a intervenção estatal: a FORGS e os círculos operários (1932-35)*. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1996. Dissertação (Mestrado em História).
- BASTIDE, Roger. A Imprensa Negra do Estado de São Paulo. In: BASTIDE, Roger. *Estudos afro-brasileiros*. São Paulo: Perspectiva, 1973, p. 129-156.
- _____; FERNANDES, Florestan. *Branços e negros em São Paulo: ensaio sociológico sobre aspectos de formação, manifestações atuais e efeitos do preconceito de cor na sociedade paulista*. 2ª ed. rev. (3ª Ed.). São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1971.
- BERNAND, Carmen. *Negros esclavos y libres en las ciudades hispanoamericanas*. Madrid: Fundación Histórica Tavera, 2001.
- BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: Rioux, Jean-Pierre & Sirinelli, Jean-François. *Para uma História Cultural*. Lisboa: Estampa, 1998. p. 349-363.
- BERTINO, Magdalena; MILLOT, Julio. *Historia económica del Uruguay*. Tomo II: 1860-1910, V. III. Montevideo (UY): Fin de Siglo, 1996.
- BETANCUR, Arturo Ariel; Aparicio, Fernando. *Amos y esclavos en el Río de la Plata*. Buenos Aires: Planeta, 2006.
- BILHÃO. Isabel. *Rivalidades e solidariedades no movimento operário: Porto Alegre (1906-1911)*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999.
- BITTENCOURT Junior, Iosvaldyr Carvalho. *Maçambique de Osório - entre a devoção e o espetáculo: não se cala na batida do tambor e da maçaquaia*. Porto Alegre: UFRGS, 2006. Tese (Doutorado em Antropologia Social).
- BLOCH, Marc. Apologia da história ou o ofício do historiador. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. p. 56-70.
- BOHRER, Felipe Rodrigues. *A música na cadência da história: raça, classe e cultura em Porto Alegre no pós-abolição*. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2014. Dissertação (Mestrado em História).
- BONILLA-SILVA, Eduardo. ¿Qué es el racismo? Hacia una interpretación estructural. In: ROSERO-LABBÉ, Claudia Mosquera; LAÓ-MONTES, Agustín; GRAVITO, César Rodríguez (eds.). *Debates sobre ciudadanía y políticas raciales en las Américas Negras*. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia; Universidad del Valle, 2010. p. 649-698.
- _____. Rethinking Racism: Toward a Structural Interpretation. *American Sociological Review*, v. 62, n. 3, p. 465-480, 1997.
- BORUCKI, Alex; CHAGAS, Karla; STALLA, Natalia. *Esclavitud y Trabajo*. Un estudio sobre los afrodescendientes en la frontera uruguaya (1835-1855). Montevideo (Uruguay): Mastergraf, 2009.

- BRASIL, Eric. *Carnavais atlânticos: cidadania e cultura negra no pós-abolição*. Rio de Janeiro e Port-of-Spain, Trinidad (1838-1920). Niterói (RJ): Universidade Federal Fluminense, 2016. Tese (Doutorado em História).
- BRITO, Luciana da Cruz. *Impressões norte-americanas sobre escravidão, abolição e relações raciais no Brasil escravista*. São Paulo: Universidade de São Paulo. Tese (Doutorado em História).
- BURKE, Peter. A História Social dos Clubes. *Folha de São Paulo*, s/p, 24 de fev. de 2002. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs2402200203.htm>, acesso em dezembro de 2016.
- BUTLER, Kim D. A nova negritude no Brasil – Movimentos pós-abolição no contexto da diáspora africana. In: GOMES, Flávio; DOMINGUES, Petrônio (Orgs.). *Experiências da emancipação: biografias, instituições e movimentos sociais no pós-abolição (1890-1980)*. São Paulo: Selo Negro, 2011. p. 137-156.
- BUTLER, Kim D. *Freedoms given, freedoms won: afro-brazilians in post-abolition São Paulo and Salvador*. New Brunswick, New Jersey (EUA): Rutgers University Press, 1998.
- CAPELATO, Maria Helena. *Multidões em Cena: propaganda política no Vargasismo e no Peronismo*. Campinas: Papirus, 1998.
- CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e Escravidão no Brasil meridional. O negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003 (1962).
- CARDOSO, Lourenço. *O branco ante a rebeldia do desejo: um estudo sobre a branquitude no Brasil*. Araraquara (SP): Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, 2014. Tese (Doutorado em Ciências Sociais).
- CARNEIRO, Aparecida Sueli. *A Construção do Outro como Não-Ser como fundamento do Ser*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2005. Tese (Doutorado em Educação).
- CARONE, Iray e Bento, Maria Aparecida da Silva (org.), *Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2002.
- CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.
- CASTILLO, Daisy Rubiera. *Reyita, sencillamente*. La Habana (Cuba): Instituto Cubano del Libro, 1997.
- CASTRO, Cristian. “Exploraciones para una historia transnacional de la afro-modernidad en América. Chicago y Sao Paulo, 1900-1940”. *Revista de Historia Iberoamericana*, v. 3, n. 1, p.33-49, 2010.
- CHAGAS, Karla; Stalla, Natalia. *Recuperando la memoria: Afrodescendientes en la frontera uruguayo brasileña a mediados del siglo XX*. Montevideo: Mastergraf, 2009.
- CHALHOUB, Sidney. Precariedade estrutural: o problema da liberdade no Brasil escravista (século XIX). *História Social*, n. 19, p. 33- 62, 2010.
- CIRIO, Norberto Pablo. Antecedentes históricos del culto a San Baltazar en la Argentina: “La Cofradía de San Baltazar y Animas” (1772-1856). *Latin American Music Review / Revista de Música Latinoamericana*, v. 21, n. 2, p. 190-214, 2000.
- _____. *Tinta negra en el gris del ayer: los afroporteños a través de sus periódicos entre 1873 y 1882*. Buenos Aires: Teseo, 2009.

- CLEMENTE, Isabel. La Región de Frontera Uruguay-Brasil y la Relación Binacional: Pasado y Perspectivas. *Revista Uruguaya de Ciencia Política*, v. 19, n.1, 2010.
- COGGIOLA, Osvaldo. *As grandes depressões (1873-1896 e 1929-1939): fundamentos econômicos, consequências geopolíticas e lições para o presente*. São Paulo, Alameda, 2009.
- COLLINS, Patricia Hill. *Black feminist thought: Knowledge, consciousness, and the politics of empowerment*. Routledge, 2009.
- _____. Rasgos distintivos del pensamiento feminista negro. In: Jabardo, Mercedes (org.) *Feminismos negros: Una antología*. Madri: Traficantes de Sueños, 2012. p. 99-134.
- _____. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. *Sociedade e Estado*, v. 31, n. 1, p. 99-127, 2016.
- COOPER, Frederick; HOLT, Thomas C.; SCOTT, Rebecca J. *Além da Escravidão: Investigações sobre raça, trabalho e cidadania em sociedades pós-emancipação*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- CÔRTEZ, Giovana Xavier da Conceição. *Branças de almas negras? Beleza, racialização e cosmética na imprensa negra pós-emancipação (EUA, 1890-1930)*. Campinas (SP): Universidade Estadual de Campinas, 2012. Tese (Doutorado em História).
- CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Estudos Feministas*, v. 10, n. 1, p. 171-188, jan. 2002.
- CUCHE, Denys. Ocupación profesional de los negros; e Grupos etnicos e clases sociales. In: *Poder blanco y resistencia negra en el Perú: Un estudio de la condición social del negro en el Perú después de la abolición de la esclavitud*. Lima: Instituto Nacional de Cultura, 1975, p. 69-79.
- CUNHA, Maria Clementina Pereira (org.). *Carnavais e outras f(r)estas: Ensaios de História Social da Cultura*. Campinas (SP): Editora da UNICAMP, CECULT, 2002.
- CUNHA, Maria Clementina Pereira. *Ecos da folia: uma história social do carnaval carioca entre 1880 e 1920*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- CUNHA, Olívia Gomes da; GOMES, Flávio dos Santos (Orgs.). *Quase-cidadão: Histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.
- CUTI [Luiz Silva]. *Quem tem medo da palavra negro*. 1995.
- DALLA VECCHIA, Agostinho Mario. *Os filhos da escravidão: memórias de descendentes de escravos na região meridional do Rio Grande do Sul*. Pelotas: Editora Universitária - UFPel, 1994.
- DAVIS, Angela Y.. *A Democracia da Abolição – para além do império, das prisões e da tortura*. Rio de Janeiro: DIFEL, 2009.
- DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DE AZEVEDO, Thales. *As elites de cor: um estudo de ascensão social*. Companhia Editora Nacional, 1955.
- DE CARVALHO, Daniela Vallandro. *Fronteiras da Liberdade: Experiências Escravas de Recrutamento, Guerra e Escravidão (Rio Grande de São Pedro, c. 1835-1850)*. Rio

de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2013. Tese (Doutorado em História).

DE SOUZA, Juliana Beatriz Almeida; BEATRIZ, Juliana. Viagens do rosário entre a velha cristandade e o além-mar. *Estudos afro-asiáticos*, v. 23, p. 1-17, 2001.

DIEHL, Astor Antônio. *Círculos Operários no Rio Grande do Sul: um projeto social-político (dos anos 30 a 1964)* Porto Alegre: EdPUCRS, 1990.

DOMINGUES, Petrônio. Fios de Ariadne: o protagonismo negro no pós-abolição. In: GOMES, Flávio dos Santos; DOMINGUES, Petrônio. *Da nitidez e invisibilidade: legados do pós-emancipação no Brasil*. Belo Horizonte (MG): Fino Traço, 2013. p. 45-78.

_____. *Uma história não contada: negro, racismo e branqueamento em São Paulo no pós-abolição*. São Paulo: Senac, 2004.

DU BOIS, W. E. B. *As almas da gente negra*. Rio de Janeiro: Lacerda, 1999.

El Libro del Centenario del Uruguay, 1825-1925. Montevideo (UY): Agencia Publicidad Capurro & Cía, 1925.

ESCOBAR, Giane Vargas. *Clubes sociais negros: lugares de memória, resistência negra, patrimônio e potencial*. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural) – Centro de Ciências Sociais e Humanas, UFSM, Santa Maria, 2010.

_____. *“Para encher os olhos”*: identidades e representações culturais das rainhas e princesas do clube Treze de Maio de Santa Maria no jornal *A Razão* (1960-1980). Santa Maria (RS): Universidade Federal de Santa Maria, 2017. Tese (Doutorado em Comunicação).

EVARISTO, Conceição. *Da grafia desenho de minha mãe um dos lugares do nascimento da minha escrita*. Disponível em: <http://nossaescrivencia.blogspot.com.br/2012/08/da-grafia-desenho-de-minha-mae-um-dos.html> Acesso janeiro de 2017.

FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: EDUFBA, 2008.

FARINATTI, Luís Augusto Ebling. *Confins meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na fronteira meridional do Brasil*. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2010.

FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*, 2. vol., 3.ed. São Paulo: Ática, 1978.

FERRARA, Miriam Nicolau. *A imprensa negra paulista (1915-1963)*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1986. Dissertação (Mestrado em História).

FERREIRA, Luis. A diáspora africana na América Latina e o Caribe. Disponível em: <http://docslide.com.br/documents/a-diaspora-africana-na-america-e-no-caribe-artigo-luis-ferreira.html> Acesso em janeiro de 2017.

_____. *El movimiento Negro en el Uruguay (1988 - 1998): una versión posible*. Avances en el Uruguay post-Durban. Montevideo, Ediciones Étnicas - Mundo Afro, 2003.

FIELDS, Barbara. *Ideology and Race in American History. Region, Race, and Reconstruction: Essays in Honor of C. Vann Woodward*. New York / Oxford (USA): Oxford University Press, p. 143-177, 1982.

FLORES, Mariana Flores da Cunha Thompson. *Crimes de fronteira: a criminalidade na fronteira meridional do Brasil (1845-1889)*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014. (Coleção e-book ANPUH-RS).

- FONER, Eric. *Nada além da liberdade: a emancipação e seu legado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; Brasília: CNPq, 1988.
- FREDRICKSON, George M. *Racism: A short history*. Princeton: Princeton University Press, 2002
- FREGA, Ana (Coord.). *Historia Regional e Independencia del Uruguay: proceso histórico y revisión crítica de sus relatos*. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 2009.
- FRIGERIO, Alejandro. De la desaparición de los negros a la reaparición de los afrodescendientes: comprendiendo las políticas de las identidades negras, las clasificaciones raciales y de su estudio en Argentina. In: Gladys Lechin (Compil.). *Los estudios afroamericanos y africanos en América Latina: herencia, presencia y visiones del otro*. Córdoba: Ferreyra Editor; Centro de Estudios Avanzados: Programa de Estudios Africanos; Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2008. p. 117-144.
- _____. El Candombe Argentino: Crónica de una muerte anunciada. *Revista de Investigaciones Folklóricas*, v. 8, p. 50-60, 1993.
- _____. *Cultura negra en el Cono Sur: Representaciones en conflicto*. Buenos Aires: Ediciones de la Universidad Católica Argentina, 2001.
- FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. *De Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul - Censos do RS 1803-1950*. Porto Alegre, 1981.
- GERMANO, Íris Graciela. Negros em Movimento: Etiópia, resistência cultural e afirmação étnica na pós-emancipação. *Reflexão e Ação*, v.18, n. 1, p. 30-45, 2010.
- _____. *Rio Grande do Sul, Brasil e Etiópia: os negros e o carnaval de Porto Alegre nas décadas de 1930 e 40*. Porto Alegre: UFRGS, 1999. Dissertação (Mestrado História).
- GIACOMINI, Sonia Maria. *A Alma da Festa: Família, etnicidade e projetos num clube social da Zona Norte do Rio de Janeiro – O Renascença Clube*. Belo Horizonte: Editora da UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2006.
- GILROY, Paul. *O Atlântico Negro: modernidade e dupla consciência*. São Paulo: Ed. 34; Rio de Janeiro: UCAM, 2001.
- GOLDMAN, Gustavo. *¡Salve Baltasar! La fiesta de reyes en el barrio Sur de Montevideo*. Montevideo: Edição do autor, 1997;
- _____. Los otros ciudadanos: Asociacionismo, prensa y política de los negros montevideanos a fines del siglo XIX. *Claves Revista de Historia*, n. 2, 2016.
- _____. *Lucamba. Herencia africana en el tango. 1870-1890*. Montevideo (UY): Perro Andaluz Ediciones, 2008.
- _____. *San Baltasar y San Benito de Palermo: religiosidad de los afromontevideanos*. 2008. Disponível em: http://www.academia.edu/9152272/San_Benito_y_San_Baltasar. Acesso em jan. 2017.
- _____. Negros modernos: música, territorio y asociacionismo al sur de la ciudad de Montevideo a fines del siglo XIX. *Boletín de Música*, n. 41, p. 49-65, 2015.
- _____. *Herencia africana en el tango.1870-1890*. Montevideo (UY): Perro Andaluz Ediciones, 2008.
- GOLIM, Tau; BOEIRA, Nelson (coords.). *República Velha (1889-1930)*. Passo Fundo: Méritos, v. 3, t. 2, 2007. (Coleção História Geral do Rio Grande do Sul).

GOLIM, Tau; BOEIRA, Nelson (coords.). *República: da revolução de 1930 à Ditadura Militar (1930-1985)*. Passo Fundo: Méritos, v. 4, 2007. (Coleção História Geral do Rio Grande do Sul).

GOMES, Arilson dos Santos. *A formação de Oásis: dos movimentos fretenegrinos ao primeiro congresso nacional do negro em Porto Alegre-RS (1931-1958)*. Porto Alegre: PUCRS, 2008. Dissertação (Mestrado em História).

GOMES, Arilson dos Santos. *O universo das gentes do mar e a identidade negra nos discursos e práticas políticas de Carlos Santos. (1959-1974)*. Porto Alegre: PUCRS, 2014. Tese (Doutorado em História).

GOMES, Fabrício Romani. *Sob a proteção da Princesa e de São Benedito: Identidade Étnica, e Projetos num Clube Negro de Caxias do Sul (1934-1988)*. Jundiaí: Paco Editorial, 2013.

GOMES, Flávio dos Santos. *Histórias de quilombolas: mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro - século XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.

_____. *Negros e política (1888-1937)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

_____; DOMINGUES, Petrônio (Orgs.). *Experiências da emancipação: biografias, instituições e movimentos sociais no pós-abolição (1890-1980)*. São Paulo: Selo Negro, 2011.

_____; Domingues, Petrônio (Orgs.). *Políticas da Raça: experiências e legados da abolição e da pós-emancipação no Brasil*. São Paulo: Selo Negro Edições, 2014.

_____; DOMINGUES, Petrônio. *Da nitidez e invisibilidade: legados do pós-emancipação no Brasil*. Belo Horizonte (MG): Fino Traço, 2013.

GOMES, Nilma Lino. Intelectuais negros e produção do conhecimento. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. (Orgs.) *Epistemologias do Sul*. Coimbra (Portugal): Almedina, 2009, p. 419-441.

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. *Tempo Brasileiro*, n. 92/93, p. 69-82, 1988.

GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afrolatinoamericano. *Revista Isis Internacional*, Santiago, v. 9, p. 133-141, 1988.

GONZALEZ, Lélia. The unified black movement: a new stage in black political mobilization. In: FONTAINE, Pierre-Michel. *Race, class and power in Brazil*. Los Angeles: UCLA Center for Afro-American Studies, 1985. p. 120-134

GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos. *Lugar de negro*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.

GORTÁZAR, Alejandro. La “Sociedad de Color” en el papel: La Conservación y El Progresista, dos semanarios de los afro-uruguayos. *Revista Iberoamericana*, v. 72, n. 214, p. 109-123, 2006.

GOULART, Jorge Salis. *A formação do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1933.

GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

GRINBERG, Keila (Org.). *As fronteiras da escravidão e da liberdade no sul da América*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2013.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. Como trabalhar com ‘raça’ em sociologia. In *Educação e Pesquisa*. São Paulo: v. 29 n. 1, 2003.

_____. *Preconceito racial: modos, temas e tempos*. São Paulo: Cortez, 2012.

GUZMÁN, Florencia; GELER, Lea (eds.). *Cartografías afrolatinoamericanas: perspectivas situadas para análisis transfronterizos*. Buenos Aires: Biblos, 2013.

GUZMÁN, Juan David Montoya; MENESES, Orián Jiménez. ¿Racismo sin raza? Esclavitud, discriminación y exclusión en el Nuevo Reino de Granada, 1573-1808. In: ROSERO-LABBÉ, Claudia Mosquera; LAÓ-MONTES, Agustín; GRAVITO, César Rodríguez (eds.). *Debates sobre ciudadanía y políticas raciales en las Américas Negras*. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia; Universidad del Valle, 2010. p. 333-355.

HALL, Stuart. *Da Diáspora: identidades e mediações culturais*. 2ª Ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.

HAMPATÉ BÂ, Amadou. Tradição viva. In: Ki-Zerbo, J. (org.). *História geral da África I*. Brasília: MEC/Unesco, 2010. p. 167-214.

HOLT, Thomas. C. Marking: race, race-making, and the writing of history. *The American Historical Review*, v. 100, n.1, p. 1-20, 1995.

HOOKS, bell. Intelectuais Negras. *Estudos Feministas*, n. 2, 464-478, 1995.

JAMES, C. L. R. *Os jacobinos negros*. Toussaint L'Ouverture e a revolução de São Domingos. São Paulo: Boitempo, 2000.

JENKINS, Richard. *Rethinking Ethnicity: Arguments and Explorations*. Sage Publications, 1997.

JENKINS, Richard. *Social Identity*. New York (USA): Routledge, 2005.

LEWIS, Marvin A. *Afro-uruguayan Literature: Post-Colonial Perspectives*. Londres: Associated University Presses, 2003.

LIMA, Aline Mendes. “Ofereço minha foto como recordação”: representações negras em álbuns familiares. (Pelotas 1930-1960). Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2009. Dissertação (Mestrado em História).

LIMA, Henrique Espada. Sob o domínio da precariedade: escravidão e os significados da liberdade de trabalho no século XIX Under the domain of precariousness: slavehood and the meanings of work. *Topoi*, v. 6, n. 11, p. 289-326, 2005.

LIMA, Rafael Peter de. Andrés Lamas e a atuação da Legação Oriental na Corte imperial brasileira: escravidão e relações internacionais (1847-1869). Porto Alegre: UFRGS, 2016. Tese (Doutorado em História).

LONER, Beatriz Ana. A rede associativa negra em Pelotas e Rio Grande. In: Silva, Gilberto Ferreira da; Santos, José Antônio dos. *RS Negro: cartografias sobre a produção do conhecimento*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009. p. 246-261.

_____. Antônio: de Oliveira a Baobab. In: GOMES, Flávio; DOMINGUES, Petrônio. *Experiências da emancipação: biografias, instituições e movimentos sociais no pós-abolição (1890-1980)*. São Paulo: Selo Negro, 2011. p. 109-136.

_____. *Construção de classe: operários de Pelotas e Rio Grande, 1888-1930*. Pelotas: Editora e Gráfica Universitária–UFPel/Rede Unitrabalho, 2001.

_____. Família Silva Santos. *Anais do 6º Encontro de Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*. Disponível em

<http://labhstc.paginas.ufsc.br/files/2013/04/Beatriz-Loner-texto.pdf> Acesso em março de 2017.

_____; Gill, Lorena. Clubes carnavalescos negros na cidade de Pelotas. *Estudos Ibero- Americanos*. Porto Alegre, v. 35, n. 1, p. 145-162, 2009.

LOPES, Nei. *O negro no Rio de Janeiro e sua tradição musical: partido-alto, calango, chula e outras cantorias*. Rio de Janeiro: Pallas, 1992.

_____. *Enciclopédia brasileira da diáspora africana*. São Paulo: Selo Negro, 2004.

MACHADO, Sátira P. Et al. Mulher Afro-Gaúcha: negritude à flor da pele. In: PAIVA, Sérgio (org.). *Mulheres do Rio Grande do Sul: diversidade*. Porto Alegre: SFERASRP Ed. de Artes, 2006.

MAGALHÃES, Magna Lima. *Associativismo negro no Rio Grande do Sul*. São Leopoldo: Trajetos Editorial, 2017.

MARQUES, Pâmela Marconatto. “*Nou led, nou la! ” Estamos feios, mas estamos aqui!*” Assombros haitianos à retórica colonial sobre pobreza. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2017. Tese (Doutorado em Sociologia). Sou muito grata à Pâmela por me presentear com a referência de Firmin.

MATTOS, Hebe Maria; Rios, Ana Lugão. *Memórias do cativo: família, trabalho, e cidadania no pós-abolição*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

_____. *Das cores do silêncio - Os significados da liberdade no Sudeste escravista — Brasil, século XIX*. Campinas (SP): Editora da UNICAMP, 2015.

MAUAD, Ana Maria. Através da imagem: fotografia e história interfaces. *Tempo*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 73-98, 1996.

MAZZEI, Enrique; SOUZA, Mauricio de. *La Frontera en Cifras*. Melo (Uruguay): Imprenta CBA, 2013.

MENEGAT, Carla. “*Transportando fortunas para povoar deserta e inculta campanha*”: atuação política e negócios dos brasileiros no norte do Estado Oriental do Uruguai. (1845- 1835). Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2015. Tese (Doutorado em História).

MIGNOLO, W. A colonialidade de cabo a rabo: hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade. In: Lander, E. (coord.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais – perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: Clacso, 2005.p. 33-49.

MILES, Robert. *Racism after ‘racerelements’*. Londres: Routledge, 1993.

_____. *Racism*. London: Routledge, 2002. [1º ed. 1989].

MITCHELL, Michael. Movimentos sociais negros na Era Vargas. In: GOMES, Flávio; DOMINGUES, Petrônio (Orgs.). *Experiências da emancipação: biografias, instituições e movimentos sociais no pós-abolição (1890-1980)*. São Paulo: Selo Negro, 2011. p. 185-201.

MONSMA, Karl. *A reprodução do racismo: Fazendeiros, negros e imigrantes no oeste paulista, 1880-1914*. 1. ed. São Carlos: EdUFSCar, 2016.

MONTES, Agustín Laó; ROSERO-LABBÉ, Claudia Mosquera; GARAVITO, César A. Rodríguez. *Debates sobre ciudadanía y políticas raciales en las Américas Negras*. Universidad Nacional de Colombia, Sede Medellín, Vicerrectoría de Sede, Facultad de Ciencias Humanas y Económicas, 2010.

- MOREIRA, Paulo. *Os cativos e os Homens de Bem: experiências negras no espaço urbano*. Porto Alegre: EST Edições, 2003.
- MULLER, Liane Susan. *As contas do meu rosário são balas de artilharia*. Porto Alegre: Pragmatha, 2013.
- MUNANGA, Kabengele. *Negritude: Usos e sentidos*. 3ª Ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012
- NAHUM, Benjamín. *Manual de História del Uruguay: Tomo II- 1903-2010*. Montevideo (Uruguay): Ediciones de la Banda Oriental, 2014.
- NASCIMENTO, Beatriz. *Eu sou atlântica – Transmigração, mulher negra e auto-estima*. In: Ratts, Alex. *Eu Sou Atlântica - sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento*. São Paulo: Imprensa Oficial; Instituto Kwanza, 2006.
- NOGUEIRA, Oracy. *As associações de “gente de cor”*. In: *Preconceito de marca. As relações raciais em Itapetinga*. São Paulo: Edusp, 1998. p. 213-220.
- _____. *Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem — sugestão de um quadro de referência para a interpretação do material sobre relações raciais no Brasil*. *Tempo Social*, v. 19, n. 1, p. 287-308, 2006 (1954).
- _____. *Tanto preto quanto branco: estudo de relações raciais*. São Paulo: TA Queiroz, 1985.
- NONNENMACHER, Marisa Schneider. *Tudo começou em uma madrugada: Sociedade Beneficente Cultural Floresta Aurora*. Porto Alegre: Medianiz, 2015.
- NUNES, Juliana dos Santos. *“Somos o suco do carnaval!” A Marchinha Carnavalesca e o Cordão do Clube Social 24 de Agosto*. Pelotas: UFPel, 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História).
- OMI, Michael; WINANT, Howard. *Racial formation in the United States: from the 1960s to the 1990s*, 2 ed. Nova York e Londres: Routledge, 1994.
- ORTIZ, Fernando. *Los bailes y el teatro de los negros en el folklore de Cuba*. La Habana: Editorial Letras Cubanas, 1985.
- PACHECO, Roberto. *Bibliografia afro-rioplatense (1999-2003): invisible, pero no olvidada*. In: Goldman, Gustavo (Comp.). *Cultura y sociedad afro-rioplatense*. Montevideo: Perro Andaluz Ediciones, 2008. p. 11-45.
- PALERMO, Eduardo R. *Tierra Esclavizada: El norte uruguayo en la primera mitad del siglo 19*. Montevideo (Uruguay): Tierradentro Ediciones, 2013.
- PEDRO, Joana Maria et al. *Negro em terra de branco: escravidão e preconceito em Santa Catarina no século XIX*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.
- PEREDA VALDÉS, Ildfonso. *Negros esclavos y Negros libres: Esquema de una sociedad esclavista y aporte del negro en nuestra formación nacional*. Montevideo (UY): Imprenta Gaceta Comercial, 1941.
- PEREIRA, Amílcar Araújo. *O mundo negro: relações raciais e a constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil*. Rio de Janeiro: Pallas; FAPERJ, 2013.
- PEREIRA, Flávia Alessandra de Souza. *Organizações e Espaços da Raça no Oeste Paulista: Movimento Negro e Poder Local em Rio Claro (dos anos 1930 aos anos 1960)*. São Carlos (SP): Universidade Federal de São Carlos, 2008. Tese (Doutorado em Sociologia).

PEREIRA, Lúcia Regina Brito. *Cultura e Afro-descendência: organizações negras e suas estratégias educacionais em Porto Alegre (1872-2002)*. Porto Alegre: PUCRS, 2008. Tese (Doutorado em História).

PIGNOT, Elsa. El asociacionismo negro en Cuba: una vía de integración en la sociedad republicana (1920-1960). *Revista de Indias*, v. 70, n. 250, p. 837-862, 2010.

PINTO, Ana Flávia Magalhães. *Fortes laços em linhas rotas: literatos negros, racismo e cidadania na segunda metade do século XIX*. Campinas (SP): Universidade Estadual de Campinas, 2014. Tese (Doutorado em História).

_____. *Imprensa negra no Brasil do século XIX*. São Paulo: Selo Negro, 2010.

PINTO, Rebeca Natacha de Oliveira. *De Chocolate: identidade negra, teatro e educação no Rio de Janeiro da Primeira República*. Niterói (RJ): Universidade Federal Fluminense, 2014. Dissertação (Mestrado em Educação).

PISANO, Pietro. Movilidad social e identidad “negra” en la segunda mitad del siglo XX. *Anuario Colombiano de Historia Social y de la Cultura*, 179- v. 41, n. 1, p. 179-199, 2014.

POLIAKOV, Léon. *O mito ariano: ensaio sobre as fontes do racismo e dos nacionalismos*. São Paulo: Perspectiva; Ed. da Universidade de São Paulo, 1974.

PORTO ALEGRE. Apolinário. Viagem a Laguna. *Revista Província de São Pedro*, n. 8, 1947.

PORZECANSKI, Teresa. *Inmigrantes*. Disponível em <http://www.1811-2011.edu.uy/B1/content/inmigrantes?page=show> Acesso em janeiro de 2017.

_____; SANTOS, Beatriz. *Historias de Exclusión: Afrodescendientes en el Uruguay*. Montevideo: Librería Linardi y Risso, 2006.

PUCCI, Adriano Silva. *O Estatuto da Fronteira Brasil-Uruguaí*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2010.

RAMOS, Artur. O espírito associativo do negro brasileiro. *Revista do Arquivo Municipal de São Paulo*, v. 47, p.105-126, 1938.

REGINALDO, Lucilene. *Os Rosários dos Angolas: irmandades negras, experiências escravas e identidades africanas na Bahia setecentista*. Campinas (SP): Universidade Estadual de Campinas, 2005. Tese (Doutorado em História).

REIS, João José. Identidade e Diversidade Étnicas nas Irmandades Negras no Tempo da Escravidão. *Tempo*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 7-33, 1996.

REPÚBLICA ORIENTAL DE URUGUAY. Lei nº 18.567 de 13 de setembro de 2009. Dispõe sobre Descentralización Política y Participación Ciudadana. Diario Oficial de la REPUBLICA ORIENTAL DEL URUGUAY. Montevideo, 19 de outubro de 2009.

_____. Constitución de la República Oriental del Uruguay, promulgada el 28 de junio de 1830. Disponível em <http://www.parlamento.gub.uy/constituciones/const830.htm> Acesso em março de 2015.

_____. *Constitución de la República*. Constitución 1934 Plebiscitada el 19 de abril de 1934. Disponível em <https://legislativo.parlamento.gub.uy/temporales/2172689.HTML#art57>

_____. Ley nº 242, Esclavitud (I), de 12 de diciembre de 1842. Disponível em http://archivo.presidencia.gub.uy/_Web/ddhh/LEY242.htm. Acesso em março de 2015.

_____. *Recopilación de actos internacionales para la fijación del Estatuto Jurídico de la Frontera entre Uruguay y Brasil*. Montevideo: Ministerio de Relaciones Exteriores, 1933.

_____. ; REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. *Patrimônio Cultural del Mercosur – PCM Dossier de Candidatura Puente Internacional Barón de Mauá*. Brasília/Montevideo: S/E, 2012. Disponível em <http://mercosurcultural.org/attachments/article/107/Baron-de-Maua.pdf> Acesso em janeiro de 2017.

REVERBEL, Carlos (org.). *O diário de Cecília Assis Brasil*. Porto Alegre: L&PM Editores, 1983.

RIBEIRO, Jonatas. *Escritos da liberdade: trajetórias, sociabilidade e instrução no pós-abolição sul-mineiro (1888-1930)*. Campinas (SP): Universidade Estadual de Campinas, 2016. Dissertação (Mestrado em História).

RIOS, Ana Maria; MATTOS, Hebe Maria. O pós-abolição como problema histórico: balanços e perspectivas. *Topoi*, v. 5, n.º. 8, p. 170-198, 2004.

RODRÍGUEZ, Ana Cecilia. La memoria de la esclavitud en relatos orales y relatos biográficos de Tacuarembó. In: *Trama Revista de Cultura y Patrimonio*, N.º. 1, 2009. pp. 82-102.

RODRÍGUEZ, Romero Jorge. *Mbundo, Malungo A Mundele: Historia del movimiento Afrouuguayo y sus alternativas de desarrollo*. Montevideo (UY): RosebudEdiciones, 2006.

ROSA, Júlio César da. *Sociabilidades e territorialidade: a construção de sociedades de afrodescendentes no sul de Santa Catarina (1903/1950)*. Florianópolis: Universidade do Estado de Santa Catarina (1903/1950). Florianópolis: Universidade do Estado de Santa Catarina, 2011. Dissertação (Mestrado em História).

ROSA, Marcus Vinicius de Freitas. *Além da invisibilidade: história social do racismo em Porto Alegre*. Campinas (SP): Universidade Estadual de Campinas, 2014. Tese (Doutorado em História).

RUIZ, Rosa. El aporte de la raza negra a la cultura de Cerro Largo. *Hoy es Historia*, n. 55, p. 72-75, 1993.

SANTOS, Fernanda Pomorski. *Esporte Clube Treze de Maio: Associativismo Negro em Erechim*. Erechim: Universidade Federal da Fronteira Sul – Campus Erechim, 2014. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História).

SANTOS, José Antonio dos. *Prisioneiros da história*. Trajetórias intelectuais na imprensa negra meridional. Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2011. Tese (Doutorado em História).

_____. *Raiou a Alvorada: Intelectuais negros e imprensa*. Pelotas: Editora e Gráfica Universitária–UFPel, 2003.

SANTOS, Taina Aparecida Silva. “É tempo de falarmos de nós mesmas”. Disponível em: <http://elogieumairmanegra.com/e-tempo-de-falarmos-de-nos-mesmas/> Acesso em janeiro de 2017.

SCOTT, James C. *A Dominação e a Arte da Resistência: Discursos Ocultos*. Lisboa (Pt): Livraria Letra Livre, 2013.

SECRETO, María Verónica; GOMES, Flávio dos Santos. *Territórios ao Sul: Escravidão, escritas e fronteiras coloniais e pós-coloniais na América*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2017.

- SEIGEL, Micol. Beyond compare: comparative method after the transnational turn. In: *Radical History Review*, n. 91, p. 62-90, 2005.
- SEYFERTH, Giralda. Os imigrantes e a campanha de nacionalização do Estado Novo. In: Pandolfi, Dulce (Org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999. p. 199-228.
- SILVA, Fernanda Oliveira da. *Os negros, a constituição de espaços para os seus e o entrelaçamento desses espaços: associações e identidades negras em Pelotas (1820-1943)*. Porto Alegre: PUCRS, 2011. Dissertação (mestrado em História).
- _____. *Raça, sociabilidade e identidade num clube pelotense: Clube carnavalesco negro Fica Ahí Prá Ir Dizendo (1938-1943)*. Monografia (Licenciatura em História) – Instituto de Ciências Humanas, UFPel, Pelotas, 2008
- SILVA, Sarah Calvi Amaral. *Africanos e afro-descendentes nas origens do Brasil: raça e relações raciais no II Congresso Afro-Brasileiro de Salvador (1937) e no III Congresso Sul-Rio-Grandense de História e Geografia do IHGRS (1940)*. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2010. Dissertação (Mestrado em História)
- SILVA, Tiago Rosa da. Sociedade Recreativa e Cultural Os Zíngaros: apontamentos iniciais sobre a trajetória de um clube negro da cidade de Bagé/RS no pós-abolição. *Anais do XIII Encontro Estadual de História da ANPUH RS*, 2016. Disponível em http://www.eeh2016.anpuh-rs.org.br/resources/anais/46/1472675763_ARQUIVO_Texto_Completoanpuh2016_Tiago.pdf Acesso em março de 2017.
- SILVEIRA, Maria Helena Vargas da. *As filhas das lavadeiras*. Porto Alegre: Grupo Cultural Rainha Ginga, 2002.
- SILVEIRA, Oliveira Ferreira da. *Os Clubes Sociais Negros no Brasil*. Texto redigido em 07 de março de 2008 no âmbito da Comissão Nacional de Cubes Sociais Negros. p. 1-4.
- SOMMA, Lucía Scuro (coord.). *Población afrodescendiente y desigualdades étnico-raciales en Uruguay*. Montevideo: PNUD, 2008.
- SOUZA, Susana Bleil. Regiões e Fronteiras na História: notas para um exame da operacionalização dos conceitos. In: Rückert, Aldomar Arnaldo; Campos, Heleniza Ávila; Scheitzer, Alejandro Fabían.. (Org.). *Integração Regional, Fronteiras e Globalização no Continente Americano*. Porto Alegre: Imprensa Livre, 2014. p. 39-58.
- _____; PRADO, Fabrício. Brasileiros na fronteira uruguaia: economia e política no século XIX. In: In: GRIJÓ, Luiz Alberto et al. (Orgs.) *Capítulos de História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. p. 121-145.
- TAVARES, Viviani dos Santos. *Manoel da Motta Monteiro Lopes e a construção dos laços de identidade entre a elite negra pelotense*. Pelotas: Universidade Federal de Pelotas, 2005. Monografia (Licenciatura em História).
- THOMPSON, E. P. A formação da classe operária inglesa: a força dos trabalhadores. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.
- THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria ou um planetário de erros*. 2009 [sem copyright]
- VANSINA, Jan. A tradição oral e sua metodologia. In: KI-ZERBO, J. (org.). *História geral da África I*. Brasília: MEC/Unesco, 2010. p. 139-166. p. 140.
- VIANNA Dantas, Carolina; 2010. Monteiro Lopes (1867-1910), um “líder da raça negra” na capital da república. *Afro-Ásia*, n. 41, p. 167-209, 2010.

VON SIMSON, Olga Rodrigues de Moraes. *Carnaval em branco e negro. Carnaval popular paulistano (1914-1988)*. Campinas (SP): UNICAMP; São Paulo: SP/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2007.

WADE, Peter. "Race in Latin America," in Swanson, Philip (ed.). *The Companion to Latin American Studies*. London: Arnold. 2003. p. 177-192.

_____. *Gente negra, nación mestiza: Dinámicas de las identidades raciales en Colombia*. Bogotá: Ediciones UNIANDES, 1997.

WARE, Vron (Org.) *Branquidade: identidade branca e multiculturalismo*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

WEIMER, Rodrigo de Azevedo. *A gente da Felisberta: Consciência histórica, história e memória de uma família negra no litoral rio-grandense no pós-emancipação (c. 1847-tempo presente)*. Niterói (RJ): Universidade Federal Fluminense, 2013. Tese (Doutorado em História).

_____. *Un etnotexto de la frontera. Memorias de afrodescendientes en Uruguay y Rio Grande do Sul en el siglo XXI*. In: DECKMANN Fleck, Eliane Cristina. *Variaciones en la comparación: procesos, instituciones y memorias en la historia de Brasil, Uruguay y Argentina, s. XVIII-XXI*. Tandil: Universidad Nacional del Centro de la Provincia de Buenos Aires, 2014. p. 239-271.

_____. *Felisberta e sua gente: consciência histórica e racialização em uma família negra no pós-emancipação rio-grandense*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

WEINSTEIN, Barbara. Pensando a história fora da nação: a historiografia da América Latina e o viés transnacional. In: *Revista Eletrônica da ANPHLAC*, NÚM. 14, 2013, p. 9-36.

WILLIAMS, Raymond. *A cultura é de todos (Culture is Ordinary)* 1958. Tradução Maria Elisa Cevalco, disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/68474445/A-Cultura-eOrdinaria1>. (Sem publicação) [1-20]. Acesso em janeiro de 2017.

XAVIER, Regina Célia Lima. Raça, classe e cor: debates em torno da construção de identidades no Rio Grande do Sul no pós-abolição. In: FORTES, Alexandre et. al. (Orgs.). *Cruzando fronteiras: novos olhares sobre a história do trabalho*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2013. p. 103-131.

ZUBARAN, Maria Angélica. A invenção branca da liberdade negra: memória social da abolição em Porto Alegre. *Fênix - Revista de História e Estudos Culturais*, v. 6, n. 3, p. 1-16, 2009. Disponível em: <http://www.revistafenix.pro.br/vol20mangelica.php> Acesso em fevereiro de 2017.

Acervos e fontes consultadas**Biblioteca Nacional de Uruguay****Hemeroteca**

Acción, Melo, 1934-1952

Orientacion, Melo, 1941-1945

Outros documentos consultados:

Documentação Jacinto Ventura de Molina

Biblioteca Pública Pelotense**Hemeroteca**

A Alvorada, Pelotas, 1947-1956

Números esparsos 1931-1935

Núcleo de Pesquisa Histórica – UFRGS

A Alvorada, Pelotas, números esparsos 1912-1944.

Centro Uruguay - Acervo privado de Ramón Farías e José Ramón Fernandez

Libro de Actas del Comité “Hijos de Melo” (atas consultadas: nº 2, de 5 de janeiro de 1927, a nº 18, de 25 de maio de 1927)

Estatutos generales del Centro Uruguay, Melo, 1932. Regulamento Interno del “*Centro Uruguay*”

Libro de actas del Centro Uruguay (1942)

Fotografias e entrevistas

Clube Cultural Fica Ahí Prá Ir Dizendo**Centro de Cultura Afro-Brasileira Clube Cultural Fica Ahí Prá Ir Dizendo (Pelotas)**

Livro de Atas de Diretoria, Conselho e Assembléia, 1938-1943.

Livro de atas de Assembléia, Conselho e Diretoria, 1947-1957.

Livro de atas de Assembléia, Conselho e Diretoria, 1957-1966.

Fotografias e entrevistas: Celestina da Silva Pinto, Giselda Maria Marques Lima, Eloice

Lopes da Cunha Maciel, Giselda Marques Lima e Gilberto Gomes.

Club 24 de Agosto (Jaguarão)

Estatutos do Club 24 *de Agosto* – Jaguarão. s/p. 10 de outubro de 1964.
Livro de atas de diretoria e assembléia do Club 24 de Agosto (1955-1959).
Fotografias

Clube Os Zíngaros (Bagé)

Prefeitura Municipal de Bagé. Lei Municipal n° 774. 21 de maio de 1959. Doação terreno sede própria.

Estatutos da Sociedade Recreativa Os Zíngaros. Bagé: Typografia da Casa Maciel, 1948.

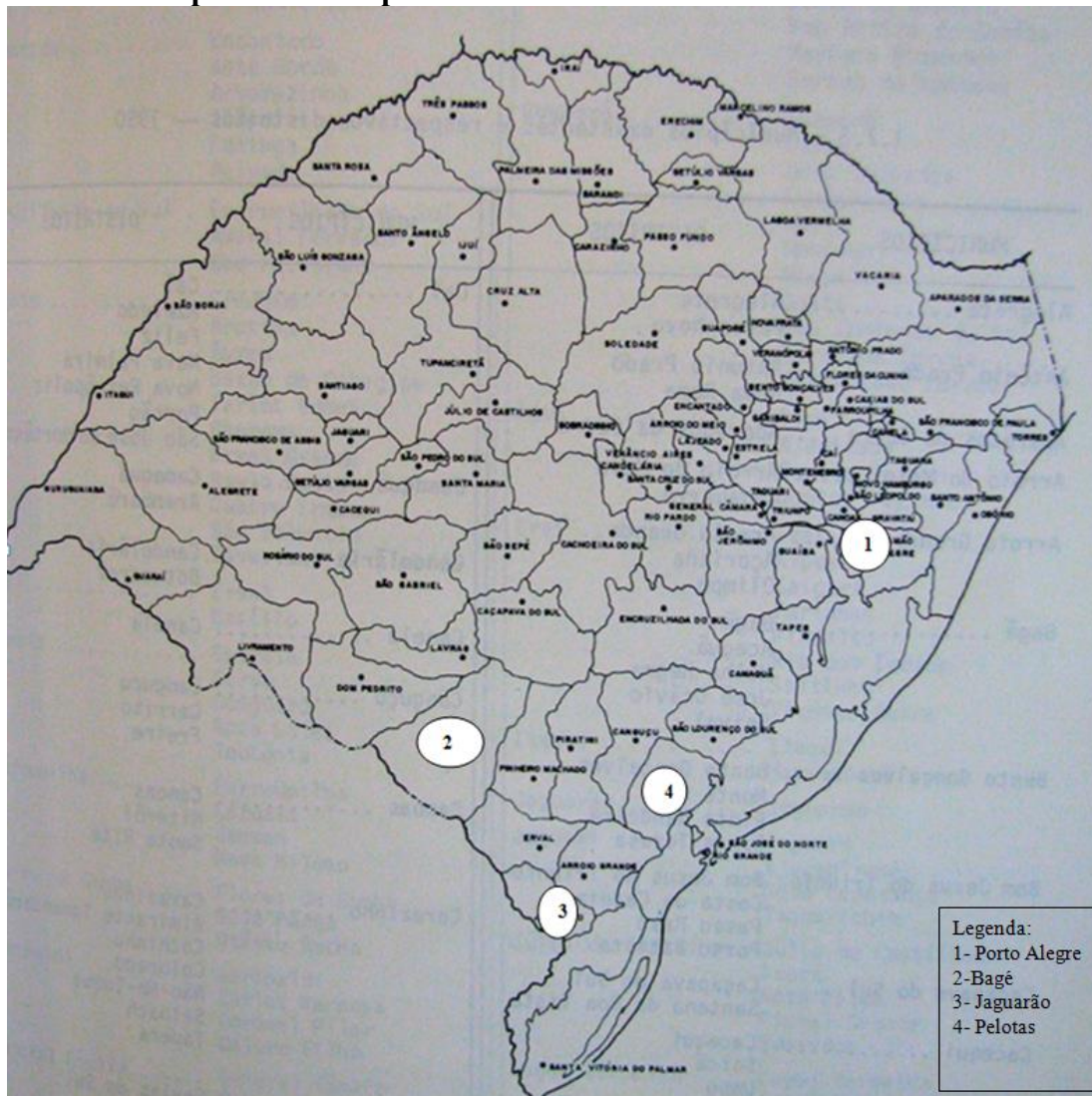
Acervos privados

Juan María Pose, Melo – *Acción e Orientacion*, números esparsos

Catharina Beatriz dos Santos Motta, Pelotas – *A Alvorada* (1954)

Marina Laura da Silveira Dutra e Juliana Dutra, Brasília e Pelotas – fotografias

Anexo A - Mapa dos municípios do Rio Grande do Sul em 1950



Fonte: VI Recenseamento Geral do Brasil – 1950. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br>.
(Legenda e destaques adaptados).

Anexo B - Mapa dos departamentos uruguaios desde 1884



Fonte: <http://www.uruguai.org/mapa-politico-do-uruguai/>